

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE

Nem poeira nem nuvem: debates sobre o historiar a
partir de *Vigiar e punir*

Pablo Henrique Spíndola Tôrres

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NEM POEIRA NEM NUVEM: DEBATES SOBRE O HISTORAR A PARTIR DE *VIGIAR E PUNIR*

**LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE PODER, LINGUAGENS E HISTÓRIA
INTELECTUAL**

PABLO HENRIQUE SPÍNDOLA TÔRRES

Sob a Orientação do Professor Doutor
José Nicolao Julião

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Agosto de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Tôrres, Pablo Henrique Spíndola, 29/04/1981-
T681n Nem poeira nem nuvem: debates sobre o historiar a
partir de Vigiar e Punir / Pablo Henrique Spíndola
Tôrres. - 2018.
245 f.

Orientador: José Nicolao Julião.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, 2018.

1. Teoria da história. 2. História intelectual. 3. Michel
Foucault. I. Julião, José Nicolao, 25/10/1962
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em História III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PABLO HENRIQUE SPÍNDOLA TÔRRES

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências, no Programa de Pós-graduação em História, Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual, área de concentração em Teoria da história.

TESE APROVADA EM 15/08/2018

Prof. Dr. José Nicolao Julião – UFRRJ
(Orientador)

Prof. Dr. André Constantino Yazbek – UFF

Prof. Dr. Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins – FIOCRUZ

Prof^a. Dr^a. Rebeca Gontijo Teixeira – UFRRJ

Prof. Dr. Leandro Pinheiro Chevitaresh – UFRRJ

Esse trabalho é dedicado a Glauco Spíndola (in memoriam) que me ensinou sobre a importância da diversidade no olhar e à Mariana Dantas.

Agradecimentos

Os agradecimentos de um trabalho acadêmico costumam ser uma mescla da reelaboração da memória de quem escreve com as experiências mais recentemente vivenciadas. Talvez por isso, incorrem em estabelecer como premissa que possíveis acertos do trabalho são compartilhados com quem se agradece e eventuais erros são de responsabilidade de quem os escreveu. Aqui não é diferente. Por serem muitos os que merecem agradecimentos, possíveis lapsos devem ser considerados como responsabilidade apenas do pesquisador e não uma ruptura de afetos.

Dito isto, agradeço a meus pais, Valnice e Josias, assim como meus irmãos, Valmiro, Rômulo e Glauco (*in memoriam*), por sempre terem acreditado em mim, por vezes mais do que merecido e por terem sido, de alguma forma, o primeiro financiamento quando este ainda não estava presente nos órgãos oficiais. Agradeço também às sobrinhas Helloíse, Victória, Lavínia e o sobrinho Daniel, por terem trazido alegria e afeto em diversos momentos.

Agradeço ao orientador José Nicolao Julião que, além da produtiva relação acadêmica, soube conduzir com acuidade os momentos de cobrança nos prazos institucionais, a troca e a indicação teórica, mas principalmente por ter acreditado na realização desse trabalho, sendo decisivo em alguns momentos e por ter exigido o melhor do que foi possível.

Agradeço aos integrantes da banca de defesa que além de avaliadores do trabalho também são referência intelectual de maneira direta ou indireta e proporcionaram valiosas arguições: André Constantino Yazbek, Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins, Rebeca Gontijo Teixeira, Leandro Pinheiro Chevitaese.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tanto na figura de seu secretário Paulo C. Longarini, sempre célere e prestativo e que ajudou em momentos decisivos, quanto na dos professores de quem tive a oportunidade de ser aluno: Fábio Henrique Lopes também integrante da banca de entrevista na seleção de ingresso no programa; professor José D'Assunção Barros que inicialmente aceitou o encargo de ser orientador e posteriormente passou a função à José Nicolao Julião; ao professor Ricardo Oliveira (*in memoriam*) com quem tive a oportunidade conviver quando também foi diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do campus de Seropédica.

Agradeço especialmente às também professoras do departamento, Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo Teixeira, por permitiram que assistisse seu curso, fundamental na

minha formação, como aluno ouvinte, e também por terem me convidado para participar do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia, apresentando meu trabalho. Além disso, agradeço em específico à professora Maria da Glória de Oliveira, que também participou da banca de qualificação sugerindo contribuições fundamentais. Assim como, a professora Vera Maria Portocarrero, que também integrou a banca de qualificação com generosas contribuições.

Agradeço aos integrantes do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia realizado no Rio de Janeiro-RJ, principalmente à professora Aline Magalhães Pinto e ao professor Pedro Spinola Pereira Caldas pelas valiosas contribuições à pesquisa, assim como aos demais participantes no dia da minha apresentação, que igualmente contribuíram. Agradeço ainda, a todos os participantes dos Fóruns organizados em Caicó-RN, Fortaleza-CE e Salvador-BA que igualmente contribuíram para algumas das reflexões desenvolvidas na pesquisa e estabelecimento de novos afetos.

Agradeço ao professor Durval Muniz Albuquerque Jr. por permitir a participação como aluno especial na disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, igualmente fundamental na minha formação, como também por ter acompanhado a minha caminhada acadêmica já há algum tempo.

Agradeço aos colegas discentes contemporâneos na pós-graduação da UFRRJ, principalmente: Grazieli Eurich, Leonardo Ângelo da Silva, Nelson Ferreira Marques Junior, Rafael França Gonçalves dos Santos, Thiago Monteiro Bernardo, Cristiane Vargas Guimarães, Amanda Lopes Blanco, Marcelo de Azevedo Botelho. A todos, sou grato pelo bom convívio e pelos bons debates.

Agradeço aos integrantes do grupo de estudos “Outras Genealogias”, Dalila Gonçalves Martins e Ícaro Meirelles Figueredo, também Gisele Costa Elias Figueredo (participante honorífica) que partilharam discussões, incertezas, considerações e gargalhadas sobre o estudo da genealogia. Além de colegas de estudos se tornaram grandes amigos.

Agradeço aos amigos que contribuíram para a pesquisa seja com debates teóricos, seja com a constituição de afetos: Juliano Tiago Viana de Paula, Edson Peixoto de Resende Filho, Gabriel Tadashi Hirata, Vitor Henriques Marques da Silva, Roger Domenech Colácios, Kleber Antonio de Oliveira Amancio, Rodrigo de La Torre Oliveira, Fabio Sapragnas Andrioni, Lucas Bittencourt Gouveia (*in memoriam*), Rita de Cássia Melo Santos, Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão, Wagner Geminiano dos Santos, Michel Gomes da Rocha, Ana Alice Miranda Menescal e Tito Barros Leal.

Agradeço a Mariana Albuquerque Dantas, pelos debates, pelos deslocamentos teóricos, pelas correções e por me ensinar sobre as dimensões da participação política na formação do estado nacional brasileiro.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

SPÍNDOLA, Pablo. **Nem poeira nem nuvem: debates sobre o historiar a partir de *Vigiar e punir***. 2018. 245p Tese (Doutorado em História, Teoria da história). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A proposta foi historiar um debate no qual se propôs pensar sobre como um historiador, que reflete a partir do presente, constitui uma forma outra de pensar o passado. O debate selecionado começa com a publicação do livro *Vigiar e Punir: o nascimento das prisões*, (*Surveiller et punir: naissance de la prison*), publicado em 1975 por Michel Foucault. Esse escrito teve uma resenha crítica feita pelo historiador, também francês, Jacques Léonard chamada *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*. A crítica foi respondida em um texto chamado *A poeira e a nuvem* (*La poussière et le nuage*), escrito por Michel Foucault e se desdobrou em um encontro entre eles e mais alguns historiadores numa *mesa-redonda de 20 de maio de 1978* (*Table ronde du 20 mai 1978*). A investigação foi dividida em três capítulos, no primeiro foi abordado os dois textos que começaram o debate, na tentativa de retomar os seus argumentos e entender com eles foram sendo conduzidos em perspectivas que podem ser associados a um debate mais amplo. Em seguida foram feitas relações com outros debates que estavam ocorrendo na França e uma relação com as tradições teóricas com as quais os dois pensadores podem ser associados. No segundo capítulo, foi feito um levantamento sobre Jacques Léonard, tentando localizar suas pesquisas no cenário da história da medicina francesa e seus pressupostos. Assim como os posicionamentos teóricos que marcaram a forma de Foucault lidar com a história, principalmente no que se refere às genealogias. As genealogias foram historiadas como táticas empregadas por Foucault ao lidar com a história e pensadas no plural, tentando dar conta da diversidade de abordagens que elas engendram. Nesse sentido foi necessário retomar as discussões em diversos escritos, palestras, conferências e aulas, no momento da escritura do livro *Surveiller et punir*. No terceiro capítulo se voltou para o livro, pois a investigação buscou perceber como os sucessivos deslocamentos teóricos de Foucault foram se rearranjando até chegarem no livro propriamente dito. A ideia foi tentar perceber os escritos em movimento e não estabelecer neles uma verdade exegética, para em seguida abordar as argumentações contidas em *Surveiller et punir*. As argumentações apresentadas no livro foram cartografadas para relacioná-las com o debate que se desdobrou nos textos de Léonard e Foucault. A última parte do texto se dedicou à *Table ronde du 20 mai 1978*, a preocupação foi perceber entre os participantes, os seus respectivos posicionamentos em relação à história e como nesse momento a discussão deixou de ser sobre o livro de Foucault e passou a ser sobre o saber histórico. A pesquisa se voltou para as considerações levantadas nos debates, principalmente naquilo que, de alguma forma, pareceu ser mais desconfortável aos debatedores ao se problematizar o historiar. Dois posicionamentos em particular: a forma como Foucault pensa sobre seus métodos, principalmente no que se refere à aproximação com as genealogias; e como ele lida com a noção de acontecimento e as implicações disso no seu historiar.

Palavras-chave: Desconcertos, Emergências, Genealogias

RÉSUMÉ

SPÍNDOLA, Pablo. Ni poussière ni nuage : débats sur le historiser de *Surveiller et punir*. 2018. Thèse de 245p (Doctorat en Histoire, Théorie de l'Histoire). Institut des Sciences Humaines et Sociales, Département d'Histoire, Université Rurale Fédérale de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

La proposition était d'historiciser un débat dans lequel il était proposé de réfléchir à la manière dont un historien, qui réfléchit à partir du présent, constitue une autre façon de penser le passé. Le débat choisi commence par la publication du livre *Surveiller et punir : la naissance des prisons* publié en 1975 par Michel Foucault. Cette écriture a fait l'objet d'une critique de la part de l'historien, également français, Jacques Léonard, intitulé *L'historien et le philosophe - À propos de : Surveiller et punir : naissance de la prison*. La critique a été répondu dans un texte appelé *La poussière et de nuages*, écrit par Michel Foucault et se déroulait dans une rencontre entre eux et certains historiens une *Table ronde du 20 mai 1978*. La recherche a été divisée en trois chapitres, le premier a été abordé les deux textes qui ont commencé le débat pour tenter de reprendre leurs arguments et comprendre avec eux ont été menées sur les perspectives qui peuvent être liés à un débat plus large. Ensuite, des relations ont été établies avec d'autres débats qui se déroulaient en France et une relation avec les traditions théoriques auxquelles les deux penseurs peuvent être associés. Dans le deuxième chapitre, une enquête a été faite sur Jacques Léonard, cherchant à situer ses recherches sur la scène de l'histoire de la médecine française et ses hypothèses. Tout comme les positions théoriques qui ont marqué la façon dont Foucault traite l'histoire, notamment en ce qui concerne les généalogies. Les généalogies ont été historicisées en tant que tactiques employées par Foucault dans le traitement de l'histoire et la pensée au pluriel, a tenté de rendre compte de la diversité des approches qu'ils engendrent. En ce sens, il était nécessaire de reprendre les discussions dans plusieurs écrits, conférences, conférences et cours, au moment de la rédaction du livre *Surveiller et punir*. Dans le troisième chapitre, il se tourna vers le livre, alors que la recherche cherchait à voir comment les changements théoriques successifs de Foucault se réorganisaient jusqu'à leur arrivée dans le livre lui-même. L'idée était d'essayer de percevoir les écrits en mouvement et non d'y établir une vérité exégétique, pour ensuite aborder les arguments contenus dans *Surveiller et punir*. Les arguments présentés dans le livre ont été cartographiés pour les relier au débat qui s'est déroulé dans les textes de Leonard et Foucault. La dernière section est consacrée à la *Table ronde du 20 mai 1978* la préoccupation était de voir parmi les participants, leurs positions respectives par rapport à l'histoire et comment à cette époque, la discussion n'est plus sur le livre Foucault et est devenu au sujet la connaissance historique. La recherche s'est tournée vers les considérations soulevées dans les débats, en particulier dans ce qui, d'une certaine manière, semblait être plus inconfortable pour les débatteurs lors de la problématisation de l'historiser. Deux positions en particulier : la façon dont Foucault pense à ses méthodes, notamment en ce qui concerne l'approche des généalogies ; et comment il traite de la notion de happening et des implications de cela dans son histoire.

Mots-clés : Déconcerter, Émergence, Généalogies

Sumário

Introdução.....	13
Historiar pensamento	14
I Capítulo: Pensamento e desconcerto	32
1. O historiador e o filósofo: sobre <i>Surveiller et punir</i>	38
1.1 L'historien et le philosophe.....	40
2. <i>A poeira e a nuvem</i> : sobre historiar	54
2.1 La poussère et le nuage	56
3. Outros diálogos além de poeira e nuvem.....	69
3.1 Poeira e nuvem: Hegel X Nietzsche?.....	75
II Capítulo: As emergências	92
1. Jacques Léonard entre os <i>Annales</i> e o Marxismo	93
1.1 Les médecins de l'Ouest au XIXe siècle	105
1.2 Aproximações e distanciamentos.....	113
2. Nietzsche, Foucault, a Genealogia.....	118
2.1. Prelúdio à Genealogia	119
2.2 – A Genealogia.....	141
III Capítulo: As genealogias.....	161
1. Interregno: entre as genealogias e <i>Suveiller et punir</i>	162
2. A genealogia e o historiar em <i>Suveiller et punir</i>	188
2.1 – Suplício: o corpo como elemento.....	190
2.2 – Punição: uma contra-história do direito penal	192
2.3 – Disciplina: a “docilização”.....	195
2.4 – Prisão: privação de liberdade e correção dos indivíduos	200
3. O deslocamento na <i>Table ronde du 20 mai 1978</i>	206
3.1 – Por que estudar a prisão? Uma história no presente	207
3.2 – “Acontecimentalizar”: uma ruptura para emergir a singularidade.....	209
3.3 – Investigar uma racionalidade: uma questão para historiadores.....	212
3.4 – O efeito anestésico: para quem?.....	216
Algumas considerações	224
Referências Bibliográficas	233

A capacidade de nos iludirmos de que a realidade de hoje é a única verdadeira, se de um lado nos ampara, de outro nos precipita num vazio sem fim, porque a realidade de hoje está fadada a se revelar a ilusão de amanhã. E a vida não se ajusta. Não se pode ajustar. Se amanhã se ajustar, estará acabada.

(PIRANDELLO, Luigi. Um, nenhum e cem mil, 2001, p. 91)

Introdução

O que significa debate? O termo pode ser entendido como uma discussão em que os envolvidos apresentam um posicionamento ou uma opinião. Também pode ser entendido através das acepções de disputa, contenda, querela. A proposta aqui é historiar um debate no qual se propôs pensar sobre como um historiador, que reflete a partir do presente, constitui uma forma outra de pensar o passado. O debate selecionado começa com a publicação de um livro chamado *Vigiar e Punir: o nascimento das prisões*, (*Surveiller et punir: naissance de la prison*), publicado em 1975 por Michel Foucault. Esse escrito teve uma resenha crítica feita pelo historiador, também francês, Jacques Léonard chamada *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*. A crítica foi respondida em um texto chamado *A poeira e a nuvem* (*La poussière et le nuage*), escrito por Michel Foucault e que se desdobrou em um encontro entre eles e mais alguns historiadores numa *mesa-redonda de 20 de maio de 1978* (*Table ronde du 20 mai 1978*).

O problema que se busca investigar é como um debate que se inicia a respeito do livro de Michel Foucault muda e passa a ser sobre o historiar. Como, a partir desses encontros, os debates se deslocam, a história e o passado ganham espaço central nas discussões, os historiadores dialogam com Foucault e Léonard a partir de suas considerações sobre o historiar. Nessa pesquisa também se fez necessário entender qual panorama intelectual permitiu a emergência desse debate, pois as reflexões sobre a história em Foucault podem ser vistas em toda a sua escrita e são múltiplas e não-lineares, podem ser entendidas como ligadas ao seu fazer-se.

Sendo assim, tem-se um recorte específico nos debates subsequentes ao livro *Vigiar e Punir* através dos textos mencionados. Esse recorte é também uma tentativa de reconhecer a pluralidade das reflexões existentes sobre a história e seu fazer-se nos textos de Michel Foucault. Nesse sentido, longe de reproduzir as fontes para legitimar a narrativa, debruçar-se sobre o passado é investigar e refletir sobre o acontecido, interessa localizar no tempo uma forma de pensar sobre o passado que está ligada a uma rede de reflexões que podem e devem ser historiadas. Cabe agora apresentar o que se entende por historiar, tendo em vista que será um termo recorrentemente utilizado ao longo do texto, assim como a noção de pensamento, pois esta não está dissociada de uma tradição de investigação histórica na qual ideias, reflexões, intelectuais, debates e pensamentos foram objeto de estudo.

Historiar pensamento

O termo historiar abarca acepções complementares e igualmente relevantes para a pesquisa histórica, seja como ato de fazer o relato histórico, de narrar, de contar, de embelezar com ornatos, estilizar; seja como uma ação (verbo) que retoma uma noção da história em seu realizar-se. Essa ação é um exercício teórico-metodológico que o historiador realiza ao selecionar seus arcabouços intelectuais, desde o início da pesquisa até os fins de sua redação. Historiar é perceber que *“a história será encarada como um texto que organiza unidades de sentido e nelas opera transformações cujas regras são determináveis.”*¹ A determinação destas regras implica nos critérios de validação para o meio social no qual ela é escrita. O corpo social que legitima tal ou qual discurso como sendo integrante de tal ou qual categoria, são os próprios historiadores que escrevem amparados numa legitimidade composta por eles mesmos. O resultado desse acordo de legitimação igualmente estabelece e/ou guia o padrão do limite de “dizibilidade” dos discursos e com isso indica os limites do que pode ser tomado como fonte ou não.

O historiar começa também pelo gesto que, provavelmente, deu início à pesquisa, ou seja, o ato de selecionar. Ao selecionar e depois reunir em determinados grupos de informações, transformando essas informações em documentos e, assim, redistribuir de outra maneira esse conhecimento, o historiador produz um corpus documental. O fazer histórico é um inquérito estabelecido pelo interlocutor que analisa no intuito de reorganizar o que ele elege como fonte: *“O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação.”*² Quando pesquisadores separam, localizam, induzem, relacionam, reproduzem e refletem sobre pensamentos, eles estão historiando. Assim como um tecelão pode trabalhar com retalhos de pano para produzir uma peça, é possível investigar os retalhos do pensamento no tempo, investigando como foi produzido e inserido em um determinado lugar, e a forma como estes pedaços se unem, podem indicar várias temporalidades. Nesse tipo de investigação, *“mais do que explicarmos os fatos, interpretá-los, devemos seguir suas linhas de constituição, o*

¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2002. p. 51.

² ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história**. 2007. p. 63.

*rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas são também elementos de sua tessitura.”*³

Historiar pensamentos é estabelecê-los como documentos levando em consideração os debates propostos pela história, tentando compreendê-los dentro de uma historicidade. O intento é perceber as relações entre eles numa dada temporalidade. Porém, não se trata de estudar o contexto em que estão inseridos para explicá-los e justificá-los, como também não se quer com isso deixar prevalecer o pensamento em si mesmo. Nem pensamentos desencarnados, sem historicidade, nem uma contextualização que serve a tudo. O caminho a ser adotado por essa proposta é mais modesto, intenta-se perceber que não é possível um sem o outro. Porém há implicações para isso. Estudar a temporalidade de um pensamento requer, por exemplo, um diálogo maior com a filosofia que lhe possibilita uma visão mais abrangente do contexto histórico.

Essa proposta deve levar em consideração as questões levantadas durante o trabalho de pesquisa, questões que o pesquisador leva ao seu objeto, assim como as que o objeto suscita ao pesquisador. Portanto, não se trata de um modelo pronto e acabado a ser empregado em uma pesquisa. Nem tampouco uma forma de historiar inédita ou mesmo “novidadesca”, pelo contrário, existe uma longa tradição que lida com esse tipo de corpus documental. Áreas como ciência política, sociologia, linguística, teoria da história da arte, para citar algumas, têm trabalhos fundamentais para o desenvolvimento desse campo.

A escolha do termo “pensamento” se deve por alguns motivos. Suas acepções são mais amplas e trazem uma abrangência maior que os termos já empregados para o tipo documental tratado. Pensamento, em suas definições mais comuns, pode ser entendido como:

1. Ato, faculdade de pensar;
2. Ideia, reflexão, consideração;
3. Intenção;
4. Conceito;
5. Esboço da primeira ideia ou invenção de um artista;
6. A ideia capital de um escrito e cada uma das mais notáveis nele contidas.

Num artigo de 2004, intitulado *Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu?*, publicado na revista *le partiQue*, por Judith Revel, há uma distinção interessante a respeito do trabalho de Foucault, mas que pode ser tomado de empréstimo nessa investigação. Ela vai afirmar que:

³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op. Cit. pp. 153.

Para Foucault, a história das ideias preocupa-se com a análise dos sistemas de representação que fundamentam os discursos e os comportamentos, e a história das mentalidades preocupa-se com a análise de atitudes e padrões de comportamento, a história do pensamento preocupa-se com a maneira como os problemas são criados para o pensamento, e quais estratégias são desenvolvidas para respondê-las: de fato, *“para o mesmo conjunto de dificuldades, várias respostas podem ser dadas. E na maioria das vezes, várias respostas são realmente dadas. Mas o que deve ser entendido é o que os torna simultaneamente possíveis: esse é o ponto em que sua simultaneidade está enraizada; é o solo que pode alimentá-los tanto em sua diversidade como às vezes em contradição”*. O trabalho de Foucault é assim reformulado nos termos de um levantamento sobre a forma geral de problematização correspondente a uma dada época: o estudo dos modos de problematização – isto é, *“o que não é uma constante antropológica, nem variação cronológica – é a maneira de analisar, em sua forma historicamente singular, questões de importância geral”*.⁴

A noção de história do pensamento que será utilizada aqui é esta em que se estuda os problemas criados para o pensamento e as estratégias para respondê-los se diferenciando daquilo que se convencionou chamar de história das ideias e história das mentalidades. Não se quer com isso deixar de reconhecer que existe uma longa tradição de investigação e mesmo uma historicidade nos estudos de história das ideias, assim como no de história das mentalidades, mas não foi este o realizado. O entendimento empreendido está voltado para a percepção de que a história do pensamento, por se preocupar com a emergência dos problemas, pode oferecer uma investigação sobre as estratégias que foram desenvolvidas para respondê-las.

Entretanto, o caminho percorrido para se chegar a estas formas de definição, ou mesmo estes parâmetros, não é simples e direto. Historiar as formas de pensamento e suas práticas requer a costura de elementos, por vezes, incomuns aos historiadores que contém uma lógica própria e ainda deve ser relacionada a diversas outras. Historiar pensamento lida com uma pluralidade maior de informações a respeito do passado e simultaneamente desobriga o estabelecimento da relação de determinação, o efeito causal pode ser suprimido pela possibilidade. Sem perder os critérios de constatação e legitimidade da prática, o ato de historiar pensamentos passa a ser feito tanto a partir dos conteúdos explícitos quanto dos contrassensos que ele suscita, bem como das reapropriações sucessivas que são feitas posteriormente.⁵

A possibilidade teórica de historiar pensamentos é a junção que torna possível inscrever as reflexões na história tentando nada sacrificar de sua leitura e contribuindo para a sua

⁴ REVEL, Judith. Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu? **Le Portique**. 2004. p. 6-7. Disponível em: <https://journals.openedition.org/leportique/635> Acessado em: 09/2017.

⁵ DOSSE, François. Da História das ideias à História intelectual. In: DOSSE, François. **História e ciências sociais**. 2004. p. 299.

inteligibilidade.⁶ Essa saída concilia pontos indispensáveis para historiar pensamentos, mas também aumenta a responsabilidade de quem busca essa opção. Os problemas metodológicos encontrados nas duas formas de abordagem, ou seja, a participação do pensamento no acontecimento e a análise do pensamento estão presentes, o labor da pesquisa é duplicado e as respostas não são as causas, mas as possibilidades. O historiar pensamentos se interessa pelas possibilidades, mais do que pela busca da verdade. A ligação não necessariamente causal desse modelo pode gerar o desconforto do não-universal, da certeza probabilística, da conjectura. A busca não é pela verdade a ser revelada, mas como uma época respondeu às suas inquietações e em como essas inquietações emergiram como problema. A resposta não é simples, fácil, ou objetiva, ela é possível e datada, tem uma historicidade que pode ser contada, pesquisada e questionada por todos que se interessem pela pergunta. Partindo disso, cabe uma breve localização dessa história do pensamento em relação às condições de emergência de sua problematização.

A década de 1970 pode ser vista de muitas formas na história do pensamento, mas chama atenção como nela as problematizações sobre as condições de se historiar e mesmo as estratégias feitas para as responder, colocaram em questão a escrita da história. Em alguns pensadores isso pode ser percebido de maneira mais intensa e declarada, como por exemplo em Hayden White, Michel de Certeau e Giorgio Agamben. Os três, para além de escreverem na década de 1970, podem ser relacionados com esse entendimento de história do pensamento, na qual cada um a sua forma questionou o historiar do ponto de vista das problematizações adotadas até então e colocou em suspensão as estratégias utilizadas, produzindo um entendimento distinto de uma história das ideias ou história das mentalidades, mas possível de ser associado à história do pensamento.

Hayden White no seu livro *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*, lançado em 1973, realizou um trabalho de história do pensamento no sentido de que se propôs investigar como o discurso histórico, principalmente no século XIX, montou um paradigma pré-crítico, no qual o discurso histórico era desvinculado da sua estrutura narrativa. Para ele “*em qualquer campo de estudo ainda não reduzido (ou elevado) ao estatuto da verdadeira ciência, o pensamento permanece cativo do modo linguístico no qual procura apreender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção.*”⁷ Havia a preocupação de investigar como o historiar no século XIX foi se distanciando da percepção de que o meio pelo qual ela se realiza, a escrita, não era um forma imparcial.

⁶ Ibidem. pp. 310-311.

⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX**. 1992. p.14.

O livro toma como exemplo 4 historiadores e 4 filósofos do século XIX (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt de um lado e Hegel, Marx, Nietzsche e Croce por outro), para afirmar que os “*possíveis modelos de representação ou conceptualização histórica não dependem da natureza dos ‘dados’ que utilizavam para escorar suas generalizações nem das teorias que invocavam para explicá-las; depende, isto sim, da consciência, da coerência e do poder iluminador de suas visões do campo histórico.*”⁸ Ele estava historiando como os discursos produzidos, tanto por historiadores quanto por filósofos, não problematizam as suas premissas, dentre elas, a que propõe que o meio pelo qual se estabeleciam não era uma linguagem neutra.

E nesse aspecto, ele passou a adotar o entendimento de que o historiador seria alguém que deveria arranjar os eventos dentro dos elementos narrativos, respeitando coerências formais com o fim de tornarem compreensíveis as explicações para qual foram destinadas. “*O arranjo de eventos selecionados da crônica no interior de uma estória suscita os tipos de questões que o historiador deve prever e responder no curso da construção narrativa.*”⁹ As estratégias narrativas adotadas pelos seus implementadores seriam, assim, uma possibilidade de perceber como determinada forma de escrita poderia implicar em um tipo de abordagem e, por consequência, em um tipo de problematização. Os problemas investigados por esses pensadores, além de não naturalizáveis, estavam relacionados às escolhas narrativas que eles teriam feito. Nessa investigação, as formas de pensamento encaradas, também na acepção de suas construções narrativas, elegeram como fonte, produções de pensamento que mais diziam por sua forma que por seu conteúdo, sobretudo pelo deslocamento que foi realizado.

Talvez eu pudesse dizer que, na medida em que um historiador fornece o “enredo” pelo qual os eventos da história que ele conta ganham algum tipo de coerência formal, ele está fazendo o mesmo tipo de coisa que faz um cientista quando identifica os elementos do argumento nomológico-dedutivo em que deve vaziar sua explicação.¹⁰

Essa coerência formal da explicação histórica, além de colocar em pauta a validade da própria explicação, também podem servir para fazer vir à tona uma série de pressupostos nos quais os historiadores estariam baseados, assim como quais as disputas de concepção que estariam em cena.

Para Hayden White, seria exatamente nesse entrecruzamento da coerência formal explicativa para validar a argumentação e os pressupostos meta-históricos os quais se recorreu,

⁸ Idem. p. 19.

⁹ Ibidem. p. 22.

¹⁰ Ibidem. p. 27.

que seria possível entender as disputas de concepção teórica que estavam em jogo naquele discurso. “As explicações históricas são obrigadas a basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico, pressupostos que geram diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica.”¹¹ Os pressupostos “meta-históricos” seriam as estratégias narrativas na razão argumentativa, os tipos de explicação histórica seriam as possibilidades que essa formalização viabilizaria. “As disputas sobre o que a ‘história’ deve ser refletem de igual modo variadas concepções daquilo em que deve consistir um correta explicação histórica e diferentes concepções, portanto, da tarefa do historiador.”¹²

Essa proposta de investigação estava problematizando a história por tentar colocar em pauta a explicação histórica, mas também estava problematizando os problemas históricos abordados nesse período por tentar extrair deles quais tipo de história estava em disputa. Haveria assim um componente ético também que precisaria ser levado em consideração, pois se estratégia narrativa era relevante por possibilitar entender as escolhas meta-históricas, era o componente moral que traria à tona outra faceta do argumento histórico.

As implicações morais de um determinado argumento histórico têm de ser inferidas do relacionamento que o historiador presume ter existido, *dentro* do conjunto de eventos considerados, entre a estrutura de enredo da conceptualização narrativa de um lado e a forma do argumento oferecido como explicação “científica” (ou “realística”) explícita do conjunto de eventos, do outro.¹³

Em última instância, seria da escolha dos historiadores – considerar, enumerar, estruturar, conceituar – que os eventos seriam então redigidos em busca de uma cientificidade ou mesmo apreensão do real. O problema foi colocado nesse deslocamento, a pergunta epistemológica foi antecipada para: o que faz com que os historiadores façam suas escolhas, ainda anteriormente aos seus posicionamentos e perspectivas teóricas?

A fim de imaginar “o que *realmente* aconteceu” no passado, portanto, deve primeiro o historiador *pre*figurar como objeto possível de conhecimento o conjunto completo de eventos referidos nos documentos. Este ato prefigurativo é *poético*, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também poético na medida em que é constitutivo da estrutura cuja imagem será subsequentemente formada no modelo verbal oferecido pelo historiador como representação e explicação daquilo “que *realmente* aconteceu” no passado. Mas é constitutivo não somente de um domínio que o historiador pode tratar como possível objeto de

¹¹ Ibidem. p. 28.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem. p. 41.

percepção (mental). É também constitutivo dos *conceitos* que empregará para *identificar os objetos* que povoam aquele domínio e *caracterizar os tipos de relações* que eles podem manter entre si. No ato poético que precede a análise formal do campo o historiador cria seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceptuais de que se valerá para explicá-lo.¹⁴

Essa passagem do argumento pode ser considerada umas das mais polêmicas, pois para alguns, poderia colocar a história como muito próxima da literatura, redigida em atos poéticos, mas também por entender com ato não consciente as escolhas como estratégias da narrativa do historiador. Polêmicas a parte, a história nessa construção passava a ser problematizada sob muitos aspectos, além disso a sua própria condição de produção de escrita foi evidenciada. É interessante perceber que foi também da década de 1970 que essas questões foram postas. Numa investigação em que se buscou historiar o pensamento, os deslocamentos realizados foram no sentido de tentar desnaturalizar algumas das posturas comuns aos historiadores. O trabalho interessa por ter sido publicado em 1973 e por poder ser tomado como uma das formas de ser realizar uma investigação dentro daquilo que pode ser entendido como história do pensamento, independentemente das conclusões as quais chegou, ele é digno de nota.

Outro livro publicado nessa mesma década e que poder ser entendido também como um trabalho mais próximo às preocupações de uma história do pensamento, foi o de Michel de Certeau, *A escrita da história*, de 1975. O livro foi pensado para dar conta de uma pesquisa histórica voltada à história das religiões com aproximações com os escritos freudianos. Mas sua primeira parte foi dedicada à escrita da história. Por vezes, essa primeira parte foi tomada, inclusive, como um manual metodológico. Porém, interessa aqui propor uma reflexão sobre a escrita da história e propor uma escrita que pode ser aproximada das problematizações do historiar do pensamento.

Michel de Certeau pôs em questão o ato de escrever como sendo uma operação realizada na historiografia e dividindo essa operação em três questões: o lugar social do historiador; a prática que executa; e a escrita que ele elabora. “*Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).*”¹⁵ Com esse entendimento, ele desnaturalizou as problematizações como premissas imparciais e tentou perceber como as táticas adotadas na

¹⁴ Ibidem. p. 45.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Op. Cit. p. 66.

escrita dela, estariam também associadas às condições de possibilidade de quem a escreve. Ele afirma:

Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos preciosos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita da história se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.¹⁶

A proposta era analisar as premissas não faladas contidas no historiar. Esse deslocamento tentou colocar luz sobre como a constituição da problematização histórica estava imersa no tripé: lugar social, práticas científicas e escrita. Mesmo não mencionando diretamente como uma intenção de se historiar um pensamento, essa forma de pensar a história, além de ser uma tentativa de repensar a história, pode ser empregada para uma investigação sobre história do pensamento.

Esse historiar pensamento, que se preocuparia como o lugar social do qual a historiografia produz, entende que ele não é um lugar imparcial. “*Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instaura os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizaram.*”¹⁷ Os métodos empregados, os documentos e questões realizadas estariam associados aquilo que as pesquisas históricas estariam silenciando até então, ao seu lugar social de produção.

A segunda parte desse tripé de investigação foi a prática, no sentido de problematizar aquilo que ele passou a chamar de uma “sociologia da historiografia” (seu lugar de produção), pois essa demandaria uma prática cientificista ligada às suas técnicas. “*Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção.*”¹⁸ Essas técnicas de produção, as quais Michel de Certeau coloca como prática da historiografia, não estavam distantes das pensadas nas problematizações colocadas por Hayden White, no sentido de também reconhecerem no discurso produzido uma parte literária por ser propalada pela escrita.

A própria história entra nesta relação do discurso com as técnicas que o produzem. É preciso encarar como ela trata os elementos “naturais” para os transformar em um *ambiente* cultural, como faz aceder à simbolização literária

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem. p. 66-67.

¹⁸ Ibidem. p. 78.

as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza.¹⁹

As técnicas mencionadas por Certeau estão presentes desde o estabelecimento das fontes no gesto inicial do historiador em separar, reunir em novas unidades de sentido e redistribuir; passando por se interessar mais nas relações que nas unidades de sentido; lidando assim com os limites e possibilidades que esta tem; e se constituindo como crítica ao estabelecido como naturalizável. Para ele, *“um trabalho é ‘científico’ quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’”*²⁰

O entendimento que ele vai constituindo de sua forma para pensar a história percebe que *“A pesquisa se dá objetos que têm a forma de sua prática: eles lhe fornecem o meio de fazer aparecer diferenças relativas às continuidades ou às unidades das quais parte a análise.”*²¹ Essa forma de pensar a prática, o historiar, faz aparecer as diferenças no sentido de que se prende às relações daquilo que foi separado como objeto, mas sobretudo se distancia de uma proposta de compreensão global para a história. *“Efetivamente, a história parece ter um objeto flutuante cuja determinação se prende menos a uma decisão autônoma do que ao seu interesse e à sua importância para as outras ciências.”*²² Com isso, o estatuto do saber histórico muda, pois a sua produção deixa de ser exclusivamente com o sentido real dos acontecimentos e passa a ser uma investigação sobre os possíveis desvios significativos. *“A operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue do seu “outro” (passado), distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu este distanciamento.”*²³

O terceiro elemento do tripé, a escrita, que só pode ser “história” se entendida em seu lugar social de produção e dentro dos elementos da prática descritos, tem uma condição de representação.

A escrita da história – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta: bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos.²⁴

¹⁹ Ibidem. p. 79.

²⁰ Ibidem. p. 83.

²¹ Ibidem. p. 87.

²² Ibidem. p. 90.

²³ Ibidem. p. 93.

²⁴ Ibidem. p. 95.

A escrita da história teria uma dupla função: ser didática e constituir uma imagem invertida da ausência, ou seja, ela faria ver os que não estavam presentes por excelência, ela deveria ser também constitutiva de um espaço de rememoração daquilo que se fazia presente pela ausência. “*Pela sua narratividade, ela fornece à morte uma representação que, instalando a falta na linguagem, fora da existência, tem valor de exorcismo contra a angústia.*”²⁵ Nessa empreitada teórica, o historiar foi problematizado sob aspectos que o colocaram diante de um questionamento de seus posicionamentos e um estabelecimento crítico de seus referenciais de afirmação enquanto saber. Para além de um debate mais específico sobre sua cientificidade ou sua proximidade com a literatura, possíveis de serem feitos, o historiar foi problematizado sob as condições de possibilidade que tornariam viáveis suas condições de existência como saber.

Assim como no texto de Hayden White, a utilização das problematizações de Michel de Certeau podem ser questionadas, mas cabe notar como também na década de 1970 mais de um pensador estava produzindo uma reflexão sobre o historiar. Além disso, essa reflexão se preocupou sobre como os problemas eram criados, fosse em sua sociologia em sua prática ou fosse em escrita. Tentou desnaturalizar as estratégias envolvidas na escrita historiográfica, sendo assim, também pode ser tomada como exemplo de uma abordagem de história do pensamento. Perspectiva essa que, para além de ser tratada como validada ou incoerente, também pode ser problematizada no âmbito de sua historicidade, ou seja, havia um grupo de pensadores que, de uma forma ou de outra, estavam pondo em pauta as relações do saber produzido sob a égide da história.

O terceiro livro mencionado é uma coletânea de cinco textos reunidos e publicados em 1978, pelo pensador Giorgio Agamben, sob o título de *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Porém, os textos de Giorgio Agamben provavelmente não tiveram tanta repercussão na produção histórica brasileira por exemplo. Talvez por ter sido traduzido muito tardiamente (apenas em 2001), ou por ter sido produzido fora dos centros de referência mais comumente utilizados no Brasil. Apenas no início dos anos 2000, Giorgio Agamben passou a ser mais detidamente estudado pelos historiadores brasileiros, mas mesmo assim, ainda em menor quantidade que os dois pensadores anteriores. Assim como nos dois livros anteriores, não se tem o objetivo de suprimir possíveis lacunas na historiografia aqui, mas de tentar perceber como esse escrito de 1978 pode também ser relacionado às questões concernentes ao historiar pensamento.

²⁵ Ibidem. p. 108.

Mais especificamente, o primeiro texto da coletânea, *Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência*, é o que interessa por empregar uma forma de historiar pensamento que tem pontos em comum com os pensadores anteriormente mencionados. A questão que ele coloca logo no início do texto foi que:

Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que não é mais algo que ainda nos seja dado a fazer. Pois assim como foi privado de sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez, seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo.²⁶

A experiência teria sido expurgada como objeto de investigação assim como o homem o fora de sua biografia e essa operação seria o estopim para pôr em questão como a racionalidade moderna europeia teria construído para si um retiro ascético através da razão. “*O que caracteriza o tempo presente é que toda autoridade tem seu fundamento no ‘inexperenciável’, e ninguém admitiria aceitar como válida uma autoridade cujo único título de legitimação fosse uma experiência.*”²⁷ Na investigação haveria, assim, uma constatação de abandono da experiência como constitutiva do homem, mas também teria dois componentes próximos às propostas anteriores, uma tentativa de deslocamento do problema da modernidade (e mesmo uma problematização das problemáticas da modernidade) e uma compreensão do historiar com uma estratégia específica.

Para Giorgio Agamben, “*em um certo sentido, a expropriação da experiência estava implícita no projeto fundamental da ciência moderna.*”²⁸ Ele parte da antiguidade, em que

O pensamento clássico não conhece um problema da experiência como tal: aquilo que se coloca, para nós, como problema da experiência, apresenta-se naturalmente, para ele, como problema da relação (da <<participação>>, mas também da <<diferença>>, como dirá Platão) entre o intelecto separado e os indivíduos em sua singularidade, entre o uno e o múltiplo, entre o inteligível e o sensível, entre o humano e o divino.²⁹

Só com a ciência moderna, experiência e conhecimento foram separados:

A ideia de uma experiência separada do conhecimento tornou-se para nós tão estranha a ponto de esquecermos que, até o nascimento da ciência moderna, experiência e ciência possuíam cada uma o seu lugar próprio. E não só: distintos eram também os sujeitos de que lançavam mão.³⁰

²⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência*. In: **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. 2005. p. 21.

²⁷ Idem. p. 23.

²⁸ Ibidem. p. 25.

²⁹ Ibidem. p. 27.

³⁰ Ibidem. p. 26.

Teria sido na operação realizada pela ciência que a experiência deixaria de ser conhecimento para se transformar em outra coisa.

Em sua busca pela certeza, a ciência moderna abole esta separação e faz da experiência o lugar – o <<método>>, isto é, o caminho – do conhecimento. Mas para fazer isso, deve proceder a uma refundação da experiência e a uma reforma da inteligência, desapropriando-as primeiramente de seus sujeitos e colocando em seu lugar um único novo sujeito.³¹

Ele perpassou as problematizações desde Descartes, passando por Francis Bacon, Leibniz, Kant e Hegel, construindo uma argumentação sobre a concepção de sujeito moderno a reboque da própria ideia de modernidade. E ele o fez denunciando a modernidade filosófica – sobretudo os métodos científicos –, como sendo responsáveis por esse deslocamento da experiência como um método e não mais como conhecimento. Esse deslocamento teria levado também a outras mudanças: *“nada pode dar ideia da dimensão da mudança ocorrida no significado da experiência como a reviravolta que ela produz no estatuto da imaginação.”*³²

Outra questão que ele colocou foi que os métodos científicos teriam promovido também um deslocamento da experiência ao subjugar-la a um racionalismo do sujeito metafísico. *“É sobre este fundo que é preciso situar a formulação kantiana do problema da experiência que, enquanto identifica o conteúdo da experiência possível com a ciência do seu tempo (ou seja, com a física newtoniana), coloca, porém, com novo rigor, o problema de seu sujeito.”*³³ Nessa perspectiva a ciência moderna, na tentativa de constituir o controle do conhecimento e o estabelecimento da verdade, fez com que a experiência fosse expurgada, pois representaria espontaneidade, passando a ser organizada, controlada, supervisionada; a experiência além de comprimida também teria perdido sua originalidade.

A inserção desse sujeito único, que defenestrara a experiência teria ainda outras consequências:

Uma crítica da dialética está entre as tarefas mais urgentes que possam atribuir hoje em dia a uma exegese marxista genuinamente capaz de libertar-se do Hegelianismo, se é verdade, como é verdade, que é contraditório proclamar a abolição do sujeito hegeliano (a consciência) e depois conservar, através da dialética, a sua estrutura e o seu conteúdo essencial.³⁴

³¹ Ibidem. p. 28.

³² Ibidem. p. 33.

³³ Ibidem. p. 40.

³⁴ Ibidem. p. 44.

A experiência não teria como ser retomada na perspectiva hegeliana dialética, pois esta pressuporia um sujeito, através da consciência que fosse unívoco, controlado e passível de supervisão. E o marxismo, uma vez tendo reiterado a dialética hegeliana, ou não problematizado essa questão, não teria como dar conta de uma perspectiva histórica associada à experiência enquanto saber.

A proposta passa então a problematizar como seria possível pensar uma teoria da experiência. A ideia sugerida seria retomar a relação entre experiência e linguagem:

Uma teoria da experiência que desejasse verdadeiramente colocar de modo radical o problema do próprio dado originário deveria obrigatoriamente partir da experiência <<por assim dizer ainda muda>> (situada aquém daquela <<expressão primeira>>), ou seja, deveria necessariamente indagar: existe uma experiência muda, existe uma *in-fância* da experiência? E, se existe, qual é a sua relação com a linguagem?³⁵

A estratégia argumentativa de Agamben de pôr na ordem do dia a linguagem, como dito aqui, não foi exatamente pioneira, tendo em vista os trabalhos de White e Certeau. Mas coloca a questão num aspecto distinto dos dois anteriores, que já eram diferentes entre si, e toma a linguagem como ponto de origem da experiência. Considerando que o sujeito está condicionado à fala e é por ela constituído, aquela concepção moderna de sujeito instituída pela filosofia e pela ciência, duramente criticado, cai na obsolescência

Uma vez que a universalidade do sujeito não estaria mais garantida por sua ciência moderna, caberia a experiência deslocar-se e ressignificar o problema:

Se isto é verdade, se o sujeito tem, no sentido que se viu, uma <<realidade de discurso>>, se ele não é nada mais que uma sombra lançada sobre o homem pelo sistema dos indicadores da elocução (que abarca não apenas os pronomes pessoais, mas todos os outros termos que organizam as relações espaciais e temporais do sujeito: este, aquele, aqui, agora, amanhã etc.), então torna-se claro em que medida a configuração da esfera transcendental como uma subjetividade, como um <<eu penso>>, baseia-se realmente em uma troca de transcendental por linguístico.³⁶

A linguagem passou a um outro patamar, estaria fora de uma condição pré-subjetiva e por isso pré-linguística, para ter na infância uma origem complementar.

A ideia de uma infância como <<substância psíquica>> pré-subjetiva revela-se então um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância.³⁷

³⁵ Ibidem. p. 48.

³⁶ Ibidem. p. 57.

³⁷ Ibidem. p. 59.

Seria através da linguagem que o homem teria se constituído e, por mais que se tente chegar a um início cronológico da linguagem, não haveria um tempo anterior à própria linguagem, no sentido de constituição do sujeito. O que ele chama de infância do homem, pode ser entendido como este estado de abertura para o inesperado onde a experiência – que havia sido retirada do pensamento moderno – seria novamente possível.

Na realidade, aquilo a que devemos renunciar é simplesmente um conceito de origem cunhado a partir de um modelo que as próprias ciências da natureza já abandonaram, e que faz dela uma localização em uma cronologia, uma causa inicial que separa no tempo um antes-de-si e um depois-de-si.³⁸

Essa renúncia à origem cunhada nas ciências naturais foi também a afirmação de que só por existir uma “infância” do homem e por essa não se confundir com a origem da linguagem é que seria possível retomar a acepção de experiência e isto faria com que o homem fosse histórico. *“Somente porque existe uma infância do homem, somente porque a linguagem não se identifica com o humano e há uma diferença entre língua e discurso, entre semiótico e semântico, somente por isto existe história, somente por isto o homem é um ser histórico.”*³⁹ Esse foi o caminho empregado para realizar o projeto anunciado no início do texto, reinserir a “experiência” na biografia do homem moderno e precisamente porque o homem é capaz de infância e experiência, ele é capaz de ruptura, de descontinuidade, de inovação, e por isso ele é um ser histórico. *“A história não pode ser o progresso contínuo da humanidade falante ao longo do tempo linear, mas é, na sua essência, intervalo, descontinuidade, epoché. Aquilo que tem na infância a sua pátria originária, rumo a infância e através da infância, deve manter-se em viagem.”*⁴⁰

Na medida em que a história pressupõe descontinuidade, acaso, surpresa, mudança, ao contrário de uma organização mecânica, dialética ou linear, se tem um deslocamento da questão constitutiva do saber, ou seja, ele passaria também a ser questionado em sua formulação. Giorgio Agamben toma a divisão entre experiência e sujeito como sendo formadora da razão moderna, para depois voltar com a condição linguagem como mediadora do mundo. Ao fazer isso, ele monta um projeto de história do pensamento, que tenta romper com uma visão de história alicerçada no sujeito moderno e na cientificidade moderna. Essa formulação também aconteceu na década de 1970 e num ambiente próximo às discussões que colocaram em

³⁸ Ibidem. p. 60.

³⁹ Ibidem. p. 64.

⁴⁰ Ibidem. p. 65.

questionamento o saber histórico, predominantemente o hegeliano-marxista, e se buscavam outras táticas narrativas para o passado.

Cada um dos três pensadores – White, Certeau e Agamben – dialogaram a sua maneira com o saber histórico, propondo estratégias de investigação histórica diferentes das que tomaram o sujeito moderno como centro e problematizando as condições de emergência dos problemas elaborados no saber histórico como não atemporais. O caminho que eles utilizaram foi produzir uma história do pensamento que levou em consideração os problemas criados para o pensamento e as estratégias para respondê-los se diferenciando daquilo que se convencionou chamar de história das ideias e história das mentalidades. Os três escreveram escolhendo estratégias argumentativas que com ponto em comum chegaram a pontos distintos, e cada um deles, poderia se desdobrar em novas teses a serem escritas. Mas aqui interessam por reforçar como nesse período se estava em pauta o debate sobre o saber histórico, e em como os trabalhos de Michel Foucault se inseriram nesse ambiente de pensamento. A relação entre esses quatro pensadores também poderia ser objeto de uma nova tese, mas não é essa a proposta aqui empreendida.

Assim como também não se buscou uma investigação sobre os modelos de historiar no livro *Surveiller et punir*. Sobre isso, inúmeros outros trabalhos foram feitos, para mencionar apenas um, o livro de François Boullant⁴¹ intitulado, *Michel Foucault et les prisons*, onde foi feito um estudo minucioso. Menos ainda uma investigação sobre as formas de historiar em Michel Foucault, pois também muitos trabalhos nesse sentido já foram realizados, para citar um exemplo, a tese de Takashi Sakamoto defendida na Université Michel de Montaigne – Bordeaux III, na École Doctorale Montaigne-Humanités, sob a orientação de Guillaume Le Blanc, com o título de *Le problème de l'histoire chez Michel Foucault*, na qual foi feita uma pesquisa exaustiva sobre as formas de historiar dele.

Mesmo tendo quem defenda que Foucault teria uma forma de pensar o saber histórico tão radical que seria anti-histórica, como no caso da professora Florence Hulak, mestre de conferências da Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, num artigo intitulado *Michel Foucault, la philosophie et les sciences humaines: jusqu'où l'histoire peut-elle être foucauldienne?*⁴² A proposta aqui é historiar um debate no qual se propôs pensar sobre como um historiador, que reflete a partir do passado, constitui uma forma outra de pensar o passado,

⁴¹ BOULLANT, François. **Michel Foucault et les prisons**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

⁴² HULAK, Florence. Michel Foucault, la philosophie et les sciences humaines: jusqu'où l'histoire peut-elle être foucauldienne? In: **Tracés. Revue de Sciences humaines**. #13/2013, Hors-série 2013. Philosophie et sciences sociales. p. 103-120. Disponível em <http://journals.openedition.org/traces/5718> Acessado em 10/10/2017.

levando-se em consideração a analítica da história do pensamento tal como foi utilizadas nos três pensadores mencionados, assim como no próprio Foucault.

Para realizar a proposta de historiar os pensamentos nos debates mencionados, o trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro foi abordado os dois textos que começaram o debate. O de Jacques Léonard, *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*, e a resposta de Michel Foucault *La poussière et le nuage*, na tentativa de retomar os seus argumentos e entender com eles foram sendo conduzidos em perspectivas que podem ser associados a um debate mais amplo. Na terceira parte desse capítulo foram feitas relações com outros debates que estavam ocorrendo na França e uma relação com as tradições teóricas com as quais os dois pensadores podem estar associados.

No segundo capítulo, o trabalho se voltou para um levantamento sobre Jacques Léonard, tentando localizar suas pesquisas no cenário da história da medicina francesa e seus pressupostos. Assim como os posicionamentos teóricos que marcaram a forma de Foucault lidar com a história, principalmente no que se refere às genealogias. As genealogias foram historiadas como táticas empregadas por Foucault ao lidar com a história e pensadas no plural, tentando dar conta da diversidade de abordagens que elas engendram. Nesse sentido foi necessário retomar as discussões em diversos escritos, palestras, conferências e aulas, no momento da escritura do livro *Surveiller et punir*.

No terceiro capítulo se realizou um procedimento parecido com anterior, mas voltado para o livro *Surveiller et punir*, pois a investigação buscou perceber como os sucessivos deslocamentos teóricos de Foucault foram se rearranjando até chegarem no livro propriamente dito. A ideia foi tentar perceber os escritos em movimento e não estabelecer neles uma verdade exegética, para em seguida abordar as argumentações contidas em *Surveiller et punir*. Nessa segunda parte do capítulo as argumentações apresentadas no livro foram cartografadas para relacioná-las com o debate que se desdobrou nos textos de Léonard e Foucault. A última parte do texto se dedicou à *Table ronde du 20 mai 1978*, e diferentemente do direcionamento em relação a Léonard, a preocupação foi perceber entre os participantes, os seus respectivos posicionamentos em relação à história e como nesse momento a discussão deixou de ser sobre o livro de Foucault e passou a ser sobre o saber histórico. A pesquisa se voltou para as considerações levantadas nos debates, principalmente naquilo que, de alguma forma, pareceu ser mais desconfortável aos debatedores ao se problematizar o historiar. Dois posicionamentos em particular: a forma como Foucault pensa sobre seus métodos, principalmente no que se refere à aproximação com as genealogias; e como ele lida com a noção de acontecimento e as implicações disso no seu historiar.

Ao longo do trabalho, um entendimento foi recorrente: pensar as reflexões de Michel Foucault como um esforço sistemático de sempre se deslocarem em relação ao que já havia sido dito antes e ao que se esperava dele. Disso decorreu uma percepção que os sistemáticos deslocamentos de Foucault também produziram desconcertos. Essa ideia não é inédita ou mesmo pouco estudada, por exemplo o livro da professora Judith Revel, *Foucault, une pensée du discontinu*⁴³ de 2010, trata dessa abordagem. Porém, essa percepção ganhou forma em dois momentos específicos.

O primeiro foi durante o encontro estadual da Anpuh-RJ em 2014, no Simpósio Temático – História Intelectual e Historiografias, organizado pelas professoras Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo Teixeira, que contou com a participação da professora Ângela de Castro Gomes e foi apresentada uma versão embrionária dessa pesquisa. A professora Ângela de Castro Gomes, comentou que esteve num curso de cinco conferências realizadas por Foucault na PUC-RJ em 1973 e que ficara impressionada com a erudição do pensador francês, mas também um pouco desconcertada com as suas falas. Enquanto a maior parte da plateia esperava por temas relacionados ao estruturalismo e os debates com Jean-Paul Sartre, Foucault se pusera a falar sobre prisões, a verdade e suas formas jurídicas. Para ela, Foucault teria passado ao largo do estruturalismo e comentara sobre Nietzsche e a genealogia das práticas judiciárias e das práticas da justiça, estabelecendo aquilo que chamou de genealogia do poder.

O segundo momento em que o desconcerto provocado por Foucault foi novamente mencionado foi numa palestra ministrada pelo professor Roberto Machado, na Universidade Federal de Goiás (UFG) em novembro de 2015, em uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em História e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia. O título da palestra é *Michel Foucault e a diferença*⁴⁴ e ele comenta de seu desconcerto e sobre como ficou estarecido e deslumbrado com um pensador que se permitia pensar diferente do que havia pensado. Roberto Machado falou do impacto de ter lido *As palavras e as coisas*, ainda em 1970 e depois de ter estudado esse texto à exaustão e finalmente ter conhecido Foucault pessoalmente em 1973, também nas conferências da PUC-RJ, e o quanto ficou em choque com o intelectual que se deslocava de suas reflexões sem qualquer cerimônia. Ele comentou ainda do quanto seria difícil ver no pensamento de Foucault uma continuidade, à forma hegeliana, onde o passado explica e justifica o presente, numa perspectiva de progresso e desenvolvimento da verdade. Logo em seguida, comentou sobre seu novo desconcerto, quando finalmente teria se preparado

⁴³ REVEL Judith, **Foucault, une pensée du discontinu**. Paris: Mille et une nuits, 2010.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4gRr9mE6Ag> e <https://www.youtube.com/watch?v=5CvDaT4FPo0> Acessada em:

com leituras nietzschianas, para um melhor diálogo com a genealogia do poder, falou com Foucault e percebeu que ele já não mais estava pesquisando sobre isso. O novo deslocamento de Foucault tinha sido em direção à experiência de uma forma de vida estética da existência. Novamente, Roberto Machado se desconcertara e se encantara com a os desconcertos de Foucault.

Essas duas passagens ajudam a ilustrar um pouco dessa ideia de uma história do pensamento em deslocamento e recorrentemente desconcertante. Cabe agora tratar um pouco mais dessa noção de desconcerto e historiá-la no âmbito dos debates com Jacques Léonard e posteriormente na mesa-redonda de 1978 para ver quais saberes históricos emergiram desse momento.

I Capítulo: Pensamento e desconcerto

A noção de desconcerto, grafada com “s”, pode ser entendida como falta de reparo, falta de conserto, um desarranjo, uma desordem. Reunir pensamento e desconcerto em um título de algo que versará sobre história é uma tentativa de pensar pela diferença, é tentar deslocar as possibilidades de reflexão para o limite, é tentar pensar diferentemente do que se pensa. Poucos conseguiram fazer isso, mas se alguém conseguiu fazê-lo com certo êxito, esse alguém foi Michel Foucault. Ele o fez de várias maneiras e com distintos propósitos, seja para investigar o discurso sobre a loucura, seja para refletir sobre o saber médico, seja uma investigação sobre o nascimento das ciências humanas, seja para problematizar a razão punitiva, ou ainda para por em cheque os dispositivos éticos-sociais da sexualidade. Nas mais diversas formas e nas mais distintas maneiras, em comum a todas elas, está a recorrente sensação de desconcerto provocada pelas proposições foucaultianas. Dentre essas proposições de desconcerto, de desarranjo de uma determinada forma de se escrever a história, uma que pode ser tomada como exemplo é um debate iniciado após a publicação do livro *Surveiller et punir*⁴⁵, por ocasião de uma resenha crítica elaborada a respeito da obra feita pelo historiador Jacques Léonard.

Em 1976 Michel Foucault se consolidava como pensador entre os intelectuais franceses, mas também em países como Itália, Japão, Brasil e Estados Unidos da América. Nesse mesmo ano, Jacques Léonard apresentava sua tese de doutorado em Letras e Ciências Humanas sobre a história social da medicina francesa. Pensadores distintos por seus trabalhos e com trajetórias teóricas diferentes, protagonizaram o começo de um debate. A resenha de *Surveiller et punir* (*Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*) feita por Léonard em 1976, depois foi transformada em artigo em 1977⁴⁶, com o título de *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*. Nesse artigo Jacques Léonard propõe uma dada forma de leitura do livro *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Michel Foucault respondeu à leitura de seu livro em um artigo chamado *La poussière et le nuage* e, ao fazer isso, também propôs um tipo de forma de leitura. Localizar essas argumentações no estilo, na apropriação do passado, mas

⁴⁵ Todos os textos utilizados ou mencionado em outro idioma que não o português foram traduzidos do idioma do qual ele foi citado. A responsabilidade dessa tradução é nossa, e mesmo aqueles que já existem traduções consagradas e competentemente feitas se optou por usar os textos no idioma no qual foram escritos sempre que isso foi possível.

⁴⁶ Esse artigo foi inicialmente publicado na revista *Annales historiques de la Révolution Française*, n°. 228, Julho-Setembro. 1977. p. 163-81.

sobretudo nas visões da história, constitui tentar entender por quais historicidades ambos refletiram sobre os modos de historiar.

Chama a atenção o fato de, por mais polemista que tenha sido seu percurso intelectual, Foucault ouviu um então desconhecido do grande público e mesmo de historiadores que não estavam acompanhando os debates específicos da história social da medicina francesa. Mesmo não tendo sido a primeira vez que ao longo de suas reflexões que Foucault trouxe à tona um *outsider* intelectual, pois já o fizera, por exemplo, com o filósofo utilitarista Jeremy Bentham, escolher debater com Jacques Léonard parece não ter sido um ato involuntário. Além disso, esse debate termina por se desdobrar em uma reflexão sobre uma determinada forma de pensar a história de Foucault que não havia sido feita antes, nem foi feita depois.

O debate estabelecido entre Michel Foucault Jacques Léonard pode ser entendido como um momento em que determinados enunciados sobre a história estavam em disputa buscando constatar suas validades ou não, ou seja, nessa contenda o que estava em certo sentido se debatendo, eram formas de se fazer e pensar a história e suas implicações. Essas argumentações podem ser entendidas como construções de estratégias teóricas de como lidar com o passado e fazem também parte de sua aceitação, seja entre os próprios pares, seja no público mais amplo. Os debates desse tipo ainda podem ajudar a historiar as redes nas quais circulam esse saber, as diversas implicações envolvidas na elaboração das afirmações por parte dos envolvidos, e mostram também quão intrincadas são as tessituras que compõem o saber histórico. O debate enquanto elemento de investigação histórica ainda pode ser entendido como uma etapa da negociação interna ao saber para construção de argumentos, que podem estabelece um consenso particular em meio a uma variedade de outras propostas. Historiar um debate sobre o saber histórico, mesmo que muito específico como o em questão, pode se mostrar uma ferramenta significativa para compreender e problematizar as formas de se pensar a história.

Numa consulta rápida feita a uma plataforma de compartilhamento de textos acadêmicos, chamada Academia.edu (<http://academia.edu/>), ao se colocar na sua ferramenta de busca⁴⁷ “*Michel Foucault et les historiens*” (Michel Foucault e os historiadores) aparecem 39,459 trabalhos, ao se colocar “*Jacques Léonar et les historiens*” (Jacques Léonard e os historiadores) aparecem 37,632 trabalhos associados a essa pesquisa. Essa diferença não parece significativa entre a produção dos dois pensadores, porém quando repetimos essa busca, utilizando apenas os nomes; Michel Foucault e Jacques Léonard essa distância se amplia consideravelmente para 151,548 trabalhos associados a entrada “Michel Foucault” e apenas

⁴⁷ Consulta realizada na plataforma <http://academia.edu/>, no dia 10/12/2017.

5,560 associados a entrada “Jacques Léonard”. Talvez, para além das questões que envolvem os algoritmos de busca desenvolvidos para esse tipo de busca, também se tenha uma problematização de cunho histórico.

O texto resposta de Foucault, *La poussière et le nuage (A poeira e a nuvem)* é conhecido e foi amplamente traduzido, além de constar em muitas coleções, sendo a mais relevante delas a coletânea *Dits et Écrits*, de 1994, depois traduzida para muitos idiomas, como por exemplo, inglês, espanhol, alemão, português, para mencionar apenas os países com maior número de produção sobre Michel Foucault fora da França. Em contrapartida, o texto de Jacques Léonard só se encontra disponível em francês. Algumas pistas desse distanciamento entre os dois pensadores, assim como possíveis motivações para redação de seus respectivos textos, foi dada no prefácio do livro *L’Impossible Prison: Recherches sur le Système Pénitentiaire au XIX^e siècle*, organizado por Michelle Perrot, e apresentado por Maurice Agulhon.

Por ocasião da reunião anual da *Société d’histoire de la révolution de 1848 et des révolutions du XIX^e siècle*, no ano de 1976, Michelle Perrot apresentou um estudo sobre as prisões francesas em 1848 e junto a este trabalho alguns outros foram apresentados, todos tendo como temática o sistema prisional.⁴⁸ O então presidente dessa sociedade, Maurice Agulhon, propõe que os textos sejam reunidos e publicados. Porém, por questões editoriais esses trabalhos foram publicados antes na revista *Annales historiques de la Révolution Française*, no. 228, Julho-Setembro de 1977 e só em 1980, foram organizados e publicados por Michelle Perrot no livro *L’impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*.

Além dos trabalhos apresentados na reunião anual de 1976, Maurice Agulhon comenta na apresentação do livro que logo após a publicação de *Surveiller et punir*, solicitou a Jacques Léonard que fizesse uma resenha do livro que também foi apresentada no encontro da *Société d’histoire de la révolution de 1848 et des révolutions du XIX^e siècle*, de 1976 e publicada em conjunto com os demais artigos na revista *Annales historiques de la Révolution Française*, no. 228, no ano seguinte (1977).⁴⁹ Ele comenta ainda que Michel Foucault concordou em escrever um texto resposta – *La poussière et le nuage* – e participar de uma mesa redonda que foi transcrita e publicada com o título de *Table ronde du 20 mai 1978*⁵⁰ na coletânea organizado por Michelle Perrot. Essa transcrição também está disponível na coletânea *Dits et Écrits* e foi

⁴⁸ PERROT, Michelle. **L’impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, 1980. p. 5.

⁴⁹ Idem. p. 6.

⁵⁰ Estavam presentes nessa mesa: Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Ginzburg, Remi Goussez, Pascal Pasquino, Michelle Perrot e Jacques Revel. Além destes, também estavam os dois provocadores da reflexão, Jacques Léonard e Michel Foucault.

igualmente traduzida. Essa transcrição será o foco de investigação mais adiante nesse trabalho, pois é um momento em que o debate toma uma direção correlata, mas distinta dos textos de Léonard e Foucault. Nesse momento, a investigação se concentrará apenas nos dois textos para melhor aprofundá-los.

Essa localização ajuda a compreender os locais de fala de um e de outro, mas sobretudo pode fazer emergir uma ordem discursiva sob a qual seus pensadores estavam relacionados. Quando se volta para os trabalhos produzidos por Léonard, em anteposição aos de Foucault, percebe-se que, além de também não terem tradução, são de difícil acesso, pois estão esgotados. As poucas bibliotecas que os possuem ainda não dispõem de processo de digitalização e, na maior parte dos casos, só permitem sua consulta em loco, como no caso da Biblioteca Nacional Francesa. Essa dificuldade de acesso, para além de escolhas do mercado editorial, pode ser entendida como uma possível produção de silenciamento, sendo pertinente problematizar inclusive quais foram as condições de possibilidades que levaram a ele.

O debate entre Jacques Léonard e Michel Foucault tem muitas relações possíveis de serem feitas e aqui apenas algumas delas serão ensaiadas, sendo apresentado, principalmente, no seu enredamento com as reflexões sobre o historiar dos dois. Pois, após esse momento, Foucault não retoma mais tão profundamente essas reflexões, tanto por questões metodológicas, pois suas pesquisas se voltam para uma temática distinta da abordada em *Surveiller et punir*, como também por ele não se propor pensar uma analítica histórica tal como foi feito. Cabe mencionar que aqui se tem como proposta entender os escritos de Michel Foucault como estratégias teóricas específicas para cada um dos seus trabalhos.

Geralmente, os estudos sobre o pensamento de Michel Foucault, tendem a fazer um recorte, para melhor transposição didática, em três grandes momentos: o primeiro arqueológico que cronologicamente pode ser associado as primeiras publicações do fim dos anos 1950 até o final dos anos 1960, com a publicação de *Arqueologia do saber*, em 1969. Um segundo momento, genealógico que coincide com o início dos anos 1970 e o ingresso de Foucault no *Collège de France*, em 1970 onde ele profere uma aula inaugural, depois transformada em livro, *A ordem do discurso*, passando por todos os cursos ministrados na década de 70 e com dois livros, *Surveiller et punir* e *A vontade de saber* (primeiro volume da *História da Sexualidade*, publicado em 1976). O terceiro e último momento voltado para estudos sobre ética e constituição de subjetividade, está presente nos volumes seguintes da *História da Sexualidade*, *O Uso dos prazeres* e *Os cuidados de Si*, ambos publicados em 1984, sendo esses estudos mais localizados à produção realizada nos anos 1980.

Diferentemente de uma bibliografia longa e ao menos no Brasil já consagrada, a proposta é a investigação num recorte que toma o debate como baliza focalizando principalmente os escritos que de alguma forma sejam ligados a este. Pois se por um lado é plausível perceber a distinção nas três décadas do pensamento de Foucault, por outro também é aceitável um estudo mais sistemático sobre as condições de possibilidade contida em cada um deles. Não há com isso, uma prerrogativa de desvelar o pensamento, ou ainda de encontrar a verdade de seus escritos ou mesmo uma interpretação mais exata sobre o seu trabalho. Mas perceber, como num dado momento, sua preocupação teórica teve entre suas pesquisas uma dada reflexão sobre a história e pensando-a numa forma muito própria e profícua.

A década de 70, nos escritos de Foucault, tem um peso político, engajado, combativo. Depois dos acontecimentos de Maio de 1968, na França e em boa parte da Europa, sua pesquisa tem suas problemáticas revistas. Contudo, tentar entender sua trajetória filosófica por um viés só biográfico pode não dar conta das nuances da proposição de suas reflexões. Ainda sim, se faz necessário perceber, por exemplo, que o livro *Surveiller et punir*, teve sua publicação retardada por dois anos devido o engajamento político,⁵¹ o que não o torna um livro político, sobre política ou mesmo datado. A escolha de retardar a publicação se deu por envolvimento com o *Groupe d'information sur les prisons* (GIP), fundado em 8 de fevereiro de 1971 com a finalidade de saber o que é a prisão.⁵² O GIP contou com informações de militantes maoístas, que haviam sido presos e que de dentro do cárcere realizaram pesquisas sobre a situação e informaram sobre a realidade do mesmo. A repercussão do GIP vem através da adesão de pessoas como Jean-Paul Sartre, que durante boa parte da década de 60 foi um antagonista intelectual promovendo um longo debate teórico; Gilles Deleuze, parceiro intelectual e depois desafeto teórico; e Claude Mauriac, que foi o secretário pessoal de Charles de Gaulle de 1944 a 1949, depois se tornou crítico de cinema e artes no jornal *Le Figaro* e também escreveu um estudo sobre romancista Marcel Proust.

Foucault era tido pelos próprios integrantes do grupo como o líder desse movimento que, segundo alguns críticos, teria estimulando a revolta em 35 prisões entre 1971 e 1972.⁵³ Desde a publicação do dossiê do parricida Pierre Rivière, (*Moi, Pierre Rivière, ayant égorgé ma mère, ma sœur et mon frère: un cas de parricide au XIX^e siècle*) em 1973, Foucault defendia que se ouvissem os presos, escutando suas reivindicações sem interlocutores. Em 1974, ele se separa do GIP, mas continua a utilizar os espaços para a propagação de suas ideias, como a

⁵¹ FOUCAULT, Michel. (Manifeste du G.I.P.). In: **Dits et Écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1042

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem.

imprensa ou seminários, onde milita abertamente contra a pena de morte. Participa também da fundação do jornal *Libération* (que teve o filósofo francês Jean-Paul Sartre como o seu primeiro editor, em 1973) e de um protesto coletivo contra o fascismo espanhol em Madri, ao lado de Yves Montard, Régis Debray e outros, época em que ficou, novamente, à beira do enfrentamento físico, e foi preso junto com Claude Mauriac e Jean Genet⁵⁴.

Essas informações podem contribuir no sentido de reafirmar que as suas pesquisas, durante a década de 70, têm um viés político sim, mas que a característica teórica de contestação que criticara duramente nos trabalhos de Sartre, por exemplo, tem um reordenamento para um eixo temático de sobreposição da prática à teoria.⁵⁵ Longe de visar explicar o livro pela biografia que o precede, é possível perceber como seus textos têm desdobramentos teóricos outros que estão além de uma trajetória progressiva ou uma passagem de uma preocupação teórica para outra. *Surveiller et punir* pode ser considerado seu livro mais marcado pela sua militância, pois foi o único que foi deliberadamente adiado em sua publicação por isso (essa informação será melhor explicada mais adiante), mas o debate que ele provocou em muito seguimentos da sociedade e mais especificamente entre os historiadores, pode corroborar com a noção de que cada escrito de Foucault, pode ser, estudado isoladamente e sendo remetido a outros textos se assim o for necessário.

Além disso, os aspectos biográficos da trajetória intelectual, também podem ajudar a localizar entre os cursos ministrados no *Collège de France*, nos anos em que Foucault se dedicava ao estudo das prisões seriam 1971-1972 (*Théories et Institutions Pénales*) e 1972-1973 (*La Société Punitiva*), já que o livro estaria pronto nos meses finais de 1973. A publicação apenas no início de 1975 se deu para evitar possíveis acusações de impostura nas suas pesquisas, que se publicadas antes, poderiam ser vistas como aproveitadoras das informações recebida dos presos.⁵⁶

O debate com Jacques Léonard também pode ser percebido como eivado por essa trajetória filosófica de militância, mas de desconcerto intelectual, de um pensador que estava fazendo escolhas de tentar pensar diferentemente do que pensava até então. Possíveis deslocamentos do debate foram feitos quando necessário, para tentar perceber esse desconcerto, sem com isso se buscar uma linha de desenvolvimento no pensamento de Foucault, ou mesmo, uma evolução, mas para tentar fazer emergir as condições de possibilidade em que o debate se

⁵⁴ ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. 1990. p. 296-300.

⁵⁵ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2010. p. 137.

⁵⁶ ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. Op. Cit. p. 303-308.

deu. Por vezes, foi feito um retorno ao livro *Surveiller et punir*, para melhor ajudar na compreensão dos argumentos apresentados por Jacques Léonard e também as respostas de Foucault. Os cursos ministrados no *Collège de France* que podem ser associados aos anos em que o livro estava sendo escrito e posteriormente a sua publicação e de alguma forma relacionado aos debates nos anos seguintes, assim como as conferências proferidas no Brasil – *A verdade e as formas Jurídicas* – também serão foco de investigação mais adiante. Por hora será feito um acompanhamento mais minucioso dos argumentos apresentados por Jacques Léonard, por vezes, sendo reproduzido em sua inteireza e sendo comentado quando para ressaltar os pontos posteriormente respondidos ou ignorados por Michel Foucault.

O artigo de Léonard é o começo do debate e sistematizou questões sobre o historiar de Foucault, polemizando sobre o posicionamento que os historiadores tinham diante dos escritos de Foucault que alternavam entre a admiração e a irritação. É ainda mais significativo, pois ao possibilitar o diálogo, também pode ser tomado como norteador do posicionamento dos seus interlocutores. Foucault que, até então, tinha tido grande recepção de sua obra entre os não historiadores⁵⁷, passa a ser visto como um pensador que realiza trabalhos com possíveis aproximações da história. Nesse sentido, Léonard afirma, logo no início do seu texto, que Foucault é um historiador que os historiadores têm interesse de escutar.

1. O historiador e o filósofo: sobre *Surveiller et punir*

Uma forma de perceber a perspectiva adotada por Léonard pode ser observada na escolha do título do artigo: *L'historien et le philosophe*, esse é um dos posicionamentos que marcaram o tom das questões levantadas, ou seja, a distinção entre a percepção do historiador ao investigar o passado em anteposição à do filósofo. Ele se identifica como historiador e, ao longo dos seus posicionamentos, coloca Foucault ora como filósofo que se utiliza de um instrumental histórico, ora como um historiador que se permite uma reflexão mais comum aos filósofos. Essas personas de “historiador” e de “filósofo” não são definidas na argumentação, assim como, também não delimitado o que caberia a um e a outro, ou o que não caberia a um e a outro. Nesse espaço entre os pontos argumentativos apresentados por Léonard podem ser

⁵⁷ O'BRIEN, Patricia. A História da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 1995. p. 36-38.

vistas as tessituras que estavam em debate quando da leitura de *Surveiller et punir*. O diálogo hipotético entre um historiador e um filósofo a respeito das formas de lidar com o passado, serviram a Léonard como linha argumentativa, mas também deram as tessituras teóricas pelas quais Foucault foi lido em *Surveiller et punir*. Nos tipos propostos por Léonard, enquanto o historiador está preocupado com a poeira dos fatos, ou seja, a minúcia oriunda das fontes documentais dos arquivos, o filósofo está voltado para a nuvem dos acontecimentos gerais.

Nos seus argumentos, historiadores e filósofos têm espaços delimitados de atuação e obedecem a modos de proceder específicos de duas respectivas áreas de saber. Fazendo uma relação mais ampla sobre o lugar sócio-intelectual ocupado por Foucault essa suposta divisão entre os saberes da filosofia e da história podem ser vistos com um contrassenso, pois em Foucault estão umbilicalmente ligados. Ele era o então professor da cátedra de *História dos Sistemas de Pensamento* no *Collège de France*, sucedendo o filósofo Jean Hypolite, seus escritos anteriores, mesmo que feitos institucionalmente em espaços associados a filosofia versavam sobre história (história da loucura, história das clínicas, história das ciências humanas, história das prisões). No *Surveiller et punir*, a distinção entre o exercício do que vem a ser saber histórico e do que seria filosófico pode ser um trabalho árido. Ainda assim, a proposta de leitura Léonard deve ser estudada, pois para ele o saber que implica ser filósofo, nesse momento, ao comenta o trabalho, é propositiva e provocativa para os historiadores, possibilitando o entendimento em que os acontecimentos podem ser objeto de reflexão tanto quanto de comprovação. Cabe ressaltar que pelo tipo de argumentação proposta é possível perceber um deslocamento do debate por parte de Léonard, a resenha do livro adquire contornos de reflexão sobre o próprio ofício, as suas práticas, seus locais de procedência e suas articulações como saber em debate.

Além de discutir as formas de fazer/escrever história de Foucault, também se coloca em discussão a escrita da história de maneira mais geral. É possível perceber que a figura do “historiador” funciona também como um tipo de baliza adequada a ser seguida por todos os historiadores e suas narrativas sobre o passado, mais do que isso, pressupõe a figura de um historiador que obedece a regras específicas de seu ofício. Concomitantemente, Léonard faz emergir o que nesse momento significa ser “historiador”, assim como quais são os procedimentos adequados a este, estabelecendo um tipo de controle daquilo que compete ao trabalho do historiador e o que não compete. Os micro-poderes presentes nas etapas de negociação interna da construção e validação do saber histórico veem à tona nessas delimitação e estabelecimento de arquétipos feitas por Léonard, mas sobretudo, ajudam a evidenciar a variedade de propostas que estavam em disputas quando do momento da discussão. O debate

extrapolou o âmbito da forma de Foucault historiar em *Surveiller et punir* e seguiu para uma reflexão sobre o historiar de maneira mais ampla.

1.1 L'historien et le philosophe

Na abertura do texto, Léonard comenta que não é a primeira vez que Foucault “*projeta luz nova e poderosa sobre um recanto negligenciado da história*”,⁵⁸ porém ele realiza um corte nas obras de Foucault que cobririam esse espaço negligenciado da história. Ele cita como exemplo dessa história farol, que “lança luz poderosa”, os livros *História da Loucura* de 1961 e *Nascimento da Clínica* de 1963, que trataram desses “recantos negligenciados”. Essas obras além de apresentarem maior proximidade temática com a produção de Léonard, também apresentam uma forma de pensar a história muito distinta dos dois livros seguintes, *As palavras e as coisas* de 1966 e *A arqueologia do saber* de 1969. A construção argumentativa é também no sentido de localizar qual parte de “historiador” cabe a história farol, mas faz de fora a luz lançada sobre história das ciências humanas que historiou o “Homem” enquanto objeto cognoscente dando-lhe datação. A visão de historiador a ser construída por Léonard tem uma interlocução com as produções de Foucault, nas quais a reflexão sobre o passado ainda não era uma constante em seus métodos, mas também não aborda o que poderia ser considerada uma espinhosa discussão de Foucault com uma determinada forma de historiar mais próxima das reflexões marxistas. Sobretudo os embates com Jean-Paul Sartre sobre um determinado tipo de história. Essa questão será retomada mais adiante no texto de Léonard, mas também aqui nesse trabalho.

O argumento da dualidade entre o historiador e o filósofo é uma espécie de jogral entre o filósofo da “*desrazão nietzschiana e do desejo individual*” em anteposição aos historiadores “*os artesãos carentes do trabalho histórico*”; da “*alegria de denunciar tudo o que mutila a vida*” em oposição à “*serenidade dialética da compreensão e da recuperação*”; do “*saber alegre*” contrário ao “*saber triste*”⁵⁹. Essa dicotomia construída entre o historiador e o filósofo serve também a Léonard para descrever Foucault como alguém que pode colocar armadilhas em sua escrita ao se perguntar se Foucault não estaria se utilizando das palavras e das questões

⁵⁸ LÉONARD, Jacques. “L'historien et le philosophe – A propos de: *Surveiller et punir: naissance de la prison*”. In: PERROT, Michelle. *L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*. Paris: SEUIL, 1980. p. 9.

⁵⁹ Idem.

dos historiadores para fazer outra coisa. Pois ele construiria “*belas ‘ficções’ destinadas a servir um outro projeto, quando ingenuamente os servidores da Clío única pretendem reconstituir a ‘realidade objetiva’ do passado.*”⁶⁰ Léonard entende os historiadores como pesquisadores destinados à construção da “realidade objetiva” do passado, enquanto que Foucault seria um filósofo construtor de “belas ficções” que, assim como o canto das sereias em Ulisses, engana e controla os que o ouvem. Ao historiador construído por Léonard, cabe apenas seguir em sua “ingenuidade metodológica”, enquanto que aos filósofos cabe a possibilidade de pensar e interpretar o passado. Ele diz ainda que “*seria necessário um pelotão de historiadores competentes para descascar a soma das interpretações que nos oferece o autor.*”⁶¹ Aos historiadores a “árdua” e “científica” tarefa de “descascar as interpretações”, aos filósofos a possibilidade de interpretar o passado e pensar sobre ele. Para o historiador de Léonard,

É necessário, para ser competente, ter respirado longamente a poeira dos manuscritos, envelhecidos nos depósitos dos arquivos departamentais, ter disputado com os ratos os tesouros dos sótãos da reitoria. Não é pura maldade: o historiador de ofício se desdobra entre o século XX onde ele se contenta em existir e aquele onde ele vive, por procuração, longas horas meditativas que acabam por lhe dar um conhecimento íntimo e intuitivo. A certos deslizes, a certos sarcasmos mal contidos, ele percebe que Foucault não *sente, por dentro*, todas as realidades do passado.⁶²

Esse historiador que percebe “por dentro” a realidade do passado, que “sente” o passado em sua inteireza, renega o trabalho de Foucault por não reconhecer em seus escritos essa migração entre a contemporaneidade, onde se “contenta em existir”, e o século de seus objetos de estudo. Uma visão muito específica de historiador é construída, assim como à visão elaborada para o filósofo, e com isso é possível ver como esse historiador ficou incomodado com os procedimentos diferentes adotados pelo filósofo. Essa problematização pode ajudar a perceber quais ideias de história estavam em disputa nesse debate, mas também em que condições de possibilidade emergiu a resposta de Foucault.

Na leitura de Léonard, esse historiador apontaria problemas em três pontos nodais: o primeiro diz respeito à forma como Foucault lida com sua divisão temporal e por consequência à rapidez da análise realizada. Para Léonard, Foucault

percorre três séculos a rédea solta, como um cavaleiro bárbaro. Ele queima etapas (steppe) sem precaução. Os historiadores não têm o direito de economizar nas verificações sociológicas e cronológicas.⁶³

⁶⁰ Ibidem. 9-10.

⁶¹ Ibidem. 10.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem. p. 11.

Foucault é visto como um ensaísta que hora pôde ser sintético, hora pôde ser hipotético, hora pôde se arriscar. Na perspectiva de Léonard, em nenhuma das ocasiões esse seria o posicionamento de um historiador que estaria longe do gênero ensaístico. Léonard propõe questões que historiadores fariam em cada respectivo século analisado e queixa-se de pontos descobertos na narrativa de Foucault. Por exemplo, vê-se essa passagem em que Léonard comenta ponderações sobre o século XVIII:

Em proporção e em qualidade, os modernistas setecentistas são esquecidos. O período revolucionário é estranhamente apagado, quando se aguarda certos versos sobre a tomada da Bastilha e o ataque das prisões da província em 1789, sobre a experiência dos juízes eleitos, os massacres de setembro, os tribunais revolucionários, a “santa guilhotina”, ao desgosto suscitado pelos espetáculos do Terror, que contribuirá amplamente a se preferir o aprisionamento como solução punitiva discreta.⁶⁴

Foucault cometera o equívoco de tratar do século XVIII e não abordar ou mesmo nomear os eventos da *Revolução Francesa*, parecendo ignorar suas etapas e procedimentos, não vendo nesse acontecimento um marco da história. A queixa de Léonard é como poderia um historiador, ou um trabalho de investigação histórica não levar em consideração os acontecimentos judiciais e seus desdobramentos ao falar do período da *Revolução Francesa*? Ainda sobre esse argumento ele segue inventariando uma lista de tipos de “historiadores especialistas” com estudos voltados para o século XIX que reclamariam por suas partes não mencionadas no livro de Foucault:

Poderíamos listar, como testemunha de acusação, alguns historiadores especialistas cujos os trabalhos não são citados nem utilizados. Eles vão, basicamente, repetir a mesma crítica. M. Foucault exagera a racionalização e a normalização da sociedade francesa da primeira metade do século XIX. Ele minimiza, em vários domínios, a resistência dos hábitos do passado, e ele subestima a importância da desordem, do imprevisível, da selva, em suma da confusão. O historiador do trabalho evocará a longa predominância das atividades artesanais, agrícolas e pastorais e redirá que a fragmentação imposta às tarefas industriais permanecerá por muito tempo minoritária. O historiador das questões militares evocará a persistência da indisciplina, das pilhagens e das deserções, e a impotência da regulação. O historiador da educação multiplicará as objeções. A diversidade dos tipos de escolas, os improvisos locais, a ausência da assiduidade dos alunos, as confusões das séries, dos empregos do tempo, dos métodos pedagógicos caracterizaram por muito tempo o ensino primário; as escolas mistas, sustentadas pelos liberais, combatida pelos clérigos, colapsaram. No ensino secundário, nem tudo é “internato-caserna”: as crianças do povo escapam – e por uma boa razão – a essa submissão. O historiador das questões médicas dará valor a outros documentos para além dos utilizados por Foucault. Ele não deve acreditar ao

⁶⁴ Ibidem.

pé-da-letra nas regulações dos hospitais, sempre desrespeitadas e sempre reimpressas. Os grossos arquivos e os artigos de periódicos médicos deploram sua inobservância, bem como a desordem na distribuição de pessoas hospitalizadas, e na contabilidade de doenças, e de tratamentos e de mortes. Existem tensões entre médicos e cirurgiões dos hospitais de uma parte, autoridade administrativas e religiosas de outra parte. O médico, “assalariado” é por muito tempo marginalizado da “comissão do hospício” onde ele tem apenas voz consultiva e que impõe economias drásticas; a disciplina, nos quartos, recai sobre a madre superiora; o poder clerical mina muitas vezes o poder médico, antes de se submeter.⁶⁵

Para Léonard, esta forma de lidar com o recorte temporal colocaria em cheque as especificidades dos fatos e não daria conta das mudanças intrínsecas a estes, pois o que se constitui como um fato histórico é, também, aquilo que lhe torna único e desencadeador de situações outras. Vale notar o posicionamento contundente da argumentação, principalmente no que se refere às questões que os historiadores fariam a Foucault. Além disso, a tipologia de historiadores chama atenção por estarem todos em um campo delimitado: historiador do trabalho, historiador das questões militares, historiador da educação e historiador do saber médico. Sobre essa especificidade temática, Léonard ainda comenta rapidamente que é necessária e produtiva, diferenciando-se do filósofo que não teria essa necessidade produtiva.

Dentre os historiadores especialistas, dois mais especificamente chamam atenção, o “historiador do trabalho” e o “historiador do saber médico”, o primeiro por permitir perceber como a história do trabalho é também a história das condições econômicas do trabalho, uma história da economia de temática trabalhista, uma história dos modos econômicos, próxima do marxismo. A segunda é foco dos estudos de Léonard, é o que ocupa a maior parte do longo parágrafo, e indicam também as frestas entre as tessituras do seu historiar. Quais concepções de história estão em jogo nessa argumentação? O hipotético historiador de Léonard, ao que parece, tem grande preocupação com os temas econômicos, políticos e sociais. Mas também, com as lacunas oriundas de uma forma de pensar o passado que não tenha como mote o remonte dialético-causal, sobretudo ligado ao tipo de marxismo produzido na França. Essa noção de marxismo francês não é necessariamente uma generalização do marxismo ou do pensamento francês, mas sim o indício de alguns argumentos que são tomados como naturalmente aceitos e que podem ser percebidos quando observados com lupa em um debate teórico.

Como especialista, historiador do saber médico, Léonard critica a forma como Foucault lida com as instituições no século XIX,

Se muitas casernas, colégios, hospitais e prisões da primeira parte do século XIX de fato se parecem, é porque eles ocupam frequentemente edifícios

⁶⁵ Ibidem. p. 12-13.

conventuais, secularizados pela Revolução, ou porque seus arquitetos copiaram o modelo monástico.⁶⁶

Foucault teria desconsiderado a relevância da Igreja em seus estudos, diferentemente do que fez antes em *Historia da Loucura*. Mesmo fazendo alguma alusão à prece como meio de submissão, ele não problematizou o papel dos clérigos nas obras de assistência, de caridade, de moralização e de recuperação.⁶⁷ “Não é este viés de ‘normalização’ que corta as franjas da anormalidade – o selvagem, o delinquente, o louco...? O adestramento do corpo não é primeiro um empreendimento clerical?”⁶⁸ Nessas críticas, Léonard percebe a importância da investigação do corpo realizada, mas não se propõe a debater mais detalhadamente o que essa noção representa para o trabalho como um todo, nem em comparação a outros trabalhos com temática próxima.

Ainda nessa passagem da argumentação há um reforço na ideia de como deve se comportar um historiador, pois dentre outras coisas, ele deve desenvolver um raciocínio dialético que ligue a consolidação das instituições com o racionalismo da burguesia ascendente:

Nessas condições, compreende-se que M. Foucault não poderia imputar somente ao racionalismo burguês a responsabilidade das disciplinas que se instauraram nos séculos XVIII e XIX. De uma parte e de outra da Revolução, o burguês nacionalista, aos mesmo tempo razoável e argumentador, joga nos dois sentidos: calculador, ele deseja, nas fábricas e nas casernas, por exemplo uma ordem eficaz; lançador, ele se opõe, em outros lugares, ao clericalismo. Quando ele luta contra “os vestígios do feudalismo”, contra o reino dos privilégios e das excomunhões, dos padres e dos castelãos, esse burguês liberal e progressista avança para o futuro de maneira conservadora, e não tem a impressão, optando pelo bem-estar físico, pelos de “Baixo”, pela Ciência e pela Democracia, de elaborar uma sociedade de condicionamento opressivo e envergonhado. Hugo e Gambetta, trabalhando contra as Bastilhas, não trabalham para um Gulag, as luzes possuem suas sombras, como os historiadores já explicaram, mas não se pode deixar levar pelo obscurantismo.⁶⁹

O que é criticável no livro passa por uma determinada visão da história que não necessita de explicações, ou seja, por uma forma de historiar que não faz das condições de emergência de um problema, as causas que se encadeiam numa explicação histórica. O historiar é uma prática que tem por premissa explicar que o “burguês liberal” visa projetar um “futuro conservador” revestido de uma cientificidade, que diferentemente de uma democratização dos meios de controle, estaria disputando este com os últimos “vestígios do feudalismo”. Nesse exemplo, é

⁶⁶ Ibidem. p. 13.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem. p. 13-14.

possível perceber que o historiador de Léonard é marcadamente teleológico, sua história tem por fim explicar as relações de dominação na sociedade.

A segunda questão levantada é uma derivação dessa forma de lidar com o recorte temporal. Léonard coloca em anteposição à normalização maciça a poeira dos fatos, a forma de Foucault fazer história não dá conta da poeira dos fatos, como o faz a história dos historiadores dos “pequenos fatos verdadeiros”. Ao invés disso, Foucault trataria de grandes ideias vagas: “*Poder-se-ia continuar assim por muito tempo, levantando a poeira dos fatos concretos, contra a tese da normatização massiva. O próprio símbolo do panóptico, monumento racional e instrumento de monitoramento, mereceria outras atenuações.*”⁷⁰ A nuvem dos acontecimentos não permitiria uma exata separação entre a descrição de um fato ou a evidência do desdobramento dele, o que põe em dúvida as conclusões a que se pode chegar ao levar a cabo o projeto.

Como exemplo dessa crítica, nuvem dos acontecimentos contra a poeira dos fatos concretos, Léonard argumenta sobre aos processos de disciplinamento descritos por Foucault ao longo dos três séculos na França, “*Disciplinados, verdadeiramente, o povo francês do século XIX? Como explicar então as revoltas, insurreições, revoluções, as doutrinas subversivas, o Romantismo?*”⁷¹ Léonard vê no trabalho de Foucault uma afirmação de que no século XIX exista um mecanismo de submissão, um tipo de complô maquiavélico, nas palavras de Léonard: “*O século XIX dos historiadores não é um mecanismo de submissão, nem um complô maquiavélico, mas uma junção de lutas políticas e sociais articuladas.*”⁷² Novamente, o posicionamento de antagonismo entre Foucault e os historiadores é marcado pela ausência de um tipo de análise que leve em consideração “lutas políticas e sociais”, lutas essas, que poderiam também ser chamadas de lutas de classe.

A “poeira dos fatos verdadeiros” como elemento validador de um tipo de procedimento histórico deve se antepor à “normalização maciça”? Essa questão pode ser trabalhada como uma relação distinta da pretendida? Os historiadores só podem exercer seu ofício sobre “os fatos verdadeiros”? Historiar um problema que requer reflexão é uma postura que pertence apenas aos filósofos? Essas perguntas ajudam a deslocar o ângulo de visão para entender quais poderiam ter sido as preocupações de Léonard ao analisar o trabalho de Foucault. O argumento de Léonard é que o “filósofo” Foucault não teria conseguido perceber que os “historiadores” não refletem sobre uma temporalidade, pois esta está num campo que não é o da história, mas

⁷⁰ Ibidem. p. 13.

⁷¹ Ibidem. p. 16.

⁷² Ibidem.

sim da filosofia. Quando ele escolhe o século XIX para essa argumentação não é uma escolha aleatória, a familiaridade com o período proporciona a segurança na afirmação por um lado, mas por outro evidencia o desconforto de ver uma proposição de pesquisa dispare da realizada até então pelo autor das críticas. A poeira dos “fatos concretos” que forjam os ditos historiadores não pode refletir sobre uma temporalidade, ou melhor, cabe aos historiadores a poeira e aos filósofos cabe a reflexão sobre a temporalidade.

Esse ponto talvez seja o mais emblemático para as respostas de Foucault, não por acaso que o texto resposta tem o título de *La poussière et le nuage* (A poeira e a nuvem), pois o equívoco cometido teria sido o fato de um historiar que, em certa instância, permite ao investigador do passado simultaneamente refletir sobre uma temporalidade. O filósofo é convidado a explicar e permitir que o historiador refletia sobre a poeira dos fatos concretos, mesmo estando estes numa grande nuvem de acontecimentos. Essa ideia de “nuvem de acontecimentos” foi muito cara nas respostas de Foucault e posteriormente em seus posicionamentos no debate na mesa-redonda de 20 de maio de 1978, em que o mesmo passa a falar de uma história “acontecimental” (*événement*), e defende a acontecimentalização (*événementialisation*) da história. Nesse ponto dos argumentos de Léonard é possível perceber que às questões não são só sobre os possíveis equívocos no trabalho de Foucault: erro no tratamento das fontes, problemas nas divisões cronológicas e tratamento desigual das especificidades temáticas. A questão é mais ampla, é a história que tem como premissa a poeira dos fatos concretos contra a nuvem dos acontecimentos dos filósofos, e o desconcerto que esses podem representar se forem tomados como historiadores. O debate é sobre as formas de se pensar com a história e sobre o historiar.

O terceiro equívoco apontado em *Surveiller et punir* está relacionado ao vocabulário utilizado como uma forma de indeterminação, a partir do qual fica mais visível o desconforto de Léonard em relação à forma foucaultiana de pensar o passado. Léonard fala em “crítica mais séria” e censura o método do livro, mas o faz conjurando por ser excessivamente indeterminado em suas descrições dos acontecimentos. Ele diz:

Veamos a crítica mais séria, relativa ao método empregado pelo autor: não se sabe muito bem se M. Foucault descreve uma maquinaria ou se ele denuncia uma maquinação. Observa-se que ele faz um uso enorme e significativo de verbos pronominais ou reflexivos, do pronome pessoal “on”, e de torções que escamoteiam as dificuldades: “aparece como”, “funciona como”, “como se”... Ele se faz demorar sobre as palavras-chaves: “poder”, “estratégia”, “tática”, “técnica”, por vezes especificadas por um adjetivo; mas não se sabe quais são os autores: poder de quem? Estratégia de quem? Tomemos o exemplo da reforma do Direito Criminal, que “deve ser lida como uma estratégia para reorganização do poder de punir” (p. 83). Aqui está uma

estratégia curiosa, ela não tem “um ponto único de origem”; “muitos interesses diferentes se sobrepõem”; é “uma estratégia global que abrigava bem muitas lutas diferentes” (p.84). A nova estratégia dos reformadores é definida, mais (p. 92), por uma série de verbos no infinitivo, mas são as “razões de ser” da reforma penal, atenuadas pelo adverbio “sem dúvida”, com o sentido de “provavelmente”. Então esta famosa estratégia é a reconstituição pelo autor dos motivos plausíveis que puderam inspirar as diferentes variedades de reformadores.⁷³

O “método empregado pelo autor” é confuso na exata medida em que não oferece aos que o leem uma origem, um ponto inicial, uma explicação das causas das coisas. A história de Léonard tem de ser originária, pois ao historiador não cabe titubear diante dos fatos e estes devem ser marcos fundadores. As indeterminações cabem aos filósofos que podem admitir os verbos reflexivos. Os “verbos pronominais ou reflexivos”, acompanhados de “indeterminações” e “adjetivações”, regem um método que não é o dos historiadores, pois eles fazem com que a análise fique flutuante. Os historiadores de Léonard não podem ter oscilações sobre as certezas do passado e o direcionamento do poder.

Pode se escolher um outro exemplo de flutuação, na análise do “poder disciplinar” (p. 173). Vai-se perguntar qual é o mestre ou o distribuidor deste poder; estes não são mais os reformadores do século XVIII que fracassaram. A explicação torna-se mecanicista: “o aparelho (disciplinar) todo ele produto do poder” (p. 179); este são “as leis da ótica e mecânica” que disciplinam os corpos: eis então uma maquinaria sem maquinista. Muitas vezes, se é colocado num mundo kafkiano. O vocabulário da geometria desertifica a sociedade dos homens; é questão somente de espaços, de linhas, de molduras, de segmentos, de disposições... A propósito do Panopticon, Foucault parece ver bem a objeção possível: o poder “tem seu princípio menos em uma pessoa do que em uma certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; em uma aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual os indivíduos estão presos” (p. 203). “Distribuição concertada”, mas para quem? – “Há uma maquinaria”... “Pouco importa, por conseguinte, quem exerce o poder.”⁷⁴

O que faz com que a história escrita por Foucault seja “flutuante” é perceber que pode haver uma “maquinaria sem maquinista”, o poder não centralizador colocaria a análise em mundos “kafkianos”. Porém não se estaria, como antes, requerendo-se uma forma de história do poder da “superestrutura”, do “aparelho estatal”, do vetor opressor-oprimido? Ainda poderia se perguntar: que modelo de “flutuação” é esse? Elaborar um modelo de investigação histórica em que a reflexão sobre o passado leve em consideração a indeterminação dos acontecimentos invalidaria a pesquisa?

⁷³ Ibidem. p. 14. Escolheu-se manter o pronome pessoal “on” como no original em francês, por indicar indeterminação de sujeito e por não haver correspondente direto em português.

⁷⁴ Ibidem. p. 14-15.

Léonard continua sua argumentação tentando de alguma forma minimizar essa flutuação de Foucault. Ele afirma: “*uma sequencia prudente de verbos no condicional desviam a resposta que é talvez sugerida indiretissimamente, um pouco mais longe, pela expressão ‘grupos dominantes.*”⁷⁵ Mais adiante, ele novamente localiza: “*Foucault se mostrou mais explícito: ele atribui à burguesia ‘uma estratégia absolutamente consciente, organizada, refletida, (que) se lê claramente em uma massa de documentos desconhecidos que constituem o discurso efetivo de uma ação política.*”⁷⁶ Em seguida reconhece que Foucault pode gerar mau estar em muitos historiadores, porém é alguém a ser escutado e respeitado pelos historiadores.

Ele tem o cuidado da nuança, no sentido da construção, o dom da evocação. Levando-se em conta as conjunturas e da cor local, ele utiliza habilmente documentos que não são sempre de “grandes textos”, mais de fontes humildes, as vezes manuscritos, frequentemente minuciosos.⁷⁷

Foucault é retomado como alguém que tem o “dom da evocação”, aqui ele está próximo do historiador, pois nessa visão, o historiador é aquele que consegue construir cuidadosamente o sentido do passado evocando as melhores fontes para sua formulação. O tratamento dado as fontes, antes criticado, é reconhecido como “minucioso” e habilmente utilizado, coisas que os historiadores deveriam ter como “dom”. Porém, se fez necessário fazer uma ressalva a todo esse cuidado no estilo, pois poderia levar a uma sedução através de um agenciamento literário:

Foucault sobressai tanto no concreto quanto na teoria; ele apresenta seus excessos abstratos com tanta força, que se lhe dá razão sem tomar o cuidado de inventariar “a realidade das coisas”; o verossimilhante – agenciamento literário – pode no limite superar o verídico – ascese científico. Se ele se aventura ir muito longe, sua audácia é sempre sedutora.⁷⁸

Mesmo sem ser nomeado, o antagonismo entre o filósofo e o historiador persiste, Foucault ao apresentar “excessos abstratos”, a nuvem dos acontecimentos, ganha em convencimento, mas parece perder em “realidade das coisas”, a poeira dos fatos. O historiador não deve lhe dar total razão sob pena de perder o verídico de sua investigação. Os posicionamentos de Léonard, mesmo quando elogiosos, tentam se colocar num lugar diferente das reflexões de Foucault, sua forma de escrita elogiável por ser inebriante, sedutora e convincente, mas também pode falsear a forma de historiar corretamente a poeira dos fatos concretos.

⁷⁵ Ibidem. p. 15.

⁷⁶ Ibidem. p. 15-16.

⁷⁷ Ibidem. p. 17.

⁷⁸ Ibidem.

Na argumentação, o trabalho de Foucault é rico na exata medida em que pode proporcionar aos historiadores novas ideias de trabalho. O livro é, portanto, como uma caixa de ferramenta que não necessariamente produz algo para os historiadores, mas pode ser lido como propulsor de novos temas de pesquisa.

A riqueza do livro provém também de descobertas laterais que não são exploradas a fundo, como se o autor nos sugerisse, nas entrelinhas, o tema de outras pesquisas. (...) Foucault explicitamente dá aos historiadores ideias de trabalho de pesquisa a empreender.⁷⁹

Nessa passagem uma leitura ainda mais específica foi feita, o historiador que “explicitamente dá ideias de pesquisa” é um que investiga sob forma da *dialética*⁸⁰ do poder e do saber,⁸¹ pois investiga o exame que sanciona e hierarquiza, suas origens religiosas, sua função pedagógica, sua eficácia em distribuir privilégios.

Nesse andamento do texto, Léonard ao falar da história praticada por Foucault, diz que: “*A todo momento ele nos convida a não nós resignarmos a esta história-mosaico, história em compartimentos, que razões profissionais bem compreensíveis nos levam à fragmentar.*”⁸² Aqui, mais uma vez, é possível perceber como Léonard por “razões compreensíveis” que um historiador “profissional” sabem coloca Foucault num outro lugar que não o do dito “historiador profissional”, para logo em seguida dar uma noção ao seu leito do que seria este. O profissional historiador é o que, assim como os marxistas, sabe descobrir os segredos da sociedade no tempo, e numa tentativa de “profissionalizar” os escritos produzidos por Foucault são separados de uma “latência nietzschiana”. Essa imagem do historiar reconhecidamente com uma influência nietzschiana é percebida, mas logo em seguida é aproximada do marxismo:

Mesmo se latente nele o fogo nietzschiano, ele desenvolve uma maestria dialética que lhe faz transcender os esquemas explicativos habituais. *Como os marxistas*, ele compreende que, para descobrir os segredos de uma sociedade, é melhor se colocar ao lado de suas vítimas. Mais, recusando privilegiar as forças econômicas, ele reabilita o outro elemento do materialismo, o corpo; não considerando a ideologia como uma superestrutura ele a vê em todos os níveis; no corpo, se abole a oposição muito cômoda do alto e do baixo, e se trocam os bons e maus procedimentos do poder e do saber. *Como os estruturalistas*, ele estima que mecanismos os quais os homens não têm consciência organizam suas relações *sem eles o saberem*; mas ele não se deixa

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Esse termo será objeto de discussão mais adiante, porém cabe o destaque naquilo que se entendeu como uma construção argumentativa que tenta aproximar as reflexões de Michel Foucault do pensamento dialético, fornecendo uma proposta de leitura dialética do poder em relação ao saber.

⁸¹ LÉONARD, Jacques. L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison. Op. cit. p. 17.

⁸² Idem. p. 18.

enganar por essa inocência, e ele sabe valorizar constantemente as inovações, a dimensão temporal, a gênese, ou “genealogia”.⁸³

Léonard constrói um Foucault que interessa aos historiadores, sendo este um que dialoga com os marxistas ao escolher se colocar ao “lado das vítimas”, pois para o autor da resenha crítica, a história tem que optar pelo menos favorecidos e descobrir o segredo desse modelo social que oprime. E mesmo se recusando uma análise das “forças econômicas” Foucault teria “reabilitado o materialismo” ao tratar do corpo através dos procedimentos do poder e do saber. Foucault é lido novamente como um estruturalista, muito mais parecido com o dos trabalhos anteriores (*História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas*) e a genealogia nietzschiana é percebida como sinônimo de gênese.

Como exemplo dessa leitura dialética, da relação entre poder e saber, Léonard retoma a ideia de corpo abordada por Foucault, pois entende que há um equívoco na proposta do livro, para ele houve um deslocamento dos saberes sobre os corpos. Se antes o saber sobre o corpo era religioso depois ele passa a ser científico e essa mudança teria por motivação uma disputa pelo poder que visou destituir o Antigo Regime e implantar outra forma de poder proveniente da Ciência e da Revolução:

Depois do século XVII, a questão se desloca progressivamente: o saber religioso sobre a alma, sobre o irracional, e sobre o Além, se desvaloriza em benefício do saber objetivo, universalizável e eficaz sobre os corpos, inertes ou vivos, mas mesuráveis e cifráveis. O novo saber, por muito tempo balbuciante, avança precedido de uma fumaça ideológica de projetos e de pretensões. Ele promete a felicidade na terra, “ideia nova na Europa”, e mesmo “a felicidade geral”, contanto que se destrua os obstáculos, isto é a dupla feudalidade-superstição, os saberes falsos e os poderes falsos do Antigo Regime. Isso explica o florescimento dos sábios-políticos, a convivência da ciência e da revolução.⁸⁴

Foucault não teria percebido como o corpo marcado por esse poder é fruto de um saber que se desloca para produzir uma racionalidade. Diferentemente da tese defendida no livro em que o corpo é onde se exerce o poder para produzir um saber, Léonard entende o corpo como sendo um lugar onde um novo saber vai produzir uma ideia de felicidade para pôr abaixo “poderes falsos” do Antigo Regime. A “fumaça ideológica” cientificista que prometeria uma nova era mencionada é entendida como uma composição que tem no saber sobre o corpo um projeto de destruição do Antigo Regime, pode ser percebida como uma explicação dialética do materialismo históricos, que vê essa mudança a síntese das contradições do Antigo Regime. O

⁸³ Ibidem. p. 19.

⁸⁴ Ibidem. p. 20-21.

deslocamento da forma de pensar o corpo na história assume um papel significativo na argumentação de Léonard, esse suposto erro de leitura feito por Foucault é retomado onde Léonard fica mais seguro, num historiar comum a história social da medicina francesa.

Para pensar esse corpo, ele vai apresentar algumas das ideias contidas na sua tese doutoral, *Les médecins de l'Ouest au XIX^e siècle*, defendida em 1976, em que ao problematizar a ciência médica percebe como essa passou por uma construção científica tardia em relação a outros saberes e que o corpo tem papel importante nesse processo.

A ciência médica, durante suas décadas cruciais, era apenas um compartimento bastante tardio do novo saber. Nada comparável com o progresso dos matemáticos e da astronomia; ela vacila em competir com a física e a química, e ela apenas toma emprestado suas leis e suas receitas, não para curar, mas para tentar prevenir as doenças e os acidentes. Com efeito, ela deve se mostrar à altura do desafio: o importante é o corpo; é a quantidade de homens, de crianças, de lavradores (como explicam os fisiocratas); é também a qualidade de produtores e reprodutoras (pensemos na higiene maternal e na infantil, no decurso dos partos para as aprendizes de parteiras). Impossível de dissimular: o higienismo social, a medicalização do campo, a organização da assistência epidemiológica, no século XVIII e depois no XIX, são tarefas políticas. Elas são parte do “bem público”, da mesma forma que a agronomia, por exemplo. Durante o meio século que precede a revolução pausteriana, o corpo médico “blefa” um pouco, anuncia, para o porvir, processos que ainda é incapaz de realizar, e “ocupa o terreno”, com o apoio de jornalistas, de professores e de outros cantores do progresso, fazendo campanha sobre os pontos fortes da medicina da época.⁸⁵

Nesse exemplo, além de estar muito familiarizado com o tema, Léonard demarca em certa medida um distanciamento dos trabalhos de Foucault (*História da loucura e Nascimento da Clínica*) mencionados por ele, e tenta colocar em prática uma determinada visão sobre a profissionalização da medicina. O corpo é um dos componentes dessa tese. Diferentemente de *Surveiller et punir*, em que o corpo é um dos seus eixos centrais.

Em outra passagem da argumentação ao tratar do poder, Léonard, retoma a distinção entre suas reflexões e as de Foucault:

A reflexão de Foucault sobre o poder não é evidentemente um simples retorno às concepções anteriores. Ela é um aprofundamento: o poder, no singular, aquele do Estado, aquele que certos marxismos reduzem a uma superestrutura de um modo de produção, aquele que se expressa na Lei, a Ideologia, e por vezes a repressão, se acha *relativizada*, colocada em *relações* por Foucault com outros poderes, no plural, e acompanhado de um genitivo (poder do patrão, do pai de família, do mestre-escola, etc.). Onde lemos “poder”, podemos então entender também “autoridade”, “ordem”, “disciplina”, “adestramento”, “organização”, ou simplesmente “influência”, ou seja, é necessário considerar a pluralidade dessas instâncias, suas contradições

⁸⁵ Ibidem. p. 21-22.

eventuais, seus rangidos desordenados. Não há *uma* Ordem estabelecida, mas micro-poderes que possuem sua própria conjuntura.⁸⁶

Há um reconhecimento da natureza distinta das reflexões propostas, mas esta diferença é colocada em distanciamento ao que um historiador deveria fazer. A imagem do filósofo volta a ser associada à reflexão, enquanto a dos historiadores é associada a “certos marxismos”.

A parte do trabalho de Foucault que foi elogiada é a parte em que ela pôde ser aproximada do marxismo, pois segundo Léonard ao se tratar da disciplina em *Surveiller et punir*, as análises ficam “*marcadas por um espírito de síntese que lembra alguns textos de Marx.*”⁸⁷ A chave de leitura proposta é perceber que:

Acumulação de capital e aparecimento de fábricas: *a disciplina, ou a busca pelo lucro*. Acumulação dos homens e dificuldade de gerir suas necessidades e suas turbulências: *a disciplina ou a administração das multidões*. Excelente dialético, Foucault lida com todos os fatores. Disciplinar e produzir mais e melhor, tudo isso é um. A ordem é um meio para fazer trabalhar, e o trabalho é um meio de trazer a ordem. A organização controlada, programada, progressiva, aplicável a diferentes domínios, confere a essas atividades a eficácia – como no caso: militar, industrial, pedagógica... O local de aplicação desse trabalho ajustado é o corpo humano, tornado rentável e maleável (p. 164-169): *a ordem* transforma tecnicamente e mentalmente o indivíduo.⁸⁸

Na visão de Léonard, a disciplina é a representação arquetípica do materialismo dialético foucaultiano, onde a acumulação do capital foi a base necessária para tornar possível todo um exercício disciplinar.

Talvez para tentar historiar a leitura seja mais eficaz tentar entender o que vem a ser um filósofo para Léonard, mas também que forma de explicação histórica cabe ao se refletir sobre o passado. A primeira indicação é a forma como ele entende a filosofia de Foucault, ao afirmar que “*reconhece-se a dialética do poder e do saber, noção central do pensamento de Foucault.*”⁸⁹ Entretanto, mesmo reconhecendo uma “latência nietzschiana”, esta não é abordada, por quê? Foucault desenvolve um domínio dialético que vai além dos esquemas de explicações habituais? Será este mesmo um “domínio dialético”? A genealogia não marcaria uma distinção do “domínio dialético”? O “elemento” corpo é brevemente mencionado como sendo mais uma peça do materialismo. Seria mesmo o corpo apenas um elemento? As discussões sobre as apropriações do corpo acompanham os escritos de Foucault e os seus pesquisadores longamente, mas a qual concepção de corpo Léonard se refere? Não teria ele

⁸⁶ Ibidem. p. 23-24.

⁸⁷ Ibidem. p. 25.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem. p. 18.

também uma percepção do corpo muito distinta, sendo ele um historiador social da medicina? Uma parte das respostas é dada por Léonard na última parte do texto, quando afirma:

Há mais de uma família na tribo de Clio. A originalidade de Foucault consiste em recusar o viés hegeliano e totalizador a todo preço, que integra os contrários e justifica positivamente tudo o que chegou aos nossos dias. Se ele prefere a noção, estranha ao primeiro enfoque, de “*genealogia*”, então que ele saiba fazer prova da virtuosidade dialética, é sem dúvida para designar a abordagem oposta, aquela que desmascara sem complacência a origem dissimulada do poder, que denuncia sua tendência fatal à barbárie, e que serve a uma revolta.⁹⁰

A filosofia de Foucault antes remetida a um tipo de estruturalismo “tardio”, e talvez o ponto mais criticável para Léonard, a “genealogia” confundida como “gênese” ou “dimensão temporal”, foram retomadas nessa passagem com uma lucidez antes não vista. Ele afirma que o filósofo Foucault não é marxista. O hipotético historiador elogiável é o marxista. O lugar que essa noção de “filósofo” ocupa é no desenvolvimento da reflexão sobre os acontecimentos. Foucault é lido como alguém que trata de questões que os historiadores lidam, mas como um não-historiador. Para aqueles historiadores que ainda assim, se utilizarem da “estranha” genealogia, que estes provem da “virtuosa dialética” que “desmascara sem complacência” a “origem dissimulada do poder”. Para esse historiador o poder tem origem, a dialética é virtuosa e retira os véus que encobrem a verdade histórica. Verdade que está na poeira dos fatos concretos, dialeticamente analisados e não na grande nuvem de acontecimentos relacionais reflexivos.

A despeito de todos os apontamentos citados, vale ressaltar, que mesmo tendo feito a distinção entre historiador e filósofo, colocando Foucault como um e em outras vezes identificando-o como outro, Léonard reconhece e admira Foucault como historiador e afirma que: “*M. Foucault é ele mesmo um historiador, e um historiador incontestavelmente original que todos nós temos interesse em escutar.*”⁹¹ Perceber as nuances do caminho percorrido por Léonard ajuda a compreender que a resenha escrita, para além de apresentar um livro ou indicar possíveis incongruências, tem-se um debate sobre como se lidava com o historiar na França da década de 1970, sobretudo os pressupostos que estavam em disputa ao refletir sobre o passado. A leitura feita por ele, diante de uma forma diferente de pensar e fazer história, faz emergir as relações nas quais ele se assentava para historiar. A problemática contida em *Surveiller et punir*, nesse sentido parece poder contribuir mais como um leque de diferentes reflexões sobre o

⁹⁰ Ibidem. p. 26.

⁹¹ Ibidem. p. 16.

historiar, do que propriamente uma investigação como uma dada razão punitiva se constituiu na França.

Ao se historiar a leitura que Léonard faz de *Surveiller et punir* e tomá-lo como representativo dos historiadores da época, a preocupação vai além das argumentações em si, pois se tem a possibilidade de perceber como um determinado grupo de intelectuais em uma dada área do saber estava lidando com as suas problematizações de pesquisa. O desconcerto provocado pelo texto é perceptível em muitas partes, longe de entender nisso um vazio niilista, é possível vê-lo como uma possibilidade metodológica diferente a época, mas passível de aplicação, sem com isso toma-lo como uma metodologia universalizável e sim como uma estratégia produtora. O diálogo iniciado com as proposições levantadas por ele, além de delimitarem um dado *modus operandi*, podem contribuir com a reflexão sobre o historiar, e também com as contribuições que o saber filosófico pode possibilitar à prática histórica. Essa leitura provoca, entre outras coisas, uma resposta que não busca encerrar o diálogo, mas propicia novos embates e reflexões.

2. A poeira e a nuvem: sobre historiar

Na resposta de Foucault, *La poussière et le nuage*, também é possível fazer um trajeto similar ao realizado com o trabalho de Léonard, ou seja, perceber como seus argumentos apontam para questões além da resposta às proposições. Porém, por ser um texto resposta é possível também perceber que as reflexões de Foucault têm traços de ironia e sátira, principalmente por ele ter ciência do seu local de fala. Desde a sua aula inaugural, proferida no *Collège de France*, em que problematizou entre outras coisas, os sentidos estabelecidos nas práticas discursivas, tomar suas reflexões sem essa preocupação é deixar de fora uma acepção importante de seu pensamento. Além disso, como foi dito por na apresentação de *L'Impossible Prison: Recherches sur le Système Pénitentiaire au XIX^e siècle*, por Maurice Agulhon, esse texto foi também em decorrência de um pedido do mesmo.⁹² Pelo que fica subentendido no

⁹² AGULHON, Maurice. Présentation. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, 1980. p. 6.

posfácio⁹³, o texto foi lido e apresentado por Foucault antes da *Table ronde du 20 mai 1978*, estando ele ladeado do próprio Jacques Léonard.

Michel Foucault, atendeu ao pedido de Maurice Agulhon duplamente: seja escrevendo o texto resposta ao jovem pesquisador que escrevera sobre *Surveiller et punir*, e participou da mesa-redonda de 20 de maio de 1978. Mais ainda, escreve também um posfácio resposta ao escrito por Agulhon, e perceber essas condições de produção auxiliam numa possível percepção do local de fala de Foucault, mas também podem evidenciar os maneirismos de duas respostas, fazendo emergir leituras que ajudam a compreender tons no discurso. Aceitar o convite para responder e dialogar sobre a sua produção é também colocar seus interlocutores em evidência, tentar perceber possíveis tons nesse momento é somar as possibilidades de leitura já existentes.

A abertura da resposta de Foucault, *La poussère et le nuage*, é marcada por esse tom. Ele começa elogiando Léonard por seu vigor na construção dos estereótipos “historiador” oposto ao “filósofo” o que lhe exigiu coragem e exatidão na elaboração dos problemas. Logo em seguida comentar das maneiras que isso foi feito, de uma parte séria e fundamentada ao tratar das relações entre saber e poder e de modo que Foucault entendeu como irônico ao tipificar a figura do “historiador fictício” especialista queixoso e um pouco cruel com esse mesmo historiador ao lhe incumbir a função de “virtuoso da exatidão” e choroso por ter seus “domínios saqueados” pelos selvagens filósofos.⁹⁴ Esse tom irônico na fala de Foucault, pode ser maximizado quando se tem em conta que foi dito ladeado de seu interlocutor, ao mesmo tempo que faz emergir uma certa descontração ao lidar com possíveis oposições ao seu pensamento.

Foucault se propôs responder, reconhecendo as bases argumentativas escolhidas por Léonard, e retomando a discussão sobre o ponto de vista do antagonismo entre as noções do que é ser “historiador” ou do que é ser “filósofo” faz com que ele provoque mais um desconcerto, problematizar essa suposta divisão entre história e filosofia como saberes específicos. A imagem argumentativa proposta por ele: “*os pequenos fatos verdadeiros contra as grandes ideias vagas: a poeira desafiando a nuvem.*”⁹⁵ pode sugerir uma das várias razões de aceitar o convite; o desafio. Mas do que pensar a “poeira” que desafia a “nuvem” e as muitas imagens já contidas nisso (por exemplo, lembrar que Léonard estava no seu início de carreira – uma pequena poeira – dialogando com o já consagrado professor do *Collège de France* – a grande nuvem do saber), o desconcerto parece ser tentar sair desses lugares e propor uma

⁹³ AGULHON, Maurice. Postface. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, 1980. p. 313.

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *La poussère et le nuage*. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. 1980. p. 29.

⁹⁵ Idem.

reflexão que deixa de pensar necessariamente a própria produção, para a partir das argumentações colocadas refletir sobre questões epistemológicas. *Surveiller et punir*, durante a argumentação deixar de ser o tema central para ser o começo de um outro tipo proposta, pensar com e sobre a história.

Nessa outra empreitada, Foucault tenta se distanciar do que Léonard entende tanto por filósofo, como por historiador, e esse distanciamento parece mirar uma percepção que não entende esses saberes como necessariamente isolados, mas sim como constituintes de uma *razão*, já outrora investigada problematizada em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, e ligada a uma trajetória de pensamento que tem no seu percurso a epistemologia das ciências francesa. A divisão entre história e filosofia nesse caso, para ele, parece ser a distinção de uma determinada prática de historiar de uma determinada prática de filosofar. Os procedimentos adotados por Foucault reconhecem um posicionamento que relaciona mais do que divide os dois saberes. A leitura de Léonard nessa argumentação levou Foucault a se posicionar e refletir sobre sua prática historiográfica, coisa que até então tinha se esquivado. Esse é um dos poucos momentos no qual ele argumenta de maneira aprofundada sobre seu historiar.

2.1 La poussère et le nuage

Vislumbrar as possibilidades inseridas no início desse texto resposta, mas também suas condições de fala podem contribuir com essa estratégia de leitura adotada até aqui, ou seja, perceber a produção intelectual de Foucault isoladamente, mas tentado historiar suas redes de reflexão. Entre a apresentação desse texto (1978) e a finalização de *Surveiller et punir* (1973), há uma diferença de cinco anos, possíveis de serem vistos em muitos aspectos, dentre eles, uma preocupação mais específica em dialogar com os historiadores. Ele já o fizera antes, na década anterior, mas sua preocupação parecia ser usar a história e repensar uma determinada tradição filosófica, diferente desse momento em que a proposta se inverte, usar a filosofia para pensar uma determinada tradição de escrita da história.

Essa perspectiva aparece logo no início do *La poussère et le nuage*, quando na breve apresentação que Foucault fez da leitura de Léonard, ele passa a explicar como se deu a construção de sua resposta. Entre os pontos que ele considera úteis à sua resposta, mas sobretudo a sua reflexão, não sem antes provocar seu interlocutor e sua audiência perguntando da “divisão do bolo”, ele reconhece três pontos que serviriam de início para ponderações:

- 1) a diferença de procedimento entre a análise de um problema e o estudo de um período;
- 2) o uso do princípio de realidade em história;
- 3) a distinção a ser feita entre a tese e o objeto de uma análise.⁹⁶

2.1.1 – Distinção entre “problema” e “período”

Sobre a primeira, a forma de lidar com o período estudado, que levou Léonard a chamar Foucault de “cavaleiro bárbaro”, tem-se uma resposta provocativa: “*Os especialistas de cada período, tal como crianças bochechudas que se acotovelam em torno de um bolo de aniversário, foram equitativamente tratados?*”⁹⁷ Para ele, esses questionamentos sobre a periodização são equivocados, pois seu intuito é estudar um problema, e ao estudá-lo se tem uma configuração diferente. Para Foucault, ao estudar um problema:

- 1) Trata-se de estudar a aclimação, no novo regime penal, de um mecanismo punitivo, imediatamente convocado a se tornar dominante. Isso quanto ao *objeto*.
- 2) Trata-se de explicar um fenômeno, cuja manifestação primeira e mais importante se situa nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros do século XIX. Isso quanto ao *tempo forte* da análise.
- 3) Trata-se, enfim, de verificar se essa dominância de encarceramento e a aceitação de seu princípio se mantiveram bem, mesmo na época das primeiras grandes constatações de fracasso (1825-1835). Isso quanto aos *limites* últimos da análise.⁹⁸

Tomar por objeto uma aclimação de um mecanismo punitivo, num novo regime penal, é interessar-se por como, num dado momento, esse mecanismo emergiu dentre a rede de possibilidades, na qual ele estava inserido. Estabelecer um recorte temporal que foi dado pela análise, e não por uma delimitação prévia, possibilitou uma inversão na forma habitual realizada pelos historiadores de então. Os limites analíticos estariam umbilicalmente relacionados ao que foi possível pensar em uma dada temporalidade sobre o encarceramento. Foucault estabeleceu para si uma forma de historiar, a partir da qual seu *modus operandi* destoou, mas que também se relacionou com uma série de outros debates do sentido dado à história de então.

Para Foucault existe um descompasso entre a sua forma de historiar, investigar um problema, e o que Léonard presume que seja o feito por ele, o estudo de um período. Pode-se delinear o começo da distinção entre Léonard e Foucault, ao esboçarem como proceder num historiar. Foucault ao tomar como objeto um problema, procedimento mais comum na filosofia,

⁹⁶ Ibidem. p. 30.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibidem.

passa a investigar com regras de análises que não estão no cânone do historiador, tal como o proposto por Léonard.

Para quem, de fato, gostaria de estudar um *período*, ou ao menos uma instituição durante um dado período, duas regras entre outras se imporiam: tratamento exaustivo de todo o material e equitativa repartição cronológica do exame. Quem, por outro lado, quer tratar um “problema”, que apareceu em determinado momento, deve seguir outras regras: escolha do material em função dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E, portanto, indiferença à obrigação de dizer tudo, mesmo para satisfazer o júri de especialistas reunidos. [...] Só podemos denunciar “ausências” em uma análise apenas se entendemos o princípio das presenças que aparecem nela.⁹⁹

Nessa passagem, em que ele faz uma distinção entre o estudo de um “período” e de um “problema”, além de um corte procedimental distinto do historiador hipotético, também é possível ver uma aproximação da tradição de escrita que ficou conhecida como *Annales*, mais especificamente sua proposta metodológica de entender a história-problema, no que se refere a uma preocupação em lidar com as fontes. Numa brevíssima explanação, diferentemente da iniciativa de Lucien Febvre e Marc Bloch, a forma foucaultiana é, no nosso entender, uma forma mais comumente adotada nos estudos de filosofia para se investigar um problema filosófico. Para Febvre e Bloch, “história-problema” seria “*interpretativa, problematizada, apoiada em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento através de novas tábuas de leitura, e, na verdade, capaz de problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento.*”¹⁰⁰ uma anteposição ao que eles entendiam por “história factual”. Essa aproximação ou não, com a tradição dos *Annales*, não será o foco da discussão agora, mas vale ressaltar que não é essa a visão de historiar que ele desenvolver, mas também não foi essa que ele criticou mais duramente nesses argumentos.

Nas proposições de Foucault, a história que trata de um “problema”, assim como na filosofia, teria por foco das análises aquilo em que fosse suscetível de resolução pelas fontes, levando a escolhas destas ser associada aos dados disponíveis para o problema estabelecido inicialmente. Logo, não haveria uma premissa, ou uma periodização a se dar conta, sob pena de suspensão da qualidade do trabalho, mas sim, uma investigação guiada num outro vetor, em que a resolução tende de ser possível através dos dados e fontes disponíveis. O historiador de

⁹⁹ Ibidem. p. 32.

¹⁰⁰ BARROS, José D’Assunção. Os *Annales* e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos *Annales*. In: **História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 303.

Léonard que denuncia lacunas no trabalho, não percebe que estas não foram propostas como objeto, pois, por partir de uma premissa teórica diferente confunde “período” e “problema” por não perceber no trabalho um outro tipo de investigação. Os historiador de Léonard e de Foucault se diferenciam, não por serem concepções provenientes de um historiador e de um filósofo, mas por terem premissas distintas.

O argumento apresentado por Foucault, o de não se cobrar aquilo que não foi proposto, reitera a ideia de que o estabelecimento de reflexões sobre um problema pode ser uma forma de pensar a história num campo metodológico distinto da leitura realizada. Tomar um problema como objeto de investigação histórica pode ser um tipo de história com lacunas às proposições desse leitor, mas em contrapartida possibilita outro tipo de análise. Análises estas que cobrem um passado não alcançado por outra forma, mas também, com o reestabelecimento de uma condição de reflexão ativa ao objeto estudado.

Nessa parte do texto, Foucault rompe com a dualidade arquetípica proposta por Léonard e tenta problematizar os fazeres do historiador e do filósofo. Ele afirma que:

A diferença, segundo M. Leonard, não é, portanto, entre duas profissões, uma dedicada às tarefas sóbrias da precisão e a outra à grande disputa de ideias aproximadas. Em vez de jogar o estereótipo pela milésima vez, não é melhor debater as modalidades, os limites e os requisitos de duas formas de fazer as coisas? Uma que consiste em se dar um objeto e tentar resolver os problemas que pode representar. A outra que consiste em tratar um problema e determinar a partir dele o domínio do objeto que deve ser endereçado para solucioná-lo.¹⁰¹

Nessa passagem, a proposta é expressada abertamente, não seria melhor debater os procedimentos da filosofia e da história? Caberia ao historiador de então resolver os problemas de seu objeto? Caberia ao filósofo tratar de um determinado problema? Nesse desconcerto foram deslocados, epistemologicamente, os questionamentos do seu interlocutor e ao invés de responder ao que cabe, pela “milésima” vez a esses saberes, ele propõe debater os “limites” e os “requisitos” da história e da filosofia. Essa passagem é uma guinada na temática tratada, pois o texto deixa de ser uma discussão sobre *Surveiller et punir* e passa a ser um debate sobre as modalidades, os limites e as exigências do historiador.

Nesse ponto, debater as questões levantadas por Léonard sobre o livro foram o pretexto para também debater sobre o historiador. A escolha de Foucault em responder a Léonard, e não a outros críticos, pode ser entendida também por essa noção, pois as escolhas argumentativas do texto de Léonard permitiu que a discussão tomasse um rumo mais amplo sobre a história. As

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. *La poussière et le nuage*. Op cit. p. 32.

respostas que se seguem já têm uma diferença em suas assertivas. Responder a Léonard passou a ser o ato de problematizar o historiar, o que também faz emergir o local de fala de Foucault, e como ele pensa o seu historiar nesse momento. A distinção entre “problema” e “período” no labor histórico foi um pano de fundo para expor uma estratégia de escrita histórica que critica duramente um modelo de historiografia que Léonard algumas vezes fez menção, o diálogo também pode ser lido no diapasão da disputa entre uma leitura histórica filosoficamente alicerçada na dialética e outra que tenta romper sem necessariamente reproduzir outros discursos em voga, como por exemplo o produzido pela tradição dos *Annales*. Essa outra proposta se intensifica ainda mais no segundo ponto da resposta de Foucault.

2.1.2 – Princípio de realidade histórica

O segundo ponto, o princípio da realidade histórica, ou se os franceses são ou não obedientes, Foucault busca responder aos questionamentos de Léonard sobre se seu trabalho seria verossimilhante historicamente. Sendo assim, a resposta coloca em pauta outra convenção muito cara ao “hipotético” historiador que reclamaria das suas abstrações, se na escrita da história caberia espaço para um desapego da “realidade histórica” em benefício de uma “abstração reflexiva”. Foucault afirma que: “*a intenção deliberada, o tipo de cálculo, a ‘ratio’ que foi implementada na reforma do sistema penal, quando foi decidido introduzir, não sem modificação, a antiga prática de confinamento. É basicamente um capítulo da história do ‘razão punitiva’.*”¹⁰² Ou seja, ele não tinha como preocupação explicar a sociedade francesa, nem a definição da delinquência nos séculos XVIII e XIX, menos ainda uma história das prisões na França entre 1760 à 1840, como foi colocado. A investigação foi sobre como uma dada “razão punitiva” emergiu e produziu uma série de relações entre poder e saber, que possibilitou entre outras coisas, o retorno de uma prática de confinamento.

Para ele houve um erro de leitura, suas pesquisas estão voltadas para outras preocupações e respondem a outra ordem de exigências. As suas perguntas eram: a qual cálculo o princípio do encarceramento penal obedecia? O que se esperava dele? Sobre quais modelos se apoiava? A que forma de pensamento a razão punitiva estava referida?¹⁰³ Foucault explicitou minuciosamente as questões que seriam necessárias para uma análise histórica da razão punitiva:

Que exigências deveriam ser cumpridas para uma análise histórica da razão punitiva no final do século XVIII?

¹⁰² Idem. p. 33.

¹⁰³ Ibidem.

- Não pintar a imagem de tudo que hoje se pode conhecer sobre a delinquência naquela época; [...] Em suma, fixar pontos de ancoragem de uma estratégia.
- Determinar por que tais estratégias e instrumentos táticos foram escolhidos e não outros. Portanto, devemos inventariar as áreas que puderam informar essas escolhas:
- Determinar, enfim, quais os efeitos de retorno se produziram: o que, dos inconvenientes, desordens, prejuízos, consequências, imprevistas e incontroladas, foi percebido, e em que medida esse “fracasso” pôde suscitar uma reconstrução da prisão.¹⁰⁴

O deslocamento para uma análise histórica da razão punitiva, possibilita a constituição de um quadro analítico onde fixar os pontos de ancoragem de uma determinada estratégia é percebido por Foucault como mais significativo do que dar conta de todas as informações sobre delinquência. Organizar uma narrativa sobre o passado que se arvorar-se a dar conta de tudo que sabia, na época, sobre a delinquência seria um equívoco por não conseguir perceber as estratégias usadas para está mesma delinquência se estabelecer. Daí a importância de se perceber quais os instrumentos táticos que foram utilizados e os que foram deixados de lado na constituição dessa razão punitiva. Perceber as áreas que forneceram subsídios para implementação dessas relações de poder, era nesse sentido, perceber o saber em funcionamento e estabelecendo as relações de poder. Relações estas, que não estão subordinadas por uma dialética, mas sim, por um modelo de explicação relacional, onde as táticas utilizadas são tão necessárias quanto as não utilizadas, pois a narrativa relacional se interessa também por essas condições de possibilidade. Determinar os “efeitos de retorno” é vislumbrar uma perspectiva histórica que se debruçará pelos mesmo “de fora” que tinham sido estudados anteriormente por Foucault. O fracasso de determinados modelos prisionais está em pé de igualdade com o projeto vencedor, pois ele pode possibilitar perceber em que medida o projeto “vencedor” não foi também uma reconstrução de outros projetos “fracassados”.

Uma investigação histórica que leve em conta o cálculo da razão punitiva pode ser considerada incomum, mas não a torna mais ou menos legítima diante de uma outra baliza historiográfica. A argumentação foucaultiana perpassa por problemáticas que Léonard leu como filosóficas, mas que concomitantemente entendeu serem necessárias ao entendimento por serem, entre outras coisas, questões de um historiador.

Essa argumentação permitiu a Foucault problematizar aqui, aquilo que mais adiante na mesa-redonda teve um papel relevante, a função do princípio de realidade histórica, possivelmente uma das questões mais duramente criticada por seus opositores. O ponto que

¹⁰⁴ Ibidem. p. 33-34.

Foucault toma como princípio a ser desmistificado nessa argumentação é o da realidade estabelecido por Léonard, pois:

Devemos desmistificar a instância global *do* real como uma totalidade a ser restaurada. Não há “o” real do qual se iria ao encontro sob a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais “reais” que as outras, e que falharíamos, em benefício de abstrações inconsistentes, se nos restringíssemos a fazer aparecer outros elementos e outras relações. Também pode ser necessário questionar o princípio, muitas vezes implicitamente admitido, de que a única *realidade* a que a história deveria reivindicar é a própria *sociedade*. Um tipo de racionalidade, uma forma de pensar, um programa, uma técnica, um conjunto de esforços racionais e coordenados, objetivos definidos e perseguidos, instrumentos para alcançá-lo, etc., tudo isso é algo do real, mesmo que não se possa afirmar ser a “realidade” em si ou “a” sociedade inteira. E a gênese dessa realidade, do momento em que nela fazemos intervir os elementos pertinentes, é perfeitamente legítima. É o que o historiador encenado por M. Leonard não *entende*, no sentido estrito do termo. Para ele, existe apenas uma realidade que é ao mesmo tempo “a” realidade como “a” sociedade.¹⁰⁵

A realidade histórica está em debate. Não há nessa passagem nenhuma menção a discussão em termos estritamente filosóficos sobre a realidade das coisas em si. O debate que Foucault está, propositalmente, tratando é como esse historiador “hipotético” parte de certo “mito” que seria possível ao historiador estabelecer o passado tal qual realmente aconteceu. Além disso, ele propõe a suspensão da noção de que essa realidade histórica é única e representa a sociedade tal como ela era.

Para Foucault, a realidade histórica não pode ser uma exclusividade, mas sim uma multiplicidade constituída por vários componentes que não devem ser prensados em nome de uma “realidade” única. A proposição é reconhecer que o real tal como construído por historiadores tem múltiplas variáveis, que nenhuma delas é em si “o” real, e mesmo a junção delas, como são múltiplas variáveis, não seria possível em sua totalidade, deste modo então, o real jamais seria captável em uma única junção. Nesse ponto da argumentação, novamente, a discussão extrapola a temática do livro e assume um viés teórico indissociável das problematizações que os historiadores deveriam levar em consideração em suas análises.

A pergunta chave de Léonard – seriam os franceses obedientes? – que serviu a esse debate sobre o princípio de realidade em história passa a ser duramente contestada, seja na sua formulação, porque para Foucault mais evidencia o ponto de partida do que leva em consideração o trabalho realizado. Pois, se preocupar se os regulamentos foram “realmente” aplicados é desconsiderar a racionalidade que os teriam tornado possível de serem elaborados. Esse questionamento teria levado Léonard a sucessivas confusões, por exemplo, “sociedade

¹⁰⁵ Ibidem. p. 34-35.

disciplinar” não é “sociedade disciplinada”, difusão de métodos de disciplina não significou dizer que os franceses eram disciplinados, não há a defesa da “tese de uma normalização maciça”, a racionalidade punitiva não é a prisão. Essa exemplificação é igualmente sugestiva, as oposições de Foucault são entre suas proposições abstratas em choque com uma postura que requer uma especificidade, o argumento denuncia o quanto esse historiador de Léonard é avesso a abstrações.

Novamente, o debate adquire contornos que estão mais preocupados em problematizar a distinção entre historiador e o filósofo, os colocando em lugares destituídos dessa premissa e propondo ao historiador uma reflexão por dentro de seu ofício sobre o que seria essa racionalidade ocidental. A dita abstração deixa de ser pensada em anteposição ao princípio de realidade histórica, o real histórico, lugar onde os historiadores de tão embevecidos de seu ofício desejariam habitar segundo Léonard, para Foucault ele deve ser problematizado como possibilidade de análise. Ele diz:

O que acontece com esse real que é a racionalidade nas sociedades ocidentais modernas? Essa racionalidade não é simplesmente um princípio de teoria e técnicas científicas, que não apenas produz formas de conhecimento ou tipos de pensamento, mas é vinculada por laços complexos e circulares a formas de poder. E quanto a essa racionalidade, como podemos analisá-la, compreendê-la em sua forma e sua estrutura?¹⁰⁶

Nessa proposta, como argumentado, a abertura para abstrações, permitiriam alcançar lugares de investigação histórica que “o” real não teriam como perceber, a racionalidade não só como simples princípio científico, mas como uma luz lançada sobre “laços complexos” que permitiriam perceber outras formas de poder. O argumento é criar uma estratégia investigativa que der conta de se investigar uma racionalidade, e para isso a percepção de “real”, tal com foi proposta não daria conta, mas as reflexões abstratas poderiam vislumbrar outras possibilidades. A discussão sobre “o” real em anteposição a abstração é no desconserto foucaultiano uma questão para problematizar as estratégias teóricas utilizadas por alguns historiadores que pensariam dialeticamente a verdade histórica e uma estratégia que se pretende um entendimento relacional do passado, sem com isso recair num suposto relativismo científico. Esse passa a ser o terceiro e último ponto do texto de Foucault.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 35.

2.1.3 – O problema da estratégia

Nesse terceiro ponto, Foucault tentou pensar suas estratégias de investigação histórica através daquilo que entendeu como o maior equívoco do hipotético historiador, ou seja a confusão que este faz entre o objeto estudado e sua tese. Foucault afirma que o historiador proposto por Léonard teria cometido dois equívocos: um referente à leitura do texto e outro ao sentido das palavras. O equívoco na leitura de Léonard diz respeito à crítica na utilização de verbos no infinitivo para descrever os projetos dos reformadores, pois daria anonimato aos procedimentos utilizados na reforma, construindo assim uma maquinaria sem maquinista. Porém, Foucault argumenta que descreve detalhadamente em 25 páginas esses reformadores e suas autorias.¹⁰⁷ O segundo equívoco de leitura seria o sentido das palavras. Foucault toma como exemplo “estratégia”, pois Léonard critica como a estratégia argumentativa do livro quebra com a explicação de “um ponto de origem único”, servindo com isso a “muitos interesses”. Neste ponto, se a resposta tenta se colocar num lugar teórico exatamente oposto, o proposto é um historiar que não tenha um “ponto de origem” e um único interesse, o historiar genealógico. Foucault comenta em forma de perguntas:

Imaginamos uma estratégia que não é precisamente isso? Uma estratégia que não nasceu de várias ideias formuladas ou propostas de diferentes pontos de vista ou objetivos? Uma estratégia que não encontraria seu motivo em vários resultados buscados em conjunto, com vários obstáculos a serem transformados e diferentes maneiras de combinar?¹⁰⁸

Essa estratégia metodológica de várias ideias formuladas com diferentes pontos de vista e múltiplos objetivos, que não pensam em motivo originário ou em apenas um único resultado e fez dos vários obstáculos encontrados formas diferentes de possibilidade de respostas, essa estratégia é aquilo que Foucault nomeia de genealogia. A pesquisa genealógica que foi explicada no início de *Surveiller et punir*¹⁰⁹, e será abordada mais especificamente no próximo capítulo. Inclusive em diversas outras passagens além do *Surveiller et punir*, por isso apenas ficará aqui mencionada e percebida como uma estratégia metodológica distinta da que estava aventada por Léonard.

A evidenciação dessa estratégia metodológica genealógica serve também para se diferenciar de outros historiadores que, segundo Foucault, enxergavam as reformas no sistema punitivo e as prisões com um melhoramento. Ele comenta que “*É bem nesse sentido, admitido por todos, que, não muito longe de lá, um excelente historiador fala da ‘estratégia de*

¹⁰⁷ Ibidem. p. 36.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. 1975. p. 30-32.

melhoramento' no pensamento dos filantropos do século XIX.”¹¹⁰ Ou seja, a uma determinada forma de historiar que busca as origens dos fatos históricos também permitiu ver essa razão punitiva como um melhoramento financiado pelos filantropos da época. Mesmo não estando nomeados, estes filantropos também podem ser chamados de burgueses e aristocratas do século XIX, mas foi feita uma escolha nesse aspecto, que também parece ser teórica. Daí mais uma pista dessa estratégia de pesquisa, essa possibilidade requer uma constante reflexão para que se mantenham as competências analíticas das abstrações apresentadas.

Outro equívoco de leitura cometido por Léonard teria se dado por não ter mantido essa acuidade, para perceber, por exemplo, aquilo que teria sido fruto das reflexões de Foucault e aquilo que não faria parte de sua concepção pessoal, mas do tratamento abrolhado nas fontes. Foucault lista uma série de frases em que essa confusão acontece:

“O aparelho disciplinar produz poder”; “pouco importa quem exerce o poder”; o poder “tem seu princípio em uma certa distribuição combinada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares”: nenhuma dessas frases constitui minha concepção pessoal de poder. Todas, explicitamente, descrevem projetos ou desenvolvimentos, concebidos ou ajustados, com seus objetivos e o resultado esperado deles: em particular, o que Bentham esperava do *Panóptico*, como ele próprio o apresentou (consulte o texto citado: sem nenhum equívoco possível, é a análise do programa benthaminiano).¹¹¹

A falha na leitura estaria em confundir o que Foucault descreveu como projetos e os objetivos ou resultados destes, com uma possível concepção pessoal do poder. A noção de poder nos escritos de Foucault mudou significativamente ao longo dos anos, mesmo estando Léonard analisando apenas *Surveiller et punir*, Foucault nesse texto já apresenta uma percepção do que entende como poder marcadamente genealógica, uma percepção em que o poder é relacional, ele é uma prática que acontece na exata medida em se exerce. O poder, nesses termos não estaria numa figura como o Estado ou mesmo o soberano, menos ainda seria unidirecional ou apenas opressor, ele seria produtor de saberes e aconteceria também nas micro-relações. O exemplo que ele recomenda ser novamente visto, do filósofo inglês Jeremy Bentham e o plano arquitetural elaborado por ele, denominado Panóptico, seria a explicitação de uma determinada forma de pensar a razão punitiva. Assim sendo, a investigação desta não precisaria se preocupar com a aplicabilidade ou exequibilidade do projeto, mas tentar perceber como esse projeto Panóptico constituiu um programa para o próprio Bentham. Dar ênfase a essa confusão pode ser entendido como uma tentativa de fazer emergir as dificuldades de se tentar traçar uma

¹¹⁰ FOUCAULT, Michel. *La poussière et le nuage*. Op cit. p. 37.

¹¹¹ Idem.

divisão tão enfática como a feita Léonard entre a história e a filosofia, mas também ajuda a evidenciar como uma determinada prática historiográfica não conseguiria estudar determinadas relações de poder.

A distinção entre aquilo que Foucault pessoalmente acredita e o que sua investigação mostrou foi aprofundada quando ele aponta como Léonard confundiu o sentido de suas palavras ao não compreender a diferença entre a tese do livro e o seu objeto. Esse ponto da discussão, mais uma vez reforça, que o debate teve como início o *Surveiller et punir*, deixou como pano de fundo, mesmo quando o conflito no entendimento foi sobre a distinção entre a tese central do livro e seu objeto de análise. Ele assinala que a tese central do livro é a maneira como se pretendeu racionalizar o poder através de uma “economia” da vigilância. Sendo assim, seu estudo investigou como os mecanismos de poder no século XVIII puderam contribuir para o crescimento de certas formas de saber das ciências humanas. Diferentemente do que os argumentos de Léonard propuseram, Foucault responde que não é a automaticidade do poder, nem a mecânica vista nos dispositivos disciplinares a sua tese. Estes foram o seu objeto.¹¹²

Estudar a maneira como se quis racionalizar o poder, como se concebeu, no século XVIII, uma nova “economia” das relações de poder, mostrar o papel importante que nele ocupou o tema da máquina, do olhar, da vigilância, da transparência etc., não é dizer nem que o poder é uma máquina, nem que tal ideia nasceu maquinalmente. É estudar o desenvolvimento de um tema tecnológico que acho importante na história da grande reavaliação dos mecanismos de poder no século XVIII, na história geral das técnicas de poder e, mais globalmente ainda, das relações entre racionalidade e exercício do poder, importante também no nascimento de estruturas institucionais próprias às sociedades modernas, importante enfim para compreender a gênese ou o crescimento de certas formas de saber, com as ciências humanas, em particular.¹¹³

A preocupação central de Foucault é investigar o “crescimento” de certas formas de saber, sobretudo nas ciências humanas, mas também em como o poder tornou possível estas formas de saber. Distanciando-se de uma “dialética” entre o poder e saber, Foucault investigou as relações entre uma tecnologia punitiva e a genealogia dos saberes que o viabilizaram. O benefício dessa estratégia metodológica dar-se na medida em que não tenta fazer distinção entre aquilo que caberia aos saberes específicos, investigar as racionalizações do poder, não foram tratadas como naturalmente filosófica. Indiretamente provocou uma reflexão sobre o que determinados tipos de investigação históricas estavam realizando e propôs essa que não se aferrou as práticas da narrativa do passado, como estavam sendo feitas. Analisar “as relações

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem. p. 37-38.

entre racionalidade e exercício do poder” pode ser objeto de uma tese que não deveria necessitar se apregoar ao saber filosófico ou ao saber histórico. Nesse aspecto essa divisão se esvazia, contudo isso não implica numa dissolução das especificidades, mas uma forma outra de pensá-las em seus exercícios ordinários.

Foucault se preocupou em não assumir o lugar que lhe foi imputado, no trecho final do texto fez um convite a aqueles que realizam análises diferentes das suas, pois esse historiar relacional que se debruça sobre o poder e a genealogia do conhecimento se propõe por relação e não por exclusão. Ainda sim, outra vez, alfineta a leitura realizada do seu trabalho, pondo em suspensão a legitimidade do leitor que requer trabalho exaustivo no trato das fontes, mas não consegui distinguir a sua tese de seu objeto, ou mesmo reclama por “realidade histórica” quando confundiu o que ele afirmou com aquilo que ele tratou. Disse ele:

Querer lidar especificamente com as relações entre a tecnologia do poder e a genealogia do conhecimento não é uma maneira de proibir os outros de analisar domínios vizinhos; é preferível convidá-los para isso. Mas não acho legítimo impor a um trabalho uma exigência de exaustividade, se não se compreendeu sobre o que ele estava falando. Nem se pode fazer-lhes objeções em termos de “realidade” ou “verdade” se se confundiu o que ele afirma com aquilo sobre o que ele fala, sua tese e seu objeto.¹¹⁴

Observar os locais de fala e aventar os tons dessa interlocução, ajudam no sentido de melhor preparar o leitor para perceber que mais do que uma defesa de uma determinada forma de se escrever a história, a proposta de Foucault é um convite. Não houve na nas respostas, provocativas, nenhum tipo de hierarquização entre os saberes da história e da filosofia, menos ainda um desmerecimento em relação a história. O tom da fala foucaultiana, foi propositivo inclusive por não se deixar cair na dicotomia que lhe foi inicialmente colocada. Os dizeres não se aproximam de um suposto relativismo, nem tão pouco de um “niilismo de cátedra”¹¹⁵, mas a uma tentativa de pensar a história diferentemente do que um determinado tipo de marxismo francês se propunha a fazer. O tom, presumivelmente irônico também pode ser lido como um tipo de franqueza teórica que permite agradecer francamente à Léonard por pô em evidência um leque de discussões que pareciam se esfriar em 1978 e que já se distanciavam de suas novas empreitadas. Foucault comenta:

¹¹⁴ Ibidem. p. 38.

¹¹⁵ Esse termo foi amplamente empregado pelo sociólogo José Guilherme Merquior num livro chamado *Michel Foucault ou O niilismo de cátedra*, onde o ele se propõe analisar todos os momentos em que Foucault levou suas investigações de forma histórico-filosóficas. Além de não conseguir realizar essa empreitada com competência, o texto é marcado por uma busca confusa de definições inconsistentes, sendo digno de nota, tão somente, por divulgar a pecha de “niilista” aos trabalhos foucaultianos.

É por isso que devemos agradecer ao Sr. Leonard por ter trazido esses problemas com tal lucidez. Ele captou perfeitamente a importância metodológica de muitas noções que estão sendo usadas cada vez mais amplamente: estratégia, táticas, objetivos e etc.¹¹⁶

Mais uma vez o desconserto de deslocamento, quando do final da argumentação se poderia imaginar uma última crítica ao interlocutor, o que se fez foi um agradecimento. Agradecimento esse que pode ter uma dupla função, uma de reconhecer a validade argumentativa dos comentários críticos, e outras de exaltar aquilo que melhor lhe quereria fazer ver, a estratégia metodológica. As noções de estratégia, tática e exame, estariam sendo mais amplamente utilizadas graças a lucidez de Léonard, a ideia que diferenciaria o historiador do filósofo, propostos por Léonard, foi lida como uma amplificação dessa outra forma de pensar o passado.

No encerramento texto o pretense moto argumentativo foi retomado – historiador X filósofo – mas já em definitivo sem mais admitir sua premissa, ou seja, colocou o trabalho realizado em *Surveiller et punir*, como um trabalho de investigação das estratégias. Ter feito isso foi, não se deixar colocar como um filósofo, mas com o que se poderia identificar como um historiador com proposições diferentes das de então, pois a inteligibilidade da sua pesquisa passou por outros caminhos que não os descritos para a história. Ele afirmou que sua pesquisa tentou ir além dos limites de uma análise que se pretendesse compreender as noções de ideologia para então tentar dar conta das estratégias, das tessituras que as relações entre saber e poder podem fazer emergir.

Portanto, também conseguimos experimentar concretamente os limites da noção de ideologia. O princípio da inteligibilidade das relações entre saber e poder passa mais pela análise de estratégias do que pela das ideologias. Parece-me que é essa noção e seu possível uso que poderia permitir não um “encontro interdisciplinar” entre “historiadores” e “filósofos”, mas um trabalho em comum de pessoas que procuram se “des-disciplinar”.¹¹⁷

Essa última frase do texto, convite a se “des-disciplinar”, foi o ponto final da proposta, logo é plausível intuir que houve uma recusa em se “disciplinar” numa determinada área do saber, defendendo uma escrita que não seja “interdisciplinar”, mas despreocupada com uma filiação compartimentada em áreas do saber. Também, se poderia perceber que teve uma reiteração ao distanciamento da dialética, como proposto por Léonard, e enfatizou suas análises sobre as relações, guiando-se por um princípio de inteligibilidade. Num alargamento do entendimento, seria possível ainda, notar que havia uma disputa no debate e o que se estava em negociação era a validação de um determinado tipo de argumento. Assim como, quais tipos de argumentos

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. La poussière et le nuage. Op cit. p. 39.

¹¹⁷ Idem. p. 39.

poderiam ser validados quando propunha pesquisar possibilidades outras de se pensar uma forma de historiar. Talvez o diálogo de Foucault tenha sido com uma dada apreensão da dialética hegeliana como ferramenta de explicação única para a história. Esse diálogo de Foucault com essa tradição hegeliana também tem uma historicidade, cabe agora uma breve passagem sobre essa historicidade.

3. Outros diálogos além de poeira e nuvem

Fazer a distinção entre a leitura de Léonard sobre as proposições e o que seria a tese de *Surveiller et punir*, e acompanhar a resposta de Foucault a essas suposições, ajudam a pensar como o olhar dos dois pensadores é distinto no que se refere ao historiar. Não se trata de afirmar que a leitura de um é equivocada ou melhor que a do outro. Mas que ambas podem contribuir para o entendimento mais amplo de que a reflexão em questão estava para além das questões metodológicas. Estava mais voltada para uma consideração sobre a noção de história.

Os questionamentos de Léonard e as respostas de Foucault são importantes porque dão a dimensão de como o livro *Surveiller et punir* foi recebido, mas principalmente por indicar como foi lido entre os historiadores. Não por acaso, foram utilizadas as figuras do historiador e do filósofo, da poeira dos fatos e da nuvem dos acontecimentos. Dessa leitura, podem ser ressaltadas as críticas relacionadas às expectativas que Léonard tem ao ver uma forma de historiar que não é de “história”, mas produz um discurso historiográfico, como também uma percepção que os filósofos construíram por meio de alguns aspectos mais gerais e imateriais do tempo. A escolha por problematizar *Surveiller et punir* num pêndulo alternando entre história e filosofia pode levar a considerar que essa questão de delimitar as fronteiras desses saberes era central naquele momento para um, mas não era para o outro pensador.

Nessa outra forma de lidar com a história, a noção de acontecimento histórico tem outra dimensão, pois ela ajuda a pensar pela margem, permitindo pensar as bordas de um determinado tempo. Logo, a ideia de necessidade histórica desaparece, assim como a causalidade enquanto único elemento de explicação. A história seria uma investigação acontecimental [événementielle], o acontecimento é entendido “como irrupção de uma singularidade

histórica”¹¹⁸, sendo necessário acontecimentalizar¹¹⁹ a história de maneira genealógica. Daí um distanciamento de uma analítica que requer ao historiador origens, há uma oposição entre o acontecimento que encadeia os fatos históricos, numa abordagem mais tradicional e um acontecimento que relaciona espaços de dispersão. Essa concepção tem levado a grandes debates e aprofundamentos. Foucault lida com seu objeto de maneira diferente, é possível perceber como se está diante de uma forma de pensar a história diferente. E a diferença é estabelecida pelo seu crítico, pouco importando “poeira” ou a “nuvem”, apenas fazendo com que surja uma outra possibilidade de lidar com um objeto histórico. Não se trata com isso, de se ver uma revolução na forma de fazer a história, embora haja quem defenda isso.¹²⁰ Numa listagem superficial, é possível ver algumas pesquisas associadas ao saber histórico que também estão lidando com a história de maneira diferente da requerida por Léonard, distinta da proposta por Foucault e diferentes entre si. Todas elas num mesmo período próximo aos debates de Foucault que foram da segunda metade década de 70 até primeira metade da década de 80 do século passado.

Um primeiro exemplo é o livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*¹²¹, publicado em 1978, pelo historiador Edward W. Said que era palestino nascido em Jerusalém e doutorou-se na universidade de Harvard. No livro de Edward W. Said, ele analisou a invenção da visão que o Ocidente criou para o Oriente, especificamente o mundo árabe. A tese central é que Ocidente teria criado uma ideia do Oriente como o “Outro”, e essa visão teria servido aos interesses da implantação e manutenção do colonialismo nessa região. Metodologicamente Said analisou os discursos literários, políticos e culturais percebendo entre eles uma recorrente visão do oriental como bárbaros. Os textos estudados perpassaram desde os escritos durante o período das cruzadas dos séculos XI ao XIII até as obras de Shakespeare, nesse sentido ele chegar a afirmar que em determinado ponto de sua pesquisa foi necessário empregar a noção de discurso descrita em *Arqueologia do saber e Vigiar e punir*.¹²² Entretanto, mais adiante no texto ele se

¹¹⁸ REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. 2005. p. 14.

¹¹⁹ A noção de acontecimentalizar ou a proposta de uma história acontecimental (*évènementielle*) será mais amplamente discutida em um capítulo próprio nesse texto, cabendo a agora sua menção por se tratar de um aspecto significativo nessa proposta metodológica que não foi colocada textualmente nesse momento, mas que pouco depois vira uma questão central no debate entre Foucault e os historiadores. Assim como uma dada aceção de que o historiador de Foucault seria marcadamente presentista e se poderia falar em uma história do presente, como traço teórico. Essa hipótese também será melhor abordada mais adiante no texto.

¹²⁰ Paul Veyne dedica um trabalho a isso. VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. 1995. p. 149-181.

¹²¹ SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹²² SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 2007. p. 29.

coloca como contrário a perspectiva que Foucault teria em relação aos escritos individuais.¹²³ Não parece prudente perceber nesse livro uma tentativa de aplicabilidade da estratégia foucautiana, mas sim uma proposta de análise que a partir de algumas considerações feitas em *Surveiller et punir* pensou uma forma própria de historiar a invenção de um olhar sobre a cultura. Entre os exemplos que serão mencionados este é o que pode guardar alguma proximidade com as propostas de Foucault, mas não é uma tentativa de execução da mesma. Tão pouco guarda qualquer proximidade com as obrigações inventariadas ao historiador que inquiriu *Surveiller et punir*.

Outro exemplo é texto do alemão Reinhart Koselleck que estudou história, filosofia e sociologia na universidade de Heidelberg, onde foi aluno de intelectuais como Martin Heidegger, Carl Schmitt, Karl Löwith, Hans-Georg Gadamer, entre outros, teve como um dos seus focos de estudo a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*). Ele foi um dos co-organizadores do glossário de Conceitos básicos históricos (*Geschichtliche Grundbegriffe*), entre 1971-1992, vale mencionar aqui, mais especificamente, uma coletânea de artigos chamada *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*¹²⁴, publicada em 1979, onde propõe uma história dos conceitos interessada em investigar a experiência temporal nos seus “espaços de experiência” e seus “horizontes de expectativas”. Longe de querer resumir essa publicação, vale ressaltar que as suas propostas para estudar a história dos conceitos talvez também não se enquadrassem no “hipotético” historiador de Léonard por se propor pensar a experiência no tempo sem ter como baliza explicativa necessariamente a relação causa-consequência da condição dialética mencionada. Também por propor uma análise que não se deu na “poeira” dos arquivos históricos, mas se preocupar com os traços que a linguagem enquanto objeto histórico pode deixar, Reinhart Koselleck provavelmente não seria o exemplo melhor do historiador de Léonard. O que não quer dizer que os trabalhos de Koselleck possam ser indiscriminadamente aproximados dos trabalhos de Foucault no período, mas que ambos estão pensando outras formas de se pensar com a história.

Mais um que pode ser arrolado nessa lista, é o historiador estadunidense Carl Schorske, doutor pela universidade de Harvard, que no livro *Viena fin-de-siècle: política e cultura*¹²⁵, publicado em 1980, apresenta uma reflexão apurada ao pensar com a diacronia/sincronia na escrita da história, a cultura em Viena no fim do século XIX. A proposta foi realizada em 7

¹²³ Idem. p. 54.

¹²⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2011.

¹²⁵ SCHORSKE, Carl. **Viena Fin-de-Siècle**. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

textos, que podem ser lidos separadamente ou em sequência, sobre personagens como Sigmund Freud, os teatrólogos Hugo von Hofmannsthal e Arthur Schnitzler, o arquiteto Otto Wagner e o urbanista Camillo Sitte e os pintores Gustav Klimt e Oscar Kokoschka. Todos eles foram relacionados com as condições de crise política e social do período, sendo possível perceber semelhanças com as proposições metodológicas associadas a tradição teórica que ficou conhecida como “Escola de Frankfurt”. Ainda assim, é possível distinguir essa proposta da defendida pelo hipotético historiador de Léonard, o olhar de Carl Schorske sobre a cultura vienense foi além das análises ideológicas desta ou não visou explicá-la por suas relações com o Estado, por exemplo. O que se desenvolveu foi um tipo de explicação histórica que não é exatamente uma explicação causal-dialética, preocupada em entender como uma determinada noção de modernidade se viabilizou através das produções culturais do período. Mais do que procurar as origens da modernidade o trabalho esquadrinhou as condições de possibilidade que tornaram possível esta emergir, o caminho adotado para isso foi olhar as produções culturais do período.

A também estadunidense Natalie Zemon Davis que realizou seu doutorado na Universidade de Michigan, publicou em 1982 o livro *O retorno de Martin Guerre*,¹²⁶ que é a continuidade de uma pesquisa realizada para as filmagens de um filme dirigido por Daniel Vigne de título homônimo (*Le retour de Martin Guerre*), que estrou na França em 14 de maio de 1982. Para além dessa peculiaridade de pesquisa, cabe notar que no prefácio do livro ela comenta da oportunidade que essa experiência lhe proporcionara, pois, a medida que suas pesquisas serviram de base para o roteiro do filme e os atores passaram a lhe procurar para lhe interpelar possíveis dúvidas, ela se viu num tipo de laboratório histórico que fez com que se aventurassem novas ideias de como pensar a história. Ela também percebeu que o set de filmagem lhe permitia possibilidades outras de contar a história de Martin Guerre que não passariam necessariamente por provas, e então se viu colocada diante da questão da invenção em história. Ela defende essa “invenção controlada” como uma história do que pode ter acontecido, não necessariamente do que aconteceu. O que teria determinado essa história das possibilidades seria os elementos históricos relacionados dentro de um conjunto de argumentos plausíveis, verossímeis, mas não descritos nas fontes disponíveis, isso para apenas mencionar possíveis rupturas com um historiar mais usual. O historiador que indagara sobre o princípio de “realidade histórica” em *Surveiller et punir*, numa “invenção controlada” reprovava essa forma de se historiar. Assim como nos exemplos anteriores, poderiam ser feitas aproximações ao livro de

¹²⁶ DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Foucault ou mesmo ao debate entre ele Léonard, mas parece plausível perceber que se trata de uma proposta metodológica bastante distinta das argumentações presentes no debate, mas que teve no desdobramento da pesquisa a possibilidade de pensar diferentemente do que se estava pensando sobre o historiar.

Robert Darnton historiador cultural, igualmente estadunidense, formado em Harvard, escreve em 1984 o livro *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*,¹²⁷ em que trata das formas de pensamento na França durante o século XVIII. Suas proposições tentam dar conta de muitos aspectos, desde como as pessoas comuns nesse período pensavam e interpretavam o mundo até sobre o que elas pensavam de maneira mais abstrata. Metodologicamente ele analisa uma série de contos populares franceses para a partir deles tentar perceber como se tinha determinada visão de mundo e como essa poderia ser associada a determinadas formas de pensamento. Em seguida ele se lança sobre intelectuais como Diderot e Rousseau para também tentar perceber em seus escritos uma forma de ver o mundo e a que ordem de pensamentos essa forma respondia. Nessa concepção de investigação histórica, uma suposta diferenciação entre uma “cultura de elite” em anteposição a uma “cultura popular” cai por terra, esses grupos são postos lado-a-lado e lidando com problemas similares. Sendo assim, nesse trabalho, é também possível admitir que seja outro ponto fora da curva da explicação destinada aos historiadores, requerido pelo hipotético, em que suas análises estavam fora de uma explicação puramente dialética. Ou ainda, que tinha por base investigações sobre disputas sociais, ou de classe, com objetivo de trazer a luz uma ideologia justificadora de um determinado modelo de Estado.

O último exemplo é o da romancista e historiadora norte-americana Barbara Wertheim Tuchman, duas vezes vencedora do prêmio *Pulitzer* de literatura por obras de não-ficção, que publicou também em 1984 um livro intitulado *A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã*,¹²⁸ onde se propôs um relato não-causal para pensar a história em suas discontinuidades. Metodologicamente ela tentou relacionar como diversos governos ao longo dos séculos teriam adotado políticas contrárias aos seus próprios interesses. Mas ao invés de seguir uma postura de pragmática dialética em que entenderia os conflitos internos como antíteses formadoras de novas sínteses, ela se propôs admitir o acaso como componente da narrativa histórica. Essa estratégia tentou dar conta do que ela entendeu como insensatez, pois o exercício da política

¹²⁷ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹²⁸ TUCHMAN, Barbara W. **A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

nos governos seria alimentado pelo poder, esse por sua vez, mais do que corromper em seu trato faria emergir as mais variadas formas de insensatez. Esse exemplo, assim como os anteriores, pode servir como uma amostra de outros tipos de historiar que punham em suspensão, direta ou indiretamente, uma determinada forma de escrita historiográfica e estava embebida de longos debates sobre a importância narrativa no exercício de escrita.

Nos exemplos mencionados algumas relações podem ser feitas, dos seis pensadores cinco deles tem suas formações nos Estados Unidos da América, só não Reinhart Koselleck. Porém se feito um recorte temático, as investigações sobre o conceito de modernidade de Koselleck podem se aproximar das investigações de Carl Schorske os estudos culturais sobre Viena no final do século XIX. Por outro lado, se o recorte for feito em relação a área, todos os trabalhos têm uma forte ligação com aquilo que se entende por história cultural. Geograficamente os trabalhos estão situados com estudos feitos sobre a Europa e nos casos de Natalie Zemon Davis e Robert Darnton tratam especificamente da França. Os recortes temporais, variam entre mais abrangentes como no caso de Barbara Tuchman e Edward Said e outros mais específicos que privilegiaram apenas um século, seja ele o XVI, o XVIII ou o XIX. Todos esses recortes de alguma forma podem tocar os escritos de Foucault, seja quando ele tratou da modernidade e o nascimento das ciências humanas, seja quando ele investigou a razão punitiva na França entre os séculos XVII ao XIX.

Contudo, Foucault não pode ser entendido com pioneiro nas rupturas propostas, ou mesmo o precursor de um modelo de investigação de história cultural, mas o trabalho desenvolvido em *Surveiller et punir* pode ser lido como um distanciamento de determinadas práticas de historiar. O pensamento genealógico, reconhecido como “latência nietzschiana”, por Léonard, pode ser mais do que isso ao se perceber as condições de produção do próprio Foucault. Segundo Didier Eribon, “a ‘analítica do poder’ desenvolvida por Foucault em *Vigiar e Punir e na História da Sexualidade: A vontade de saber é dirigida, em grande parte e de modo evidente, contra a teoria althusseriana dos ‘aparelhos ideológicos’*.”¹²⁹ O convite final do texto – *La poussière et le nuage* – para se “des-disciplinar” tem, entre outras coisas, uma percepção de um dado saber disciplinar da história. Para além dessa ideia, também é plausível lembrar que Foucault tinha estado imerso na discussão sobre dialética ao longo de boa parte da década de 1960, principalmente nos seus embates com Jean-Paul Sartre. Pensar a história com a estratégia genealógica possibilita vislumbrar procedimentos não causais para explicar o passado.

¹²⁹ ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. p. 199.

3.1 Poeira e nuvem: Hegel X Nietzsche?

Ao longo do debate entre Jacques Léonard e Michel Foucault, as figuras requeridas do filósofo e do historiador, o foram através de suas análises e procedimentos, o que caberia a cada um fazer em seu saber. Quando da resposta de Foucault, que tenta se deslocar dessa diferenciação entre esses procedimentos muitas questões surgiram, mas uma recorrência pode ser percebida, a tentativa sistemática de propor um conjunto de estratégias de investigação histórica. Dentre elas, a mais combatida foi, a que propõe pensar como a única forma de explicação e validação para a história, o princípio de causalidade. Isso implica dizer que a história teria que ter em suas análises, origens, pontos de ancoragem geradoras de situações subsequentes, o acontecimento histórico seria dado pela soma de fatos anteriores em uma linha de progressão dialética. Numa explicação aligeirada, progressão dialética pode ser entendida como um estudo que no seu conjunto de análises ao investigar determinada temporalidade busca estabelecer as causas e os efeitos de determinado tempo histórico como fruto de uma perspectiva dialética, onde as contradições desse tempo, ao questionarem a ordem estabelecida, produziria uma nova sociedade. Esse modelo de história que pode ser entendido como aplicação de certos aspectos da filosofia da história de Hegel, principalmente as discussões referentes à dialética do Senhor e do Escravo, descrita no *Fenomenologia do espírito*, é o que foi problematizado. A escolha argumentativa de Foucault por uma releitura de algumas das propostas de Nietzsche pode corroborar com essa tese de que se remontou ao debate Hegel X Nietzsche, foi também uma estratégia de Foucault para propor outras formas de pensar o passado.

Quando se menciona Hegel é por perceber nele certa guinada na constituição do saber histórico, pois com ele a história passaria a ser tratada como progressiva, teleológica, metafísica, totalizante uma Filosofia da História. Nesse modelo, em prol de se estabelecer o seu saber, a história assumiria a lógica da explicação dialética-causal como premissa e em contrapartida abriria mão de sua autonomia reflexiva, esta, a partir de então, destinada aos filósofos. O desconcerto da proposta de Foucault foi tentar se afastar dessa premissa em prol de um modelo de reflexão autônomo ao saber histórico e sobretudo, “des-disciplinado”. As reflexões de Nietzsche escolhidas para a empreitada de problematizar esse hegelianismo, são direcionadas e podem lançar luz sobre quem as escolheu. A leitura feita por Foucault, construiu argumentativamente, um Nietzsche muito específico, ela já foi muito estudada e será

aprofundada no próximo capítulo. Porém, a leitura de Hegel que foi combatida, precisa ser melhor localizada em suas condições de emergência.

A leitura e recepção do pensamento de Hegel na França, dada a sua complexidade constituiria por si só em outro trabalho dedicado especificamente a isso, aqui a tentativa é de localizar, minimamente, como elas chegam ao debate – entre Léonard e Foucault –, mesmo que de maneira indireta. Um trabalho que fez essa localização da apropriação do pensamento de Hegel na França, foi realizado por André Constantino Yazbek, na sua tese doutoral sobre os caminhos filosóficos nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault na filosofia francesa. Nesse trabalho ele investigou os aspectos mais amplos, mas também todos os meandros e as sutilezas contidas na investigação de reflexões desse porte, a perspectiva aqui é diferente, a ideia é um mapeamento de como Hegel chegou e foi lido por alguns intelectuais franceses e pode ser percebido na leitura de Léonard. Ainda assim, boa parte das indicações aqui adotadas, seguem as propostas de André Constantino Yazbek, a tese dele por si só poderá ser abordada adiante, neste momento interessa mais especificamente a localização e apropriação do pensamento de Hegel na França.

Nesse sentido, uma abordagem possível, é perceber como alguns intelectuais franceses se apropriaram das teses hegelianas, cada um a sua maneira, mas produziram um tipo de “Escola Francesa” da leitura de Hegel. Dois pontos¹³⁰ nessa leitura parecem ser relevantes por terem resquícios no debate entre Léonard e Foucault: o primeiro é em relação a uma aproximação das reflexões hegelianas aos questionamentos das filosofias da existência. Pode se dizer que “*A história de um hegelianismo ‘à francesa’, para apreendê-lo numa fórmula sem dúvida simplista, abre um caminho da existência do sistema ao sistema da existência, antes que esses dois termos se conjuguem sob a exigência de uma pressuposição recíproca*”¹³¹. Nessa leitura, Hegel foi aproximado de outros pensadores como, Heidegger, Husserl o que contribuiu “*para dar ao hegelianismo francês uma coloração existencial, senão existencialista*”,¹³². A segunda é uma transformação da dialética hegeliana em um pensamento eminentemente por oposição, pois:

os comentaristas de Hegel transformam sua dialética em uma “esquizologia” (do grego *skizo*, cindir, partir), lógica de oposições irreconciliáveis. O

¹³⁰ Sobre esses pontos aqui mencionados, eles foram mais bem tratados no artigo, MARÇAL, Alexandre Cherulli. Notas sobre a recepção de Hegel na França. In: **AnaLógos**. Rio de Janeiro, v. 1, 2016, p. 129-139.

¹³¹ JARCZYK, G. & LABARRIÈRE, P.-J. **De Kojève à Hegel: 150 ans de pensée hégélienne en France**. Paris: Albin Michel, 1996. p. 20.

¹³² Idem. p. 27.

processo dialético não seria então legível senão a luz do seu impensado: um discurso da abertura [*fente*], ou um da divisão [*clivage*]¹³³.

Nessa chave de leitura, essa suposta “esquizologia”, percebe a análise dialética como uma forma de pensamento, que o seu imperativo seria a oposição, oposição esta que teria tornado possível algumas propostas analíticas de cunho histórico. A reflexão por oposição que mais adiante será percebida como também marxista dentro de um tipo de materialismo histórico que entende os “modos de produção” como melhor alternativa de explicação. Alguns filósofos estão diretamente envolvidos nessa emergência hegeliana na França, se tomou como referência, cinco deles que fomentaram os estudos e a divulgação filosófica de Hegel. Os cinco são: Jean Wahl, Alexandre Koyré, Alexandre Kojève, Jean Hyppolite e Jean-Paul Sartre. Serão abordados pela importância de suas reflexões, mas sobretudo, por produzirem uma determinada forma de leitura da filosofia hegeliana com aspectos específicos e distintos de outros centros filosóficos na Europa. O que será tratado aqui é uma breve localização intelectual deles com pequenas menções as suas reflexões, pois o interesse é localizar como estes ajudaram a construir uma determinada tradição de leitura.

Jean André Wahl era francês e estudou *École Normale Supérieure* onde foi aluno de Henri Bergson, trabalhou como professor na Sorbonne entre os anos de 1936 a 1967, com exceção do período da Grande Guerra (1941-1945), quando fugiu de um campo de concentração e se exilou nos EUA, por ser judeu. Ele publicou em 1929 o livro *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel* em que analisa os primeiros textos de Hegel e propõe a questão religiosa como problema principal da obra hegeliana e trata do tema da “consciência infeliz”¹³⁴. Tratar desse tema permitiu que Jean Wahl elaborasse uma reflexão onde a fenomenologia se aproximou da lógica hegeliana: “*Nesse sentido, o livro de Wahl seria um esforço para retornar, sob as fórmulas ‘frias’ do sistema hegeliano, a vida e o sangue que o alimentam e do qual elas não são mais que a ‘pálida e longínqua expressão’*”.¹³⁵ Essa leitura proposta por Wahl, entre outras coisas, também pode ser relacionada a outros pensadores

¹³³ MALABOU, C. “Negativos de la dialéctica. Entre Hegel y Heidegger: Hyppolite, Koyré, Kojève”. Tradução: Javier Pavez. In: **Revista pensamiento político**, n. 5, p.158-174, julho 2014. p. 172.

¹³⁴ Por não ser o foco do estudo em questão, se optou por não tratar especificamente dessa tese sobre a “consciência infeliz” de Jean Wahl, sendo apenas mencionada na medida em que se relaciona as leituras subsequentes feitas de Hegel na França. Para maiores aprofundamentos além de ler o próprio texto mencionado também podem ser lidos os textos de Alexandre Koyré – *Études d'histoire de la pensée philosophique*, de Alexandre Kojève – *Introduction à la lecture de Hegel*, de Jean Hyppolite – *Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel*, de Gwendoline Jarczyk e Pierre-Jean Labarrière – *De Kojève à Hegel. 150 ans de pensée hégélienne en France* e de André Yazbek – *Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault*.

¹³⁵ YAZBEK, André Constantino. **Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault**. 2010. p. 114.

referência, na França do entre guerras, que aproximou as teses de Hegel e Husserl. A aproximação entre esses pensadores teve muitas consequências e desdobramentos, mas uma questão a ser mencionada foi a tentativa de se produzir uma reflexão menos “fria”, “abstrata” e pouco acessível para se propor uma filosofia que se debruçasse sobre a “vida”. Nesse sentido Alexandre Koyré foi outro que produziu um entendimento próprio da filosofia de Hegel.

Alexandre Koyré, russo de família judia, estudou em Göttingen na Alemanha, onde foi orientado por Edmund Husserl, também acompanhou os cursos de Henri Bergson em Paris, para onde se mudou em 1919. Em Paris, passou a ensinar na *École Pratique des Hautes Études*, seus cursos inicialmente foram sobre história das ideias religiosas, mas ganhou notoriedade por seus trabalhos sobre história das ciências e das ideias científicas. Também ministrou cursos sobre o pensamento religioso em Hegel e por ocasião do centenário da morte de Hegel, escreveu três artigos; um sobre o “estado da arte” do estudo hegelianos, redigido para o *Congresso Hegel* de 1930, em que comentou sobre a fragilidade dos estudos hegelianos na França: “*É que, ao contrário do que ocorreu na Alemanha, na Inglaterra e na Itália, jamais uma escola hegeliana pôde se formar na França*”.¹³⁶ Porém num pós-escrito acrescido à reedição do relatório já na década de 1970, ele afirma que a situação dos estudos hegelianos na França teria passado por uma retomada “*ou melhor, uma ressurreição, e ela não cede senão ao existencialismo, com o qual, por vezes, ela procura se unir*”.¹³⁷ O segundo tratou de alguns aspectos da linguagem hegeliana e defendia que ela provinha de uma terminologia cotidiana, o que poderia ser associada ao projeto de tentar dar concretude e historicidade a razão e ao espírito. O terceiro pode ser considerado uma tentativa de por em exercício a leitura de Jean Wahl onde propôs uma leitura dos textos de juventude de Hegel, construindo uma divisão entre esses textos e os textos a partir da *Fenomenologia do espírito*. Essa distinção entre os escritos de juventude e os posteriores era a diferenciação entre o Hegel do método dialético e o do sistemático, do que pensou sobre a experiência da consciência e do que propôs uma lógica sistemática.

O Hegel que interessava para Koyré, assim como o que interessou a Wahl, foi o da juventude, o que pensou o método dialético, mas para Koyré a questão estava deslocada para relação entre o finito e o infinito, sendo esta o fundamento da dialética.¹³⁸ “*Se o infinito estabelece uma relação de negação com o finito na qual o infinito se afirma como existente a*

¹³⁶ KOYRÉ, Alexandre. Rapport sur l'état des études hégéliennes en France. In: **Études d'histoire de la pensée philosophique**. Paris: Gallimard, 1971, p. 225. Apud in: YAZBEK, André Constantino. Op cit. p. 113.

¹³⁷ KOYRÉ, Alexandre. Rapport sur l'état des études hégéliennes en France. In: **Études d'histoire de la pensée philosophique**. Paris: Gallimard, 1971, p. 249. Apud. YAZBEK, André Constantino. Op cit.

¹³⁸ KOYRÉ, A. Estudos de história do pensamento filosófico, p. 169. Apud. MARÇAL, Alexandre Cherulli.

Op.cit., p. 134.

*partir do ser daquilo que ele aniquila, então a relação dialética “dramática” do infinito e do finito resulta na essência mesma da finitude.”*¹³⁹ A relação dialética “dramática”, dentre outras coisas tem no seu fundamento o tempo histórico e este, por sua vez, fundamenta a existência, logo o tempo é o tempo do ser humano. Koyré explicou assim:

ser que, partindo do presente, o renega, procurando se realizar no porvir, que vive para o porvir encontrando nele, ou pelo menos ali buscando a sua “verdade”, ser que só existe nessa transformação contínua do porvir no agora, e que deixa de existir no dia em que não existe mais porvir, onde nada mais resta por vir, onde tudo já veio, onde tudo já está “completo”. E é porque o tempo hegeliano é humano que ele é também dialético, assim como é porque ele é uma coisa e outra, que ele é essencialmente um tempo histórico.¹⁴⁰

Essa passagem, ajuda a compreender como uma determinada tradição de leitura estava se estabelecendo, assim como ela foi ao longo das suas apropriações adquirindo caráter preponderante entre os intelectuais franceses. O “tempo histórico” nessa concepção é o “tempo humano”, que por sua vez é o “tempo dialético”. Esse tempo dialético pode ser percebido nos argumentos que Léonard apresentou no debate, ao ter requerido de Foucault determinadas historicidades, e essa é uma forma de entender o tempo que adquiriu sentido com Koyré, em correlação com determinada leitura de Hegel. A reflexão de Koyré, aponta para um limite do sistema da filosofia da história de Hegel, pois quando o tempo passa a ser tomado como sucessão de momentos o significado da história passa a emergir de sua anulação:

só o caráter temporal do tempo torna possível uma filosofia da histórica; mas ao mesmo tempo o caráter temporal da dialética a torna impossível. [...] A síntese é imprevisível: não podemos construí-la; só podemos analisá-la. A filosofia da história – e por isso mesmo a filosofia hegeliana, o “sistema” – só seria possível se a história estivesse terminada.¹⁴¹

Ao menos dois pontos dessa leitura podem ser ressaltados, primeiro a distinção dos escritos de Hegel em duas partes, por ver em um mais “dialético” que noutro, mas também por ser possível uma aproximação da tradição filosófica fenomenológica já bastante difundida na França. A segunda foi problematizar um modelo de história das ciências, predominantemente positivista, Koyré influenciou muitos filósofos da ciência europeus e americanos, entre os quais Paul Feyerabend e Thomas Kuhn. Aqui interessa por ser ele também um dos que construíram o discurso sobre a recepção do pensamento de Hegel na França. Todas as suas pesquisas foram

¹³⁹ MARÇAL, Alexandre Cherulli. Op.cit., p. 134.

¹⁴⁰ KOYRÉ, A. Estudos de história do pensamento filosófico, p. 181. Apud. MARÇAL, Alexandre Cherulli. Op.cit., p. 134.

¹⁴¹ KOYRÉ, A. Estudos de história do pensamento filosófico, p. 193. Apud. MARÇAL, Alexandre Cherulli. Op.cit., p. 134.

muito importantes para as investigações sobre história das ciências¹⁴² mas esses três textos reunidos e publicados no *Études d'histoire de la pensée philosophique*, além de terem produzido uma memória disciplinar da recepção hegeliana, simultaneamente ampliaram os estudos sobre Hegel e influenciaram pensadores como Alexandre Kojève.

Igualmente de origem russa, Alexandre Kojève era sobrinho do pintor Wassily Kandinsky, e estudou em Heidelberg na Alemanha, onde foi orientado por Karl Jaspers e também foi aluno de Husserl, suas reflexões foram marcadas também pela influência de Martin Heidegger e Karl Marx. Ele se radicou na França, em 1926 e assumiu a vaga de Koyré na *École des Hautes Études*, entre os anos de 1933 e 1939 continuou os estudos de Hegel organizando seminários sobre o livro *Fenomenologia do Espírito*. Esses seminários foram frequentados por intelectuais como Raymond Queneau, Raymond Aron, Georges Bataille, Maurice Merleau-Ponty, André Breton, Pierre Klossowski, Jean Hyppolite e Jacques Lacan. Uma parte das interpretações de Kojève explanadas nos seminários foram transformadas no livro *Introdução a Leitura de Hegel: Lições sobre a Fenomenologia do Espírito*, publicado em 1947. Das interpretações, chamaram a atenção as aproximações feitas por Kojève, dos textos de Husserl e de Heidegger, mas também de Karl Marx, em que propôs ler a *Fenomenologia do espírito*, como uma “antropologia filosófica” onde se teria uma descrição sistemática e existencial-fenomenológica da realidade humana:

O método de Hegel é uma *abstração idealizante* {*abstraction idéisante*} (Husserl). Considera o homem concreto, uma época concreta, mas para descobrir lá a *possibilidade* (quer dizer, a “essência”, o “conceito”, a “ideia”, etc.) que se realiza [...] Para Hegel, a essência não é independente da existência. Nem tampouco o homem existe fora da história. A Fenomenologia de Hegel é “existencial” como aquela de Heidegger. E ela deve servir de base para uma ontologia. Esta ontologia, na Lógica, é de fato antropológica; [...] é uma ontologia do Homem (“Espírito”) e não da Natureza. Independentemente do que pensa Hegel, a Fenomenologia é uma antropologia filosófica. Seu tema é o homem enquanto que humano, o ser real na história.¹⁴³

Essas *leçons* de Kojève estabeleceram um tipo de leitura e influenciaram boa parte dos que estavam assistindo seu curso, elas produziram a geração dos três H (*la génération des trois H*), – Husserl, Hegel e Heidegger. Aqui interessa perceber que se com Koyré o tempo dialético aparece como tempo histórico estabelecendo a fenomenologia de Hegel como uma

¹⁴² Cabe mencionar um Colóquio depois transformado em livro organizado pelo professor Marlon Salomon, que além de ter dois textos até então inéditos em português de Koyré, contou com seis artigos sobre o mesmo, um deles especificamente sobre *Koyré leitor de Hegel*, escrito por Márcia Zebina de Araújo Silva. SALOMON, Marlon J. (org.) **Alexandre Koyré: historiador do pensamento**. Goiânia: Almeida & Clement Edições, 2010.

¹⁴³ KOJÈVE, Alexandre. **Introduction à la lecture de Hegel. Leçons sur la Phénoménologie de l'esprit**. Paris: Gallimard, 2000. p. 57. Apud. YAZBEK, André Constantino. Op.cit., p. 117.

antropologia, com Kojève isso se intensifica. O conceito de desejo proposto na *Fenomenologia do espírito* passa a ser entendido nessa acepção dialética em que “*O movimento gerado pelo futuro é o movimento que nasce do desejo*”¹⁴⁴. Sendo assim, “*o desejo é “presença de uma ausência” que constitui a essência do ser humano enquanto ser histórico e, entendendo o desejo como ação, o ser humano é “projeto”, expressão da pura negatividade do porvir que nega toda realidade dada.*”¹⁴⁵ Com essa leitura houve uma ruptura entre aquilo que é o “ser histórico” e o que é o “ser natural” e essa distinção sustentada na lógica dialética, foi basilar na constituição de uma visão dualista ontológica, reconhecida na tradição francesa da recepção de Hegel.

Essa leitura, entre outras coisas, alicerçou uma historiografia que teria como seu centro o estudo das ideologias, por exemplo. Essa compreensão quando empregada ao saber histórico e radicalizada permitiu falar em “fim da história”, pois se o “ser histórico” é o que se desenvolve dialeticamente, a cada conflito social ele se desdobrará em uma nova relação social, chegando teologicamente a relações sociais sem conflito.¹⁴⁶ Essa proposta antes mencionada no entendimento de Jean Wahl, com Kojève ela foi ampliada, nessa ampliação foi possível ver também uma influência das ideias de Karl Marx.

Kojève se utilizou do mesmo capítulo IV da *Fenomenologia do espírito* que trata do problema da dialética do Senhor e do Escravo que Karl Marx usara para propor uma metodologia da história universal.¹⁴⁷ Numa indicação inicial, mas relevante, é possível perceber que o marxismo de algumas partes da historiografia francesa foi marcado por uma dialética à forma de Kojève mais do que do da filosofia da história do próprio Hegel. Kojève afirmou que “*O discurso hegeliano é dialético, na medida em que descreve a Dialética real da Luta e do Trabalho, bem como o reflexo ‘ideal’ desta dialética no pensamento em geral e no pensamento filosófico em particular.*”¹⁴⁸ A leitura dessa “dialética do Senhor e do Escravo” é complexa e

¹⁴⁴ KOJÈVE, A. **Introdução à leitura de Hegel**, p. 348. Apud. MARÇAL, Alexandre Cherulli. Op.cit., p. 136.

¹⁴⁵ MARÇAL, Alexandre Cherulli. Op.cit., p. 136.

¹⁴⁶ O historiador inglês Perry Anderson, tratou detalhadamente dessa leitura em um livro chamado *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. O estadunidense Francis Fukuyama no seu livro *O fim da história e o último Homem*, com uma abordagem mais próxima as discussões da área de ciência política, fez referência as teses aqui mencionadas, mas com um tratamento distinto.

¹⁴⁷ Refere-se aqui, principalmente ao materialismo histórico, marcadamente ligado a dialética proposta por Hegel, mas com uma leitura que tenta se distanciar do idealismo. Essas ideias de Marx podem ser percebidas em diversos textos: *Teses sobre Feuerbach*, *Manuscritos econômico-filosóficos*, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A ideologia alemã*, *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital*, *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 2: O processo de circulação do capital*.

¹⁴⁸ KOJÈVE, Alexandre. **Introduction à la lecture de Hegel. Leçons sur la Phénoménologie de l'esprit**. Paris: Gallimard, 2000. p. 466. Apud. YAZBEK, André Constantino. Op.cit., p. 118.

demandaria uma discussão¹⁴⁹ que não é nossa proposta, mas cabe perceber que foi a base de entendimento que proporcionou uma ampliação das reflexões hegelianas e tornou possível, por exemplo uma apropriação feita Jean-Paul Sartre em que Hegel pode ser lido numa chave existencialista. Permite intuir que o Hegel lido por Sartre foi o proposto por Kojève, ou ainda que “A narrativa que Kojève constrói a partir da *Fenomenologia de Hegel* acabará por apresentá-la como uma história universal, na qual as lutas sangrentas – e não a Razão – serão o motor que faz as coisas avançarem rumo ao seu acabamento.”¹⁵⁰ Kojève como pensador pode ser considerados um dos mais importantes do seu período por tentar estabelecer as bases do pensamento hegeliano, mas também por ter conseguido produzir uma memória disciplinar que estabeleceu Hegel como pauta para reflexão e formação. Muitos dos que frequentaram os seus cursos deram continuidade as suas reflexões ou mesmo tentaram estabelecer pontos outros de ancoragem para o entendimento e divulgação do pensamento de Hegel na França, Jean Hyppolite estava entre eles.

Jean Hyppolite, estudou na *École Normale Supérieure*, onde foi contemporâneo de Georges Canguilhem, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Raymond Aron, como já mencionado, ele foi um dos que frequentou os cursos de Kojève sobre a *Fenomenologia do Espírito*. Além disso, como docente, teve como alunos, Jean d’Ormesson¹⁵¹, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Gérard Granel¹⁵², Étienne Balibar¹⁵³ e Michel Foucault. Seus estudos sobre Hegel tiveram um peso significativo, mas também como tradutor foi referenciado por toda uma geração, pois em 1939 publicou a primeira tradução francesa da *Fenomenologia do Espírito*. Foucault comenta que,

¹⁴⁹ O trabalho aqui já mencionado do professor André Yazbek faz um aprofundamento muito significativo nesse debate e ajuda a localizar as implicações dessa leitura na produção de Jean-Paul Sartre e em alguns outros pensadores franceses do pós-guerra. Para maiores aprofundamentos ler especificamente a parte intitulada *A dialética do Senhor e do Escravo em Kojève: a realidade humana como violência e negatividade – Morte, Luta e Trabalho*.

¹⁵⁰ YAZBEK, André Constantino. Op.cit., p. 126.

¹⁵¹ Jean d’Ormesson foi um escritor, jornalista e filósofo francês, trabalhou durante anos no jornal *Le Figaro*, era filho de André Lefèvre, Marquês de Ormesson, embaixador francês no Brasil. Jean d’Ormesson se formou em Letras e História e foi também professor de Filosofia, 1973 foi eleito membro da Academia Francesa, entre os anos de 1952 a 1971 foi Vice-Secretário-Geral do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas da UNESCO, entre 1971 a 1992 tornou-se Secretário-Geral e entre 1992 e 1997 presidiu essa instituição.

¹⁵² Gérard Granel era filósofo, traduziu obras de Wittgenstein, Gramsci e Heidegger, para o francês e também trabalhou como editor de livros filosóficos, seus escritos foram influenciados principalmente por Marx e Heidegger, mas também por Jean Hyppolite e Maurice Merleau-Ponty. Foi professor na Universidade de Toulouse. Em 1988, ganhou ainda mais notoriedade por se posicionar em relação a controvérsia lançada a propósito do passado nazista de Martin Heidegger provocada após a publicação do livro de Victor Farias, *Heidegger et le nazisme*, onde Gérard Granel defendeu o filósofo alemão.

¹⁵³ Étienne Balibar foi aluno também de Louis Althusser e orientando de Georges Canguilhem, ainda assim, foi um dos primeiros a adotar uma interpretação estruturalista de Marx, posteriormente se afastaria disso. Em 1981, foi expulso do PC francês, partido do qual era afiliado desde 1961, após publicar um artigo criticando a postura do partido em relação a guerra da Argélia.

Foi por meio de uma tradução, da *Fenomenologia do Espírito*, que ele [Hyppolite] deu a Hegel essa presença; e a prova de que Hegel, ele próprio, está bem presente nesse texto francês, é que aconteceu aos alemães consultarem-no para compreender melhor aquilo que, por um instante ao menos, se tornava a versão alemã.¹⁵⁴

Após a guerra, Hyppolite assume como professor da Universidade de Estrasburgo onde tem como colega Georges Canguilhem e publicou em 1944, *Introduction à la philosophie de l'histoire de Hegel*. Ainda em Estrasburgo, escreveu *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito* em 1946, onde propôs um entendimento específico da obra hegeliana. Em 1949, passa a ministrar aulas na Sorbonne e em 1953, publicou *Logique et existence: essai sur la logique de Hegel*, onde procurou correlacionar a *Fenomenologia* de Hegel e a sua *Lógica*. Em 1954 tornou-se diretor da *École Normale Supérieure* e, em 1955, publicou um estudo sobre o jovem Marx – considerada a fase mais hegeliana de Marx – chamado *Études sur Marx et Hegel*, esse foi o período em que Hyppolite mais se dedicou aos estudos e divulgação do pensamento de Hegel na França. Em 1963, Hyppolite foi eleito para o *Collège de France*, ocupando a cátedra de História dos Sistemas Filosóficos, que depois seria assumida por seu ex-aluno Michel Foucault. Nesse mesmo ano publicou o estudo *Sens et existence dans la philosophie de Maurice Merleau-Ponty*, onde estudou a produção do seu amigo Maurice Merleau-Ponty. Em 1970 Jacques d'Hondt organizou e publicou as aulas do seminário que Hyppolite ministrou no biênio 1967-1968 sob o título de *Hegel et la pensée moderne: séminaire sur Hegel dirigé par Jean Hyppolite au Collège de France (1967-1968)*. A última grande publicação de Jean Hyppolite foi *Figures de la pensée philosophique*, em 1971, onde reuniu vários textos sobre a história da filosofia, desde de Platão, passando por Descartes, Fichte, Hegel, Feuerbach, Marx, Freud, Bergson, Husserl, Alain, Jaspers, Heidegger, Bachelard, Merleau-Ponty e Sartre.

Como seus contemporâneos, ele estava interessado no existencialismo na fenomenologia, posteriormente, no estruturalismo e no marxismo, mais precisamente, ele pesquisou a fundo a especificidade da filosofia em relação à história e à ciência. Contudo, a relevância das proposições de Hyppolite em relação a leitura de Hegel na França constituem um capítulo a parte, seja na tradução ou na formação, essa recepção do hegelianismo por parte dos pensadores franceses se colou como baliza. A *Fenomenologia* em sua proposição existencial constitui-se como referência, se falaria a favor ou contra ela, mas não se poderia ser indiferente a ela. Os dois primeiros livros de Hyppolite marcam esse entrelaçamento. No primeiro, *Introdução à filosofia da história de Hegel*, foi feita a leitura do conceito de

¹⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2004. p. 73.

“consciência infeliz”, onde este se demonstra “a contradição entre finito e infinito, entre o particular e universal, trata-se do sentimento mesmo da impossibilidade de uma coincidência entre vida e pensamento no âmbito da figura da consciência-de-si.”¹⁵⁵ Essa reflexão, entre outras coisas, reiterou a dicotomização na concepção da percepção histórica, reforçando com o isso a explicação de sentido dialético como grandeza teórica. No livro *Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel*, ele aprofundou a abordagem de Kojève sobre a questão da “dialética do Senhor e do Escravo” e afirmou que: “trata-se, antes de uma categoria da vida histórica, ou seja, de uma condição da experiência humana, que será descoberta por Hegel através do estudo das condições do desenvolvimento da consciência-de-si.”¹⁵⁶ Com isso, toda uma trajetória do pensamento de Hegel na França foi sendo formado para torná-lo um pensador incontornável, mas também permitiu emergir um hegelianismo *antropológico-existencial*, e nesse aspecto Jean-Paul Sartre foi um dos seus principais ideólogo.

Entre os mencionados até aqui, provavelmente Jean-Paul Sartre foi o mais conhecido entre eles, e isso se deveu entre outros motivos, as suas leituras de Hegel assim como as de Karl Marx que fundamentaram o pensamento existencialista. Sartre ocupou-se de muitas funções, escreveu em verso/prosa e para o teatro, dirigiu (por exemplo a revista *Les Temps Modernes*) e escreveu sistematicamente para revistas, além de ser considerado um dos filósofos mais relevantes do pensamento francês, pelo menos, até a década de 1960. Ele era francês estudou no Liceu Henri IV, em 1924, ingressou na *École Normale Supérieure* onde foi colega de classe de Raymond Aron e passou a estudar o pensamento filosófico de Henri Bergson.¹⁵⁷ Em 1929 presta seleção para o mestrado na Sorbonne onde foi aprovado em primeiro lugar sendo seguido por Simone de Beauvoir, pensadora que seria sua companheira até o fim da vida. Em 1933, ele é apresentado à fenomenologia de Husserl por Raymond Aron, que havia retornado de um período como bolsista do *Institut Français*, em Berlim, o texto em questão foi *Théorie de l'intuition dans la phénoménologie de Husserl*, de Emmanuel Lévinas, publicado em 1930.¹⁵⁸

Sartre não participou dos mencionados seminários de Kojève na *École des Hautes Études*, sobre Hegel pois, foi para Berlim entre 1933 e 1934 como bolsista do *Institut Français*, por sugestão de Raymond Aron, obtendo à mesma bolsa que ele teve. Nesse período em Berlim, Sartre passa a estudar Husserl, mas também tem contato com a filosofia de Martin Heidegger.

¹⁵⁵ HYPPOLITE, Jean. **Introdução à filosofia da história de Hegel**. Lisboa: Edições 70, 1998. p. 27-28. Cf., Yazbek, Op.cit., p. 113.

¹⁵⁶ HYPPOLITE, Jean. **Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel**. São Paulo: Discursos, 1999. p. 211. Cf., Yazbek, Op.cit., p. 115.

¹⁵⁷ COHEN-SOLAL, Annie. **Sartre: uma Biografia**. 2008. p. 89.

¹⁵⁸ Idem. p. 128.

Ao voltar à França, passa a publicar com intensidade: em 1936, escreve *L'Imagination*, no mesmo ano publica o artigo *La Transcendance de l'Égo*; em 1938, *Esquisse d'une théorie des émotions*; em 1940, *L'Imaginaire*; em 1943, *L'Être et le Néant: "essai d'ontologie phénoménologique"*; em 1946, *L'existentialisme est un humanisme* – apenas para mencionar os textos mais voltados ao saber filosófico.

Nos anos 1950, se engajou politicamente de maneira mais sistemática, assumindo uma posição mais significativa dentro do Partido Comunista Francês e se posicionando nos mais diversos assuntos. Ele apoiou a libertação da Argélia durante o período de guerra, viajou junto com Simone de Beauvoir para China, em 1955, a convite do PC chinês, esteve com Ernesto Che Guevara em Cuba em 1960, para apoiar a Revolução Cubana, e realizou parcerias intelectuais com Albert Camus e Franz Fanon de cunho também político. Em 1957, volta a publicar com o texto *Questions de méthode*, em seguida escreve em 1960 *Critique de la raison dialectique I: Théorie des ensembles pratiques*, mencionando aqui os textos mais voltados ao saber filosófico. Ainda vale mencionar o segundo tomo da *Critique de la raison dialectique II: l'intelligibilité de l'histoire*, que teria sido escrito em 1958, mas só foi publicado em 1985, o que distancia um pouco o foco da discussão que está se cartografando aqui.

Essa localização de cunho mais cronológico ajuda a compreender a trajetória de Sartre, mas também nos serve para fazer emergir algumas das condições de possibilidades dos signos de leitura feitos por ele e suas apropriações do pensamento de Hegel. Pois se foi Kojève que teve um papel central de formação de uma determinada leitura, uma leitura que ao mesmo tempo que vê na *Fenomenologia* de Hegel uma filosofia da história, ele também foi um dos que propôs uma guinada para ação efetiva, uma filosofia que se distanciasse do idealismo, da abstração efetiva; foi Sartre quem propôs uma *filosofia da ação*, e nesse sentido a proposta do existencialismo sartriano foi definir o homem na e pela ação, como explicitou na conferência depois transformada em texto de 1946 o *L'existentialisme est un humanisme*.

Essa *filosofia da ação*, tem seus fundamentos no livro de 1943, *L'Être et le Néant: "essai d'ontologie phénoménologique"* (*O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica*), o subtítulo da obra é clarividente nesse sentido, pois ratifica a proposta de reunir a *Fenomenologia* com uma leitura de base ontológica. Numa simplificação redutora, mas didática, é possível perceber nessa uma proposta que simultaneamente reconhece em Hegel um farol que ilumina pela dialética, mas que tenta se distanciar de explicações naturalistas e inserir o componente da razão do ser como elemento explicativo da existência. A reminiscência da proposta de Kojève é sintomática, o que também se estava em disputa era uma proposta de

filosofia que fosse menos transcendental, idealista e abstrata para outra fundada no homem, mais prática e ativa.

A ruptura proposta por Sartre foi desconfiar das reflexões hegelianas que propunham o “pensamento pelo pensamento” para uma ontologia *antropológico-existencial*, em que haveria uma divisão de realidade entre “homem” e “natureza”. A *totalidade* dialética passa a ser substituída por uma *totalização*, pois enquanto a *totalidade* veria na dialética uma explicação *natural*, na *totalização* seria o movimento do “homem” enquanto agente de consciência que formularia a “dialeiticidade” das coisas. Com Sartre houve uma tentativa de desmonte de uma “metafísica da subjetividade” da proposta hegeliana, que se inseriu nessa tradição de leitura na França.

E se a assunção de uma ontologia dualista por si só não basta para promover o “desmonte” efetivo do movimento de *totalização sintética* da *consciência-de-si* hegeliana, isto é, daquilo que se figurava à época como o ponto máximo de uma “metafísica da subjetividade”, uma ontologia assim cindida já se configura no horizonte do pensamento contemporâneo como consequência do esgotamento da própria modernidade filosófica, perfazendo, ao mesmo tempo, tanto a explicitação de uma desilusão congênita no tocante a matriz hegeliana no pensamento francês da primeira metade do século XX.¹⁵⁹

A proposta de uma “filosofia da ação” de Sartre, presente em *O ser e o nada*, entre muitas coisas, pôde produzir um determinado entendimento dos textos de Hegel, com uma aceção marcadamente dialética e humanista.

Outro pensador contemporâneo a Sartre, rapidamente mencionado, que também tratou da dialética foi o francês Maurice Merleau-Ponty que foi aluno da *École Normale Supérieure* em Paris em 1930. Ele obteve o doutorado em literatura em 1945 com a tese, *Fenomenologia da Percepção* pela Sorbonne, no mesmo ano foi nomeado professor de filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lyon e em 1949, foi nomeado professor de psicologia educacional na Faculdade de Artes da Universidade de Paris. Em 1952 foi efetivado como titular da disciplina de filosofia do *Collège de France*, até sua morte em 1961, e assim como tese, a aula inaugural intitulada *Éloge de la philosophie* é considerada significativa para compreensão do pensamento francês contemporâneo. Além da produção acadêmica, Merleau-Ponty também teve uma atuação política intensa, foi membro do comitê executivo da revista *Les Temps modernes* como editorialista político. Ocupou essa função desde a fundação da revista em 1945 até 1952, mesmo período em que a revista foi dirigida por Jean-Paul Sartre, sua saída se deu após romper sua amizade com Sartre. Merleau-Ponty faleceu em 3 de maio de 1961, com

¹⁵⁹ YAZBEK, André Constantino. Op.cit., p. 136.

cinquenta e três anos, produziu uma quantidade significativa de trabalhos e com relevância para o pensamento da época.

No que diz respeito, mais especificamente, ao tratamento dado a filosofia de Hegel,¹⁶⁰ Merleau-Ponty se distancia um pouco das reflexões Alexandre Koyré e Alexandre Kojève, pois construiu um entendimento próprio da *Fenomenologia do Espírito*, onde fez uma leitura que entendeu Hegel menos como idealista e mais como alguém que tentou recuperar a experiência como objeto de uma consciência.

Pode se falar de um existencialismo de Hegel, no sentido em que ele não se propõe encadear conceitos, mas revelar a lógica imanente da experiência humana em todos os seus setores [...]. Além disso, o homem não é de uma só vez, uma consciência possuída na claridade de seus próprios pensamentos, mas uma vida dada a si-própria, que busca se compreender a si mesma. Toda a *Fenomenologia do Espírito* descreve esse esforço que faz o homem para se reapropriar.¹⁶¹

Ainda assim, Merleau-Ponty, não deixa de perceber que em Hegel há a produção de um sistema de pensamento, em que a síntese e a reconciliação são preponderantes, havendo questões a serem problematizadas. Uma quanto ao sistema criado, pois “*Hegel é o único a pensar que seu sistema contém a verdade de todos os outros e, quem não os conhecesse através de sua síntese não os conheceria de modo algum*”.¹⁶² E outro, quanto os limites do sistema dialético quando da conclusão da síntese, pois:

[...] síntese não contém, efetivamente, todos os pensamentos passados, que não é tudo o que eles foram, enfim, que nunca é síntese em e para si, ao mesmo tempo. Ou seja, uma síntese que com o mesmo movimento seja e conheça, seja o que conhece, conheça o que é, conserve e suprime, realize e destrua. Se Hegel quer dizer que o passado, à medida que vai se afastando, transforma-se em seu sentido e que podemos retrair posteriormente uma história inteligível do pensamento, tem razão, mas contanto que, nessa síntese, cada termo permaneça o todo do mundo na data considerada. Que ainda o encadeamento das filosofias as mantenha todas em seu lugar como outras tantas significações abertas e deixe subsistir entre elas uma troca de antecipações e de metamorfoses.¹⁶³

¹⁶⁰ Fazer um tratamento exaustivo dos trabalhos de Merleau-Ponty que versaram ou podem ser colocados em diálogo com Hegel seria um esforço para uma outra tese. A menção a ele se deu por entender que, além da relevância indelével, por fazer parte da geração de intelectuais tratada aqui, não poderia ser ignorado. A aproximação entre os trabalhos de Merleau-Ponty e de Hegel, principalmente no tratamento dado a dialética, pode ser lido com maior aprofundamento no artigo *Merleau-Ponty e a herança hegeliana da dialética* de Claudinei Aparecido de Freitas da Silva.

¹⁶¹ MERLEAU-PONTY, M. Sens et non-sens, p. 81-82. Apud. SILVA, C. A. F., **Merleau-Ponty e a herança hegeliana da dialética**. Veritas. Porto Alegre, v. 59, n. 2, maio-ago. 2014, p. 325.

¹⁶² MERLEAU-PONTY, M. Signes, p. 102. Apud. SILVA, C. A. F. Op cit. p. 326.

¹⁶³ MERLEAU-PONTY, M. Signes, p. 103. Apud. SILVA, C. A. F. Op cit. p. 327.

Tratando mais detidamente da história, Merleau-Ponty disse que a “*história tem sentido, mas não é um puro desenvolvimento da ideia, já que ela constrói seu sentido no contato com a contingência*”¹⁶⁴, ou seja, ainda que o sistema dialético produza sínteses se faz necessário uma experiência obtida pela contingência. Essa percepção, por um lado se distancia da noção de experiência, tal como proposta por Sartre, por outro, amplia a constituição do sistema de explicação histórica dialética tentando lidar com significações abertas de uma síntese não totalizadora. Não por acaso que o próprio Merleau-Ponty, vai comentar nas suas reflexões tardias de uma “hiperdialética” em que

mesmo partindo de uma matriz hegeliana, ao traçar o alcance da dialética e propor uma “dialética sem síntese” revisa, em certo sentido, o entendimento que um grupo de pensadores franceses tinha. Também pode ser associada a essa reflexão o trabalho já comentado aqui de Jean Hyppolite, que ao estudar os trabalhos do amigo, não chega a propor uma leitura tão dissidente, mas pode ser colocado em um local de análise distinto do de Sartre, por exemplo, no que se refere aos estudos da dialética. “*O que, enfim, é notável a despeito dessas formulações são as diferentes perspectivas com as quais a figura de Hegel é reconstituída sob a lente de Merleau-Ponty.*”¹⁶⁵ Ele minimiza o “racionalismo hegeliano” e ao problematiza-lo constrói um entendimento da dialética como um alargamento da compreensão que ao por a “contradição” como fulcro das suas reflexões, amplia o entendimento dela, emergindo daí um Hegel que prolonga a dialética e possibilita questionar o próprio sistema no qual ela está inserida.¹⁶⁶

O tratamento *antropológico-existencial* dado à filosofia de Hegel por parte dessa geração de pensadores franceses formados na primeira metade do século XX, fez emergir uma rede outra de possibilidades de entendimento do passado, mas com uma premissa ontológica dialética. Um estudo exaustivo sobre cada um dos mencionados requereriam novas teses, no entanto, esse breve levantamento tornou possível perceber diferenças e aproximações do hegelianismo à francesa. A geração seguinte de pensadores franceses, dentre eles, Michel Foucault, também tiveram no pensamento de Hegel um ponto incontornável, porém com propostas distintas. Os textos de Foucault, principalmente os anteriores a década de 1970, podem ser analisados numa perspectiva que buscam se distanciar do hegelianismo, principalmente na criticidade à modernidade filosófica que ele representa. As investigações em *História da loucura*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, mesmo tendo temáticas específicas (a loucura, a medicina e as ciências humanas) problematizaram a razão filosófica

¹⁶⁴ MERLEAU-PONTY, M. Les aventures de la dialectique, p. 274. Apud. SILVA, C. A. F. Op cit. p. 328.

¹⁶⁵ SILVA, C. A. F., **Merleau-Ponty e a herança hegeliana da dialética**. Op. Cit., p. 336.

¹⁶⁶ Idem.

moderna em suas variações. Para além disso, a modernidade passou a ser “desnaturalizada” e as formas de pensamento sustentadas em suas estruturas foram evidenciadas. No final dos anos 1960, principalmente após a publicação de *As palavras e as coisas* (1966), Foucault debateu com Sartre sobre essas questões. O trabalho aqui mencionado e citado de André Yazbek deu conta desse período com profundidade e precisão, e serviu para fazer ver como esse momento é distinto do debate com Léonard. Mesmo as utilizações das reflexões de Nietzsche ligam-se a demandas que buscaram responder outra ordem de problematizações.

Em maior ou menor grau, e com o auxílio de Nietzsche, tratar-se-á agora de uma recusa ao próprio “Império da Razão”, melhor dizendo, uma recusa ao “Império da consciência”. E, com ela, não só uma denúncia da pretensão hegeliana em totalizar a vida do *Espírito* sob todos os seus aspectos, recolhendo a “verdade” de cada uma de suas figuras, mas uma recuperação da crítica radical de Nietzsche à “consciência” como fundação e acesso ao fundamento, a começar pela crítica ao kantismo, basilar para despertar o pensamento ocidental do seu “*sono antropológico*”¹⁶⁷

Nesse momento, Nietzsche foi recuperado para responder ao “Império da consciência” e o “Império da razão” da pretensão totalizante da filosofia de Hegel e criticando o kantismo no que ele teria de transcendental. Na década de 1960, os estudos de Foucault podem ser percebidos com temáticas sobre a razão e a modernidade e suas acepções filosóficas. *A História da Loucura*, pode ser lida como uma investigação sobre como se tomou a razão como baliza para separar os “loucos” dos “não loucos”, no *Nascimento da Clínica* a pesquisa foi como o saber médico, dotado de uma razão moderna, se constituiu como “medicina moderna” e em *As palavras e as coisas*, a análise foi como a razão moderna estabeleceu-se como atemporal. Nos anos 60, razão e modernidade foram estudadas e desnaturalizadas, a primeira como um princípio norteador de espaços de poder e a segunda como datada e não natural. Nesse aspecto o hegelianismo francês serve como a imagem da qual ele tentou se distanciar e o pensamento nietzschiano foi escolhido em aspectos específicos, principalmente do jovem Nietzsche, mais especificamente aqueles que critica o pensamento de Hegel.

Na década de 1970, Foucault continua a utilizar o pensamento nietzschiano, mas a estratégia genealógica pode ser entendida como uma discussão no campo do saber histórico, que problematizou as especificidades da explicação que se pretendia dialética-causal. A genealogia mencionada na investigação da razão punitiva, foi a parte do pensamento de Nietzsche a qual Foucault dedicou um estudo sistemático feito em homenagem a Jean Hyppolite, justo aquele de quem fora aluno e um dos tradutores de Hegel e estudioso do seu

¹⁶⁷ YAZBEK, André Constantino. Op.cit., p. 137.

pensamento. Nesse texto de 1971, *Nietzsche, a genealogia e a história*, que será detidamente visto mais adiante, e foi o estudo mais específico por Foucault sobre um determinado pensador, o estudo feito foi sobre uma história que consegue rir da ideia de origem. Diferentemente das discussões sobre a razão ou sobre a modernidade, os escritos dos anos 70 constroem uma leitura de Nietzsche que possibilita pensar outro tipo de história.

Fazer uma aproximação do debate entre Hegel X Nietzsche ao debate entre Léonard X Foucault, ou ainda a poeira X nuvem pode parecer forçoso, pois se na década anterior as investigações de Foucault podem ser mais diretamente ligadas as questões levantadas pelos pensadores alemães, na década subsequente eles estão em outra temática. Porém, a resposta de se a poeira X nuvem seria um debate entre Hegel X Nietzsche é ambígua. Positiva no sentido de que se está criticando uma forma de pensar a história através de universais, do progresso e da dialética, mas negativa se se considerar que não são as noções de modernidade filosófica em discussão, mas sim uma forma de lidar com o passado que ao assumir uma automaticidade explicativa causal abriu mão de pensar sobre este passado.

A resposta à Léonard colocou em suspeição a forma de fazer história que não conseguia perceber problemáticas diferentes de uma investigação com proposições relacionais. O mote argumentativo de distinção entre saberes foi sistematicamente questionado e ao final do texto foi feito um convite ao apagamento do pensamento por exclusão. Nessa resposta, havia muito de uma leitura feita a partir de Nietzsche, mas que colocou em cena questões outras aos historiadores que se interessaram pelo debate, e isso ficará mais visível quando se tratar da *Mesa-redonda de 20 de maio de 1978*, evento que aconteceu após apresentação dos dois textos. Os debates após as apresentações dos textos contribuíram para ver o quando o historiador encarnado no texto de Jacques Léonard foi permeado por uma “dialeiticidade” específica. Nesse aspecto, é plausível perceber que alguns dos argumentos do historiador de Léonard, ao requerer determinadas posturas do trabalho de Foucault, dialogou com uma tradição que o antecedeu. Os argumentos de Léonard não formam uma ligação direta com os escritos de Hegel, nem mesmo com os pensadores mencionados até aqui, porém não eram desconexos a ponto de não se poder perceber neles uma forma de historiar marcada por um hegelianismo à francesa.

Momentaneamente cabe entender como Léonard, leitor de Foucault, suscita muito mais dúvidas do que certezas. Assim como Foucault, leitor de Léonard, também não oferece todas as saídas para as suas proposições. Interessa perceber como o pensador, que antes problematizara os sistemas de pensamento modernos, inseriu-se num debate que, em certa medida, reavalia a fundamentação teórica dos seus escritos e reformula seus conceitos estabelecendo tessituras que se inserem num debate teórico mais amplo sobre como se deve

narrar o passado. O desconcerto de tentar pensar diferentemente do que se pensou antes, mais dos que um possível traço niilista, pôde fazer formas outras de entender o passado.

As argumentações de Léonard visaram, entre outras coisas, analisar uma forma de historiar própria e com componentes de filosofia, levando a deslocamentos teóricos e estranhamentos, mas também a refletir sobre a própria história. Essa reflexão tem também, em si, uma historicidade. Historiar essa argumentação permite diagnosticar uma dada temporalidade sem necessariamente perceber nela uma relação direta de causa e consequência. Foucault apresentou um tipo de história diferente, pois ao invés de um corte transversal, ele privilegia um recorte onde se problematiza simultaneamente espaços teóricos, institucionais e políticos. Isso, talvez, possa fazer com que os historiadores lidem tanto com a poeira dos fatos, quanto com a nuvem dos acontecimentos, mais ainda, põe novamente sobre os ombros dos historiadores uma obrigatoriedade de refletir sobre o passado ao mesmo tempo em que se deve escrevê-lo.

Os dois pensadores, percorreram trajetórias teóricas próprias e que as colocaram no debate, porém tanto Jacques Léonard, como Michel Foucault devem ser entendidos relacionados as suas produções. Relações essas, que não determinaram seus escritos, menos ainda produziram qualquer tipo de progresso ou desenvolvimento de teorias da história, mas que podem fazer vir à tona as redes argumentativas as quais estavam associados ao debate. Cabe agora perceber nas respectivas produções teóricas, como os dois, em momentos profissionais distintos, estavam pensando objetos históricos com perspectivas distintas, inclusive dos que eles chegaram a propor no debate mencionado.

Os desconsertos das reflexões de Michel Foucault foram comentados, especificamente, no debate com Jacques Léonard, mas podem ser percebidos em diversos momentos de suas reflexões e, simultaneamente a isso, a atitude de deslocamento que leva ao desconcerto. Esses deslocamentos serão abordados aqui, não como um processo evolutivo, ou mesmo como um desenvolvimento das reflexões, tanto as de Foucault como as de Léonard. O pensamento envolvido no debate não era fruto de um desenrolar teórico, nem mesmo se reproduziram em uma sistemática analítica. Nos dois intelectuais, muito do que foi abordado e como foi tratado não seria mais retomado. Para além disso, os posicionamentos adotados nas respectivas argumentações estavam inseridos em uma rede de possibilidades que não necessariamente se sucederam, mas que emergiram numa dada articulação da trama teórica na qual estavam inseridas.

Nas reflexões de Michel Foucault essa cartografia é um pouco mais acessível pelo grande volume de publicações, tanto de livros quanto de textos reunidos, que vão desde palestras até artigos em revistas não acadêmicas, passando pela publicização de todos os cursos ministrados no *Collège de France*, do primeiro ao último. Além disso, há uma vasta bibliografia de apoio, seja de comentadores, seja de biógrafos. Muitas foram as ramificações dos trabalhos de Foucault. Entretanto, o mesmo não aconteceu com a produção de Jacques Léonard.

É necessário tentar minimizar o silêncio da produção historiográfica sobre os trabalhos de Léonard. Nessa empreitada, não se tem como premissa dar conta de todo o seu trabalho, mas estabelecer as possíveis relações entre os trabalhos dele e as tradições historiográficas em voga na França, com as quais estabeleceu alguma interlocução. Qualquer tentativa de esgotamento dos escritos de Léonard é uma investigação outra. As aproximações de seus trabalhos a determinadas posições historiográficas serão tomadas no sentido mais abrangente, mesmo arriscando com isso alguma imprecisão. Essa localização se deu na exata medida em que foi possível perceber contribuições nas argumentações propostas nos textos de Léonard e que reverberaram no texto, *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*, que lhe deu maior visibilidade. O debate entre Jacques Léonard e Michel Foucault tem muitas relações possíveis de serem feitas e aqui apenas algumas delas serão ensaiadas, sendo apresentado, principalmente, no seu enredamento com as reflexões sobre o historiar

naquele momento para os dois. Pois, a proposta aqui é também perceber como Jacques Léonard tem uma reflexão teórica sobre a história que, assim como sua produção, foi pouco explorada.

1. Jacques Léonard entre os *Annales* e o Marxismo

Dada a pouca inserção da produção de Jacques Léonard no Brasil, ajuda saber que ele nasceu em 1935 e começou a pesquisar sobre a história da medicina francesa em 1959. Estudou na *École Normale Supérieure* em Saint-Cloud, foi professor de História e ensinou na *Université de Haute-Bretagne* um centro periférico do establishment intelectual francês. Seu primeiro trabalho como historiador foi *Les officiers de santé de la marine française de 1814 à 1835*, publicado em 1967, onde tratou do *status* social e profissional de médicos, cirurgiões e farmacêuticos do corpo da Marinha de guerra francesa, descrevendo a formação e as contribuições destes para a difusão do conhecimento médico da época. Seus estudos ganham relevância e ele começa a ter pequena notoriedade entre pesquisadores mais voltados para história militar e história da medicina.

Porém seu trabalho de maior folego foi sua tese doutoral, *Les médecins de l'Ouest au XIX^e siècle*, em três volumes defendida em 1976 e publicada em 1978. Estudo este que o eleva a ser uma referência entre os estudiosos de história social da medicina francesa do século XIX. As balizas temporais aqui podem ajudar a entender alguns pontos levantados por Léonard ao escrever sobre o texto de Foucault. Em 1976, para além da fama do então professor do *Collège de France*, Michel Foucault, já tinha publicado três livros que tocam a história da medicina de alguma forma, *Doença mental e Psicologia*, de 1954, *História da Loucura*, de 1961 e *O Nascimento da Clínica*, de 1963. Jacques Léonard, lecionando fora do centro intelectual francês (*Université de Haute-Bretagne*), começava sua carreira, mas teve sua tese reconhecida e, não por acaso, foi convidado para fazer a resenha crítica do livro de Foucault.

Outros trabalhos de Léonard, como *La vie quotidienne de médecin de province au XIX^e siècle*, de 1977; *La France médicale au XIX^e siècle*, de 1978; *La médecine entre les savoirs et les pouvoirs. Histoire intellectuelle et politique de la médecine française au XIX^e siècle*, de 1981; *Archives du corps. La santé au XIX^e siècle*, de 1986; e *Médecins, malades et sociétés dans la France du XIX^e siècle*, de 1992, publicado postumamente, são também peças importantes para a história da medicina na França. Porém, sua tese doutoral é o trabalho que

mais ajuda a compreender qual pensador se propõe analisar o livro de Foucault. O historiador norte-americano Matthew Ramsey¹⁶⁸, no artigo *Review essay: History Of A Profession, Annales style: The Work of Jacques Leonard*,¹⁶⁹ e no livro *Professional and popular medicine in France, 1770-1830: the social world of medical practice*, defende a ideia de que a tese doutoral de Jacques Léonard é seu trabalho mais relevante.

Devido às dificuldades de acesso aos textos de Léonard mencionadas anteriormente, os textos de Matthew Ramsey são uma possibilidade de investigação sobre a produção historiográfica de Léonard que aqui foi amplamente utilizada. Segundo Ramsey, os trabalhos de Jacques Léonard podem ser inseridos no campo da história das profissões, mais especificamente história das profissões voltadas para área da saúde.¹⁷⁰ Por profissões entende-se uma definição ampla, como sendo a aplicação de habilidades intelectuais ou práticas especializadas. Mas historiar uma profissão é se interessar como ela assumiu um determinado lugar no presente com uma dada inserção na sociedade e na economia de maneira mais ampla.¹⁷¹ Nesse aspecto, os profissionais liberais são o foco dessa prática investigativa e os estudos de Léonard se propõem, em certa medida, a pensar os profissionais da área de saúde dentro dessa sistemática. E dentre eles, os médicos são o grupo central da investigação.

Ramsey, no texto *Review essay - History of a profession, Annales style - The work of Jacques Leonard*, propõe que as pesquisas de Léonard se inserem em um campo também em disputa, durante as décadas de 60 e 70 do século XX, quando os estudos da história das profissões se voltaram para investigações sobre os séculos XVIII, XIX e início do XX. Segundo ele, duas abordagens podem ser observadas. Uma mais próxima do marxismo que levou em consideração como determinados profissionais se tornaram uma força dominante na sociedade contemporânea e teriam se constituído, nos séculos anteriores, em conjunto com as instituições burguesas capitalistas. A outra, diversa das abordagens marxistas, “*enfatizou o papel, na história dos séculos XIX e XX, das classes médias não capitalistas, cujos profissionais liberais são talvez os membros mais visíveis.*”¹⁷² Na visão do historiador estadunidense, em uma luta de classes é o fator de explicação e de entendimento do sucesso desses profissionais, em outra

¹⁶⁸ Matthew Ramsey é doutor pela Universidade de Harvard, onde lecionou antes de se transferir para Universidade de Vanderbilt. Ele também é professor visitante na Universidade de Princeton e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris. Matthew Ramsey é especialista em História da França moderna; história da medicina, saúde pública e assistência pública; história das profissões; história cultural europeia nos séculos XVIII e XIX. Estas informações estão disponíveis no sítio da Universidade de Vanderbilt, disponível em: <http://as.vanderbilt.edu/history/bio/matthew-ramsey>, acessado em 15 set 2015.

¹⁶⁹ Publicado no *Journal of Social History* em 1983.

¹⁷⁰ RAMSEY, Matthew. Review essay - History of a profession, Annales style - The work of Jacques Leonard. In: **Journal of Social History**. 1983 p. 319-338. Disponível em: <http://jsh.oxfordjournals.org/> acessado 15 set 2015.

¹⁷¹ Idem p. 319.

¹⁷² Idem. p. 320.

se tenta compreender como se tem uma crescente importância na ideia de capital humano e o declínio da importância do proletariado industrial e de velhas elites capitalistas. Se critica o poder de determinados profissionais liberais, principalmente profissionais de saúde cujo trabalho afeta diretamente o bem-estar da sociedade.¹⁷³

Os trabalhos de Léonard se debruçam sobre a perspectiva de tentar entender como essas classes médias não capitalistas industriais vão, gradativamente, assumindo uma posição de destaque social e reconhecimento de seu status como central para a sociedade na qual estão inseridos. Existe um entrelaçamento nessa construção pois, ao mesmo tempo em que se distancia de uma visão de luta de classes própria ao marxismo das décadas de 60 e 70 do século passado, se aproxima da mesma ao trabalhar com a noção de “classes médias”, vendo nelas uma forma de requalificação social. “*Nos estudos do século XX sobre a burguesia, sempre que classe era definida principalmente em termos de valores e modo de vida, ao invés de riqueza e propriedade, as profissões foram alçadas ao primeiro plano.*”¹⁷⁴

Esse tipo de análise está associado a uma tradição de interpretação do marxismo que pode ter como um dos seus pontos de emergência as proposições do filósofo Edmond Goblot no livro *La barrière et le niveau. Étude sociologique sur la bourgeoisie française moderne*, de 1925 que se propõe pensar essas categorias na França. Segundo ele, a “*característica essencial da classe burguesa é que é através dela que se entra e se permanece [na burguesia], e por ser incapaz ou indigno de praticá-las deixa-se de pertencer.*”¹⁷⁵ A classe médica pode ser entendida como partícipe dessa classe burguesa, pois ela se constitui como tal e simultaneamente se se deixar de praticar a medicina o pertencente ao grupo deixara também de partilhar da classe burguesa. Nessa concepção de marxismo, a ideia de disputa de classe é central, mas também as análises econômicas e as explicações ligadas ao materialismo histórico são o ponto nodal para essa percepção. As noções de progresso, de “exploração do homem pelo homem” e a forma de explicação dialética onde a história é lidada entre causas e consequências, corroboram para compreender essa visão de marxismo.

Essa visão começa a ser revista na década de 70 do século XX com trabalhos como o sociólogo francês Alain Touraine, diretor de estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), que cunha o termo “sociedade pós-industrial” no livro *The Post-Industrial Society: Classes, Conflicts and Culture in the Programmed Society*, e problematiza as

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ GOBLOT, Edmond. **La Barrière et le niveau: étude sociologique sur la bourgeoisie française**. [1925] 1930. p. 34.

profissões nestas sociedades pós-industriais. Ele coloca os profissionais de saúde em choque com os profissionais liberais, que mesmo não produzindo materialmente, tem a responsabilidade de manter e reforçar a capacidade produtiva da população. Ele diz:

No mais alto nível, o dos tecnocratas, tais indivíduos são os profissionais, os membros de “profissões”, dois dos quais são de particular importância em nossas sociedades: ensino e saúde pública. Professores, pesquisadores e médicos, que não são nem gerentes assalariados nem, na sua maioria, membros de profissões liberais, estão numa situação mista. A sua atividade requer a existência de organizações racionalizadas, escolas, universidades, laboratórios de investigação, etc.; No entanto, seu objetivo é manter ou reforçar a capacidade produtiva da população em vez da produção material como tal.¹⁷⁶

Nessa perspectiva de análise, os profissionais de saúde, dentre eles os médicos, não pertencem necessariamente à categoria de profissional liberal, são uma espécie de profissional tecnocrata que se estruturam através de “organizações racionalizadas” e tem por objetivo manter a capacidade produtiva da sociedade, juntamente com os profissionais de educação. Mesmo tendo entendimentos diferentes sobre a função social dos profissionais e análises distintas entre si, Globot e Touraine ainda têm como baliza teórica o marxismo. Talvez só os trabalhos de Michel Foucault e Gilles Deleuze que discutem sobre as relações entre *saber* e o *poder*, é que produziram uma leitura diversa e crítica sobre o poder profissional e, especificamente, o saber médico.

Na França, as profissões liberais estavam inseridas nos estudos sobre estrutura social, especialmente em ambientes urbanos, e estudos sobre a burguesia. Para a tradição marxista, elas eram um tipo de categoria subsidiária do estudo das sociedades burguesas. Os trabalhos ligados à tradição dos *Annales* se voltavam para estudos em que a problemática era sobre questões regionais e locais, sociais e econômicos, não tendo trabalhos significativos sobre grupos profissionais.

Quando se refere à “tradição dos *Annales*” se está tratando dos trabalhos publicados no periódico *Annales d'histoire économique et sociale*, (fundado em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, e posteriormente dirigido por Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Philippe Ariès e Michel Vovelle), mas também dos seus respectivos trabalhos. Longe de entender esses historiadores como uniformes, ou mesmo como uma escola, percebê-los como uma tradição é entendê-los dentro de uma visão ampla de práticas historiográficas similares e/ou aproximáveis. Além disso, também é se distanciar de uma dada visão historiográfica que

¹⁷⁶TOURAINÉ, Alain, **The Post-Industrial Society: Classes, Conflicts and Culture in the Programmed Society**. 1971. p.64-65.

os entendem como uma “Escola Histórica” que revoluciona epistemologicamente seu ofício ao tentar se desassociar de historiadores como Charles Seignobos, Ernest Lavisse e Charles-Victor Langlois associados à “Escola metódica francesa”.¹⁷⁷

Dito isto, os estudos de Jacques Léonard, em 1959, sobre medicina e a profissão médica na França do século XIX, abriram um leque de investigação pouco conhecido dos historiadores franceses. Os trabalhos mais próximos nesse sentido eram uma “*abundante literatura de antiquário feita por érudits locaux e médicos como Paul Delaunay*”¹⁷⁸, que mais do que trabalhos que se propunham como históricos, tinham um viés de inventariado e por vezes memorialistas. Os trabalhos de Léonard da década de 1970 tem uma proposta diferente destes.

Ainda segundo Matthew Ramsey, a produção de Léonard se aproxima de uma macro-história de uma profissão que inicialmente se destinou ao público especializado, depois teve um viés um pouco mais voltado para divulgação. Por isso, mereceria a atenção de um público maior do que o dos historiadores da medicina ou da França. Há também outra razão para

alavancar a importância dos trabalhos de Léonard, pois ele realiza uma investigação eminentemente empírica. Todavia, ele tenta romper com as simplificações, fossem elas as que os anglófonos chamariam de “*Whig history*” das profissões, fossem elas as simplificações contidas nas investigações históricas que têm apenas o estudo do “poder” da profissão por base.

Seguindo o estudo realizado por Matthew Ramsey, onde ele diz que a tese de doutorado, *Les médecins de l'Ouest au XIX^e siècle*, pode ser entendida como o texto mais relevante de Jacques Léonard, também pode ser o mais indicado para pensar sobre as discussões com Foucault, pois além da proximidade temporal com o texto *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*, possibilita localizar a forma de Léonard pensar a história e praticá-la. Mas antes de tratarmos da tese, se faz necessário enredar os demais livros.

Os três livros seguintes têm caráter de divulgação do trabalho realizado na tese. O livro *La vie quotidienne de médecin de province au XIX^e siècle*, de 1977, é uma pesquisa sobre a prática médica provincial no século XIX para a série de livros, *Vie quotidienne* francesa. O segundo texto, *La France médicale au XIX^e siècle* de 1978, é uma seleção comentada de trechos de fontes sobre medicina e prática médica na França, reunidas para serem publicadas na *Collection Archives*, igualmente francesa. O terceiro livro, *La médecine entre les savoirs et les*

¹⁷⁷ Para uma visão mais detalhada sobre essa discussão, ver o texto de Tiago de Melo Gomes, **A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch**. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, n° 36: p.443-459, Jul/Dez 2006.

¹⁷⁸ RAMSEY, Matthew. Op. Cit. p. 321.

pouvoirs. Histoire intellectuelle et politique de la médecine française au XIX^e siècle, de 1981, é um panorama sobre a medicina francesa do século XIX. Ele historiou como um tipo de elite profissional composta por pesquisadores de biologia e ciência médica se constituiu, as correntes intelectuais no período e o papel da medicina e dos profissionais de saúde na vida política nacional. Este trabalho se diferencia do livro de 1978 pela preocupação em relacionar de maneira mais intensa a atuação desses profissionais de saúde com a política nacional. Ainda assim é um trabalho, se não retirado da sua tese, iniciado nela. Esse texto também se destinou a uma publicação de coleção, a *Collection historique* publicada pelas edições Aubier. Os três livros por serem seleções de textos e terem uma vinculação direta em atender às demandas das coleções a que eles se destinaram, deixam de fora evidências de suporte, deixando faltar o aparato extenso que poderia guiar os neófitos no campo e os pesquisadores que trabalham com assuntos relacionados.¹⁷⁹

O texto de 1977 para a coleção *Vie quotidienne, La vie quotidienne de médecin de province au XIX^e siècle*, foi o único encontrado, e que foi possível digitalizar a partir de um exemplar da biblioteca da *Universidade Complutense de Madri*. Logo, mesmo não sendo a parte mais significativa, como foi dito por Ramsey, das publicações de Jacques Léonard, ajuda na compreensão de maneira mais geral e é possível ver alguns pontos específicos da forma de como ele lida com a história. O texto tem um perfil de introdução e divulgação do que deveria ser o cotidiano de um médico de província na França do século XIX e se divide em 6 capítulos.

No primeiro, intitulado *Como podemos nos tornar médico de província no século XIX*, ele trata das relações familiares, estudos, amenidades e como estavam distribuídos os médicos nesse período. Ele tenta responder a uma série de perguntas:

De onde vem esse médico provincial? A que ambiente pertence? Como sua vocação desperta? De que maneira ele está preparado para sua profissão? Quais são seus títulos? Ela se estabelece em qualquer lugar, aleatoriamente? Não é guiado por circunstâncias particulares?¹⁸⁰

Para responder as perguntas, ele subdivide o texto em quatro tópicos: *família*, onde tenta de evidenciar todas as conjunturas necessárias ao médico que não vem de uma escola formal de medicina; *educação*, pois não havendo uma formação comum, as diversas categorias de médicos estavam ligadas ao tipo de saber associado (química, física, ciências naturais, botânica, etc.); *instalação*, ou implementação das primeiras escolas de medicina, que em conjunto com os primeiros hospitais, foram decisivas na articulação das primeiras “*Associações gerais de*

¹⁷⁹ Idem. p. 322.

¹⁸⁰ LÉONARD, Jacques. *La vie quotidienne de médecin de province au XIX^e siècle*. 1977. p. 13.

médicos”¹⁸¹; *distribuição*, onde os médicos se distribuirão, não de acordo com as demandas da população, mas com a proximidade com as escolas de medicina.¹⁸²

Durante a maior parte do século XIX, o homem que se tornou médico provincial não é a priori incitado pelas picadas da vaidade vulgar ou da ambição selvagem [...] Com exceção de alguns *larbins* no salão ou sacristia, aqueles que professam cuidar do tormento do corpo e do espírito, beiram o sacerdócio, cuidar de um povo vermelho de verme e miséria, por vezes indo de encontro às crenças dos pacientes, eram obrigados a levar uma vida humilde e modesta, sem esperar alcançar uma grande notoriedade. Mas nem todos eram muito devotos de um cuidado virtuoso, nem todos eram poços da ciência. No final de seus estudos, muito felizes por ter uma posição, alguns cediam aos encantos da preguiça e passaram anos tranquilos em uma longa icterícia intelectual.¹⁸³

No segundo capítulo, ele trata do médico no cotidiano do trabalho, subdividindo essa temática em: teoria e prática; por montes e vales; o colóquio singular; as corretivas; altos de sofrimento; epidemias e endemias. O segundo capítulo esmiúça o cotidiano do trabalho médico, percebendo as divergências entre as teorias médicas e suas práticas, os seus locais de atuação, as particularidades de cada caso, o desenvolvimento de uma literatura sobre doenças e a catalogação de epidemias e endemias. Ele faz um balanço de como nesse período os médicos de província ainda lutavam para se estabelecer e como o fracasso no exercício da profissão ainda era uma constante.

Ao admitir o exagero romântico, deve-se confessar que há um grande risco de se atolar nos pântanos da ruína ou do desencorajamento. Mesmo quando novas terapias trazem prestígio aos médicos, permanece o fato de que o sucesso é limitado; o público não pode esperar que a ciência seja impecável e completa; os praticantes da província conservam por um longo tempo o empirismo inteligente do bom curandeiro, mesmo quando eles começam a se tornar técnicos. Eles passam por intelectuais aos olhos dos moradores das vilas, mas permanecem próximos a artesãos e comerciantes aos olhos de estudiosos e pesquisadores.¹⁸⁴

O médico mencionado ainda é um profissional em disputa por afirmação em seu ofício que se apropriou das práticas do “bom curandeiro” e as constituiu enquanto técnica, mas ainda é percebido com desconfiança entre o público mais instruído. Há nessa narrativa uma percepção de luta entre classes, por isso foi significativo localizar a formação desse médico, como também seu cotidiano que foi lido por disputa entre grupos.

¹⁸¹ Idem. p. 37.

¹⁸² Ibidem. p. 47.

¹⁸³ Ibidem. p. 51.

¹⁸⁴ Ibidem. p. 100-101.

O terceiro capítulo, chamado *O médico e o dinheiro*, foi subdividido em: a receita médica: honorários; salários e subsídios; esboço de uma socialização da medicina; fortunas; estilo de vida; dias ruins. Nessa parte do texto a preocupação de Léonard foi localizar como esses profissionais constituíram um lugar social associado aos seus rendimentos, e como as vantagens da relação entre o médico e seu enriquecimento impactam na constituição da percepção social desse grupo.

Os médicos mais tradicionais afirmam que a profissão médica permanece reservada as famílias ricas e afortunadas, por razões de educação e do interesse dos clientes; segundo eles, somente os médicos que possuem uma herança podem praticar a medicina com generosidade e independência de espírito, sem serem forçados a cobrar taxas em ambientes pobres ou modestos. Os contribuintes e os notáveis que compõem as assembleias políticas pensam o mesmo; não querendo apoiar a saúde pública, eles preferem que os médicos sejam ricos o suficiente para serem “filantrópicos”. Mas a filantropia médica tem seus limites; como outras virtudes, começa no misticismo e se transforma em política; ela tem seus apóstolos, jovens médicos com um coração sensível e pernas fortes, que sobem as escadas e visitam os casebres; mas às vezes o coração fica endurecido e a benevolência se torna uma propaganda intermitente; acontece também que, entristecidos pelo fracasso da terapia, em que o pão teria sido a melhor prevenção, alguns médicos vão para o protesto político e social.¹⁸⁵

Além da relevância econômica que os profissionais de medicina passam a adquirir, a distinção social do médico é também fator decisivo em seu reconhecimento social. A condição de “filantropo” como reconhecimento das camadas dominantes politicamente é uma passagem que reitera que distinção social é associada à projeção financeira. Mesmo havendo, em alguns casos, uma legítima preocupação social por parte dos médicos, seu reconhecimento se deu por uma consolidação financeira que proporciona distinção. Essa parte da análise marcadamente economicista, pode ser relacionada ao marxismo já mencionado aqui, mas também a uma forma de explicação na qual o materialismo histórico é o caminho possível para compreensão dessa disputa por ascensão e reconhecimento social dos médicos.

O quarto capítulo intitulado *Concorrente e colegas*, se divide em: concorrentes ilegais; caros colegas; a crise de espaço na medicina; e espírito de associação. Nele, Léonard retoma uma das teses principais do seu trabalho doutoral, em que defende que os profissionais da saúde quando se veem diante de uma dada concorrência se associam para disputar e delimitar espaços de atuação da prática da medicina. A disputa entre classes é o que leva a uma consolidação do grupo como distinto socialmente dos outros.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 153.

A profissão médica lutou ferozmente pela manutenção e reforço do seu monopólio legal. Essa luta corporativa se beneficia da imprecisão em torno da competência de seus membros e do prestígio que alimenta a dedicação e o desinteresse de uma minoria admirável. A aristocracia médica geralmente se opõe à reforma, teme a ideia de médicos não-sazonais, prefere a manutenção de agentes de saúde e apresenta a caridade dos médicos como suficiente. Mas o soldado médico, no calor da experiência, não compartilha desse otimismo conservador.¹⁸⁶

Nessa passagem do trabalho é a “luta corporativa” dos médicos que os levam a um processo de restrição para consolidação enquanto classe. Eles se constituíram como uma classe com força de mobilização e reconhecimento social quando se associam para impedir a atuação de outros profissionais que não tivessem passado pelo mesmo processo formativo deles, mesmo que tivessem o saber médico reconhecido. A atuação profissional dos médicos deveria ser regulamentada por associações de classe que legitimassem os profissionais em atuação. Por exemplo, o curandeiro que outrora teve seu conhecimento referendado e transformado em técnico, ficava excluído de exercer sua prática, por não ter reconhecido sua formação nas associações de médicos.

No quinto capítulo *Diálogos e reuniões*, a investigação se volta para a relação do médico com a população de sua província, a divisão dele ressalta isso. O capítulo foi dividido em: médicos e mulheres; médicos e agricultores; os senhores; os militares, os burgueses; médicos e trabalhadores. O que se tem é um estudo de como esse médico vai se relacionar com cada um desses grupos e em como se deram suas inserções no corpo social de maneira mais ampla.

No final do século, quando “o povo se popularizou”, nas palavras de Jules Renard, os médicos apareciam para a elite como excelentes mediadores sociais. Eles não hesitaram em valorizar o prestígio da ciência e da dedicação, mesmo que nem sempre fosse rigorosamente exato. Eles estavam enturmados, eram solicitados para decorar um salão ou uma lista municipal; eles tinham a impressão de exercer uma espécie de realeza paterna, no nível da vizinhança ou do cânone, simplesmente porque ocupavam uma posição intermediária entre os que têm e os que não têm. Eles estavam tentando explorar essa situação favorável para estabelecer as bases do poder médico. Mas os interesses em comum com a burguesia dominante não eram perfeitos; para se entenderem, seria necessário relevar os desacordos ideológicos e as tensões de categoria que o perpassavam. Os médicos não ignoravam o que era dito sobre eles quando estavam de costas, quando erravam no tratamento ou quando apresentavam um valor elevado para consulta. Estavam longe de ser uma apoteose idílica; ao contrário, desdobram diferentes lutas com questões complexas.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Ibidem. p. 188-189.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 216.

Mesmo tendo conseguido se inserir amplamente na sociedade, pelo crescimento populacional ou por sua consolidação e associações, os médicos passaram a representar uma classe intermediária que servia também aos interesses da burguesia, mas com todos os conflitos internos que essa relação poderia implicar. Se por um lado os médicos ocupam um espaço de proeminência nos “salões”, por outro eles se viam questionados quando de seus erros ou ao cobrarem seus serviços. A análise histórica aqui induz ao pensamento dialético, pois se os médicos são um tipo de antítese do saber do curandeiro, a síntese vai ser sua profissionalização. Se a profissionalização leva a um conflito com as classes dominantes, sua síntese será sua consolidação como classe também digna de distinção.

No sexto e último capítulo que tem o título de *Luta e lazer*, a análise se dirige para o desenlace da argumentação apresentada anteriormente e quais foram as consequências para os médicos de suas lutas e quais prazeres passaram a desfrutar. O texto foi repartido assim: subindo o prestígio público; o higienismo; a ação do *édiltaire*¹⁸⁸; a ação agrônômica; a luta política; a luta científicista, lazer distinto; lazer menos distinto; Férias e viagens. Nessa parte o olhar do historiador foi sobre as disputas políticas mais específicas, por exemplo, como se deu o crescimento do prestígio social da profissão do médico? Quais os seus espaços de legitimação? Ela foi científica ou econômica? Como isso estava associado, entre outras coisas ao status diferenciado que esses profissionais passaram a ocupar, mesmo nos seus momentos de lazer? No entendimento de Léonard houve um direcionamento dos médicos para uma inserção local mais intensa, onde socialmente ela passa a ocupar um papel significativo e associado ao progresso e a ordem.

Se o horizonte se expande para a gestão dos assuntos locais, encontramos, em profundidade, o mesmo espírito de apaziguamento e ponderação que caracteriza a profissão médica: próximo da sensibilidade do liberal e do progressista, mas aspirante a neutralidade acima das classes antagonistas, ansiosas para promover o progresso na ordem.¹⁸⁹

Ele chega a conclusão de que “*é também o desenvolvimento de uma classe média, mais próspera e mais instruída, que celebra e apoia o surgimento de novos valores.*”¹⁹⁰ Os médicos se inserem em um contexto, onde as lutas de classe viabilizam o seu desenvolvimento através de uma classe média liberal, progressista e ascendente. “*Os médicos, a caminho, são levados por esse movimento e, em grande parte, enriquecidos por essa classe, seja porque constitui sua*

¹⁸⁸ O *édiltaire* é um cargo ou função pública que compõe um conselho municipal, geralmente nas grandes cidades, que trata especificamente do desenvolvimento urbano, manutenção de ruas, edifícios.

¹⁸⁹ LÉONARD, Jacques. *La vie quotidienne de médecin de province au XIX^e siècle*. Op. Cit. p. 249.

¹⁹⁰ Idem. p. 253.

clientela mais fiel, seja porque facilita e financia, através de várias medidas, a medicalização do povo.”¹⁹¹ As classes subalternizadas entram nessa análise como massa de manobra pois, “o direito à felicidade na terra, para a multidão, envolve a alienação parcial da liberdade individual, a aceitação da co-responsabilidade pelo higienista e a durabilidade das redes de subordinação social.”¹⁹² Os médicos ocupam um lugar social intermediário, eles são os agentes do progresso social, mas também têm a possibilidade de dar conta de novas demandas de sobrevivência e ampliação à qualidade de vida.

Entre as elites e as massas, os médicos são colocados em uma posição favorável no momento certo. Imerso na população quando o progresso, de alguma forma, o poder de compra e educação das pessoas, eles estariam errados para não aproveitar. Isso é o que eles estão tentando fazer, conscientemente. Já que o acidente já não parece irreparável, nem a doença como fatal, já que essa mutação psicológica coletiva que imagina a cura, que antecipa o resultado, que chama a esperança de um sucesso, se concretiza na “demanda por remédio”. Você tem que responder. Os médicos não são apenas admitidos e ouvidos, mas também chamados e honrados. Desejar e conceber a solução para uma infelicidade biológica induz o comportamento otimista de confiar, em primeiro lugar, no perito da arte; será tempo, então, de se resignar a processos mágicos quando a ciência tropeçar ou cair. É isso que as pessoas comuns pensam no início do século XX. É, portanto, sua posição mediana, são suas relações sociais com todas as classes, sua influência como intermediários culturais e múltiplos interlocutores que promovem os médicos e ancoram sua autoridade. Não podemos, contudo, recusar pagar, a esses apologistas pelo progresso, a esses artesãos do bem público, a estes paradigmas de boa cidadania, o preço do “direito à saúde para todos”!¹⁹³

Os processos que levaram a inserção social do médico como figura proeminente e respeitável, também propiciaram uma “demanda por remédios”, uma medicalização da sociedade. A lógica progressista e desenvolvimentista que alicerçava essa forma de comportamento é a que posteriormente vai permitir falar em universalização do “direito a saúde”. O texto finda com conjunto de pequenas bibliografias de 38 médicos considerados os mais relevantes no período estudado que estavam em Paris.

As perguntas, assim como as respostas dadas por Jacques Léonard, têm componentes que podem ser aproximados dos trabalhos desenvolvidos pelos que dirigem e publicam na revista *Annales d'histoire économique et sociale*, pois no leque de suas preocupações figuram algumas das problemáticas tratadas por eles. Por exemplo, a sistemática relação entre indivíduos e sociedade, levando em consideração que o médico só foi estudado em comparação com os outros grupos sociais; o recorte temporal de pouco mais de um século (os casos

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem. p. 253-254.

mencionados vão desde o final século XVIII até o início do XX), assim como o esforço sistemático de Léonard de pensar os médicos como um grupo social em busca de distinção e reconhecimento social.

Entretanto, as composições teóricas argumentativas ainda são permeadas por categorias analíticas próximas à tradição marxista. Concomitantemente a isso, há uma “dialeticidade” sistemática nas análises, as explicações são tentativas de encontrar as causas para determinados fatos. Há uma história originária, que busca a origem dos fatos, e que naturaliza o juízo sintético como a explicação cabível. Isso ajuda a entender a costura da rede argumentativa apresentada na resenha crítica feita ao livro *Vigiar e punir*, auxilia na percepção de como o historiador hipotético construído em sua narrativa ora requer de Foucault posicionamentos mais próximos do marxismo, hora fica elogioso quando vê no texto uma abordagem que estaria mais voltada para tradição dos *Annales*. Porém, por mais que as marcas dessas duas tradições de investigação histórica estejam presentes nesse trabalho, Léonard também realizou alguns deslocamentos em seus escritos, cabe voltar a eles agora.

O texto de 1978, para *Collection Archives*, por ser de comentários nos quais trechos de fontes são encaixados, deixa o pesquisador menos acostumado com a temática sem referências teóricas mais precisas. O texto de 1981 para a *Collection historique* tem um guia mais completo de fontes, mas ignora o trabalho de pesquisadores estrangeiros. Ele tenta dar conta de um recorte temático muito vasto, olhando para quase todos os aspectos da história da profissão, da prática e da ciência médicas. Entretanto, consegue apenas aludir a alguns dos temas e passa muito rapidamente por outros, às vezes apenas listando nomes, descobertas e legislação de uma forma que desconserta tanto aqueles que sabem pouco sobre o campo quanto aqueles que o conhecem bastante.¹⁹⁴

O historiador francês François Lebrun, especialista em história da França nos séculos XVII, XVIII e XIX, comenta em um artigo chamado *Jacques Léonard, Archives du corps. La santé au XIXe siècle*,¹⁹⁵ que alguns leitores de Léonard poderiam sentir a necessidade de um trabalho numa faixa intermediária, que estaria entre essas obras de divulgação e a tese. Mas que ainda assim, os três livros publicados formam uma boa introdução ao tema, enquanto que a tese pode ser vista como a ferramenta de pesquisa mais robusta e aprofundada. Outros trabalhos de

¹⁹⁴ RAMSEY, Matthew. Review essay - History of a profession, Annales style - The work of Jacques Leonard. In: **Journal of Social History**. Op. Cit. p. 322.

¹⁹⁵ LEBRUN, François. “Jacques Léonard, Archives du corps. La santé au XIXe siècle”. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 43e année, N. 5, 1988. pp. 1169-1171. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_5_283547_t1_1169_0000_002 Acessado em 13 mar 2016.

Léonard, *Archives du corps. La santé au XIX^e siècle*, de 1986 e *Médecins, malades et sociétés dans la France du XIX^e siècle* de 1992, já se diferenciam dessas três anteriores, e não estão ligados a uma coleção nem buscaram fazer uma divulgação das ideias apresentadas na tese.

O também historiador Jean Quéniart, especialista em cultura e sociedade urbana na França do século XVIII, comenta no artigo *Jacques Léonard, Médecins, malades et société dans la France du XIX^e siècle*¹⁹⁶, que o texto *Archives du corps. La santé au XIX^e siècle* de 1986 tem uma visão diferente dos trabalhos anteriores por se propor pensar o corpo na composição da profissão médica. Já o trabalho de 1992 (*Médecins, malades et sociétés dans la France du XIX^e siècle*) é uma reunião de textos de Léonard selecionados e organizados por Claude Bénichou, na tentativa de juntar alguns dos artigos de Léonard que faleceu quatro anos antes, em 1988.

Se tomarmos como exemplo os três historiadores leitores de Jacques Léonard mencionados, Matthew Ramsey, François Lebrun e Jean Quéniart, eles são unânimes em reconhecer a relevância dos trabalhos de Léonard. Todos são de grande importância para história da medicina francesa, para a história das profissões de saúde na França e para a história da França de maneira mais geral. Mas a sua tese de doutorado é o mais relevante deles e o que mais ajuda na investigação da tessitura do pensamento de Léonard, por isso cabe se deter um pouco mais nesse texto.

1.1 Les médecins de l'Ouest au XIX^e siècle

Antes de entrar na argumentação propriamente dita da tese, *Les médecins de l'Ouest au XIX^e siècle*, vale mencionar que uma das dificuldades de acesso ao trabalho se deve a sua forma de publicação. O trabalho é composto por três volumes, cada um com aproximadamente 500 páginas, tendo sido defendido na Universidade de Paris IV em 1976. Esse tipo de produção costumava ser impressa e publicada ou na sua íntegra ou parcialmente, contando para isso com subsídios oficiais. Todavia, devido a uma mudança na política de publicação e aos custos crescentes, se passou a adotar outro modelo de publicação. Algumas teses passaram a ser encaminhadas para a oficina especial de reprodução de teses na Universidade de Lille III, onde eram reduzidas fotograficamente através do original datilografado e se produzia um número

¹⁹⁶ QUÉNIART. Jean. “Jacques Léonard, Médecins, malades et société dans la France du XIX^e siècle”. In: **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**. Tome 99, número 3, 1992. pp. 302-303. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/abpo_0399-0826_1992_num_99_3_3436_t1_0302_0000_2 Acessado em 22 mai 2016.

limitado de cópias. Algumas estavam disponíveis ao público através de uma editora privada de Paris, embora a um preço fora do alcance para a maioria dos estudantes e pesquisadores.¹⁹⁷

Essa dificuldade de acesso pode, em certa medida, ter restringido a circulação do trabalho e mesmo o debate de maneira mais ampla da tese. Mas por si só não pode ser entendida como fator definitivo do silenciamento do trabalho de Léonard no Brasil, por exemplo. Na tentativa de tentar dar conta desse texto mesmo sem ter tido acesso a ele, vale acompanhar a leitura realizada por Matthew Ramsey. Como o objetivo aqui não é extrair uma suposta verdade do texto de Léonard, a leitura de Ramsey, mesmo sendo já uma seleção prévia e de maneira geral limitada, corrobora muitíssimo no auxílio para o estudo de outros textos como *La vie quotidienne de médecin de province au XIX^e siècle* e a resenha crítica *L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*.

Para Matthew Ramsey, a tese *Les Médecins de l'Ouest au XIX^e siècle* pode ser vista como uma reunião de vários livros em um, ou uma grande investigação sobre instituições médicas nacionais a partir do final do Antigo Regime até 1892. Mas também é uma história da medicina teórica e clínica durante o mesmo período. Numa aproximação com a tradição dos *Annales* pode ser entendido como uma investigação de história regional detalhada sobre profissionais da medicina e instituições no oeste da França, embora a análise muitas vezes ultrapasse esses limites geográficos.¹⁹⁸

Essa multiplicidade temática pode ser entendida como sendo as condições de emergência do trabalho de Léonard, dado o caráter um tanto desbravador da temática e mesmo as lacunas que trabalhos anteriores teriam deixado. Um trabalho que se propunha abordar também os desenvolvimentos intelectuais e institucionais da história da medicina francesa visava, entre outras coisas, a preencher uma lacuna na produção historiográfica francesa. Entretanto como o projeto era muito amplo, a maior dificuldade de Léonard foi:

equilibrar as exigências conflitantes de demandas nacionais e regionais, os aspectos “interno” e “externo” da história médica, as sessões transversais que mostram a estrutura da profissão e de suas instituições em diferentes pontos no tempo, e a narrativa das mudanças que ocorreram ao longo de um século.¹⁹⁹

Para dar conta de todas essas questões, Léonard organizou o trabalho num eixo cronológico-temático com quatro grandes divisões. A primeira é um apanhado sobre a situação dos médicos no início do seu corte cronológico, a Revolução Francesa. O segundo recorte foi

¹⁹⁷ RAMSEY, Matthew. Review essay - History of a profession, Annales style - The work of Jacques Leonard. In: **Journal of Social History**. Op. Cit. p. 321-322.

¹⁹⁸ Idem. p. 322-323.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 323.

o período da Restauração e da Monarquia de julho, onde tratou da medicina e “livre-concorrência”. Na terceira parte, a temática se volta para a medicina e a organização social, ligando-se cronologicamente ao Segundo Império e à terceira República francesa até 1892. A quarta parte da divisão feita por ele é mais ampla, pois se propõe investigar as “mentalidades e as relações” do período como um todo e aí tenta tratar de vários temas para o período como um todo, ou seja, do final do Antigo Regime até 1892.

O trabalho reúne um grande número de informações e orientação bibliográfica sobre a maior parte dos aspectos da medicina e da profissão médica na França do século XIX. É possível se informar sobre as teorias médicas e as terapias do período, a cultura médica leiga, os hospitais e a saúde pública, a legislação e a jurisprudência médica, as instituições profissionais, a estrutura da profissão médica, o recrutamento e a formação de médicos, o número e a densidade dos profissionais, a renda e o status social, as práticas médicas ilegais, a organização e a reforma da profissão, o cotidiano dos médicos e a relação da profissão com instituições políticas, a lei e a religião.

Metodologicamente, Léonard conseguiu superar a barreira inicialmente colocada por seus antecessores no campo, por ampliar o leque de fontes disponíveis, já “*que as atividades dos médicos não ordinariamente deixavam um registro nos arquivos estaduais.*”²⁰⁰ Léonard, além de trabalhar as fontes disponíveis, também reuniu documentos pessoais de médicos do século XIX ainda em mãos privadas, um tipo de fonte que possibilitou uma análise sobre a vida material e as finanças desses profissionais. Um dos pontos significativos do trabalho é criação de um banco de dados que combinando às fontes públicas e privadas, foi capaz de constituir um índice de 3.755 profissionais civis da área de saúde ativos no Oeste entre 1803 e 1812, por exemplo. Essas informações, principalmente sobre os da ordem inferior (*officiers de santé*) são escassas e dão uma noção de como muitos praticantes da medicina de diferentes tipos estavam ativos em um determinado momento, quantos anos eles tinham, como eles se prepararam, e como, ao longo do tempo, eles se movimentaram.²⁰¹

Nessa forma de lidar com as fontes, principalmente no que se refere à análise quantitativa das fontes, um estudo também estatístico como metodologia, pode se assemelhar ao que alguns historiadores de um período um pouco anterior, na década de 40 e 50 do século XX, desenvolviam e eram associados aos *Annales*. Outro sinal que corrobora essa ideia é o longo apêndice do livro, que apresenta seus resultados estatísticos em 248 páginas de mapas, gráficos e tabelas.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

Outras fontes utilizadas por Léonard foram as correspondências, os ensaios, a literatura imaginativa e a iconografia do período estudado, os quais ele analisa com minuciosa sensibilidade e autoridade. Essas fontes tornaram possível para ele ter uma ideia dos interesses e do cotidiano dos homens da medicina, sem com isso voltar seu trabalho para estudos demasiadamente biográficos. Entretanto, fez com que a pesquisa tenha conseguido dar conta de uma galeria de personalidades médicas do século XIX, desde o menos conhecido até o relativamente proeminente.

A pesquisa de Léonard fez emergir um modelo do que poderia ter sido a medicina francesa praticada no século XIX, e esta, por sua vez, foi dividida em duas fases. Na primeira, que corresponde cronologicamente à primeira metade do século, a profissão sofreu com insegurança econômica. Os treinamentos eram caros, a prática não muito lucrativa e a maioria dos médicos tratava poucos pacientes por dia, sendo às vezes pagos em espécie, num período em que esse pagamento era menos interessante em algumas regiões por haver ainda uma tradição com a terra. Os médicos provinciais obtinham a maior parte de sua renda de outra fonte, como a posse de terra, e esta tradição se manteve forte durante boa parte do século. Ele relata que um médico de Morbihan observou em 1854 que “*nós estaríamos em uma situação precária se tivéssemos apenas a prática da medicina com na qual nos apoiar.*”²⁰² Uma série de problemas são levantados para pensar essa primeira fase: alguns médicos dependiam dos valores cobrados diretamente ao paciente e tinham que lidar com uma concorrência, às vezes lícita, por vezes ilícita de outros profissionais. Havia uma dificuldade de aplicar um monopólio profissional, pois como não havia qualquer restrição ao exercício da medicina, os profissionais que tinham o status de *officiers de santé*, que não eram exatamente médicos, mas pessoas que se diziam saber cuidar da saúde, concorriam diretamente com esse profissional médico com algum tipo de formação. Este foi, inclusive um dos temas que dominaram um congresso sobre a reforma médica ocorrida em Paris em 1845.²⁰³

A ausência de organização profissional foi um dos maiores problemas desse período, o que se deve em parte, à lei *Le Chapelier*, que desde a Revolução Francesa, proibia grupos ocupacionais de se organizar na busca de um interesse comum. Havia um desprestígio do status da profissão, diferentemente dos advogados que conseguiam se organizar, evitando, por exemplo, o pagamento do imposto sobre o comércio e indústria chamado de *patente*. Os

²⁰² LÉONARD, Jacques. “Les Médecins de l'Ouest au XIX^e siècle”, 1978. p. 576. Apud.: RAMSEY, Matthew. Review essay - History of a profession, Annales style - The work of Jacques Leonard. In: **Journal of Social History**. 1983 p. 323.

²⁰³ RAMSEY, Matthew. Review essay - History of a profession, Annales style - The work of Jacques Leonard. In: **Journal of Social History**. 1983 p. 323.

médicos eram cobrados das mais diversas formas. Na lista de 1833 de pagamento do imposto, o *patente*, os médicos foram listados na mesma categoria de pagamento que os vendedores de porcos, queijo e ameixas secas, provador de sebo e empreiteiros de latrina. O *status* social da profissão, além de distante do *status* dos advogados, indicava uma ausência de organização, falta de reconhecimento de instituições oficiais, pouca possibilidade de avaliação do atendimento prestado e pouco prestígio social.

Na segunda metade do século XIX houve uma mudança nesse panorama da profissão médica e alguns fatores contribuíram para isso. Houve uma inversão no número de doutores em medicina e cirurgia em relação ao número de pessoas sem formação. Enquanto que o número de pessoas formadas aumentou, o número total de médicos sem formação diminuiu. Outro fator, que também se coaduna a este, foi a criação de barreiras para a atuação dos *officiers de santé*, e depois o seu encerramento oficial em 1892. Somando-se a isso, uma série de reformas aumentaram os custos e os padrões para o exercício da profissão. Esse aumento foi grade o suficiente para encorajar mais aspirantes a médicos a buscarem o doutoramento. Já o aumento das restrições a atuação profissional sem o doutoramento, além de selecionar grupos sociais mais específicos, também estimulou por diferenciar-se do saber leigo.

Léonard relaciona essas mudanças a uma crescente ausência de médicos na região, e por sua vez, essa “desmedicalização” teria levado a efeitos interessantes para os médicos remanescentes. O número de clientes dos médicos se expandiu, em parte devido ao crescimento das sociedades de ajuda mútua, um sistema de assistência médica que conseguia negociar menores preços para os atendimentos. Essa forma de atendimento proporcionou a abertura de um mercado mais seguro financeiramente para os médicos e proporcionou também o começo da mudança do status social que esse profissional passou a ter.

A consolidação da profissão também passou por sua organização e controle interno. Uma série de associações, sindicatos, conselhos regionais e entidades que reunissem os profissionais médicos surgem nesse período. Por exemplo, a *Association Générale des Médecins de France* de 1858, os *syndicats médicaux* do início da década de 1880, foram as primeiras entidades da categoria a defenderem os interesses materiais da profissão. Segundo Léonard, um grande número de praticantes que antes tinham uma postura individualista da profissão, característica da primeira metade do século XIX, passaram a se associar a alguma entidade de classe. Ele comenta que, em 1880, mais da metade dos médicos franceses eram filiados à *Association Générale des Médecins de France*. Além disso, a regulamentação legal em 1892, que cortou o acesso ao *officiat de santé*, deu sansão oficial aos *syndicats* e os autorizou a iniciar os processos sobre prática ilegal de medicina.

Afora a legislação médica, o ano de 1892 também foi o jubileu de Pasteur, e aí Léonard fez uma relação entre esse acontecimento e a posição que a medicina ocupava socialmente. As comemorações do Jubileu de Pasteur, patrocinadas pelo Estado, foram a comemoração de alguém, que mesmo não sendo médico de formação, contribuiu decisivamente para a ciência médica. O *status* dos médicos, segundo Léonard, se beneficiou do prestígio da ciência mesmo antes dos acontecimentos do final do século XIX e início do XX. A medicina passou a encarnar, com isso, uma visão de positividade científica.

As conclusões que Léonard propõe a partir dessa argumentação sugerem que a profissão como um todo, durante esse período, não teve o poder político, nem social excepcional que alguns lhe atribuíram. Ele aponta para realizações mais modestas: houve uma mudança para um *status* social mais elevado, melhores rendimentos, maior unidade profissional e talvez maior autoconfiança. Mesmo tendo havido uma participação direta dos médicos na política durante a Terceira República, com percentuais significativos de médicos na Câmara de deputados, pois nunca ficou abaixo de 8% em 1876-1881, e excederam 12% nas Câmaras de 1881-1885 e de 1893-1898, eles não tiveram tanto êxito profissional quanto a pouca historiografia da época fazia parecer.²⁰⁴

Outra característica do trabalho de Léonard é sua preocupação com a regionalidade, pois ao investigar a região do que viria a ser Nantes, ele constata que em nenhum outro lugar da França os habitantes locais se apegaram tanto a sua própria cultura médica. Ele comenta que em nenhum outro lugar foi mais forte o conflito entre a classe médica e a Igreja, particularmente as freiras que mantinham dispensários e forneciam aconselhamento médico juntamente com remédios. Ele faz uma correlação entre o número de médicos regulares, o número de santuários de cura e de farmácias mantidas por ordens religiosas e indica que nesses locais a profissionalização da medicina foi atrasada e as taxas de mortalidade foram maiores.

Para ele, como efeito disso, a região foi mais bem-sucedida em construir suas instituições médicas e medidas de saúde pública, tentativas locais para desenvolver sistemas de assistência médica para os pobres antes do programa nacional de 1893. Porém, não se teve um cenário de disputa entre ciência médica e superstição, a dicotomia entre a medicina popular e a oficial seria simplificar uma gradação complexa. Os médicos locais muitas vezes aceitaram alguns dos pontos de vista de seus pacientes camponeses, enquanto os camponeses nem sempre rejeitavam os cuidados da medicina oficial. Além disso, nem todos os médicos eram materialistas ou mesmo anticlericais, muitos eram católicos. Essa correção é útil tanto às

²⁰⁴ Idem. p. 325.

idealizações românticas do médico do interior, quanto aos relatos de médicos como agentes do imperialismo cultural.²⁰⁵

Em um capítulo em que trata das “pré-condições da medicalização”, Léonard observa que a quantidade dos que exerciam alguma atividade associada à área da saúde é mal correlacionada com a urbanização, mas melhor correlacionada com a prosperidade econômica, e ainda melhor com a alfabetização. Essa observação faz com que ele elabore algumas hipóteses ao longo do livro para entender essa distribuição, sendo quatro delas mais específicas. A primeira é o grau em que a população local aceitou ou rejeitou a medicina profissional. A segunda está associada ao primeiro fator, o crescente prestígio da medicina como ciência, ideia que se repete ao longo do estudo. A terceira foi a organização profissional. E a quarta foi o desenvolvimento de sistema de pagamento de terceiros, de sociedades de ajuda mútua para programas estaduais de assistência médica para os pobres. Essa última hipótese se baseia principalmente na lei de 15 de julho de 1893 que deveria garantir atendimento gratuito para cada paciente indigente francês.

Matthew Ramsey em seu artigo, levanta questões a cada uma das hipóteses propostas por Léonard. Na primeira, sobre o grau de aceitação da população local em relação a medicina profissional, Ramsey afirma que:

Léonard fornece pouca informação concreta sobre como os médicos foram recebidos entre as populações locais ou quantas vezes uma pessoa poderia se consultar. As fontes para esse tipo de trabalho são, obviamente, limitadas e complicadas de usar, mas é importante na escrita da história das profissões de consulta descobrir o máximo possível sobre os clientes, suas atitudes para com os profissionais, as suas expectativas e a demanda por serviços.²⁰⁶

Sobre a segunda hipótese, referente ao crescente prestígio da medicina como ciência, ele pergunta: “*Até que ponto os médicos mantêm, no imaginário popular, um ethos científico-materialista que vai de encontro às crenças religiosas tradicionais?*”²⁰⁷ Como o próprio Léonard observa, rezar para um santo que cura não exclui necessariamente a consulta a um médico oficial. Além disso, os médicos foram amplamente estimulados a fazer algum tipo de benesse antes, durante e depois da revolução pasteuriana, e esse empirismo pragmático pode ter ocorrido independente da fé em qualquer religião ou ciência.

A terceira hipótese, sobre a organização profissional, Ramsey afirma que mudanças de atitude são difíceis de documentar, porém Léonard está em terreno muito mais firme. O trabalho

²⁰⁵ Ibidem. p. 326.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Ibidem.

da *Association Generale des Medecins de France* e mais tarde sobre os *syndicats* médicos, fizeram muito para sustentar a capacidade econômica e de segurança, o prestígio e a influência política dos médicos, embora a sua importância direta para a medicalização da população francesa seja menos clara.²⁰⁸

Em relação à quarta hipótese, sobre a o desenvolvimento de sistema de pagamento de terceiros, ele salienta que apesar de Léonard aludi-la repetidamente, não a tratou de forma mais sistemática. Segundo Ramsey, “foi a reestruturação do mercado de serviços médicos, o qual possibilitou um corpo de profissionais exclusivamente dedicados à sua prática, cujos rendimentos derivavam principalmente de sua prática.”²⁰⁹ E com isso se tem uma constatação inversa ao que Léonard propõe, pois

Se houve um excesso médico na França, em meados do século XIX, não era porque o país teve mais médicos do que foi necessário para atender às necessidades de sua população; era porque mais médicos atuavam em território francês do que a população poderia pagar. Embora a clientela dos médicos nunca tenha sido inteiramente restrita às elites urbanas, o sistema tradicional de caridade, complementada pela assistência estatal durante as epidemias (os *médecin des épidémies*), não poderia fazer dos pobres consumidores regulares dos serviços médicos; e foi altamente ineficiente para confiar ao praticante individual a mediação da redistribuição de recursos dos prósperos para os doentes indigentes.²¹⁰

Daí a importância das sociedades de ajuda mútua, dos esquemas de seguros, da assistência médica para os pobres e, no século XX, da seguridade social, que expandiram grandemente a procura efetiva por serviços médicos. A prática médica passa a ser mais “produtiva” como uma atividade econômica ao eliminar ineficiências, nos processos de manutenção e pagamento dos atendidos.

Ainda segundo Ramsey, essas possíveis contestações sobre o trabalho de Léonard ocorreriam, por um lado devido a falhas na documentação, por outro à ampla extensão do projeto que o teria tornado de difícil aprofundamento. “Mas também decorreu da própria decisão de Léonard de não organizar a sua investigação e escrita em torno dos problemas maiores – uma decisão que refletiu um viés epistemológico.”²¹¹ Para Ramsey, Léonard trabalhou dentro de uma tradição positivista, com uma crítica aprofundada das fontes, cauteloso na construção de modelos e desconfiado de grandes arquétipos teóricos. Nesse sentido, um trecho da conclusão da tese de Léonard é muito significativo:

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Ibidem. p. 327.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem. p.

O historiador tem o direito de ser indiscreto, mas ele não tem o direito de projetar uma claridade artificial sobre uma densa e complexa realidade que ele pode somente tomar conhecimento através de documentos contingentes e discutíveis.²¹²

Entretanto, não se pode dizer que Léonard é um compilador dos dados, ele escreve em vários níveis, variando do detalhamento descritivo, passando pelas questões de médio alcance, tais como a distribuição populacional numa dada região, até questões maiores como as conexões entre a mudança de percepção na disciplina e as mudanças no status social e no papel político da profissão. Apesar das muitas páginas de análise cuidadosa, como pode ser visto mesmo num livro de divulgação como *La vie quotidienne du médecin de province au XIX^e siècle*, a pesquisa e o argumento teórico em alguns momentos seguem caminhos separados. As teorias e os modelos nos quais Léonard se apoia, estão num espaço próprio, nem testado nem enriquecido por sua análise, aquilo que ele propõe pensar não é o que suas pesquisas respondem. Os dados minuciosamente tratados, não por acaso no livro de divulgação a o acompanhamento de pequenas biografias dos médicos mencionados, mas elas não foram problematizadas à luz das tradições que ele dialoga.

1.2 Aproximações e distanciamentos

Por vezes se aproximando da metodologia consagrada pelos *Annales*, por exemplo, no tratamento estatístico das fontes, noutras se utilizando de categorias analíticas marxistas, por exemplo, ao lidar com as disputas entre as categorias que compunham os profissionais da saúde, Léonard tem algum cuidado, evitando se colocar nem em uma, nem em outra abordagem histórica. Como já mencionado no capítulo anterior, o historiador Léonard é alguém que vive mais no século XIX que no século em que escreve sobre, logo se propor pensar sobre o passado, não está no escopo dessa forma de historiar. Há um entendimento de que o historiador escreve o passado o mais “fiel” possível ao que aconteceu. Problematizar sobre ele, ou mesmo estabelecer uma reflexão em que o ponto de partida esteja no presente, caberia a outros saberes que não à história. Como o mesmo disse, projetar uma “claridade artificial” sobre a densa e complexa realidade histórica não é um direito do historiador. Mas é plausível perceber também, nessa afirmação, que indiretamente significa dizer que tentar pensar através de grandes modelos

²¹² LÉONARD, Jacques. *Les Médecins de l'Ouest au XIX^e siècle*, 1978. p. 1536. Apud.: RAMSEY, Matthew. Review essay - History of a profession, *Annales* style - The work of Jacques Leonard. In: **Journal of Social History**. Op. Cit. p. 327.

historiográficos pode ser um problema, daí uma preocupação de não se filiar a uma reflexão histórica. Essa filiação seria também moldar o objeto de estudo a uma dada forma analítica.

Essa localização mais específica do pensamento de Léonard em determinadas correntes historiográficas, além de ser difícil por engessar o seu trabalho, pode ensejar contradições onde elas não existem. Porém, sua escolha em não evidenciar seus interlocutores foi também um posicionamento teórico que, se historiado, fará emergir suas relações. Se forem tomadas noções teóricas amplas do que ficou conhecido como *Annales*, e por amplitude entende-se abertura à recepção da diversidade da produção acolhida e associada à revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, é plausível ver no trabalho de Léonard ligações. Se os *Annales* for entendido como um movimento que propõe historiar utilizando metodologias da sociologia, da economia, da estatística, da economia e da geografia, para investigar uma longa duração, a tese de Léonard está associada a essa produção. Assim como a preocupação de ir além de listar os acontecimentos históricos (*histoire événementielle*), ligada ao positivismo histórico, Léonard também tenta romper essa barreira em seu trabalho.

Contudo, se a noção de marxismo for entendida de maneira ampla, como sendo uma investigação das causas das mudanças na sociedade através dos seus modos de produção se preocupando conjuntamente com a disputa entre classes sociais que a produzem, o trabalho de Léonard também pode ser lido como de viés marxista. Ao problematizar o *status* social que os médicos tinham e relacionar a ascensão social deles com inserção nas casas legislativas, com a organização em entidade de classe e com o estabelecimento de uma forma de remuneração garantida através de políticas sociais, Léonard pensou com categorias analíticas marxistas a atividade econômica de um determinado grupo social. Em alguns momentos, a tese de Léonard é uma narrativa sobre a ascensão da profissão ligada a outras duas ascensões: da burguesia e a da ciência moderna. Se, por um lado, tem-se uma pesquisa categoricamente marxista, por outro, é possível intuir que dentre as várias reflexões sobre o marxismo da época, Léonard se propôs indiretamente a investigar as relações de poder que esses profissionais exerceram.

As propostas de Léonard podem ser aproximadas de um marxismo, mas cabe perceber que suas reflexões não estão distantes de algumas das propostas de Louis Althusser. Tem-se uma aproximação temporal da produção de Althusser, principalmente a que problematiza a tradição hegeliana adotada pela filosofia, já mencionada aqui, mas que seria também alvo das problematizações de Foucault. A tese de Léonard é de 1976 e, mesmo não havendo menção de Ramsey ao comentar a tese, é possível traçar algumas aproximações com Althusser. Mesmo no livro que foi citado aqui, não há referência direta no texto, ainda assim, algumas categorias marxistas parecem mais próximas ao revisionismo teórico de Althusser do que a tradição

hegeliana francesa vinha adotando. O texto de Althusser que pode ser mais emblemático sobre o diálogo com Foucault, principalmente com *Surveiller et punir*, pode ser mais bem percebido na compilação *Positions*, publicado em 1976²¹³, mas estavam presentes em diversos outros trabalhos.

Os textos de Althusser da segunda metade da década de 1960 e da primeira metade da década seguinte ajudam a entender como essa reflexão foi emergindo. O *Pour Marx*,²¹⁴ de 1965, compostos por vários ensaios, ele propõe pensar a partir de Gaston Bachelard uma “ruptura epistemológica” no entendimento dos escritos de Marx, fazendo uma distinção entre os escritos inspirados em Hegel e Feuerbach, e posteriores. Ele problematizou sobre como uma leitura que entenda a superação da ideologia burguesa também representa certo anti-humanismo das teorias marxistas. Althusser propõe substituir a noção de “contradição” por “superdeterminação”, pois daria conta de número maior de causalidades ao analisar circunstâncias políticas. O outro livro de 1965, *Lire le Capital*²¹⁵, onde apresentou algumas das questões que seriam a base crítica das reflexões sobre a percepção de Estado, problematiza sobre o status filosófico da teoria marxista como “crítica da Economia política” e sobre sua finalidade. Em *Lénine et la philosophie*,²¹⁶ de 1969 com uma reedição crítica de 1972, ele fez uma série de comentários, principalmente, em relação ao Stalinismo praticado pelo Partido Comunista (PC) francês. Isso para mencionar apenas alguns dos textos de Althusser, que podem ser mais diretamente pensados como ambiente intelectual, no qual Léonard estava desenvolvendo suas pesquisas.

O trabalho de Léonard, mesmo pensando por um materialismo dialético ao estudar a consolidação dos médicos de província, pode ser aproximado das teorias de Althusser ao complexificar as causas da ascensão de classe. Pensar em como esses médicos ocuparam diversos lugares e simultaneamente consolidaram escolas e exigiram um cerceamento da atividade para os não formados e conjuntamente buscaram ocupar posições no Estado, foi uma forma de trazer à tona outras causas da consolidação do médico, para além do desenvolvimento técnico-científico. Porém, ainda assim, há as noções de progresso, de desenvolvimento e de

²¹³ No Brasil ele foi traduzido com o título de *Aparelhos ideológicos do Estado*. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. Esse texto será retomado mais adiante, quando se for tratar de algumas questões propostas por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*.

²¹⁴ ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**, Maspero, coll. «Théorie», 1965; réédition augmentée (avant-propos d'Étienne Balibar, postface de Louis Althusser), La Découverte, coll. «La Découverte/Poche», 1996.

²¹⁵ ALTHUSSER, Louis. **Lire le Capital** (en collaboration avec Étienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherey et Jacques Rancière), Maspero, coll. «Théorie», 2 volumes, 1965; rééditions coll. «PCM», 4 volumes, 1968 et 1973; puis PUF, coll. «Quadrige», 1 volume, 1996.

²¹⁶ ALTHUSSER, Louis. **Lénine et la philosophie**, Maspero, coll. «Théorie» 1969; réédition augmentée sous le titre *Lénine et la philosophie* (suivi de *Marx et Lénine devant Hegel*), coll. «PCM», 1972.

síntese necessárias ao modelo de historiador visto mais adiante na resenha crítica de *Vigiar e Punir*.

A leitura que Léonard faz de Foucault, principalmente quando ele reconhece no *L’Historien et le philosophe*, na qual indica um filósofo que os historiadores devem ler, pode ser vista como uma forma que se difere ao problematizar o passado. Pois, o argumento de Foucault lembra da necessidade de se investigar as noções de condições de possibilidade e emergência de determinados acontecimentos históricos. Mas também, trata do que colocar nesse lugar de não historiador. Para Léonard, o historiador da medicina, num dado momento houve um aproveitamento de um programa político para aumentar e promover a saúde da população com a promessa de realizações que ainda se encontravam no futuro, conseguindo novas relações de poder, exercendo poderes antes não praticados. Por que essa classe teria se aproveitado desse momento? Quais possíveis relações poderiam se estabelecer ao refletir sobre a questão? Essas perguntas não caberiam ao “historiador”, mas sim ao “filósofo”, e é nessa distinção que estava boa parte dos pontos mencionados na resenha crítica.

A despeito das críticas feitas no *L’Historien et le philosophe: a propos de Surveiller et punir: naissance de la prison*, Léonard elogia Foucault afirmando que ele acerta ao perceber que no nascimento das prisões houve um aumento na autoridade dos instrumentadores do direito e depois se construiu uma cientificidade sobre eles. Léonard traça um paralelo com sua pesquisa dizendo que “a autoridade dos médicos aumenta e seu prestígio é construído antes que seu conhecimento se prove”²¹⁷. Ainda no texto ele diz que “Foucault não se engana: este é o melhor exemplo da dialética do poder e do saber”.²¹⁸ Essa passagem, ao ser relacionada com seus textos, faz emergir uma visão teórica que quer ver no livro um tipo de dialética do poder, tema que ele aborda ao investigar como os médicos fizeram sua ascensão social e as redes nas quais eles se inseriram para isso, mas não o nomeia como tal.

Nesse aspecto uma possibilidade diversa de leitura ainda concernente aos argumentos de Léonard, pode ser jogar luz sobre outra questão, ou seja, como Foucault trata suas análises para além da dialética e, concomitantemente, como a síntese histórica não foi, nesse estudo, a forma utilizada. Os deslocamentos mais hodiernamente apontados são o distanciamento do marxismo, mais especificamente da análise althusseriana de Estado, e da dialética como condição à explicação histórica. É possível perceber também o deslocamento com essa tradição

²¹⁷ LÉONARD, Jacques. *L’historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison*. In: PERROT, Michelle. **L’impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, Op. Cit. p. 21.

²¹⁸ Idem. p. 22.

hegeliana, dialética-causal, materialista histórica que não toma para si a síntese como objetivo do historiador. A saída encontrada para se desvencilhar dessas categorias de pensamento, romper com a síntese histórica, colocou a esse modelo de história uma série de outras possibilidades, dentre elas a prática obrigatória de uma reflexão para a narrativa histórica. O “historiador” de Léonard é sintético, como o fora em seus escritos. A proposta desenvolvida por Foucault em *Vigiar e Punir* questiona também essa condição à escrita da história ao perceber como via de legitimação do seu trabalho a reflexão relacional.

Pensadores distintos por seus trabalhos e com trajetórias teóricas diferentes, Léonard e Foucault, protagonizaram esse debate que se iniciou com uma resenha crítica sobre *Vigiar e Punir*, um momento de problematização sobre o historiar. Localizar essas argumentações no estilo, na apropriação do passado, mas, sobretudo nas visões da história, constitui tentar entender por quais historicidades ambos refletiram sobre os modos de historiar. Michel Foucault teve um trajeto intelectual marcado por polêmicas, mas nessa querela com Jacques Léonard, ele deu voz a um então desconhecido do grande público e mesmo de historiadores que não estavam acompanhando os debates específicos da história social da medicina francesa, um *outsider* intelectual. Escolher discutir com Jacques Léonard parece não ter sido um ato involuntário.

As escolhas argumentativas de Léonard que vê, por exemplo, “dialética de poder”, trazem à tona uma visão marxista, mas também podem ajudar a entender porque Foucault o escolheu como interlocutor. Foucault, no momento em que mais se dedica a explicar o modelo de história utilizado na escrita de *Vigiar e Punir*, escolhe começar debatendo com quem dele requer e reconhece em seus escritos traços de um materialismo histórico. Essa localização ajuda a compreender os locais de fala, mas, sobretudo faz emergir uma ordem discursiva sob a qual seus pensadores estavam relacionados. Longe de se querer chegar a uma conclusão de onde se devem localizar os escritos de Jacques Léonard, (entre as tradições dos *Annales* e o marxismo) cabe tentar perceber como numa dada época, década de 1970, um determinado grupo de historiadores refletiu sobre seus escritos.

Mesmo nos trabalhos realizados por Foucault, perceber a década de 1970 é enveredar por caminhos que não reproduzem continuidade, os deslocamentos são ainda mais visíveis pelos cursos realizados. Os dois livros desse período podem ser entendidos como incursões históricas sobre como o poder se exerceu sobre os corpos, mas são também fotografias, no sentido de instantâneos, de como o pensador estava lidando com o historiar. São também, como ele dialogou com as tradições filosóficas, mas como escolheu desconsertar seus leitores ao tomar temáticas que partiam de demandas políticas de seu período. Os seus interlocutores, entre

eles Friedrich Nietzsche, foram outros a cada vez que foram utilizados. Cabe agora perceber como esses deslocamentos se deram.

2. Nietzsche, Foucault, a Genealogia

Numa entrevista tardia, feita no dia 29 de maio de 1984 e publicada em 5 de julho de 1984, dias após a sua morte, intitulada *Le retour de la morale* (O Retorno da Moral), Foucault comenta que começou a ler Hegel, depois Marx e depois Heidegger. Diz ainda que Heidegger é o filósofo essencial para ele e que deve ter começado a lê-lo entre os anos de 1951-1952, mas que só nos anos seguintes teve contato com os textos de Nietzsche, 1952 ou 1953, em que nunca mais parou.²¹⁹ Ele afirma que, possivelmente, essa leitura em conjunto com a de Heidegger determinou seu futuro como pensador, mas em seguida reconhece o predomínio da influência nietzschiana. Reconheceu ainda que seu conhecimento sobre Nietzsche era bem melhor que o que tinha sobre Heidegger, sobre quem declarou não conhecer suficientemente *O Ser e o Tempo*, e nunca ter escrito sobre o pensador.²²⁰ Menciona também que escreveu apenas um pequeno artigo sobre Nietzsche. O pequeno texto que Foucault fez referência, provavelmente, é *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*, e que naquele momento ele tem como instrumento de pensamento.²²¹ Ele finda essa resposta da entrevista dizendo como lidou com os filósofos, afirmando que “há, para mim, três categorias de filósofos: os filósofos que não conheço; os filósofos que conheço e dos quais falo; os filósofos que conheço e de quem não falo.”²²²

Talvez seja necessário perceber com desconfiança as afirmações para melhor aproveitá-las. Por isso, quando ele menciona que existem filósofos que ele “conhece e fala”, colocar Nietzsche nessa categoria pode ser precipitada, pois ele comentara que escreveu apenas um texto sobre. Nietzsche parece mais próximo da terceira categoria, “filósofos que conhece e não fala”, pois, mesmo reconhecendo nele uma relevância incondicional em seu percurso teórico, Foucault o utilizou mais do que o sistematizou. As utilizações que ele produziu mudaram e respondem a demandas distintas, os momentos do pensador alemão são selecionados à medida que os interesses de Foucault mudam. Um exemplo disso foi a noção de “genealogia” tomada

²¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Le retour de la morale*. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. 2001. p. 1522.

²²⁰ *Idem*.

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Ibidem*.

dos estudos de Nietzsche e que viria a ser um divisor na forma de Foucault lidar com o historiar. A “genealogia” foi uma das poucas estratégias de análise que ele reelaborou e mesmo tendo escrito um texto específico no qual realizou um estudo do pensamento de Nietzsche, ele mais adiante a abandona. A genealogia foi, entre os argumentos apontados por Léonard, possivelmente o de maior inflexão na escrita de *Vigiar e Punir*, e ainda que ela tenha sido explicitada no *Nietzsche, la généalogie, l’histoire*, pode ser historiada como um dos pontos que evidenciam os deslocamentos das leituras realizadas por Foucault a respeito de Nietzsche. Cabe tentar perceber quais textos de Nietzsche foram lidos ao longo dos escritos de Foucault e como eles foram sendo organizados e quais textos postos em evidência e produziram uma dada leitura de Nietzsche.

2.1. Prelúdio à Genealogia

Foucault fez menção a Nietzsche no primeiro prefácio do seu livro, *História da Loucura na idade Clássica*, que foi publicado inicialmente como *Folie et Dérison (Loucura e Desrazão)* pela editora Plon, em 1961, depois como *Histoire de la folie à l’âge classique*, em 1972, pela editora Gallimard. Na edição de 1972, o primeiro prefácio foi substituído, pois propiciou um debate acalorado entre Foucault e Jacques Derrida.²²³ No *Préface* de 1961, Foucault menciona Nietzsche três vezes. Na primeira ele comenta da relação razão-desrazão como uma dimensão da cultura ocidental e afirma que essa análise estava presente desde Jérôme Bosch até Nietzsche e Artaud.²²⁴ Depois, ele cita Nietzsche no tocante ao pensamento trágico, afirmando que:

No centro dessas experiências-limites do mundo ocidental, é claro, o próprio trágico – tendo Nietzsche mostrado que a estrutura trágica da qual a história do mundo ocidental é feita não é nada além da recusa, esquecimento e as silenciosas consequências da tragédia. Em torno desta, que é central, uma vez que liga o trágico à dialética da história na própria recusa da tragédia ao longo da história, gravitam muitas outras experiências. Cada uma, nas fronteiras de

²²³ Os textos em que esse debate se encontra são: o prefácio de 1961 de *Folie et Dérison*. A resposta de Derrida foi dada no texto *Cogito et histoire de la folie*, fruto de uma conferência no Colégio de Filosofia em 1963 e publicado em *L’écriture et la différence*, em 1967. A réplica de Foucault foi o texto *Réponse à Derrida*, publicado na revista *Paideia*, n. 11, em fevereiro de 1972, e depois numa versão revista foi publicado como segundo apêndice na segunda edição da *História da loucura* com o título de *Mon corps, ce papier, ce feu*. A tréplica de Derrida foi o texto *Faire justice à Freud: l’histoire de la folie à l’âge de la psychanalyse*, publicado em comemoração aos 30 anos da publicação de *História da loucura*, em 1991.

²²⁴ FOUCAULT, Michel. *Préface*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 188-189.

nossa cultura, traça um limite que significa, ao mesmo tempo, uma divisão originária.²²⁵

Na terceira menção, faz uma localização do seu estudo (o livro – *História da Loucura*) como sendo um desdobramento dessa reflexão nietzschiana afirmando que: “*O estudo que estamos prestes a ler é apenas o primeiro, e provavelmente o mais fácil, desta longa investigação, que, sob a luz da grande pesquisa nietzschiana, gostaria de confrontar as dialéticas da história com as estruturas imóveis do trágico.*”²²⁶ Essas passagens não localizam a qual parte do pensamento nietzschiano Foucault está se referindo, não existe nenhuma nota explicativa ou nota de rodapé, mesmo nas referências bibliográficas do livro, Nietzsche não é listado.

Ainda assim, seria plausível reconhecer nestas passagens o Nietzsche do livro *Nascimento da tragédia*, no qual é elaborada uma teoria sobre o trágico, ou ainda as reflexões do texto *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, onde ele, entre outras coisas, trava um debate principalmente com o modelo de história hegeliano, afirmando que:

O sentido histórico, quando reina irrefreado e traz todas as suas consequências, erradica o futuro, porque destrói as ilusões e retira às coisas sua atmosfera, somente na qual elas podem viver. A justiça histórica, mesmo quando é exercida efetivamente e em intenção pura, é uma virtude pavorosa, porque sempre solapa o que é vivo e o faz cair: seu julgamento é sempre uma condenação à morte.²²⁷

Embora a crítica de Nietzsche ao *sentido histórico* seja mais ampla, pois abrange as escolas históricas, pode ser aproximada à observação feita por Foucault sobre a dimensão do *trágico* esquecida pela *dialética da história*. Mais ainda, existe uma relação entre uma dada reflexão sobre passado e um livro que se propôs pensar a razão/desrazão através de outros meios que não necessariamente dialéticos. Nesse momento, não houve qualquer menção a outras noções de inspiração nietzschiana, a “dialética” como foi problematizada, mas a reflexão sobre a genealogia não foi tratada, assim como o acontecimento, ou a vontade de poder. O Nietzsche mencionado serve para pensar o trágico, e a crítica ao “sentido histórico” serve para desnaturalizar a dialética da história.

Ainda no ano de 1961, ele escreve um artigo intitulado “Alexandre Koyré: *La Révolution astronomique, Copernic, Kepler, Borelli*” onde faz uma resenha do livro de Koyré de título homônimo (*La Révolution astronomique: Copernic, Kepler, Borelli*) publicado no mesmo ano. Percebe nele uma narrativa que trata da tensão entre o verdadeiro e o falso e que o

²²⁵ Idem. p. 189.

²²⁶ Ibidem. p. 190.

²²⁷ Nietzsche, Friedrich. Considerações Extemporâneas. In: **Pensadores**. 1983. p. 65.

livro tem o rigor necessário ao duplo propósito de historiador e de filósofo. Nas palavras de Foucault

Mas somos nós que, das profundezas de nossa linguagem desgastada, falamos de verdade e do falso e admiramos sua aliança. A autoridade desse paciente e profundo trabalho vem de mais longe: o rigor na apresentação de textos tão pouco conhecidos e sua justa exegese se deve a um duplo propósito de historiador e de filósofo: que só aceita as ideias no momento de sua turbulência, onde o verdadeiro e o falso ainda não estão separados; o que é relatado é um indissociável trabalho, subjacente às divisões que a história faz a seguir.²²⁸

Numa resenha sobre o livro de Koyré, o que chamou a atenção de Foucault na leitura foi o duplo propósito da pesquisa, que serve aos historiadores e aos filósofos, mas a forma da investigação tomar as ideias no momento de sua turbulência em que não há distinção entre “verdadeiro” e “falso”. Um olhar preocupado com ausência “distinção” entre “verdadeiro” e “falso” pode ser considerado como associado ao pensamento nietzschiano, o historiar que emerge daí, provavelmente não se basearia num projeto hegeliano. O que não quer dizer que Alexandre Koyré tenha escrito um livro nietzschiano, mas que a leitura proposta por essa resenha é marcada por um leitor de Nietzsche. Além disso, a investigação do “verdadeiro” na história será uma das marcas mais incisivas nos escritos de Foucault que, ao ser ladeado das reflexões nietzschianas, podem ser entendidas como um deslocamento das teses de Nietzsche.

A investigação da constituição da verdade nas ciências humanas, presente em seu segundo livro, *As palavras e as coisas*, pode ser percebida em outro texto *Nietzsche, Freud, Marx* que é como um preâmbulo das teses elencadas no livro. O texto foi produzido para o colóquio Royaumond, em junho de 1964, em Paris. Nele, Foucault se propõe pensar sobre as técnicas de interpretação em Nietzsche, Freud e Marx apresentando a seguinte questão “*Marx, Freud e Nietzsche não terão modificado profundamente o espaço de divisão no qual os símbolos podem ser símbolos?*”²²⁹ A relação com a linguística é o foco dessa leitura. Para ele, Nietzsche faz uma crítica na profundidade da consciência, denunciando-a como uma invenção de filósofos.

Nietzsche denuncia manifestadamente que esta profundidade implica a resignação, a hipocrisia, a máscara: ainda que o intérprete, quando recorre aos símbolos para denunciá-los deva descender ao longo de uma linha vertical e mostrar que a profundidade de integridade é realmente algo muito diferente

²²⁸ FOUCAULT, Michel. “Alexandre Koyré: *La Révolution astronomique, Copernic, Kepler, Borelli*”. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 198.

²²⁹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx. In: **Um diálogo sobre os Prazeres do Sexo – Nietzsche, Freud e Marx – Theatrum Philosophicum**. 2005. p. 52.

do que parecia. É necessário, portanto, que o intérprete desça, que se converta, como disse Nietzsche, no ‘bom escavador dos baixos fundos’.²³⁰

Nesse texto, as notas citam três livros de Nietzsche: *Aurora, Para além do bem e do Mal e Genealogia da Moral*. No corpo do texto Foucault ainda menciona *Zaratustra*²³¹ e *Ecco Homo*.²³² Essas referências parecem ser as bases do que se veria em *As Palavras e as coisas*, em que se percebe um pensar com Nietzsche, mas não com a mesma intensidade. No livro de Foucault além de pensar com Nietzsche, também se tem uma investigação do impacto dele na arqueologia das ciências humanas.

Em *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, publicado em 1966, Nietzsche é citado em 17 páginas, sendo dois textos referenciados: *Crepúsculo dos ídolos* na página 413 e *Genealogia da moral* na página 421. A primeira citação se refere a como as técnicas de exegese, muito acentuadamente no século XIX, retomam certa densidade enigmática da linguagem, próxima ao que havia no Renascimento, e permite que a filologia se constitua como uma análise que se diz na profundidade do discurso, tornando-se a forma moderna da crítica.²³³ Nietzsche é o contraponto a essa visão, pois denuncia que mesmo tendo o homem tentado se afastar do saber divino, toma a gramática como seu substituto.²³⁴

A segunda citação é atinente em como, para Nietzsche, não se tratava de perceber o que eram em si mesmo o bem e o mal, mas quem era designado como tal, ou antes, quem dava essa designação, quando ela acontecia para designar-se a si próprio e ao outro. Ressalta-se a importância da condição de fala, mas principalmente a relevância que a linguagem tem nesse jogo de relações.²³⁵ De maneira geral, quando Nietzsche é mencionado, a parte do pensamento com a qual Foucault dialoga é principalmente a do filólogo e sua relevância para discussões linguísticas e a sua relação com o alvorecer das ciências humanas.

Entretanto, também no prefácio, Foucault ao comentar sobre o que entende por arqueologia, termo do subtítulo do livro, emprega uma percepção de história próxima ao que havia dito no prefácio a *Historia da Loucura*. Para ele, “*Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer*”.²³⁶ Essa história investigou o campo epistemológico em que as ciências humanas se constituíram como tal, nos termos dele:

²³⁰ Idem. p. 53.

²³¹ Idem.

²³² Idem. p. 56.

²³³ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 1999. p. 412-413.

²³⁴ Idem. p. 413.

²³⁵ Ibidem. p. 421.

²³⁶ Ibidem. p. XVIII.

“o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes a de suas condições de possibilidade; neste relato o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma ‘arqueologia’.”²³⁷

Essa história que busca se afastar de uma “história no sentido tradicional”, tenta desvincular-se de um “*sentido histórico*”, mas principalmente de um sentido “*dialético*”. Muitas são as considerações sobre a “arqueologia” enquanto método histórico e isso demandaria outro trabalho apenas sobre ele. Aqui essa questão nos interessa por nos ajudar na localização do pensamento de Foucault e no entendimento de como ele lidou com as propostas nietzschianas em diferentes momentos de sua produção intelectual e nos seus diferentes usos.

Outro ponto importante, ainda antes de chegar às análises genealógicas, é uma entrevistada dada em 1966 intitulada *Michel Foucault et Gilles Deleuze veulent à Nietzsche son vrai visage*, publicada no *Le Figaro littéraire*, nº 1065, de 15 de setembro de 1966, na página 7.²³⁸ Apesar de ser uma entrevista com um viés de divulgação do trabalho que tanto Foucault quanto Deleuze estavam desenvolvendo, pois eles estavam organizando a publicação das obras completas de Nietzsche em francês, em algumas passagens Foucault reitera a necessidade de retorno aos textos de Nietzsche. Ao ser questionado sobre como o pensamento de Marx e Hegel exerceram uma influência mais decisiva na filosofia ocidental, ele responde dizendo que Nietzsche foi alguém que “*abriu uma ferida na linguagem filosófica. Apesar dos esforços dos especialistas, não foi fechada.*”²³⁹ Essa “ferida” pode ser entendida como uma outra leitura, diferente da que tratou da “tragédia” em anteposição à dialética histórica, e pode ser associada às discussões posteriores à publicação de *As palavras e as coisas* e toda a discussão que Foucault teve com Sartre. Não por acaso, o restante da resposta é direcionada a Sartre, pois este seria um dos que não teria se dedicado a estudar Nietzsche, “*Se Sartre é uma exceção à regra, pode ser porque há muito tempo ele deixou de filosofar.*”²⁴⁰ A relevância da obra de Nietzsche nesse momento, se dava por ter “*multiplicado os gestos filosóficos. Ele se interessou por tudo, pela literatura, pela história, pela política, etc. Ele foi em busca de filosofia em tudo.*”²⁴¹ A

²³⁷ Ibidem. p. XVIII-XIX.

²³⁸ FOUCAULT, Michel. Michel Foucault et Gilles Deleuze veulent à Nietzsche son vrai visage. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 577-580.

²³⁹ FOUCAULT, Michel. Michel Foucault et Gilles Deleuze veulent à Nietzsche son vrai visage. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 579.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Ibidem. p. 580.

visão aqui é de um multiplicador. Essa postura interessa por multiplicar as possibilidades de investigação, não mais apenas por ser uma resposta alternativa ao estabelecido. E finaliza reiterando a importância da atitude filosófica de Nietzsche e sua atualidade: “*Neste aspecto, mesmo que em algumas áreas ele continue sendo um homem do século XIX, ele antecipou genialmente nossa época.*”²⁴² Esse posicionamento ante a atitude filosófica é o que foi visto em *As Palavras e as Coisas*. Sobretudo, quando indaga a historicidade da história, independentemente de o projeto arqueológico ser válido, pois uma determinada forma de pensar o historiário vai se constituindo numa tentativa de distanciar-se de uma corrente dialética tributária à Hegel e Marx.

Noutra entrevista, publicada na *Connaissance des hommes*, nº 22, também de 1966, ao ser indagado sobre o que é ser um filósofo na sociedade, Foucault responde que

em relação a Nietzsche, podemos voltar à sua pergunta: o filósofo era aquele que podia diagnosticar o estado do pensamento. Podemos também considerar dois tipos de filósofos, aquele que abre novos caminhos para o pensamento, como Heidegger, e aquele que desempenha o papel de arqueólogo, que estuda o espaço em que o pensamento se desdobra, assim como as condições deste pensamento, o seu modo de constituição.²⁴³

Há outro deslocamento, o papel do filósofo passa a ser também de localizar o pensamento no espaço em que ele se desdobra, o diagnosticador é um arqueólogo, como fora Foucault em *As palavras e as coisas*, o entendimento reforçado passa a ser o da arqueologia. A arqueologia foi o método utilizado no livro e que rendera longos e acalorados debates com Sartre, mas que, sobretudo, se diferencia do entendimento presente no prefácio, posteriormente excluído da *História da loucura*. O pensamento arqueológico é o guia para leitura do filósofo que em suas preocupações deve diagnosticar o estado do pensamento. A função diagnóstica liga-se, por sua vez, a uma leitura aprofundada do passado sob o viés de deslocamento em relação às causas das coisas. Essa reflexão está veiculada ao estudo mais sistemático do pensamento nietzschiano, ligado ao trabalho de organização, tradução e apresentação das obras completas de Nietzsche de acordo com edição crítica organizada por Colli e Montinari, iniciada na década de 60.

Na *Introduction générale*, as obras filosóficas completas de Nietzsche, editadas para o francês pela Gallimard, além de dar conta do trabalho que fora realizado, seleções de textos, consulta de manuscritos, critérios de agrupamento e cronologia de acordo com a edição crítica, Foucault junto com Deleuze, menciona Nietzsche como pensador “*maldito*”. Nessa maldição, está entre outras coisas, o desconcerto, que também será uma imagem do pensamento

²⁴² Ibidem.

²⁴³ FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un philosophe?. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 581.

foucaultiano. Esse pensador “maldito” deixou prodigiosas novidades filosóficas, para além de sua técnica de escrita, a multiplicidade de seus temas foi realçada. “*Os leitores de Nietzsche sabem que inovações prodigiosas ele trouxe, mesmo que apenas na técnica da expressão filosófica. [...] O teatro, a ópera-bufo, a música, o poema, a paródia estão perpetuamente presentes na obra de Nietzsche.*”²⁴⁴ Essa forma de entender o pensamento nietzschiano ainda é marcadamente ligada ao projeto arqueológico de Foucault, mesmo apresentando a coleção das obras filosóficas completas, tem-se um direcionamento para o crítico à dialética.

Uma passagem muito representativa desse entendimento do historiar ainda predominantemente arqueológico e ligado à publicação do *As palavras e as coisas*, foi a entrevista ocorrida entre os dias 15 e 21 de junho de 1967 para a *Les lettres françaises*, à R. Bellour, intitulada *Sur les façons d'écrire l'histoire*. Logo no início da entrevista, ao ser questionado sobre a reação mais marcante que o livro tinha recebido, ele comenta que os historiadores de ofício o reconheceram como um livro de história, mas que muitos outros que ainda estavam apegados a uma ideia antiga de história, o viram como um assassinato da história.²⁴⁵ Essa resposta inicial, marcou a tônica de toda a entrevista, Foucault passou a se colocar como historiador, mas um historiador com uma forma diferente de escrever a história. Ele, logo em seguida, faz questão de mencionar que essa outra forma de escrever a história não é exatamente novidade e cita Braudel, Furet e Denis Richet, Le Roy Ladurie e as pesquisas da “escola histórica de Cambridge” e a “escola soviética”. Não se tratará de cada um desses historiadores ou das “escolas” mencionadas aqui, mas cabe perceber que fazer isso foi a estratégia argumentativa para se diferenciar dessa forma de escrever história antiga e “*démodée*” e permitiu a construção mais apurada sobre qual tipo de escrita se estava diferenciando. Foucault argumenta que “*A história, creio eu, foi objeto de uma curiosa sacralização.*”²⁴⁶ Essa “sacralização” teria se dado, em alguns casos, por perceber na história um último refúgio da ordem de explicação dialética.

Agora, aos olhos de alguns, a história como disciplina era o último refúgio da ordem dialética: nela se podia salvar o reino da contradição racional... Assim foi mantido em muitos intelectuais, por estas duas razões, e contra toda verossimilhança, uma concepção de história organizada a partir do modelo da narrativa como uma grande série de acontecimentos tomados numa hierarquia de determinações: os indivíduos são apreendidos dentro dessa totalidade que os ultrapassa e que joga com eles, mas da qual eles talvez sejam, ao mesmo tempo, os autores não-conscientes. A tal ponto que esta história, simultaneamente projeto individual e totalidade, para alguns se tornou

²⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Introduction générale. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 590.

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. Sur les façons d'écrire l'histoire. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 613.

²⁴⁶ Idem.

intocável: atacar a grande causa da revolução seria recusar tal forma de dizer histórico.²⁴⁷

A maneira de escrever a história da qual o livro dele se distância e critica é a que se pretende totalizante, que toma os acontecimentos como uma sucessão que hierarquiza e determina o sujeito, que se retirada sua causa pode ser deslegitimada. Esse desconcerto na maneira de escrever, denuncia uma ordem dialética na história, mas ainda não seria a estratégia genealógica. As pesquisas em *As palavras e as coisas* lidam com estratos do tempo, com o que ele chamou de *épistémè*²⁴⁸, a investigação arqueológica requer um tipo de entendimento de Nietzsche que ainda não tem no acontecimento uma preocupação teórica.

Outro desdobramento estratégico da argumentação de Foucault foi, ao invés de tratar apenas de seu livro, ao mencionar outros historiadores ele optou por relatar em que a escrita desses historiadores “*asseguram no conhecimento uma nova aventura.*”²⁴⁹ Ele explanou sobre essa forma de historiar, de maneira esquemática, listando quatro características desses trabalhos.

A primeira seria uma revisão na forma de periodizar propostas por esses trabalhos, pois ao se defrontarem com o problema, tentam estabelecer uma forma outra de estabelecer a periodização. Mesmo não tendo uma resposta unívoca, eles têm em comum a recusa em considerar as revoluções políticas, como modelo “sacralizado” a ser seguido, e buscaram metodologicamente responder a isso com propostas novas.²⁵⁰

A segunda está relacionada à primeira, pois essa outra forma de periodização histórica teria de perceber que cada acontecimento recortado requer certo nível de periodização e para atingir níveis diferentes de periodizações seria necessária uma complexa e descontínua metodologia. A multiplicidade de periodizações complexifica e rompe com a continuidade por minimizar a dialética, como várias periodizações estão em análise e as relações de causa e efeito também passam a ser pensadas para cada um dos múltiplos períodos estudados.²⁵¹

²⁴⁷ Ibidem. p. 614.

²⁴⁸ Aqui se tomou a noção descrita no verbete do *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*, organizado por Edgardo Castro que diz o seguinte: “Por episteme se entende, de fato, o lugar da figura epistemológica, a ciência, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas se situam e operam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses umbrais, que podem entrar em coincidência, estar subordinados uns aos outros ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre as figuras epistemológicas ou as ciências, na medida em que elas provêm de práticas discursivas vizinhas, mas distintas.” – CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 140

²⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Sur les façons d’écrire l’histoire. Op. Cit. p. 613.

²⁵⁰ Idem. p. 614.

²⁵¹ Ibidem.

A terceira, também associada à segunda, entende que uma vez que as análises aumentam em complexidade, uma oposição entre as ciências humanas e a história desaparece, pois, o discurso histórico precisa ser povoado por outros saberes. Análises dos saberes da etnologia, da sociologia e das ciências humanas como um todo, passaram a ser tomadas de empréstimo para a história conseguir tratar da diversidade das periodizações.²⁵²

A quarta é um desdobramento da abertura da história às mais diversas análises, uma vez que os tipos de relações possíveis se alargam, a causalidade pela qual se havia querido definir o método histórico se desfaz.²⁵³ A pesquisa se expandiu para materiais não plausíveis para essa outra forma de escrever a história, as instituições, as práticas, os signos, os traços das múltiplas temporalidades passam a ser objeto dessa outra escrita.

Não havia nesse esquema qualquer pretensão de dar conta de todos os trabalhos dos pesquisadores mencionados, mas com ele, Foucault marca posição em relação aos seus críticos, principalmente, os que o anunciavam como “assassino da história”. Foucault está pondo em questão um tipo de escrita da história, mesmo se estabelecidas as relações de suas reflexões com Nietzsche, não é o da tragédia, ou mesmo o da “utilidade e desvantagem da história para vida”, mas aquele que fora tratado no livro, o do *Crepúsculo dos ídolos* e da *Genealogia da moral*. Porém, ainda não é o genealogista. Mesmo tendo nele uma latência genealógica, as escolhas no tratamento metodológico são mais o do filólogo e o do estudioso da linguagem.

Outro ponto dessa entrevista foi a referência respeitosa ao trabalho de Althusser, que tinha sido seu professor, ao colocar o *Lire Le capital* entre os trabalhos os quais produzem um saber extraordinário. Ressaltou-se a análise crítica da noção de história contida no texto de Althusser, mas não sem deixar de marcar a distinção existente entre suas respectivas compreensões, principalmente no que se refere à noção de “corte epistemológico”. Para Althusser, Marx representaria esse corte epistemológico, para Foucault, não.²⁵⁴

Já na parte final da entrevista, após tratar de suas estratégias argumentativas, principalmente as utilizadas para historiar a história e reconhecer todo o peso do pensamento estruturalista, seja de Althusser, de Claude Lévi-Strauss ou de Jacques Lacan no seu trabalho, Foucault dá sinais de seu próximo deslocamento.

Se eu tivesse que recomendar este livro concluído há dois anos, tentaria não dar a Nietzsche esse status ambíguo, absolutamente privilegiado, meta-histórico, que eu tive a fraqueza de lhe dar. Ela advém do fato, sem dúvida, de que minha

²⁵² Ibidem.

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem. p. 615.

arqueologia se deve mais à genealogia nietzschiana do que ao estruturalismo propriamente dito.²⁵⁵

Esse ponto de deslocamento é significativo, por já fazer certa distinção das suas reflexões, mas ainda não tomar para si a genealogia, ela ainda é “nietzschiana”. A diferenciação é significativa, pois é da apropriação feita por Foucault que a estratégia genealógica ganha contornos de um método de investigação histórica.

Foucault escreveu um longo artigo, chamado *Réponse à une question*, publicado na revista *Esprit* de número 371 em maio de 1968, que pode ser lido como um esboço de um artigo do mesmo ano chamado *Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*, que por sua vez tem uma estrutura argumentativa próxima da seria usada no livro de 1969, *A Arqueologia do Saber*. Em comum nessas três passagens da escrita dele foi a tentativa de ampliar o entendimento do estudo realizado em *As palavras e as coisas*. Interessa perceber aqui como, nessa leitura dos deslocamentos ele, foi tratando e construindo os textos de Nietzsche para responder as demandas da investigação histórica, que ele chamou de arqueológica. No texto *Réponse à une question*, ele se propôs responder à questão de como o livro dele – *As palavras e as coisas* – teria “introduzido a coibição do sistema e a descontinuidade na história do espírito?”²⁵⁶ Ele reconhece que o teria feito e passa a argumentar sobre como essa possibilidade de entendimento histórico se constitui uma alternativa à transcendência teleológica das ciências humanas, pois na análise do descontínuo, os pressupostos estariam em suspensão. A noção de *épistémè*, foi retomada pelo seu negativo, ou seja, por aquilo que ela não era; ele diz que “a *épistémè* não é uma fatia da história *comum a todas as ciências*; é um jogo simultâneo de remanências específicas. [...] A *épistémè* não é um estágio geral da razão; é uma relação complexa de deslocamentos sucessivos.”²⁵⁷ A descontinuidade como estratégia de investigação tentou da conta, nos deslocamentos sucessivos, de conjuntos discursivos, como ele afirma: “*Estudei alternadamente conjuntos de discursos; eu os caracterizei; eu defini os jogos de regras, de transformações, de limiares, de remanências; eu os compus entre eles, descrevi os feixes de relações.*”²⁵⁸ Mais adiante ele diz:

No que eu faço, não há nenhuma formalização, nem uma exegese. Mas uma *arqueologia*: quer dizer, como seu nome indica de maneira muito evidente, a descrição do *arquivo*. Por essa palavra, eu não entendo a massa de textos que puderam ser recolhidos numa dada época, ou conservados dessa época através

²⁵⁵ Ibidem. p. 627.

²⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Réponse à une question*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 702.

²⁵⁷ Idem. p. 704-705.

²⁵⁸ Ibidem. p. 705.

dos avatares de esquecimento. Eu entendo o conjunto de regras que, em uma dada época e por uma sociedade determinada, definem.²⁵⁹

O entendimento do que era a arqueologia, mesmo antes tendo sido associado ao pensamento nietzschiano, tem uma configuração aqui muito específica, mas também tem uma forma já diferente, ou mais específica de estratégia de pesquisa. A investigação dos “conjuntos discursivos” que determinaram a “dizibilidade” numa dada época, é a pesquisa que se preocupa em como o saber se estabelece historicamente através de diversas disputas não necessariamente progressivas. Nesse aspecto, cabe lembrar da data da resposta, pois em maio de 1968 que a França passava por um intenso movimento de contestação, inclusive do seu *establishment* intelectual. Foucault também passa a responder a outra questão quando a “*relação entre o que ele diz e uma certa prática política.*”²⁶⁰ Ele também estava sendo chamado a responder se, ao problematizar a história como um saber eminentemente dialético em seu fazer-se, não estaria deslegitimando-a em suas disputas sociais. A resposta dele desloca a questão e tenta dar conta dos perigos que esse entendimento restrito da história teria.

Parece-me, por outro lado – e muito claramente – ver as perigosas facilidades que a política de que falam se concilia, se deu a si mesma a garantia de um fundamento originário ou de uma teleologia transcendental, se representou como uma constante metaforização do tempo pelas imagens da vida ou pelos modelos de movimentos, abandonou à difícil tarefa de uma análise geral das práticas, de suas relações, de suas transformações, para se refugiar em uma história global das totalidades, das relações expressivas, dos valores simbólicos e de todas essas significações secretas investidas de pensamento e nas coisas.²⁶¹

Essa história teleológica-transcendental teria abandonado as análises das práticas, das relações, das transformações. O modelo de historiar proposto, voltado para o conjunto de discursos, estava interessado em suas práticas, em como os saberes estabelecidos estavam relacionados com uma multiplicidade de discursos e em como essas transformações não estariam em uma origem, mas num emaranhado de significados. Mesmo não havendo qualquer citação direta a um texto específico de Nietzsche, essa história teleológica, ainda parece pensada em sua utilidade, sua vantagem ou desvantagem, em se deveria se associar a um determinado modelo global de explicação. Essa filosofia da história não estaria dando conta das imagens de vida ou modelos em movimento, é com o modelo hegeliano com quem se dialoga. Como Foucault já dissera antes, não se trata de uma morte da história ou dos sujeitos, mas de um historiar dos

²⁵⁹ Ibidem. p. 709.

²⁶⁰ Ibidem. p. 711.

²⁶¹ Ibidem. p. 715-716.

discursos e suas práticas, porém, parece haver uma pequena distinção entre o que já havia sido dito. A ênfase dada aos conjuntos discursivos foi feita tendo por base as relações, ou seja, é a análise das relações que poderia fazer emergir as descontinuidades. Essa distinção foi retomada ainda em 1968 na resposta ao círculo de epistemologia – *Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*, toda via com um tom ainda mais esquemático.

No texto, *Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*, a divisão é próxima da que haverá no livro do ano seguinte. Mas, assim como o texto anterior, ele inicia comentando sobre a história e a descontinuidade, e comenta que “*Por dezenas de anos que a atenção dos historiadores se colocou preferencialmente sobre longos períodos.*”²⁶² Mas não são todos os historiadores que têm esse comportamento, são os historiadores que estão preocupados com essa forma de pensar os acontecimentos descontínuos. A dificuldade do descontínuo é que representaria uma dispersão temporal que deveria ser suprimida ou contornada, um lapso na pesquisa a ser resolvido. Entretanto, o descontínuo estaria se tornando um dos elementos fundamentais para a análise histórica: por requerer ao seu pesquisador que ele realize uma operação premeditada de divisão de períodos; por alterar as formas de descrição ao tentar lidar com saberes limites; e por ela não ser estanque, ou seja, o historiador não cessaria de analisar simultaneamente seu objeto e seu processo de objetificação.²⁶³ “*Pode-se dizer, esquematicamente, que a história e, em geral, as disciplinas históricas deixaram de ser a reconstituição dos encadeamentos para além das sucessões aparentes; eles agora praticam o jogo sistemático do descontínuo.*”²⁶⁴

O descontínuo traz à tona uma distinção entre uma forma de historiar em que a consciência humana é o tema originário e outra que lida com as práticas discursivas através dos acontecimentos. Foucault novamente aponta para os críticos de *As palavras e as coisas*,

Se gritará, portanto, que a história foi assassinada, sempre que, em uma análise histórica (e, sobretudo, quando se for tratar do conhecimento), o uso da descontinuidade se tornar visível demais. Mas não se deve enganar: o que se chora tão fortemente, não é a questão do apagamento da história, é o desaparecimento dessa forma de história que era secretamente, mas inteiramente, se refere à atividade sintética do sujeito.²⁶⁵

O historiar que foi apontado, foi o que tem a síntese como condição primária, o que percebe que se a estratégia de investigação adotada não foi a sua, a história teria sido assassinada, a que

²⁶² FOUCAULT, Michel. *Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 724-725.

²⁶³ Idem. p. 725-727.

²⁶⁴ Ibidem. p. 727.

²⁶⁵ Ibidem. p. 728.

lida com o descontínuo como ato final de seu saber. Mesmo se colocando em lugar, que não era exatamente de oposição, tentar colocar a arqueologia como uma forma de se proceder no historiar, foi tentar novamente, romper com um grupo de pensadores franceses ainda muito ligados ao hegelianismo. Nessa argumentação, o entendimento de acontecimento discursivo recebe uma outra roupagem que remeta ao que havia sido dito, mas não era exatamente uma reprodução. Novamente o deslocamento realizado foi desconcertante, pois seria necessário deixar de lado qualquer utilização de continuidade.

Para se desvencilhar do postulado da continuidade, era preciso romper com algumas estruturas conceituais, tais como: noção de tradição, noção de influência, noção de desenvolvimento, noção de teleologia, noções de “*mentalité*” ou “espírito de uma época”; pois todas estas remeteriam à síntese ou escamoteariam os seus respectivos agrupamentos de saber sem problematizá-los.

É necessário abandonar estas sínteses prontas, esses agrupamentos que se admitem antes de qualquer exame, essas ligações cuja validade se admite no início do jogo; dissipar as formas e as forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos; aceitando tratar em primeira instância apenas com uma população de acontecimentos dispersos.²⁶⁶

Romper com a continuidade é também tomar o acontecimento na sua “discursividade”, nos seus pontos de dispersão, pois disso também possibilitaria perceber o discurso em suas irrupções. O acontecimento passa a ter uma delimitação conceitual mais acurada, se antes ele fora mencionado, mas não delimitado, é em sua irrupção que se faria emergir as discontinuidades e se libertaria das sínteses prontas. Mas ainda não parece ser o mesmo tipo de tratamento que seria dado ao acontecimento no debate com Léonard, nem na perspectiva genealógica. E sobre isso não se interessa aqui pela origem dessa aplicação, mas perceber como ele foi se deslocando e sendo outro para atender a demandas reflexivas de cada momento. O acontecimento fora tratado como um componente necessário ao estudo do discurso que buscou romper com a continuidade, como, por exemplo, nessa passagem:

Devemos acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece, e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, conhecido, esquecido, transformado, apagado até mesmo em seus menores traços, enterrado, bem longe de todo olhar, na poeira dos livros. Não devemos referir o discurso à longínqua presença da origem; deve ser tratado no jogo de sua instância.²⁶⁷

²⁶⁶ Ibidem. p. 729.

²⁶⁷ Ibidem. p. 733.

O tratamento dado no “jogo” das relações discursivas, além de se distanciar de um modelo de historiar da continuidade, também põe em cena outra ordem de análise. É do ato de relacionar que o discurso pode deixar de ser manifesto. Relacionar requereria do seu praticante um tipo de análise que o imporia o ato de refletir sobre as condições do discurso, a explicação causa-efeito não caberia mais nesse tipo de historiar.

O que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento de enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamentos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados.²⁶⁸

Esse conjunto de condições, possível de ser datado e localizável, não em si a totalidade do discurso ou a sua verdade originária, mas a montagem através das relações entre os acontecimentos que podem dar conta de uma determinada prática discursiva. Há ainda, nesse tipo de investigação, alguma aproximação com as discussões estruturalistas, mas se se trata aí de uma forma de reflexão estrutural, também é uma reflexão que se desloca para dar conta da descontinuidade.

Mais adiante, ao argumentar sobre quais seriam seus critérios para lidar com formações discursivas, Foucault fala em *rede teórica*, como “*uma lei geral de sua dispersão, de sua heterogeneidade, de sua incompatibilidade – a regra de sua insuperável pluralidade.*”²⁶⁹ É dessa pluralidade também que a função relacional nesse tipo de investigação possibilita uma forma outra, um historiar dos saberes naquilo que eles teriam de diversos. Não haveria um sentido a ser desvelado, uma forma geral a ser estabelecida, mas a relação entre os discursos como acontecimentos que se poderia perceber uma formação discursiva. Esse entendimento permite falar numa *positividade* discursiva, ou seja, num conjunto diverso de heterogeneidades que produziram saberes discursivos e uma prática. Esse outro elemento, o “saber”, passa a ocupar a abordagem dessa análise, “*em uma palavra, o saber não é a ciência em deslocamento sucessivo de suas estruturas internas, é o campo de sua história efetiva.*”²⁷⁰ Foucault monta toda a argumentação que seria melhor esmiuçada e depois mudada em *A arqueologia do saber*, nesse longo artigo, isso pode ajudar a perceber como ele, que começara respondendo sobre os

²⁶⁸ Ibidem. p. 736.

²⁶⁹ Ibidem. p. 744.

²⁷⁰ Ibidem. p. 753.

questionamentos feitos a *As palavras e as coisas*, desloca-se em direção a uma resposta que não correspondia à pergunta feita.

Ele fez ver que o saber tem uma historicidade, a ciência aparece em seu arcabouço como um dos saberes que teve em seu começo uma pluralidade de acontecimentos discursivos e que não eram contínuos.

Pode-se dizer que o saber, como campo de historicidade no qual as ciências aparecem, está livre de qualquer atividade constituinte, liberado de qualquer referência de uma origem ou a uma teleologia histórico-transcendental, destacado de qualquer apoio em uma subjetividade fundadora. De todas as formas de síntese prévias pela quais se queriam unificar os acontecimentos descontínuos do discurso, é provável que estas tenham sido, durante mais de um século, as mais insistentes e duvidosas: são elas sem dúvida que animavam o tema de uma história contínua, perpetuamente ligada a si mesma e infinitamente aberta às tarefas de retornar e de totalização.²⁷¹

O saber, liberto de uma origem fundadora, ajudaria a pensar sobre como a maneira de historiar estaria, entre outras coisas, se perpetuando como discurso, e como totalizadora do passado deixaria pouco espaço para o descontínuo. Isso num primeiro momento. Em um outro, ele ainda corroboraria com a compreensão de que este sujeito salvaguardado era um refúgio para se manter a história enquanto unidade. Foucault retoma a argumentação de entrevistas anteriores em que se distancia da “teleologia-transcendental”, propondo a descontinuidade do saber. O combate não é só ao marxismo, mas, sobretudo, ao que havia de transcendental no hegelianismo francês, maneira de reflexão que também o havia formado. A história dita, assassinada por ele, era uma dentre muitas outras, como o fora a história conjurada por um Nietzsche, essa história foi exposta e denunciada como a que deveria ser combatida, mas não era todo tipo de história plausível.

Era necessário que a história fosse contínua para que a soberania do sujeito fosse salvaguardada; mas era preciso reciprocamente que uma subjetividade constituinte e uma teleologia transcendental atravessassem a história para que esta pudesse ser pensada em sua unidade. Assim, a descontinuidade anônima do saber estava excluída do discurso e rejeitada como impensável.²⁷²

Sobre estes aspectos que o livro *A arqueologia do saber* versaria longa e detidamente. O texto que começou como uma explanação ao livro publicado em 1966, constituiu-se como um ensaio geral do livro de 1969. Por mais que os textos mencionados – *Réponse à une question, Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*, e *A Arqueologia do Saber* –

²⁷¹ Ibidem. p. 759.

²⁷² Ibidem.

tenham em comum inquietações sobre o livro de 1966, parecem ser reinvenções de si, de uma reflexão metamórfica.

Em *A arqueologia do saber*, ele propôs as linhas gerais de uma nova historiografia, ou melhor, rememorou as linhas gerais de uma historiografia dos historiadores: nem história local nem história factual nem história global, e sim séries de séries, uma historiografia já nietzschiana.²⁷³

Cabe mencionar a frase final da introdução do *A Arqueologia do Saber*, em que ele diz o seguinte aos seus leitores: “*Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se tratar de escrever.*”²⁷⁴ Muito do que estava no livro, que segue para além da sua introdução, é uma ampliação das duas entrevistas, mas é possível perceber que o texto na sua publicação já estava distante dos deslocamentos de seu escritor. Ao fazer uma relação com dois textos do ano de 1969, parece estar em um lugar de preocupação intelectual distinta.

Os eventos de *Mai de 1968*, como já comentado anteriormente, levaram as pesquisas de Foucault para outra direção, não só porque o seu interesse teria mudado, mas também, pelo tipo de pergunta que estava sendo aventada. Uma das questões mencionadas no artigo *Réponse à une question*, dizia respeito a qual o impacto político de suas reflexões filosóficas. Para Didier Eribon, seu biógrafo, a década de 1970 é a década combativa de Foucault, mesmo reconhecendo que seus trabalhos durante toda a década de 1960 estavam tensionando com seus articuladores. Nas suas leituras de Nietzsche, a parte da produção a ser referenciada muda, assim como o tipo de articulação também muda.

Ainda em 1969, no texto publicado na revista *Le Nouvel Observateur*, de número 229, referente à semana de 31 de março à 6 de abril, Foucault que deveria fazer uma resenha do recente livro de Gilles Deleuze – *Différence et Répétition* – decide inventar uma fábula para tratar do texto. Na sua fábula “inventada”, ele tomou como ponto de partida o mito de Ariadne²⁷⁵ e o minotauro, porém narra um mito diferente. A Ariadne de Foucault decide se enforcar com o fio que havia dado a Teseu para guiá-lo para fora do labirinto, e este, por sua

²⁷³ DEFERT, Daniel. Situações do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. 2014. p. 252.

²⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 2004. p. 20.

²⁷⁵ Na mitologia, Ariadne é a filha caçula do rei Minos, soberano de Creta, onde existe um labirinto em que um Minotauro, ser meio homem, meio touro, fica encarcerado. A ele são oferecidos em sacrifício, a cada nove anos, sete moças e sete rapazes gregos. No sacrifício narrado, entre o grupo a ser sacrificado está o príncipe Teseu, por quem Ariadne se apaixona. A estrutura labiríntica tinha por objetivo que os oferecidos em sacrifício não deixassem seu interior depois que houvessem nele entrado. Ariadne oferece a Teseu uma espada para se defender e um fio, que o guiaria de volta ao exterior. A ideia é bem-sucedida e ambos retornam triunfantes, mas, a partir de então, há várias versões sobre a sequência deste conto.

vez, se perde no interior do labirinto de onde não consegue mais sair. “*O fio célebre foi rompido, ele que se pensava ser sólido: Ariadne foi abandonada mais cedo do que pensávamos; e toda a história do pensamento ocidental está por ser escrita.*”²⁷⁶ A relação feita é entre o pensamento ocidental, guiado por um “fio”, uma linha de explicação e o impacto que o livro de Deleuze deveria ter na história desse pensamento, ou seja, estaria para ser reescrita. O livro de Deleuze é

bem diferente do enésimo relato do começo e do fim da metafísica. Ele é o teatro, a cena, a repetição de uma nova filosofia: sobre o palco nu de cada página. Ariadne é estrangulada, Teseu dança, o Minotauro ruge e o cortejo do deus-múltiplo ri às gargalhadas. Houve (Hegel e Sartre) a filosofia-romance: houve a filosofia-meditação (Descartes, Heidegger). Eis, após Zarathustra, o retorno da filosofia-teatro; não absolutamente reflexão sobre o teatro; não absolutamente teatro preenche de significações. Mas filosofia tornada cena, personagens, signos, repetição de um acontecimento único e que jamais se reproduz.²⁷⁷

Nessa passagem, a recepção dada ao livro, muito além de uma boa crítica, o saúda como o retorno da filosofia iniciada por Nietzsche, a filosofia-teatro que constrói cena, cria personagens e signos, sobretudo lê os acontecimentos únicos em suas repetições. O que poderia tornar possível ler esses acontecimentos únicos em suas repetições seria tentar estabelecer as relações das condições de possibilidade do acontecimento. O lugar que o acontecimento ocupa é, novamente, outro. A proposta filosófica de Deleuze permite pensar a intensidade, ela “*é, portanto, rejeitar de um só golpe as filosofias da identidade e as da contradição, os metafísicos e os dialéticos, Aristóteles e Hegel.*”²⁷⁸ No encerramento do texto ele deixa claro que pensar a intensidade é pensar com e a partir de Nietzsche,

É se tornar livre para pensar e amar o que, em nosso universo ruge depois de Nietzsche: diferenças insubmissas e repetições sem origem que sacodem o nosso velho vulcão extinto. [...] que anunciam todas as rupturas históricas de nosso mundo. Possibilidade enfim oferecida de pensar as diferenças de hoje, de pensar o hoje como diferença das diferenças.²⁷⁹

A boa recepção do livro pode estar ligada às múltiplas possibilidades que ele advoga, mas também pode estar ligada à empatia com os textos de Nietzsche, como o outro que se coloca como alternativa à metafísica. Porém, mesmo um pouco distante das assertivas anteriores, talvez ainda não se possa entender a história como estratégia genealógica. Alguns dos

²⁷⁶ FOUCAULT, Michel. Ariane s’est pendue. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 796.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Ibidem. p. 798.

²⁷⁹ Ibidem.

argumentos apresentados, como celebração ao combate às origens das coisas, estão presentes, contudo sem assumir para si como uma estratégia para a analítica da relação entre os saberes e os poderes.

Numa nova entrevista, esta dada ao jornalista J. J. Brocheir, para revista *Magazine littéraire*, no número 28, correspondente aos meses de abril-maio do mesmo ano, 1969, Foucault vai se deslocando mais uma vez em direção diferente ao questionado. Nessa entrevista, que também tinha a intenção de “explicar” seu último livro – *A arqueologia do saber* – como já vinha fazendo desde o lançamento do *As palavras e as coisas*, os jornalistas requeriam explicações sobre o que não estaria de antemão explicado. Curiosamente, sempre perguntando a alguém que se posicionava como contrário à noção de interpretação verdadeira das coisas, qual a verdade de seus livros, ou qual o entendimento correto deles. Talvez, também por isso, as respostas sempre estarem em um lugar diferente do que foi perguntado. Nessa entrevista, *Michel Foucault explique son dernier livre*, quando questionado sobre a arqueologia, ele responde que o termo lhe traria um certo embaraço, por não ser exatamente o que ele estuda. Ele diz: “*Ora, eu não procuro estudar o começo no sentido da origem primeira, do fundamento a partir do qual todo o resto seria possível. Não estou à procura desse primeiro momento solene a partir do qual, por exemplo, toda a matemática ocidental foi possível.*”²⁸⁰ Mesmo quando questionado sobre o termo que dá título ao livro que deveria estar explicado, sua saída é desconsertante;

não pretendo procurar por baixo do discurso o que é o pensamento dos homens, mas tento tomar o discurso em sua existência manifesta, como uma prática que obedece a regras. Regras de formação, de existência, de coexistência a sistemas de funcionamento etc. É essa prática, em sua consistência e quase em sua materialidade, que eu descrevo.²⁸¹

Ele não pretende explicar a origem do termo arqueologia, nem lhe dá uma verdade a ser desvelada, a preocupação é tentar entender como uma prática pode obedecer a regras de forma, existência e funcionamento. Essa estratégia argumentativa parece muito mais próxima da genealogia que da arqueologia, pois a relação entre as regras de formação e seu funcionamento, ou melhor dizendo, sua prática não aparecia exatamente na arqueologia. Foucault aponta para a “escola dos *Annales*”, citando nominalmente Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, para em seguida se distanciar dessa prática histórica de período de duração longuíssima.²⁸² Seus questionamentos ainda colocam em xeque o primado do sujeito em algumas maneiras de

²⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explique son dernier livre. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 800.

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² Ibidem. 801.

escrever a história e a continuidade que isso implicaria. Nesse sentido, o entrevistador questiona se ele, em alguma medida não estaria também criticando diretamente Sartre, por solapar os termos “tomada de consciência” e “totalização”. A resposta de Foucault, lança um olhar um pouco distinto: “Sartre, utilizando essas palavras, apenas retoma um estilo geral de análise, que podemos ver, por exemplo, em Goldmann, Lukács, Dilthe, nos hegelianos do século XIX etc. Essas palavras não são de forma alguma específicas de Sartre.”²⁸³ Não as palavras em si, nem o próprio Sartre que são foco do debate, mas o que de hegeliano há nelas, pois diferentemente do que fez Deleuze em seu livro, a filosofia que às lastreia é teleológica-transcendental. Por isso que Nietzsche, mesmo quando utilizado para problematizar à luz do século XIX, serve à medida que rompe com as continuidades.

O combate a esse hegelianismo pode ser visto também no texto *Jean Hyppolite. 1907-1968*, escrito por ocasião do falecimento dele. Como mencionado no capítulo anterior, Jean Hyppolite fez parte da geração que estudou o pensamento hegeliano na França, ainda na primeira metade do século XX, e foi um dos que corroboraram com a leitura francesa de Hegel. Hyppolite também foi professor de boa parte dos pensadores franceses que estavam produzindo nesse período, 1960-1970, entre eles Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Michel Foucault, que foi seu orientando na tese complementar – *Introduction à l’Antropologie de Kant (Genèse et structure d’Antropologie de Kant)*. No texto publicado na *Revue de métaphysique et de morale*, Foucault comenta da importância de Hyppolite para o pensamento francês, mas sobretudo, para os estudos de Hegel.

Hegel era, para o Sr. Hyppolite, o momento em que a filosofia ocidental retoma a tarefa de dizer o ser em uma lógica, se propõe a descobrir as significações da existência em uma fenomenologia, e tenta refletir sobre si mesma como resultado e termo da filosofia. A filosofia hegeliana marcava dessa maneira o momento em que, levando a si mesma ao extremo de seus próprios limites, ela se tornou a questão do imediato e do absoluto – desse imediato que ela não ultrapassou, embora ela o mediatizante, e do absoluto que ela não pode efetuar senão ao preço de seu próprio desaparecimento. Com Hegel, a filosofia que, ao menos desde Descartes, mantinha uma relação indelével com a não-filosofia tornou-se não somente consciência dessa relação, mas discurso efetivo sobre essa relação: atuação consequente do jogo da filosofia com a não-filosofia. Enquanto outros viam no pensamento hegeliano o recuo da filosofia sobre si mesma, e o momento em que ela passa ao relato de sua própria história, o Sr. Hyppolite aí reconhecia o momento em que ela ultrapassa seus próprios limites para tornar-se filosofia da não-filosofia, ou, talvez, não-filosofia da própria filosofia.²⁸⁴

²⁸³ Ibidem. p. 803.

²⁸⁴ FOUCAULT, Michel. Jean Hyppolite. 1907-1968. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 811-812.

Hyppolite, fora retratado como um intérprete de Hegel que se distancia do entendimento de uma filosofia totalizadora em si mesma, para uma filosofia que ao voltar-se para si, reconhecia seus limites e tentava dar conta deles. A leitura que Foucault fez do seu antigo orientador, o tomou como alguém que tentou entender também aquilo que Hegel não foi, pois seria na não-filosofia que tornariam visíveis os limites dessa filosofia. A forma como Hyppolite foi descrito, o entendia como o promotor de um Hegel incontornável, fosse para concordar ou refutar suas teses, mesmo pelos caminhos nietzschianos, essas questões se faziam presentes. “*Não devemos os enganar: todos os problemas que são os nossos – nós seus alunos de tempos passados e seus alunos de ontem –, todos esses problemas foi ele quem os estabeleceu para nós.*”²⁸⁵ Foucault, ao construir uma memória de Hyppolite, o colocou num lugar de destaque, mas também lhe estabeleceu com uma roupagem própria, com uma compreensão de que o pensamento filosófico deveria ser uma prática. Para Foucault, Hyppolite “*ensinou finalmente que o pensamento filosófico é uma prática incessante; que ele é uma certa maneira de colocar em ação a não-filosofia, mas permanecendo sempre bem próximo dela, lá onde ela se liga à existência.*”²⁸⁶ O filósofo que ensinou a colocar o pensamento como prática é uma percepção de Foucault, que nietzscheaneamente, lembra da necessidade de se pensar, nesse momento, a relação entre prática filosófica e existência. Na última frase do texto afirma que: “*Com ele, devemos constantemente nos lembrar de que ‘se a teoria é cinza, é verde, a árvore de ouro da vida’.*”²⁸⁷ A teoria cinza a qual se menciona é uma alusão a uma passagem nietzschiana referente à genealogia, a qual trataremos mais adiante, e o que torna a árvore preciosa (já que é de ouro) da vida, verde foi ter sido frutífera. A vida frutífera, pelos muitos trabalhos, e preciosa, pela qualidade, em questão é a de Hyppolite, que teoricamente teria produzido, nessa imagem, uma teoria cinza, ou seja, genealógica.

O texto homenagem pode ser entendido também como uma fotografia do instante que Foucault estava inserido. Mesmo tendo recém lançado o livro sobre a arqueologia, suas pesquisas já se deslocavam para aquilo que viria a ser chamado de genealogia. Também nas entrevistas dadas para divulgação ou debate do trabalho, a arqueologia era cada vez menos mencionada e o saber passou a ocupar lugar de relevância nas explicações. As muitas explicações sobre sua forma de historiar desde o livro de 1966 foram sendo constituídas por deslocamentos em direção à problematização das discontinuidades, das periodizações, da

²⁸⁵ Idem. p. 813.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

origem, da teleologia, da transcendência, da dialética, da causalidade como forma única de explicação histórica.

Com a morte de Jean Hyppolite, uma vaga para o *Collège de France* foi disponibilizada e Foucault assumiu o lugar do seu professor. Na aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro 1970, é possível perceber o deslocamento que estava se realizando. Ele inicia sua fala comentando longamente sobre as possibilidades de se investigar o discurso e propondo tentar localizar seu próprio discurso, tanto o de seus escritos como de seu lugar de fala. Ele joga luz sobre as implicações que um discurso realizado por um professor da renomada instituição francesa – *Collège de France* – poderiam produzir e quais possibilidades esse lugar de fala ofereceriam. Nesse percurso, ele evidencia o regime de verdade que esse lugar poderia produzir, mas também como os discursos se constituem enquanto práticas. Uma análise ainda próxima da estratégia arqueológica, por prezar pela ruptura da naturalidade das coisas, mas com algumas considerações apresentadas nas entrevistas do ano anterior, por exemplo, foi uma apropriação diferente da noção de acontecimento.

Esse deslocamento pode ser sentido quando ele faz questão de localizar o seu discurso como um acontecimento da prática, ou seja, o momento da explicitação da prática discursiva. A noção de prática discursiva amplia as possibilidades de desnaturalização histórica, na medida, em que requereriam um retorno consciente de suas práticas, as escolhas conscientes em si mesmas levariam a uma reflexão continuada já que nada estaria dado.

Quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quanto tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.²⁸⁸

A localização do próprio discurso e também uma tentativa de implementar um projeto arqueológico largamente debatido anteriormente por ele, é também uma marca do filósofo tributário do pensamento nietzschiano. Não só pelo emprego da noção de retorno, mas também por manter a sistemática suspeita sobre aquilo tomado como naturalizável.

No desenrolar da sua fala, afirma que: “*os discursos devem ser tratados, como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.*”²⁸⁹ O princípio da descontinuidade pode ser uma marca dessa prática analítica, e quatro noções devem servir de princípio regulador da análise: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade e a

²⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Op. Cit. p. 49.

²⁸⁹ Idem. p. 52-53.

de condição de possibilidade.²⁹⁰ Essa proposição pode ser entendida como um movimento de ultrapassagem de suas abordagens anteriores, tendo em vista que não nega, por exemplo, as quatro propostas da entrevista de 1967 – *Sur les façons d'écrire l'histoire*, mas desloca a abordagem para uma investigação do discurso, tomando este como uma prática e se interessando por sua ordem e pelas relações de poder que produz. A noção de poder passa a ter um peso distinto do que tinha quando havia sido mencionada antes, pois compõe junto com o saber o deslocamento mais intenso na estratégia genealógica.

Ele comenta que a análise do discurso empreendida nesses termos passaria por dois tipos de descrição, uma crítica e outra genealógica. “*A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso.*”²⁹¹ O discurso, nesse momento, está muito mais próximo da noção de saber, pois mesmo que analiticamente estivesse interessado nos princípios de ordenação, por exemplo, é na perspectiva da sua prática que se realiza. A genealogia, por sua vez, também mantém uma relação com a investigação das práticas discursivas, mas tem seu foco no poder como forma de efetivação do discurso.

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formatação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras e falsas.²⁹²

Nessa passagem da aula inaugural, o genealogista que viria a se afirmar em 1971, parece ter suas bases emergindo. E não se trata aqui de uma origem da genealogia em Foucault, mas como ele desconserta ao oferecer a seus interlocutores outro pensar que não era o esperado, sempre sendo outro para ser o que parece que pretendia ser. Quando enfim falava da ordem do discurso e se imaginaria uma profunda análise arqueológica, é que a genealogia foi sendo colocada.

No fim de sua fala, ao comentar de sua dívida para com Jean Hyppolite, ele afirma que mesmo sendo Hyppolite aos olhos de muitos, um hegeliano, “*o que procurei dizer a pouco a propósito do discurso é bem infiel ao logos hegeliano.*”²⁹³ O recém empossado professor honrara a memória do seu antecessor com uma longa análise pouco hegeliana, ou mesmo, colocando em cena uma leitura de Hegel atribuída a Hyppolite por ele, mas também construída

²⁹⁰ Ibidem. p. 54.

²⁹¹ Ibidem. p. 69.

²⁹² Ibidem. p. 69-70.

²⁹³ Ibidem. p. 72.

por ele em textos anteriores. O hegelianismo de Hyppolite fora apresentado com uma visão específica de um “nietzschianíssimo” Foucault.

As reflexões de Foucault têm um tom marcadamente nietzschiano e foram sendo construídas ao longo desse período de 10 anos (1961-1971) como possibilidades de se refletir sobre os deslocamentos do pensamento ocidental e toda uma tradição metafísica da filosofia. Essas reflexões tiveram como base a história, o que implica afirmar, entre outras coisas, uma dada noção de como lidar com o passado e como esse jogo relacional não se permite levar pela tradição histórica que foi formada. Além disso, implica também, em certa medida, problematizar a própria história em seu fazer-se. Ao longo das interlocuções com Nietzsche, Foucault escolhe, em suas reflexões, montar e remontar as formas de historiar. Os seus problemas de pesquisa produzem efeitos em suas escolhas metodológicas, assim como, suas escolhas metodológicas passam a produzir efeitos na forma de se pensar a história.

A forma que Foucault foi utilizando-se das reflexões de Nietzsche para pensar a história variou nos textos que ele escolheu tratar, assim como no tipo de abordagem dada a um mesmo texto. Também não foi incomum perceber que Foucault em seus textos, aulas, apresentações, conferências, livros e etc., apresenta uma dada estratégia teórica e depois passa a reformulá-la. Não produzindo continuidades, ou uma filosofia, mas sistematicamente se reinventando, haja visto as possíveis ligações que podem ser feitas entre os textos *Réponse à une question, Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie* e *A arqueologia do saber*.

Em relação às análises genealógicas, se pode perceber o mesmo, mas com distinção de Foucault não ter escrito um livro, como no caso da arqueologia, para responder as questões que lhe foram apresentadas. O debate com Jacques Léonard, assim como o debate de 20 de maio de 1978, foi significativo também por isso. Entre as tensões do encontro, o que parece não ter mudado foi o desconcerto provocado por ele e uma sistemática prática de reinventar-se. Daí a multiplicidade que seus estudos podem provocar. Ao invés de criar divisões ele buscou remover fronteiras, localizar espaços de disputas e obrigar a reflexão continuada. Cabe perceber isso agora na articulação que fez emergir a genealogia de maneira mais específica.

2.2 – A Genealogia

Embora algumas das noções utilizadas na genealogia estivessem em boa parte das passagens mencionadas até aqui, o anúncio feito na aula inaugural de 2 de dezembro de 1970, de que sua pesquisa se dirigiria para “formação efetiva do discurso” e passando a chamar isso

de aspectos genealógicos, ajuda a entender como o curso ministrado seria marcado por essa questão. O curso do biênio 1970-1971 intitulado *Leçons sur la volonté de savoir (Aulas sobre a vontade de saber)*, um dos últimos a ser publicado²⁹⁴, “nasce”²⁹⁵ das leituras das obras de Nietzsche. Mas uma leitura, que como hodiernamente feita por Foucault, sempre em deslocamento.

A aula inaugural anunciava uma genealogia do saber sem que a expressão fosse empregada por Foucault. Nietzsche em certo sentido estabelece uma genealogia do saber que dinamita toda a teoria do conhecimento como faculdade, teoria tradicional na filosofia. Entretanto, ele não distingue claramente o sentido que atribui a *Erkenntnis* e a *Wissen*. Se alinharmos os aforismos que Foucault recorre (*A gaia ciência*, §§ 110 e 111; *Além do bem e do mal*, § 230; *Genealogia da moral*, III, §12; *A vontade de poder*, livro I, § 195), constatamos que Nietzsche efetivamente colocou a genealogia no centro do conhecimento, tratando-a como o “saber da ciência” e não fez dela o foco de interesse unicamente da subversão dos valores morais.²⁹⁶

Essa estratégia de retomar determinados termos e construir neles um significado foi usada para que Foucault deslocasse duas interpretações dominantes do pensamento nietzschiano: uma que colocaria em oposição o conhecimento (perigoso, mortal) e a vida; e a outra seria interpretação que Heidegger, que entendia que a vontade de conhecimento e a vontade de poder tenderiam a se confundir. “Foucault teria identificado uma vontade de saber que não é assimilável nem ao conhecimento nem à vontade de verdade que Heidegger, seguindo nisso Nietzsche, assimila à vontade de poder.”²⁹⁷ Essa distinção pode ser percebida desde 1967 nas entrevistas mencionadas e depois no livro *A arqueologia do saber*, essa diferenciação foi marca dos cursos destinados ao estudo de Nietzsche.

Foucault dedicou uma série de aulas a Nietzsche, primeiro em Vincennes durante o inverno de 1969-1970 (disciplina), em seguida na Universidade Estadual de Nova York em Buffalo em março de 1970, depois na universidade McGill em Montreal em abril de 1971; aulas que resultarão no longo artigo “Nietzsche, a genealogia, a história”.²⁹⁸

²⁹⁴ Em francês ele foi publicado apenas em 2011 e traduzido para o português por Rosemary Costhek dos Santos em 2014. A tardia compilação realizada por Daniel Defert e dirigida por François Ewald e Alessandro Fontana, aconteceu pela dificuldade de se ter acesso às aulas, pois as gravações de áudio já não estavam mais acessíveis e as que estavam disponíveis tinham a qualidade baixa. Essa compilação se baseou nas anotações feitas por Foucault e por alguns dos que acompanharam o curso. Além disso, ainda conta com dois textos apresentados para duas conferências.

²⁹⁵ Daniel Defert utiliza essa expressão num texto que acompanha o *Aulas sobre a vontade de saber*, intitulado *Situações do curso*, “Que o lugar de nascimento deste curso seja Nietzsche lê-se claramente.” In: FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. 2014. p. 239-262.

²⁹⁶ DEFERT, Daniel. Situações do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. Op. Cit. p. 243.

²⁹⁷ Idem. p. 247.

²⁹⁸ Ibidem.

Nessas aulas e conferências, assim como nas do curso *Aulas sobre a vontade de saber*, Foucault não se “propôs repetir Nietzsche nem a comentá-lo, e sim a submeter suas intuições filosóficas à prova da ‘escada de corda’ da história.”²⁹⁹ Foucault constrói a partir de Nietzsche. Se por um lado isso faz dele alguém com tendências nietzschianas, por outro não o coloca como um comentador que busca extrair a verdade dos seus textos. Esse utilizador toma para si aquilo que serve a suas argumentações e inventa a partir de novos arranjos relacionais.

Também não devemos esquecer que Heidegger inseriu as ambivalências de Nietzsche com relação à história na distinção que ele próprio fez entre a história-*Geschichte* e a história-*Historie*, ou seja, a distinção entre o acontecimento e sua leitura pela ciência histórica, a qual tem a mesma essência técnica.³⁰⁰

A apropriação para reinvenção das noções também era uma prática do outro filósofo que Foucault diz marcar sua formação e coloca ladeado em relevância a Nietzsche. Esse deslocamento intenso nos textos e conferências escritos entre 1970-1972 interessa principalmente pelos argumentos que tratam da genealogia e da imagem nietzschiana estabelecida, mas também porque estavam presentes nos debates com Léonard.

2.2.1 – Aula sobre Nietzsche

A *Aula sobre Nietzsche: Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade* é fruto do esforço dos organizadores de tentar suprir uma lacuna referente ao curso *Aulas sobre a vontade de saber* (1970-1971).³⁰¹ Ela foi uma conferência apresentada em abril de 1971, na Universidade de McGill em Montreal no Canadá, onde Foucault apresentou a possibilidade de se pensar a história da verdade com Nietzsche. Na primeira parte, chamada de *A “invenção” do conhecimento*, ele parte de um fragmento do texto *Le livre du philosophe. Études théorétiques*, de Nietzsche e explana que o “*termo Erfindung, invenção, remete a muitos*

²⁹⁹ Ibidem. p. 253.

³⁰⁰ Ibidem.

³⁰¹ Na década de 1970, o *collège de France* ainda não tinha por prática gravar os cursos dos seus professores, e mesmo os aparelhos de gravação ainda não estavam popularizados. Esse curso foi transcrito das gravações feitas por Gilbert Burlet, com autorização de Foucault, e depois de transcritas as fitas eram apagadas. Foucault retirou dos manuscritos as aulas dos dias 23 de dezembro de 1970 e 6 de janeiro de 1971, por ocasião de uma conferência em outro país. Essas desapareceram dos seus arquivos e só tiveram sua importância percebida quando se tomou conhecimento das anotações realizadas por uma ouvinte chamada Hélène Politis já tardiamente. Os organizadores, respeitando uma vontade de Foucault que era contrário à publicação de anotações de ouvintes de seus cursos, decidiram por publicar uma conferência proferida por ele em abril do mesmo ano, que retomava as principais articulações dessas aulas. Cf. DEFERT, Daniel. Situações do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. Op. Cit. p. 259.

outros textos. Em toda parte, esse termo se opõe à origem. Mas não é sinônimo de começo.”³⁰²

E a partir daí, passa a elencar os motivos de por que o conhecimento ser considerado uma invenção é significativo, listando quatro motivos: 1 – ele não estaria inserido na natureza humana e não seria o mais antigo instinto do homem; 2 – que ele não é sem modelo, que não tem uma garantia exterior em algo como o intelecto divino; 3 – que ele não se articula como uma leitura, uma decifração, uma percepção ou uma evidência a respeito da estrutura do mundo; 4 – que ele é resultado de uma operação complexa.³⁰³ O Nietzsche que ele faz menção é o de *A Vontade de potência, A gaia ciência, Para além do bem e do mal e Aurora*, e os utilizando como ponte para pensar a sua questão, o conhecimento como invenção. Dessa utilização, ele argumenta duas questões: o conhecimento sobrevém emergindo do total diferente; e a verdade emerge alheia à divisão entre o verdadeiro e o não-verdadeiro.³⁰⁴ O conhecimento enquanto invenção não estaria ligado à verdade, mas a um “querer conhecer” que se oporia às esquematizações e simplificações de um conhecimento que se arrogasse para o verdadeiro.³⁰⁵

A segunda parte do texto, *O que é o conhecimento anterior à verdade?*, Foucault tenta responder a essa questão entendendo que o conhecimento não está ligado à verdade, que ele sendo anterior à verdade, por ser primário e corporal, ele seria comandado pela necessidade.³⁰⁶ Ele segue dialogando com os textos mencionados de Nietzsche, com o acréscimo do *Genealogia da Moral*. Essa localização ajuda a perceber os deslocamentos feitos, pois dá pista de como ele está reinventando o conhecimento em Nietzsche. Por exemplo, quando ele afirma que:

Nietzsche diz: “Não há conhecimento em si”, o que não quer dizer: não há conhecimento do em-si, e sim: não há, na violência do conhecer, uma relação constante, essencial e prévia que a atividade de conhecimento devesse ao mesmo tempo manifestar e efetuar. Dizer que não há conhecimento em si é dizer que a relação sujeito-objeto (e todos seus derivados, como aprioridade, objetividade, conhecimento puro, sujeito constituinte) é na realidade produzida pelo conhecimento em vez de servir-lhe de fundamento.³⁰⁷

Essa passagem é um deslocamento explícito do que Nietzsche diz, para o que Foucault quer que ele diga, do “não há conhecimento em si” para “relação sujeito-objeto é produzida pelo conhecimento”. E isso serviu para alicerçar o pensamento relacional defendido por ele no

³⁰² FOUCAULT, Michel. Aula sobre Nietzsche: Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade In: *Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo*. 2014. p. 183.

³⁰³ Idem. p. 183-188.

³⁰⁴ Ibidem. p. 188.

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ Ibidem. p. 188-189.

³⁰⁷ Ibidem. p. 190.

restante do texto e que seria um dos pontos nodais, mais adiante, nos debates anteriores. Em seguida ele passa a explicitar porque o conhecimento é produzido, apresentando três pontos: a) ele baseia-se numa rede de relações; b) entre essas relações um grupo de conhecimento se caracteriza por reunir pela força, várias diferenças e impor-lhes analogias, semelhanças, utilidade, pertencimento e deixar uma marca; c) essa marca estampada constitui o que virá ser o sujeito, como identidade e realidade e o objeto passa a ser o ponto de aplicação onde se vai fazer presente a vontade do sujeito.³⁰⁸ Foucault lembra que Nietzsche se recusa a colocar a consciência como condição para o estabelecimento do “objeto puro” para o sujeito. Ele afirma que:

Nietzsche quis explicar o conhecimento afastando ao máximo sujeito e objeto, vendo-os como produtos distantes um do outro e que só podem ser confundidos por ilusão. Longe de a relação sujeito-objeto ser constitutiva do conhecimento, a ilusão inicial e muito importante do conhecimento é a existência de um sujeito e de um objeto.³⁰⁹

A perspectiva que passa a ser adota é do conhecimento também como imaginação, pois aquilo do que ele se constituiria seria uma ilusão do que o sujeito e o objeto teriam tido a prerrogativa de tentar ser. A conclusão que Foucault chegou foi de que em Nietzsche o conhecimento seria mentira em dois sentidos: por falsear a realidade e introduzir a semelhança e por esse “ser” do conhecimento mostrar-se diferente do conhecimento. O “conhecimento primordial” seria totalmente diferente de um conhecimento, sendo apenas o primeiro voltado para a realidade. Antes de tratar da verdade no “núcleo do conhecimento” seria necessário antes de falar em “realidade” como elemento distintivo entre “conhecimento” e “verdade”, a verdade passa a se inserir como moral.³¹⁰ Essas considerações permitiriam uma análise, de modo geral, com as seguintes características:

- falar de signo e de interpretação, e de sua indissociabilidade, fora da fenomenologia;
- falar de signos fora de todo “estruturalismo”;
- falar de interpretação fora de toda referência a um sujeito originário;
- articular as análises dos sistemas de signos com a análise das formas de violência e de dominação;
- pensar o conhecimento como um processo histórico antes de toda problemática da verdade e mais fundamentalmente que na relação sujeito-objeto. O conhecimento liberto da relação sujeito-objeto é o saber.³¹¹

³⁰⁸ Ibidem. p. 190.

³⁰⁹ Ibidem. p. 191.

³¹⁰ Ibidem. p. 192.

³¹¹ Ibidem. p. 192-193.

A análise proposta por Foucault, a partir da utilização realizada, não difere na sua totalidade de boa parte das argumentações apresentadas antes. Mesmo não declarando combate ao hegelianismo, como outrora, os questionamentos sobre: fundamentos teleológicos, transcendentais, progressivos, lineares, processuais, dialéticos-causais, com prerrogativas de um sujeito consciente; todos estão de fora dessa proposta. Não parece ser o mesmo Nietzsche que poderia ter conjurado a história, mas um construído aos interesses de seu interlocutor, que pode se aproveitar da história em suas análises.

Na terceira parte, *O acontecimento da verdade*, uma vez que tivesse sido estabelecido que a verdade era moral, Foucault, passa a problematizar o conhecimento como anterior à verdade, pois “a verdade é uma peripécia, uma invenção, talvez um desvio do conhecimento, que ela não será nem a norma nem a essência deste. A verdade não é a verdade do conhecimento.”³¹² Para ele, Nietzsche teria colocado na vontade a “raiz e a razão de ser da verdade”³¹³ promovendo uma ruptura significativa com a tradição filosófica ocidental. O Nietzsche dessa parte é o mesmo das anteriores, mas está concentrado no da *Vontade de potência* e de *Gaia ciência*, pois seria nesses textos que a relação entre verdade e vontade estariam mais presentes. Foucault se volta para os paradoxos existentes na vontade de verdade, pois se a verdade, como dito anteriormente, é fruto de uma violência feita às coisas, ela é um efeito do conhecimento, não a sua norma ou sua condição de funcionamento, nem sua justificativa.³¹⁴ Se a verdade sobrevém ao conhecimento, este não seria em si verdadeiro, mas uma violência feita que resultaria de um falso conhecimento, daí seu paradoxo. Se a verdade deixa atrás de si um conhecimento privado de verdade, ela faz surgir atrás de si um não-verdadeiro, ela apareceria então sobre um fundo de ilusões.³¹⁵

É preciso ir mais longe. Se a verdade é destruição da ilusão de conhecimento, se essa destruição se dá no sentido inverso do conhecimento e como destruição do próprio conhecimento, então a verdade é mentira. É algo diferente do que pretende ser. Não é verídica no momento em que se enuncia como recompensa do conhecer.³¹⁶

Quem mais vai longe é Foucault, mesmo citando *Vontade de potência*, § 210, onde Nietzsche faz uma distinção entre mundo aparente e mundo mentiroso. Foi ele quem entendeu isso como paradoxo e construiu essa relação. Como dirá adiante: “A partir daí, podemos ver a tarefa nietzschiana: pensar a história da verdade se basear-se na verdade. Num elemento em que a

³¹² Ibidem. p. 193.

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ Ibidem. p. 194.

³¹⁵ Ibidem. p. 195.

³¹⁶ Ibidem.

verdade não existe: esse elemento é a aparência.”³¹⁷ O “podemos” é um convite que faz à invenção foucaultiana, e também ajuda a dimensionar como as tessituras argumentativas estão sendo moldadas a um entendimento, onde a “vontade” como objeto analítico do conhecimento ajudará a fazer ver a vontade de potência.

Em Nietzsche, o conhecimento é um efeito ilusório da afirmação fraudulenta de verdade: a vontade que porta a ambos tem esta dupla característica: (1) absolutamente não ser vontade de conhecer, e sim vontade de poder; (2) fundar entre conhecimento e verdade uma relação de crueldade recíproca e de destruição.³¹⁸

Se seria possível entender nessa passagem uma refutação a Heidegger, na distinção que ele fez entre a história-*Geschichte* e a história-*Historie*, também seria plausível ver o deslocamento em relação à percepção do poder. Um pouco distinta da empregada anteriormente, e aplicada com outra perspectiva, a noção de poder serviria para pensá-lo em seu exercício, mas só esmiuçado mais adiante.

Nessa conferência, para além do vínculo indelével com o curso, é possível perceber como Foucault estava em deslocamento. As aproximações com os escritos em *Jean Hyppolite. 1907-1968*, e com a sua aula inaugural, podem mostrar como ele foi reestabelecendo a forma que lia e instrumentalizara Nietzsche e como seus estudos foram se interessando sobre saberes distintos. Mesmo não tratando intensamente sobre seu historiar, ou mesmo de questões mais específicas do saber histórico, muito de como Nietzsche foi dimensionado seria a forma de como ele foi usado no texto dedicado ao estudo mais sistemático, *Nietzsche, la généalogie, l’histoire*.

2.2.2 - Nietzsche, a genealogia e a história

Em *Nietzsche, la généalogie, l’histoire*, Foucault elaborou o seu único texto especificamente dedicado apenas a Nietzsche. O artigo faz parte de um livro chamado *Hommage à Jean Hyppolite* da coleção *Épiméthée*, e nessa homenagem ao orientador, ele tenta distanciar-se da tradição metafísica filosófica, da presença hegeliana, sobretudo na parte concernente à história. Foucault cita boa parte da produção de Nietzsche: *Gaia ciência, Humano, demasiado humano, Genealogia da moral, Aurora, O andarilho de sua sombra, O crepúsculo dos ídolos, Para além do bem e do mal, A vontade de potência e Segunda*

³¹⁷ Ibidem. p. 196.

³¹⁸ Ibidem. p. 197.

Consideração Extemporânea. Um primeiro deslocamento pode ser notado, por exemplo, quando se atenta para os textos de Nietzsche utilizados – *Ecce homo*, *Assim falou Zaratustra*, *O nascimento da tragédia*, *O anticristo* – que antes foram mencionados e/ou poderiam ser relacionados aos seus argumentos, não estão diretamente aludidos no artigo. Por ter participado da organização e apresentado as obras completas de Nietzsche, é plausível admitir que Foucault não desconhecia nenhum dos textos e que não os mencionar foi uma escolha premeditada, direcionando-o para suas propostas.

O texto foi dividido em sete partes. Na primeira delas, Foucault começa sua argumentação dizendo o que é a genealogia: “A genealogia é cinza;³¹⁹ ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”.³²⁰ A genealogia deveria ter um grande número de materiais acumulados que devem ser trabalhados com paciência, distinguindo a singularidade dos acontecimentos e se distanciando de uma teleologia. “A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da origem.”³²¹ Até esse momento, a genealogia está sendo apresentada como uma reunião das muitas discussões que ele já tivera desde os primeiros embates com um hegelianismo, mas mais especificamente sobre o ponto de vista de uma estratégia de historiar.

Assim como o fizera na conferência – *Aula sobre Nietzsche: Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade*, na segunda parte do artigo, passa a problematizar um termo alemão, *Ursprung* (origem), empregado por Nietzsche nos textos *Gaia ciência* e *Humano, demasiado humano*. O termo *Ursprung* passa a ser analisado nos textos de Nietzsche em duas acepções: na primeira com um uso indiscriminado, onde ele é sinônimo dos termos *Herkunft* (proveniência), *Abkunft* (ascendência), *Geburt* (nascimento) e *Entstehung*

³¹⁹ Nietzsche, no prefácio a *Genealogia da moral*, §7, liga a cor cinza à genealogia, cf.: “Por isso é que, previno contra as hipóteses inglesas perdem-se no azul, a cor mais importante para um genealogista deve ser o cinza, a coisa documentada, o efetivamente constatável...” Ainda sobre essa ideia de cinza, vale a explicação de Vânia Dutra de Azeredo que diz: “Lembremos que o filósofo alemão critica a investigação inglesa pela falta de documentação. As análises empreendidas anteriormente por alguns estudiosos da moral tendiam, na visão nietzschiana, desde o seu início, à futilidade, devido, basicamente, à superficialidade que norteava suas investigações referentes à moral. Essas análises foram pautadas por um procedimento totalmente a-histórico, o que, por si mesmo, impossibilita uma imparcialidade, visto que tais construções não poderiam demonstrar suas afirmações sem uma referência ao próprio passado da humanidade, à história da moralidade. Por essa razão, Nietzsche faz uma alusão às cores azul e cinza. De um lado, estariam as hipóteses inglesas, que se perdem no azul, falta de documentação e, portanto, de comprovação; de outro, o cinza, cor do genealogista, que busca na verificação do passado da humanidade o modo de construção da moralidade.” In: **Cad. Nietzsche**, v.I n.35, 2014. p. 64-65.

³²⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, la généalogie, l’histoire. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1004.

³²¹ Idem. p. 1004-1005.

(emergência), tal como aparecem em *Genealogia da moral* e *Gaia ciência*. Em seguida, comenta uma segunda utilização em *Humano, demasiado humano*, em que as palavras *Ursprung*, *Herkunft* e *Entstehung* têm usos distintos entre si.

Nesse deslocamento de perceber as palavras com diferenciação entre si, Foucault propõe que a genealogia nietzschiana buscaria romper com a pesquisa da história de busca da origem (*Ursprung*) e passa a situá-la como proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*). Para Foucault

Procurar uma tal origem, é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que eram estranhas.³²²

Foucault se utilizara dessa mesma noção para conjurar a origem do conhecimento, a origem do sujeito, a origem inata do ser em si, mas agora ela aparece diferente e se antes ela fora mencionada a partir de *O nascimento da tragédia*, agora é localizada na diferenciação do emprego das palavras (*Ursprung*, *Herkunft* e *Entstehung*) em *Humano demasiado humano*. O desconcerto estaria em agora desmontar a “origem” para a história, mas não só no que teria de essencial ou metafísico, mas de risível: “A história aprende também a rir das solenidades da origem.”³²³ O que haveria de risível seria a pretensão de onisciência que esse sujeito do conhecimento demandaria para estabelecer uma suposta origem. A história que “aprende” é a que modestamente tenta perceber o jogo de discursos no qual está inserida e não tem a pretensão de perpetuá-lo sem suspeitar de seus próprios afazeres.

A origem é sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; está do lado dos deuses, e para fazer sua narrativa, se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto, ou discreto como o passo da pomba, mas irrisório, irônico, capaz de desfazer todas as paixões.³²⁴

Desvencilhar-se da origem na história, além de renegar a anterioridade regressiva até a verdade, também permitiria se desfazer das paixões, ou seja, das defesas incondicionais de uma história que ruma ao progresso. Genealogista seria o historiador que adotasse essa postura que

³²² Ibidem. p. 1006.

³²³ Ibidem. p. 1007.

³²⁴ Ibidem.

reconhece nos acontecimentos históricos, minúcias e suas discontinuidades. Como Foucault escreve:

O genealogista precisa da história para afastar a quimera da origem, assim como o bom filósofo precisa do médico para afastar a sombra da alma. Devemos saber reconhecer os acontecimentos da história, seus sobressaltos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que são responsáveis por inícios, seus atavismos e suas hereditariedades; como se deve saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e energia, suas rachaduras e sua resistência para julgar o que é um discurso filosófico.³²⁵

O historiador, se genealogista, é convidado a refutar a noção de origem e lidar com as ideias de proveniência e emergência, no sentido de não buscar mais uma verdade primeira e conseqüentemente um encadeamento causal, mas lidar com as relações de acontecimentos que podem tornar possíveis uma dada historicidade. Nessa construção argumentativa, além dos já mencionados textos de Nietzsche na primeira parte do texto, Foucault também acrescenta referências aos textos *Aurora*, *O andarilho e sua sombra* e *O crepúsculo dos ídolos*. Os argumentos, mesmo os que estão sendo tratados pela segunda ou terceira vez, estavam em outros escritos, outros trabalhos, mas são e não-são os mesmos. É nisso que vai operando o deslocamento, Foucault muda para continuar o mesmo e continua o mesmo porque muda, não há em seus entendimentos uma verdade sobre Nietzsche e, talvez por isso, seja um texto tão nietzschiano.

Na terceira parte, ele separa os termos *Herkunft* (proveniência) e *Entstehung* (emergência) e faz uma série de considerações sobre o primeiro. A noção de *Herkunft* (proveniência) se afasta de uma visão, por exemplo, divinatória, e é lida como um lugar de onde se provem determinado começo. Esse entendimento permite perceber “*as marcas sutis, singulares, sub-individuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar (...) a análise da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos.*”³²⁶ Essa percepção não funda uma origem, ela permite fragmentar o que até então parecia unido, ela evidencia uma heterogeneidade presente nos começos das coisas.³²⁷ Ele vai forjando uma visão do genealogista que leva em conta que:

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda

³²⁵ Ibidem. p. 1008.

³²⁶ Ibidem. p. 1009.

³²⁷ Ibidem.

em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhe à evolução de uma espécie, ao destino de um povo.³²⁸

A genealogia que leva em consideração as proveniências ao se historiar, passa ao largo das continuidades históricas que recuperam o passado ligando-o ao presente, ela propõe percorrer os fragmentos dos acontecimentos relacionando-os para narrar a história. Nessa passagem somam-se as citações de *Para além do bem e do mal*.

Na quarta parte, a argumentação se volta para o termo *Entstehung* (emergência), a preocupação foi entender como a genealogia seria uma alternativa à metafísica ao se ter a utilização da “emergência” (aquilo que emerge) ao invés de “origem”.

Colocando o presente na origem, a metafísica fez acreditar no trabalho obscuro de uma destinação que procuraria ser vista desde o primeiro momento. A genealogia, ela, reestabeleceu os diversos sistemas de submissão: não um ponto da potência antecipadora de um sentido, mas o jogo perigoso das dominações.³²⁹

A emergência permite perceber os deslocamentos de uma determinada condição a outra, ou seja, aquilo que está em deslocamento e quais relações de força o tornam possível. “A emergência, é portanto, a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pela qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e a jovialidade que é dele.”³³⁰ Porém, essa noção de emergência não deve ser entendida como unitária ou uma interpretação que busca desvelar como determinadas significações surgiram, pois reproduziria assim uma metafísica da origem.

As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta da origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: historia das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergência de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimento no teatro dos procedimentos.³³¹

³²⁸ Ibidem.

³²⁹ Ibidem. p. 1011.

³³⁰ Ibidem. p. 1012.

³³¹ Ibidem. p. 1014.

Ao se ter como preocupação o movimento, o acontecimento adquire outra acepção, pois o que faz vir à tona o acontecimento é objeto de investigação, e é aí onde se permite explicitar o deslocamento. O acontecimento histórico é investido de uma historicidade própria e passa a ser necessário evidenciar as condições de possibilidade que permitiram ele se constituir como tal. O texto de Nietzsche que foi também utilizado nessa parte foi *A vontade de potência*.

Na quinta parte, Foucault propõe pensar sobre como a genealogia, pesquisa de *Herkunft e Entstehung*, pode ser aproximada da história? Ele lembra que Nietzsche tem críticas à história desde a *Segunda consideração intempestiva*, porém ressalva que em *Genealogia da moral*, a genealogia foi caracterizada como *wirkliche Historie* (história efetiva).

De fato, o que Nietzsche não parou de criticar desde *Segunda consideração intempestiva* é esta forma histórica que reintroduz (e supõe sempre) o ponto de vista supra-histórico: uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida, do tempo; uma história que nos permitiria nos reconhecemos em toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma de reconciliação; uma história que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo.³³²

A genealogia, que leva em consideração a *Herkunft* (proveniência) e a *Entstehung* (emergência) como pesquisa, separa-se de um sentido histórico absoluto, metafísico, teleológico, e torna-se uma história efetiva. “A história ‘efetiva’ se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles.”³³³ É preciso um processo de desnaturalização, deslegitimação, deslocamento, para que o acontecimento seja entendido em sua genealogia e aí também uma ampliação da ideia de acontecimento histórico.

A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada.³³⁴

O acontecimento histórico é retomado, mas numa acepção diferente, sendo visto dentro do acaso das possibilidades, não como uma continuidade ou um desdobramento linear progressivo, de causa e efeito do desenrolar histórico. O mundo percebido não é uma figura simples onde os acontecimentos “se apagaram para que se mostrem, pouco a pouco, as características essenciais, o sentido final, o valor primeiro e último: é ao contrário uma miríade de

³³² Ibidem. p. 1014.

³³³ Ibidem. p. 1015.

³³⁴ Ibidem. p. 1016.

acontecimentos entrelaçados.”³³⁵ A história genealógica se obrigaria a pensar-se em seu fazer-se, já que não lhe é dado um valor essencial e, somando-se a isso, a história retoma sua autonomia em relação à filosofia.

Foucault, se utiliza de um Nietzsche, do *Andarilho e sua sombra*, § 188, não tão crítico a história, para propor que a história readquirira sua autonomia frente à filosofia.

A história tem coisas melhores a fazer do que ser serva da filosofia e do que narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela tem que ser o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmoronamentos, dos venenos e contravenenos. Ela tem que ser a ciência dos remédios³³⁶

Esse posicionamento não era só um tipo de incentivo à autossuficiência, mas a tentativa de colocar a história efetiva (*wirkliche Historie*) como um sinônimo de história genealógica. Por isso também ela não temer ser um saber perspectivo, tendo em vista a noção relacional que adota, pois ela “*olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer que sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto*”.³³⁷ Foucault, que citara no início dessa parte as *Considerações extemporâneas*, fez um contraponto entre aquilo que Nietzsche chamou de história, criticando-a incansavelmente e o que o mesmo chamou de sentido histórico, estando este inserido nas noções genealógicas e sendo, inclusive, recomendado.

Na sexta parte do texto, Foucault retoma as passagens ao longo dos escritos nietzschianos sobre as utilizações dos termos *Herkunft* (proveniência) e *Entstehung* (emergência), fazendo uma distinção entre eles, a qual Nietzsche não se propõe, e selecionando as passagens que reiteram os posicionamentos do olhar genealógico. Para Foucault, “*É preciso despedaçá-lo a partir daquilo que ele produziu e não fundá-lo em uma filosofia da história: torna-se um mestre da história para dela fazer um uso genealógico, isto é, um uso rigorosamente antiplatônico.*”³³⁸ A estratégia metodológica de Foucault emprega as reflexões começadas por Nietzsche sobre o seu próprio pensamento e o faz conjurando a seleção de sua obra que permite relacionar a genealogia com a noção de sentido histórico.

Na última parte do texto, a sétima, ao comentar dos usos possíveis para o sentido histórico, reitera seu projeto de fazer um uso do sentido histórico que o liberte de modelos

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Ibidem. p. 1017.

³³⁷ Ibidem. p. 1018.

³³⁸ Ibidem. p. 1020.

teleológicos, metafísicos, apontando três usos: o paródico ou burlesco; o dissociativo das identidades; e o que sacrifica o sujeito do conhecimento:

Um é o uso paródico e destruidor de realidade que se opõe ao tema da história-reminiscência, reconhecimento; outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe à história-continuidade, ou tradição; o terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história-conhecimento.”³³⁹

Numa imagem provocativa aos historiadores, com os quais ele está debatendo, afirma que “*a genealogia é a história como um carnaval organizado*”³⁴⁰, no sentido de que essa história burlesca não reencontra as nossas raízes identitárias, mas uma profusão de acontecimentos que dissipam e “carnavalizam”, dando multiplicidade de sentidos. No final do texto, localiza qual parte do pensamento nietzschiano corrobora as suas inquietações. Nas *Considerações Extemporâneas*, vê uma anteposição à história, mas uma anteposição a um determinado tipo de história. Para Foucault,

Em certo sentido, a genealogia retorna às três modalidades da história que Nietzsche reconhecia em 1874. Retorna a elas, superando objeções, que ele fazia em nome da vida, de seu poder de afirmar e criar. Mas retorna a elas, metamorfoseando-as: a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber.³⁴¹

A discussão especificamente sobre esta forma de história será retomada mais adiante, porém se faz necessário compreender que essa tática teórica tem suas bases nesse historiar, a genealogia, nesse sentido, é um projeto muito mais foucaultiano do que nietzschiano.

A leitura operativa³⁴² que Foucault fez de Nietzsche nesse texto termina presente ao longo de boa parte de suas reflexões até o final dos anos 70 e é marcadamente percebida em

³³⁹ Ibidem. p. 1020-1021.

³⁴⁰ Ibidem. p. 1021.

³⁴¹ Ibidem. p. 1024.

³⁴² Sobre a leitura que Foucault faz do pensamento de Nietzsche existe uma extensa bibliografia e o tema ainda é objeto de numerosos estudos entre especialistas de ambos pensadores. Como a preocupação aqui foi localizar a genealogia no que ela toca e marca o livro *Vigiar e Punir*, não será aprofundado o debate sobre essa questão. Para maiores aprofundamentos ver: AZEREDO, Vânia Dutra de. A metodologia de Foucault no trato dos textos nietzschianos. In: Cadernos Nietzsche, v. I n.35, 2014. CARVALHO, A. F. de. **Foucault: atualizador da genealogia nietzschiana**. In: Cadernos Nietzsche 30, 2012. p. 221-249; GIACOLA Jr., Oswaldo. **Filosofia da cultura e escrita da história: Notas sobre as relações entre os projetos de uma genealogia da cultura em Foucault e Nietzsche**. Estudos Nietzsche, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 3-34, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/estudosnietzsche.05.001.AO02>. JULIÃO, José Nicolao. Michel Foucault intérprete de Nietzsche In: JULIÃO, José Nicolao; CHEVITARESE, Leandro Pinheiro (orgs.). **30 anos sem Foucault: História & Filosofia**. Seropédica: PPGFIL-UFRRJ, 2015. DEAN, Mitchell. **Critical and effective: Histories Foucault's methods and historical sociology**. London: Routledge, 1994. JENSEN, Anthony K. **Nietzsche's Philosophy of History**. New York: Cambridge University Press, 2013. DRIES, Manuel (ed.). **Nietzsche on Time and History**.

Surveiller et punir. A genealogia tal como foi apresentada em *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*, não seria mais retomada da mesma forma, nas aulas, conferências, artigos, ensaios e livros; o será diversamente. Hora ressaltando suas formas de lidar com a história, hora tratando das relações poder-saber, hora elegendo o acontecimento como ponto fulcral, não parece haver uma genealogia única, mas momentos de exequibilidade dessa estratégia.

Parece mais plausível falar de estratégias genealógicas, do que uma teoria genealógica, porém há quem defenda a segunda opção. Essa questão será melhor tratada no capítulo seguinte. Cabe agora perceber uma das estratégias genealógicas em seu fazer-se, que foi explicitada numa conferência de 1972 e que pode guardar relações com a aula de 17 de março de 1971 do curso *Aula sobre Nietzsche: Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade, O saber de Édipo*.

2.2.3 – O saber de Édipo

A conferência, *O saber de Édipo*, foi apresentada em março de 1972, na Universidade Estadual de Nova York, na cidade de Buffalo e depois na Universidade de Cornell, também no estado de Nova York, mas na cidade de Ithaca, em outubro. Um trecho desse mesmo texto foi retomado nas conferências realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 21 à 25 de maio em 1973; existem ao todo, sete versões diferentes no arquivo de Foucault dessa argumentação.³⁴³ Isso interessa porque a diferenciação entre as versões são também os deslocamentos e como eles respondia a questões distintas, por exemplo, além das já citadas três versões mais a *aula de 17 de março de 1971*, os textos *Ariane s'est pendue* e *Theatrum philosophicum*, que foram escritos para tratar do livro de Deleuze – *Différence et Répétition*, são variações da leitura de Foucault.

A arqueologia é um livro sobre dispersão e a reimplantação infinita dos enunciados; *Diferença e repetição* é um livro sobre as intensidades e as diferenças ontológicas, e sobre o eterno retorno do mesmo, sempre desalinhado: duas obras-chave nos percursos respectivos dos dois filósofos, dois pontos de chegada e provavelmente duas guinadas no pensamento de ambos, cujas trajetórias não cessaram de confrontar-se durante mais de dez anos. Realmente, Deleuze parecia ter invertido a problemática heideggeriana: o filósofo suábio havia interpretado Nietzsche a partir de seu próprio pensamento do ser da diferença, Deleuze reescrevia sub-repticiamente *Ser e tempo* a partir da ontologia nietzschiana.³⁴⁴

Berlin: Walter de Gruyter, 2008. GUTTING, Rary (Org.). **Foucault**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016. GEUSS, Raymond. Nietzsche and Genealogy. In: **European Journal of Philosophy** 2. Nº. 3 (1994): 274–92. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0378.1994.tb00015.x>

³⁴³ DEFERT, Daniel. Situações do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. Op. Cit. p. 259.

³⁴⁴ Idem. p. 250.

Essa localização do texto de Deleuze em relação ao momento de produção, ou seja, em 1968 quando Foucault já havia publicado *As palavras e as coisas*, organizado as obras filosóficas completas de Nietzsche e publicaria *Arqueologia do saber*, no ano seguinte; não só coloca os textos com preocupações próximas ou complementares, mas como indicativo de como um grupo de pensadores estava respondendo as demandas teóricas de sua época. E é nisso que esse texto, *O saber de Édipo*, pode ser significativo para se pensar o deslocamento de Foucault em direção a genealogia, pois mesmo sendo a variação de muitas coisas ditas anteriormente, é também um tom diferente. Ele foi a reelaboração do recém ingresso professor após seu primeiro curso, na prestigiosa instituição francesa, mas também é do professor que estava lendo Nietzsche diferentemente do tinha lido antes, e havia se voltado para o estudo das prisões. Como já mencionado, no período da conferência Foucault já havia participado de diversas atividades discutindo sobre as prisões e já tinha começado escrevendo o seu livro sobre. Por mais que algumas estratégias, utilizadas nos artigos sobre o livro de Deleuze tenham sido retomadas, seu deslocamento o moveu para tentar pensar noções ligadas a verdade e sua validação no sistema jurídico-político-religioso.

Essa conferência desenvolve a décima segunda aula do curso de 1970-1971. Formalmente, desempenha com relação a esse curso aproximadamente o papel que desempenha o quadro *As meninas* com relação à teoria da representação em *As palavras e as coisas*. Isso porque ela identifica e recompõe todos os elementos constitutivos da transformação da verdade-prova jurídico-religiosa na Grécia arcaica em verdade-constatação político-jurídica da Grécia clássica, reconstruindo assim um dos processos mais importantes, segundo Foucault, na história da produção da verdade.³⁴⁵

Ainda que se admita diversas formas de leitura para essa conferência, ela retoma a questão da verdade como o fora abordada nos anos 1960, mas com seu olhar voltado para suas constituições enquanto vontade de poder. A noção de saber não é abandonada, mas assimilada pela leitura genealógica como condição de possibilidade para o poder, e se antes as alegorias ajudavam a problematizar o sujeito na sua constituição histórica, ela agora passaria à problemática do reconhecimento.

Foucault inicia a conferência chamando atenção de como na peça de Sófocles, haveria uma noção de reconhecimento específica, “*pelo qual aquele que ignora se torna alguém que sabe e aquele que julgava ignorar descobre que já sabia – tem duas características*”

³⁴⁵ Idem. p. 260.

particulares.”³⁴⁶ A primeira seria que o reconhecimento é algo “refletido”, pois quem o procura é o objeto de sua busca. A segunda é que o reconhecimento se dá pelo confronto entre diferentes tipos de saberes.³⁴⁷ O que desperta a atenção em *Édipo rei*, é uma percepção do reconhecimento que tem como característica um duplo relacional, ou seja, o objeto é também questionado em sua objetificação; e o que constituiria os procedimentos de legitimação do reconhecimento, seriam saberes de diferentes tipos.

Como exemplo da dupla características do reconhecimento ele separa um grupo de personagens que tem informações incompletas entre si e que só conseguiriam validar um determinado saber na relação entre eles.

Jocasta diz sobre a morte de Laio o que ouviu dizer, e Édipo conta o que viu com os próprios olhos e fez com as próprias mãos; o mensageiro de Corinto, por sua vez conta o que viu e fez; o pastor de Tebas, o que fez e ouviu dizer. Nessa metade o ver e o ouvir dizer se entrecruzam (Jocasta ouviu dizer o que o pastor viu; Édipo ouviu dizer o que o Mensageiro havia visto; o pastor ouviu dizer o que Jocasta havia visto e feito), como se entrecruzavam a luz e a voz no deus e seu adivinho (o deus de luz faz o cego que tudo vê ouvir sua voz). Mas, aqui e lá, ὀπᾶν³⁴⁸ e ἀκούειν não têm o mesmo sentido.³⁴⁹

Na rede que Foucault monta, os personagens têm, cada um, trechos do ocorrido. O que faz com que o acontecimento tenha reconhecimento é a relação entre os personagens, seus saberes, é da junção entre o que se ouviu dizer e o que se fez que emerge o reconhecimento. O reconhecimento em questão é o assassinato de Laio, que Jocasta não viu, mas ouviu e por isso sabe quem é; que Édipo viu, pois foi ele quem o matou, mas não ouviu e por isso não sabia quem era; que o Mensageiro ouviu dizer, mas não viu Édipo fazer, por isso não sabia quem era Laio; que o Pastor ouviu dizer e sabia quem era, mas não viu e por isso sabia quem era Édipo. Foi dessa relação entre esses saberes que vem à tona que a profecia de que o filho (Édipo), mataria o pai (Laio) e se casaria com a mãe (Jocasta) se concretizou. A profecia se realizou por sua tentativa de ser evitada, pois ao saber que seu filho mataria seu marido, Jocasta o entregou ao Pastor para que o executasse, que por sua vez, não o fez e o entregou para um Mensageiro de Coríntio que levou. Há nessa perspectiva, uma distinção entre o que se ouviu dizer e o que se viu fazer. O “ver” tem um estatuto de legitimidade, pois possibilitaria acessar o que realmente

³⁴⁶ FOUCAULT, Michel. O saber de Édipo. In: **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. 2014. p. 211.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Habitualmente esse termo é traduzido como “urbano”, mas também existe a possibilidade de ser traduzido como “oráculo” – que na acepção grega é aquele que tem por função ver e ouvir – o termo grego mais usado para “ver” é ὄραω (ver, ter olhos, olhar, observar).

³⁴⁹ FOUCAULT, Michel. O saber de Édipo. In: **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. Op. Cit. p. 215.

aconteceu, diferentemente do “ouvir dizer” que seria apenas uma narrativa de alguém que não viu.

A noção de reconhecimento, e suas características, pode ser entendida como próxima das estratégias defendidas como genealógicas no *Nietzsche, la généalogie, l’histoire*, por uma série de fatores. Desde a ideia de na investigação genealógica dos saberes deverem ser relacionais, assim como, por seu objeto de cognição ser também ponto de suspeita. Não haveria, também, uma de origem na tragédia de Édipo, ela acontece por se tentar evitá-la, não uma relação de causa e efeito imanente. O desdobrar da peça remonta ainda que, antes de saber que o homem assassinado era seu pai, Édipo, que se tornara o rei de Tebas, tenta de diversas formas saber quem seria o assassino de Laio. E Foucault aponta que na tentativa de descobrir quem seria o assassino, Édipo procede uma longa investigação por meio de vários depoimentos e, nesse aspecto, tem-se uma distinção em relação ao texto anterior. Foucault passa a tratar do “exame”:

Todo o processo de busca obedeceu a esse mecanismo do símbolo: exame e autenticação do que se tem na mão, definição do que falta e que era sumamente importante saber; designação daquele que deve estar de posse do fragmento ausente e complementar. É isso que Édipo chama de “fazer uma investigação” (ἐξερευνᾶν)³⁵⁰

A investigação é apresentada como uma reunião de fragmentos de relatos levados a exame para autenticação e posterior validação. Daí, Foucault passa a discorrer sobre como isso seria também a prática procedimental da verdade-justiça, verdade-moral, verdade religião. O exame seria, assim, uma explicitação da relação entre saber e poder, pois é aplicado através do poder. Mas também busca extrair um saber a ser validado ou refutado, é do jogo entre o saber e o poder que se constituiria como prática indispensável.

O exame passa a ser também representativo das práticas judiciais utilizadas pelos gregos na antiguidade, e aí a argumentação localiza três grandes procedimentos judiciais utilizados nesse período pré-direito na Grécia antiga: consulta ao oracular, juramento purgatório e *enquête du pays*.³⁵¹ Como já mencionado, essa discussão vai ser ampliada nas conferências ministradas no Brasil – *A verdade e as formas jurídicas* – quando dedica dois dos cinco encontros para tratar do tema. A distinção dos outros escritos correlatos, ao que Foucault empreendeu nessa

³⁵⁰ Idem. p. 216.

³⁵¹ É o termo empregado na Idade Média para designar um procedimento judicial desse tipo, em que se pede às pessoas do lugar, aos que podem estar “a par”, que digam o que sabem a respeito de um litígio. A tradução literal dessa devassa local é investigação do país, da região. Cf. FOUCAULT, Michel. O saber de Édipo. In: **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. Op. Cit. p. 230.

conferência, se deu por ser marcada com um desconcertante silêncio a algumas das discussões que ele já havia feito, mas que deliberadamente não implementa.

Ele localiza sua argumentação, já no final da apresentação, dizendo que “*o que é encenado em Édipo é uma luta de saberes e poderes, uma luta entre formas de poder-saber*”.³⁵² Seja nas prerrogativas analíticas contrárias a teleologias, seja em defesa de uma forma de historiar insubordinada à filosofia, Foucault em uma alegoria, como o fizera em *História da loucura* com Hieronymus Bosch e a pintura *Navio dos Loucos*, ou em *As palavras e as coisas* com *As meninas*, de Diego Velázquez, retoma a genealogia em um estudo sobre saber-poder através da peça de Sófocles *Édipo rei*.

Em um sistema de pensamento como o nosso, fica muito difícil pensarmos o saber em termos de poder e, portanto, de excesso, portanto, de transgressão. [...] Pensamos o saber em termos de consciência. Foi por isso que negativizamos Édipo e sua fábula. Pouco importa que se fale de ignorância e culpa ou de inconsciência e desejo: de toda maneira o levamos para o lado da carência de saber – em vez de reconhecermos o homem do poder-saber que os oráculos dos deuses e os testemunhos da cidade, de acordo com seus procedimentos judiciais específicos e com as formas de saber que estes produzem, expulsam como o homem do excesso e da transgressão.³⁵³

Édipo rei serve para, através da localização da emergência de procedimentos judiciais, pôr em prática uma estratégia genealógica que busca dar conta da transgressão, do excesso, do homem como saber-poder. Essa leitura da peça inqueriria, entre outras coisas, como se emergiria a verdade em suas formas jurídicas, assim como que tipo saber-poder se constituiria quando de uma construção da historicidade desse objeto. A estratégia de argumentação de Foucault se apresenta desde como ele escolheu e entendeu determinados termos gregos, passando pelas relações poder-saber, elegendo e comentando o “exame” para pensar a verdade investigativa na peça, mesmo sem mencionar o termo genealogia, parece haver uma implementação dessa estratégia.

Os desconcertos das reflexões de Foucault, nos seus diversos momentos, não foram uma evolução, ou mesmo um desenvolvimento das reflexões, mas uma atitude de deslocamento teórico. O pensamento envolvido no debate entre Léonard e Foucault não se reproduziu em uma sistemática analítica. Para os dois, muito do que foi abordado e como foi tratado, não seria mais retomado. Os posicionamentos adotados nas respectivas argumentações estavam inseridos em uma rede de possibilidades que emergiram em uma dada articulação da trama teórica na qual

³⁵² FOUCAULT, Michel. O saber de Édipo. In: **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. Op. Cit. p. 236.

³⁵³ Idem.

estavam inseridas. Cartografar suas leituras possibilita ver o movimento de deslocamento em ação, faz emergir conjuntamente a isso, sob que tipo de historicidade se estava tratando e que história estava sendo praticada. O historiar em disputa buscava responder às demandas de quais caminhos seriam possíveis para se recuperar uma autonomia reflexiva, ao menos diminuída a partir de Hegel, e tendo que lidar com pleitos contemporâneos a sua escrita. *Surveiller et punir* também pode ser lido por essa ótica, e o que permite pensar isso são as condições de dizibilidades em que Foucault estava inserido no momento de sua redação. Cabe perceber alguns dos textos, principalmente, entre os anos de 1972 e 1975, pois esse foi o período em que *Surveiller et punir* foi escrito e publicado, para fazer emergir as argumentações da *Table ronde du 20 mai 1978*, e problematizar as possíveis contribuições que se conteria nela.

O debate entre Jacques Léonard e Michel Foucault foi sendo tratado até aqui como uma das facetas dos dois envolvidos, mas também como um instantâneo do que estava sendo discutido como historiar no período em que aconteceu. Isso ficou ainda mais intenso quando da *Mesa-redonda* que aconteceu no dia 20 de maio de 1978, em que Léonard e Foucault apresentaram seus textos a uma plateia de historiadores e disso se sucedeu um debate. O historiar desconcertante de Foucault nos seus múltiplos deslocamentos foram problematizados a partir dos textos mencionados, mas também retomando intensamente em *Surveiller et punir*. O debate localizou uma disputa sobre que tipo de história se poderia escrever naquele período. Nesse aspecto, cabe cartografar³⁵⁴ a produção de Foucault no momento em que o livro estava sendo redigido, principalmente nos cursos no Collège de France, nos biênios de 1971-1972 e 1972-1973, pois como já mencionado, *Surveiller et punir* já estaria escrito em 1973. Além desses cursos, uma série de textos, conferências, palestras e entrevistas, desse intervalo de tempo, podem contribuir com a noção da escrita em deslocamento.

O deslocamento, tal como visto ao cartografar as genealogias de Foucault, permite falar não só em “genealogia”, mas em “genealogias”, bem como indicar como sua forma de pensar com a história foi mudando e se constituindo como desconcertante, a partir das leituras dos textos de Nietzsche. Além disso, pode fazer emergir como no debate de 20 de maio de 1978, quando lhe foi requerido outros, Foucault foi se colocando como um diferente do que havia sido, mas se relacionando com o que já não era. As múltiplas genealogias, para além de uma estratégia metodológica de historiar, reforçam a noção de como o debate que aconteceu foi sobre Foucault e seus escritos, mas também quais as condições de dizibilidades dos historiadores naquele momento.

Ao se entender a genealogia como uma forma específica de Foucault, lendo Nietzsche, diversificar suas abordagens históricas, seria possível ver no escrito em que ele melhor elabora isso – *Nietzsche, la généalogie, l’histoire* – a emergência de uma estratégia genealógica para

³⁵⁴ O termo aqui está sendo pensado na acepção deleuziana. Deleuze desenvolve a partir de algumas indicações de Michel Foucault a noção de cartografia, que resulta de um diálogo entre os dois em relação à questão, o que faz dela uma produção a quatro mãos desses dois filósofos. Para maior aprofundamento ver: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988. DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.pdf>. DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. I. São Paulo: Ed. 34, 1995. DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006. FONSECA, T. M. G. & KIRST, P.G. **Cartografia e devires: a construção do presente**. Porto alegre: UFRGS, 2003.

escrever a história. Porém, tanto no texto cronologicamente anterior, *Aula sobre Nietzsche: Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade*, quanto no *O saber de Édipo*, posterior cronologicamente, estão relacionadas as reflexões do curso do biênio de 1970-1971 – *Aulas sobre a vontade de saber*. Os cursos ministrados no Collège de France, em alguns aspectos, serviram como laboratórios para as investigações que Foucault estava realizando e que reverberaram tanto nos seus artigos e entrevistas, quanto em seus livros. Os cursos *Théories et institutions pénales* e também o *La société punitive* ocupam um espaço similar na pesquisa que estava em desenvolvimento e que se tornaria o livro *Surveiller et punir*. Cabe percebê-los um pouco mais em suas condições de produção.

1. Interregno: entre as genealogias e *Surveiller et punir*

Em 8 de fevereiro de 1971, Foucault distribuiu na frente da capela Saint-Bernard de Montparnasse um manifesto mimeografado e assinado por ele em conjunto com J. -M. Domenach e P. Vital-Naquet, em que anunciava a formação de um *Groupe d'information sur les prisons* (Grupo de Informação sobre as Prisões – GIP). Esse grupo começou como sugestão de Daniel Defert, que fazia a preparação política dos processos impetrados contra um movimento de inspiração maoísta chamado Esquerda Proletária (*Gauche prolétarienne*). Defert sugere a Foucault que ele anime uma comissão de inquérito sobre as prisões tal como fora feito por Jean-Paul Sartre em relação à saúde dos mineiros quando do tribunal popular de Lens. Foucault aceitou a sugestão de Defert, mas ao invés de utilizar os termos “comissão de inquérito”, opta por “grupo de informação” por considerar o primeiro muito próximo ao poder judiciário estabelecido. Ele estabelece como premissa que se mobilizassem intelectuais específicos – magistrados, médicos, assistentes sociais – e os colocassem numa condição inversa: ao invés de inquirirem os detentos, eles passariam a ser inquiridos por estes.³⁵⁵ “M. Foucault retardou em dois anos a escrita do seu ‘livro sobre as penas’ de modo que os detentos não pudessem supor que ele tivesse apenas um interesse especulativo em sua ação militante, cujas bases ele modificou.”³⁵⁶ Essa informação é importante para entender porque as pesquisas passam a se direcionar enfaticamente sobre as prisões e como na já mencionada conferência, *O*

³⁵⁵ FOUCAULT, Michel. (Manifeste du G.P.I.). In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1042.

³⁵⁶ Idem.

saber de Édipo, de março de 1972, aquela genealogia problematiza a investigação judiciária e suas forma de obtenção da verdade. A cronologia do curso *Théories et institutions pénales*, na qual as aulas aconteceram entre os dias 24 de novembro de 1971 e 8 de março de 1972, ajuda também a perceber que o deslocamento foi sendo feito por diversos motivos, entre eles a própria vivência militante.³⁵⁷

Por outro lado, numa entrevista em 3 de abril de 1976, chamada *Michel Foucault, l'illégalisme et l'art de punir*, ao comentar sobre seus livros, reconhece que com exceção do *As palavras e as coisas*, seus livros não interessavam aos leitores franceses, pois “A loucura, a saúde, ainda não eram um problema teórico e político nobre naquela época. O que era nobre, era a releitura de Marx, da psicanálise, a semiologia. De sorte que fiquei muito decepcionado com tal desinteresse, não o escondo.”³⁵⁸ Só após os acontecimentos de Maio de 1968, que “bruscamente, os problemas da saúde, da loucura, da sexualidade, dos corpos entraram diretamente no campo das preocupações políticas.”³⁵⁹ A atuação de Foucault não muda, mas a forma como seus livros são recebidos após Maio de 68, sim. Os cursos no Collège de France podem ser lidos tendo por base sua militância, mas não é só o engajamento político que os justificaria, a própria relação de Foucault sobre como ele foi lido foi sendo alterada. Foi nisso que Maio de 68 mais se evidenciou na década que seguiu. O curso do biênio 1971-1972 foi indelevelmente marcado por sua militância, mas de maneira muito diferente, pois ela só seria perceptível no interesse temático de Foucault. Na construção de suas reflexões continuou sempre a buscar um deslocamento em direção ao limite de dizibilidade das coisas. A história praticada não foi diferente.

No curso ao invés de continuar o seu trabalho em ordem cronológica, por exemplo em relação ao curso anterior, que se dedicou na parte final ao estudo da justiça nos gregos, Foucault

³⁵⁷ Cabe uma distinção nessa “militância”. Foucault está envolvido com a participação em movimentações de contestação diversos, mesmo quando ainda morava fora da França. Isso tem uma implicação distinta por exemplo da participação dele nas movimentações de Maio de 68. “Podemos discernir, em primeiro lugar, uma certa relutância. Foucault não mora na França durante o mês de maio de 68 (mas ele vai a Paris durante os eventos e participa da reunião do estádio Charléty). Ele morava na Tunísia, onde ele ensinava. Túnis, desde 1967, foi a sede de revoltas estudantis (relacionadas à Guerra dos Seis Dias), duramente reprimidas. Foucault protege estudantes contra a repressão. Refere-se frequentemente à radicalidade dos movimentos estudantis tunisianos, a sua coragem em relação aos riscos assumidos em oposição ao relativo conforto da revolta estudantil francesa. Essa desvalorização do movimento estudantil francês de maio de 68 reflete, sem dúvida, o desconforto que sente em viver na França, seu desejo de expatriar (ele diz que, mais jovem, teria se expatriado para os Estados Unidos). Ao mesmo tempo, ele está interessado em alguns movimentos revolucionários internacionais (lendo Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Panteras Negras).” Cf. EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E.. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. 2015. p. 250.

³⁵⁸ FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, l'illégalisme et l'art de punir. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. 2001. p. 88-89.

³⁵⁹ Idem. p. 89.

dedica as primeiras sete aulas deste a um estudo sobre a repressão aplicada a revolta Nu-pieds (1639-1640) pelo Chanceler Séguier. Ele propõe que essa repressão teria sido

o nascimento desse “novo sistema repressivo” que se tornará a justiça criminal, a justiça que fará do confinamento a principal punição, – e será acompanhada da distinção entre prisioneiros políticos e delinquentes do direito comum, cujo questionamento está na origem do Grupo de Informações sobre as Prisões.³⁶⁰

Ele retomou a partir de uma vivência³⁶¹, o GIP, o nascimento da diferenciação entre preso político e preso comum, e passou a problematizar que tipo de justiça poderia se alicerçar nessa distinção. Nas aulas seguintes, 8ª a 12ª (2 de fevereiro a 1 de março de 1972), ele então passou a estudar as instituições judiciárias medievais e os fatores que teriam levado ao estabelecimento desse novo sistema repressivo, nascido durante a repressão, a revolta de *Nu-pieds*. A última aula, a décima terceira (de 8 de março de 1972), propõe pensar quais modelos de relações saber-poder caracterizam as instituições judiciárias da Idade Média.

Dessas análises imiscuídas da pluralidade vivenciada desde maio de 1968 até o engajamento no GIP, a escrita, assim como os locais de fala de Foucault, passa a pautar também uma noção de experiência. Essa noção de experiência tinha várias dimensões, mas ao menos quatro delas são assinaláveis: 1) a experiência como uma dimensão afetiva, pessoal onde ao se privar da obriedade da escrita, ela lhe dará novas razões; 2) a experiência como dimensão intersubjetiva, que permite que a escrita seja entendida como ato político; 3) a experiência como ato diretamente político; 4) e a experiência como dimensão também dos dispositivos políticos.³⁶² A experiência como referência na sua prática intelectual vai permitir à Foucault falar de um “intelectual específico”, que não responde às demandas da sua militância, mas a partir da militância problematiza sobre as condições de possibilidades que determinadas práticas se estabeleceram e se constituíram como naturalizáveis no jogo das disputas discursivas.

Mais precisamente, todos os componentes da “experiência” são dados, exceto um: o componente discursivo, o componente genealógico, aquele em que o

³⁶⁰ EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E.. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 245.

³⁶¹ Foucault disse numa entrevista feita em 1978, mas só publicada em 1980, ao comentar sobre sua militância que: “*Eu tentei fazer coisas que implicassem um engajamento pessoal, físico e real, e que colocassem os problemas em termos concretos, precisos, definidos no interior de uma situação dada. É somente a partir daí que se poderia propor as análises que seriam necessárias. Eu tentei, ao trabalhar no G.I.P., sobre o problema dos detentos, fazer uma experiência à fundo.*” Cf. FOUCAULT, Michel. Entretien avec Michel Foucault. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. 2001. p. 899.

³⁶² EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 253-255.

trabalho intelectual deve permitir abalar as evidências, encontrar as filiações e as origens encobertas, e abrir novas possibilidades de pensamento, a encenação inédita, desconhecida da história que está como um trem de ferro, destinada a descentralizar e a abrir novas possibilidades de pensamento e ação (livre do esquema da revolução proletária, atualizada pelos “grupos de esquerda”)³⁶³

Vale ressaltar que o combate, feito outrora, à dialética marxista aplicada à história, assume outra postura. Se antes ela foi epistemologicamente combatida, nesse momento o combate passou a ser feito propondo outro modelo alicerçado numa noção de experiência e voltando-se para a aplicação da genealogia como uma ação metodológica. “Abrir” novas possibilidades de pensamento para o historiador passaria, entre outras coisas, por responder as demandas do presente com uma ação histórico-filosóficas.

As aulas do *Théories et institutions pénales*, que até a sua metade foram dedicadas à revolta de *Nu-pieds*, podem ser entendidas como uma escolha estratégica para apresentar uma outra argumentação, que não era necessariamente contrária às leituras marxistas feitas dela, mas um entendimento outro que deslocava as questões da investigação para o exercício do poder.

Pode-se pensar que Foucault escolheu o estudo desse movimento popular por três razões. A primeira é que ele dispõe sobre este episódio da história um material extremamente bem documentado através dos trabalhos de Boris Porchnev e os de Roland Mousnier e seus alunos. A segunda é que ele vê na operação da “justiça armada” liderada pelo Chanceler Séguier o momento singular, o acontecimento contingente e necessário, onde nasce verdadeiramente a justiça como aparato repressivo do Estado. A terceira, a sua escolha de isolar a questão do poder por uma confrontação com um material histórico que faz parte do corpus marxista. Foucault escolhe por isolar a questão do poder por uma espécie de confrontação com o marxismo, em particular com dois autores marxistas eminentes: Boris Porshnev um lado, historiador soviético, autor da grande tese sobre movimentos populares, mas também Louis Althusser, seu antigo mestre na ENS, que, depois de quase dez anos, procura renovar o marxismo com uma nova leitura de Marx e que viria a publicar um texto importante sobre os “aparelhos ideológicos do Estado”.³⁶⁴

A “confrontação”, não mais por ataques, mas por deslocamento, vai colocando as relações estabelecidas por Foucault com a história, num lugar teórico genealógico. O historiador deixa de ser um combate à “dialecicidade” das coisas, para uma investigação sobre o exercício do poder e suas relações com o poder. Mesmo ao escolher seus interlocutores, ele o fez tentando não os invalidar, mas vislumbrando possíveis lacunas que esse tipo de prática historiografia não teria como dar conta, por terem premissas distintas. O seu ex-professor e então amigo, Louis Althusser, adquire o status de ponto de inflexão com o qual se deveria argumentar, mas não

³⁶³ Idem. p. 257.

³⁶⁴ Ibidem. p. 259

como viria a fazer em 1978 o inglês Edward Palmer Thompson no texto *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Foucault³⁶⁵ passa a pensar o saber-poder como resposta a uma análise “ideologizante”.

O objetivo do curso foi estudar o nascimento da “justiça” como aparelho repressivo do Estado, implementando um “sistema de repressão” que já não tinha a função de garantir a circulação da riqueza, mas sim, reprimir as insurreições populares pela segregação entre as pessoas. Como já mencionado, Foucault pretendeu delinear a origem da distinção entre direito penal e crime político, distinção esta que existiam desde os debates no G.I.P., e que foram forjando essa genealogia. Ele separou a questão do “poder”, das “relações de poder” em diferenciação ao vocabulário marxista de “aparelho de Estado”. O momento decisivo em que isso teria acontecido seria na repressão feita pelo Chanceler Séguier à revolta de *Nu-pieds*, em que se teria o fim do mundo feudal e o nascimento do Estado, como um corpo próprio, independente da figura do Rei. Daí o distanciamento do vernáculo marxista, pois a preocupação não era, como, por exemplo, a de Porchnev, de ver no levante uma formação da luta de classe. O problema para Foucault passava por compreender como esse ato estaria ligado à atualidade que ele estava experienciando. Por isso, metodologicamente não fazia sentido pensar em dialética da contradição – luta-de-classes, mas sim numa genealogia do acontecimento.

Cabe mencionar que ao analisar revolta de *Nu-pieds*, Foucault também está se inserindo num debate que estava acontecendo na França, entre alguns historiadores marxistas sobre o que seriam os movimentos populares ocorridos na história.

A questão dos levantes populares no início do século XVII, e particularmente em *Nu-pieds*, é tomar posição em uma discussão mais ampla da interpretação marxista desses movimentos populares, o papel dos camponeses, da burguesia e da nobreza no desenvolvimento de uma luta de classes, e sobre as relações entre o estado monárquico, o feudalismo e o desenvolvimento do capitalismo.³⁶⁶

³⁶⁵ “A maneira como Foucault apresenta essa confrontação é exemplar: ele não é jamais polêmico. Mas onde Althusser focaliza o Estado e seus aparelhos, Foucault isola a dimensão do poder; onde a análise marxista faz do direito e das instituições judiciárias “superestruturas”, Foucault vê as instituições econômicas; onde Althusser vê na sedução da ideologia aquilo que assegura a função reprodutiva do aparelho repressivo, Foucault encontra a noção de saber-poder. A analítica do poder que Foucault tenta isolar é, portanto, antes de tudo, um “contra-marxismo”, uma saída do marxismo, de um, certo discurso marxista, mas que se encaixa primeiro em seu campo, em suas categorias. Uma maneira, para retomar o vocabulário deleuziano, de ‘dobrar’ o marxismo, Théories et institutions pénales constitui uma peça de escolha, um elemento decisivo.” Cf. EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E.. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 259.

³⁶⁶ DORON, Claude-Olivier. Foucault et les historiens: Les débats sur les “soulèvements populaires”. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. 2015. p. 292.

O professor Claude-Olivier Doron, mestre de conferências em história e filosofia das ciências da Universidade Paris-Diderot e pesquisador do Centre Canguilhem, fez uma análise instigante sobre essa passagem do curso e da relação entre Foucault e esses historiadores. Interessa aqui, por fazer perceber que havia uma interlocução com os historiadores marxistas da época, mas também que esse diálogo foi como um deslocamento em relação a como ele lidou com o marxismo. Nesse aspecto, o marxismo com o qual se dialogou, foi, sobretudo, com o de Louis Althusser e aí é possível perceber cinco diferenças entre Foucault e as análises marxistas.

Havia uma diferença de objetivo, Foucault tentou compreender como determinado ato acontecia em sua atualidade. Ele se distancia das categorias marxistas ou mesmo de uma busca do real ou do fato histórico, seu objetivo estava na apreensão do acontecimento, e em como se poderia surpreender pelo inédito. Havia uma diferença de método, que ele passa a chamar de genealogia do acontecimento, era um entendimento nietzschiano, distinto de uma dialética materialista. A outra diferença era de objeto, pois a revolta de *Nu-pieds* foi tratada como um acontecimento que permitiu ver o poder em seu exercício, se distanciando de qualquer noção de aparelho de Estado. Mais uma diferença foi tentar pensar com uma história que não teria a luta de classes como sua condição, mas a guerra civil, ou seja, o motor da história passaria a ser a guerra. A última diferença foi uma crítica à noção de ideologia, pois ao se tomar o Direito, as instituições jurídicas e judiciais, não se poderia pensá-las como elementos de uma superestrutura, mas como uma forma de manifestação do poder. Nessa forma de análise, não eram possíveis fragilidades dos marxismos que se combatia, mas se vislumbrava um historiar que, ao lidar com o exercício do poder, se inserisse nas questões da atualidade de quem estava pesquisando.

A analítica do poder que ele alcançou agora lhe permite libertar-se de categorias, de quadros, de andaimes que ele teve que usar para se edificar. Finalmente, a guerra não explica o poder, é uma maneira, interessada, de colocar em cena certas relações de poder. As relações de poder existem como tal. Eles exigem serem repensadas.³⁶⁷

O poder em seu exercício institucional, mas também no que ele possibilita ao pensador, liberta-se de “quadros” teóricos estabelecidos. Havia um duplo, se por um lado a “ideologização” não seria capaz de lidar com essa faceta da investigação, por outro o começo alicerçado na atualidade e ancorado pelas dimensões da existência colocavam esta última fora de entender essa genealogia diferente do que anteriormente se tinha proposto.

³⁶⁷ EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 280.

Por exemplo, Étienne Balibar, filósofo francês, numa carta endereçada a Bernard Harcourt, que é um dos responsáveis pelo estabelecimento dos textos deste curso (1971-1972), diz que Foucault teria feito um acerto de contas com o marxismo, pois estaria focado na invenção do Estado moderno. Para Étienne Balibar

a princípio (71-72), temos uma crítica à teoria do estado “marxista” que, não por acaso, foca a questão da invenção do Estado moderno de “classe” pela monarquia absolutista (francesa), o ponto de honra o marxismo histórico e filosófico (incluindo Althusser, eu venho aqui);³⁶⁸

O curso do biênio 1971-1972 foi um deslocamento para outra genealogia que não necessariamente se afirmava pelo seu negativo, ou seja, dizendo aqui o que ela não era, mas por tentar dar conta de uma demanda do presente de investigação histórica.

Foucault com frequência descreveu sua própria ética em torno do slogan “livrar-se de si mesmo”, mudar a si mesmo, transformar-se. Ao mesmo tempo, ele nunca foi enganado pelo fato de que o ascetismo da retirada muitas vezes nos traz de volta para nós mesmos. Talvez seja essa a maneira de ler o manuscrito de *Théories et Institutions pénales*: compreende que, mesmo que Foucault tenha conseguido libertar-se de si, ele nunca se separou dele.³⁶⁹

O “livrar-se de si” é o deslocamento como condição de possibilidade para a própria reflexão. Dessa forma, o desconcerto de seus escritos e cursos fica ainda mais evidente quando dispostos num debate como o Léonard, mas também colocam à baila uma forma de historiar própria.

Ainda em 1972, cinco momentos são significativos, por reforçar essa tese. O primeiro é um artigo publicado em fevereiro de 1972, elaborado a partir das anotações feitas para uma conferência proferida na Universidade de Keio, em Tóquio alguns anos antes, mas revisado por Foucault, o texto se chama *Revenir à l'histoire*. Ele começa fazendo uma distinção, “*a palavra ‘história’ na França significa duas coisas: o que os historiadores falam e o que os historiadores fazem em suas práticas.*”³⁷⁰ Essa diferenciação era uma reflexão sobre o que se estava produzindo na França, mas também uma forma de “acerto de contas” com as reflexões de Louis Althusser. Mais adiante ele afirma que

As objeções que foram feitas pelos fenomenólogos ou pelos existencialistas são geralmente assumidas por um certo número de marxistas que eu chamarei de marxistas sumários, isto é, marxistas cuja referência teórica não é o

³⁶⁸ BALIBAR, Étienne. Lettre d'Étienne Balibar à l'éditeur du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. 2015. p. 285-286.

³⁶⁹ EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 282.

³⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Revenir à l'histoire*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1136.

marxismo em si, mas precisamente as ideologias burguesas contemporâneas.³⁷¹

Nessa passagem, há uma referência aos que lhe formaram, os “fenomenólogos”, e aos que ele combateu, os existencialistas. Havia, assim, tipos de marxismos e dentre eles os que não tinham o marxismo como base teórica. Louis Althusser estava em outro lugar teórico, era uma exceção por lidar de maneira diferente com a história.

Pode haver apenas uma exceção a esse princípio, como é o caso na França, Althusser. Althusser é um marxista que aplicou à leitura e análise dos textos de Marx uma série de métodos que podem ser considerados estruturalistas, e a análise de Althusser foi muito importante na história recente do marxismo europeu. Esta importância está ligada ao fato de que Althusser liberou a interpretação marxista tradicional de todo humanismo, de todo hegelianismo, de toda fenomenologia também que pesavam sobre ele, e, em certa medida, Althusser tornou possível novamente uma leitura de Marx, que não era mais uma leitura acadêmica, mas bela e intensamente política; mas, muito rapidamente, essas análises althusserianas, importantes no começo, foram ultrapassadas rapidamente por um movimento revolucionário que, ao se desenvolver entre os estudantes e intelectuais, tornaram-se, como vocês sabem, um movimento essencialmente antiteórico.³⁷²

Foucault estava se referindo aos movimentos de Maio de 1968. Os textos de Althusser mencionados foram *Pour Marx*, de 1965, e *Lire “Le Capital”*, também de 1965, esse diálogo ainda não era com *Os aparelhos ideológicos de Estado*. Mesmo colocando em Althusser essa responsabilidade de “libertar” o marxismo do humanismo, hegelianismo e fenomenologia, havia um interesse no Althusser de uma análise que permitia pensar para além do materialismo-histórico praticado na França, mas não falado.

Se “livrar” do hegelianismo serviu para localizar um historiador que tinha como função mostrar como as grandes unidades nacionais, dentro da lógica capitalista, necessitariam das revoluções para se estabelecerem. A burguesia, nesse tipo de entendimento de investigação histórica, assumiria uma função central na sua explicação, pois seria a chave de leitura para compreensão do passado. Para Foucault, Althusser vai colocar a questão em outro lugar, chamando a atenção para relevância dos Estado para realização desse historiador. Foucault se utilizou desse deslocamento teórico das análises marxistas althusserianas, para empurrar a questão a outro lugar, para retomar a história, caberia separá-la do sistema ideológico em que nasceu e se desenvolveu. Para isso a história, “*deveria ser bem compreendida como uma análise das transformações que são efetivamente suscetíveis na sociedade. As duas noções fundamentais da história, tal como ela é feita hoje, não são mais o tempo e o passado, mas a*

³⁷¹ Idem. p. 1139.

³⁷² Ibidem. p. 1139-1140.

mudança e o acontecimento.”³⁷³ A noção de acontecimento passa a ser ressignificada se comparada com as menções anteriores, ela adquire a função argumentativa de sustentar um historiar de estratégia genealógica.

Há o habito de dizer que a história contemporânea está menos interessada nos acontecimentos, e mais e mais em certos fenômenos amplos e gerais que atravessariam o tempo e se manteriam imóveis através dele. Mas, há algumas décadas, começamos a praticar uma história chamada “serial”, onde acontecimentos e conjuntos de acontecimentos constituem o tema central.³⁷⁴

O conjunto de acontecimentos, entendido como um tipo de história “serial”, seria uma história que definiria seus objetos a partir de um conjunto de documentos dos quais se dispõe, isso implica em deixar de ter uma categorização prévia em períodos, formas, culturas, épocas.

O historiador, veja você, não interpreta mais o documento para capturar por de trás dele uma espécie de realidade social ou espiritual que se escondesse nele; seu trabalho consiste em manipular e processar uma série de documentos homogêneos sobre um objeto específico e um dado período, e são as relações internas ou externas desse corpus de documentos que constituem o resultado do trabalho do historiador. Graças a este método, [...] o historiador pode fazer emergir acontecimentos que, de outras formas, não teriam aparecido. Na história tradicional, se considerava que os acontecimentos eram o que era conhecido, o que era visível, o que era identificável direta ou indiretamente, e o trabalho do historiador era buscar sua causa seu ou seu sentido. A causa ou o sentido estavam essencialmente escondidos. O acontecimento, era essencialmente visível, mesmo se acontecesse de não ter documentos completos para se estabelecer isto de forma inquestionável.³⁷⁵

Essa história “serial” também dissolve a análise causal em prol de um historiar que multiplica os estratos do acontecimento e inserem as discontinuidades na investigação histórica. “A história aparece então não como uma grande continuidade sob uma discontinuidade aparente, mas como um emaranhado de discontinuidades sobrepostas.”³⁷⁶ Essa noção de acontecimento também reforça a análise sobre o poder, na medida em que não vislumbra a aplicação de categorias prévias e se permite lidar com corpus documentais específicos sem terem que estabelecer a “verdade” total deles. Pensar sobre as discontinuidades históricas foi outro deslocamento em relação a algumas questões apresentadas no curso, pois se não havia uma crítica citando diretamente Althusser, houve a apresentação de um entendimento outro para lidar com a história. O acontecimento adquiriu uma relevância por servir à inserção da discontinuidade na investigação histórica, mas se tiver em conta que a história que estava sendo

³⁷³ Ibidem. p. 1141.

³⁷⁴ Ibidem. p. 1144.

³⁷⁵ Ibidem. p. 1145.

³⁷⁶ Ibidem. p. 1147.

proposta era uma que teria de partir de questões apresentadas pela experiência no presente, o acontecimento era também uma resposta teórica às demandas da militância.

O segundo momento de 1972 foi em uma pequena entrevista publicada no dia 25 de março para a revista *Tages Anzeiger Magazin*, chamada *Le grand enfermement*, onde Foucault abordou seu engajamento no GIP e suas discussões sobre as prisões. Logo de início ele se coloca contrário a qualquer tipo de enquadramento de seu trabalho como estruturalista, e logo em seguida afirma que: “*Gostaria muito que não se estabelecesse nenhuma relação entre meu trabalho teórico e meu trabalho no GIP. Faço muita questão disso. Mas, provavelmente, há uma relação.*”³⁷⁷ O intelectual específico reconhece que para além de sua vontade, a prática de seu historiar não pode ser dissociada de seus interesses. Ao fazer isso ele reconheceu que estudar as práticas de reclusão não era uma novidade nas suas pesquisas, pois o fizera ao estudar a loucura ou o nascimento da clínica, mas estava naquele momento interessado nas prisões, questão central no GIP. Ele comentou que:

O calabouço era um lugar de passagem: passagem para a morte, ou para a liberdade comprada com dinheiro. A ideia de que a prisão seria em si uma punição foi totalmente estranha à Idade Média, e as práticas desse gênero não existiam nessa sociedade. Foi somente quando o capitalismo iniciante se encontrou confrontado com novos problemas, sobretudo com o da mão-de-obra, o dos desempregados, e quando as sociedades do século XVII conheceram grandes insurreições populares, na França, na Alemanha, na Inglaterra também etc., foi nesse momento que se recorreu a reclusão. [...] as prisões permitiram a eliminação de certa parte da população, como perigosa, sem que essa eliminação tivesse consequências econômicas catastróficas, como era o caso ao invadir as regiões insurgentes. Uma profilaxia, de certa forma.³⁷⁸

O historiar nessa passagem ainda está próximo das discussões realizadas no curso de 1971-1972, mas já trataram da prisão de uma forma distinta. Ela foi entendida como a solução encontrada pelo capitalismo emergente para lidar com uma massa de segregados crescente, mas que não deveriam ser eliminados, sob pena de inviabilizar as novas demandas econômicas. Essa leitura servia também para colocar as questões formuladas pelo GIP num outro patamar, as prisões fariam parte de uma rede de pressão ampla e complexa. Os eventos de maio de 1968 foram novamente retomados para exemplificar essa rede repressiva: “*depois de maio de 1968, quando o problema da repressão e das perseguições judiciais se tornou cada vez mais agudo, é provável que isso tenha me causado uma espécie de choque e reavivado uma lembrança.*”³⁷⁹

³⁷⁷ FOUCAULT, Michel. *Le grand enfermement*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1164.

³⁷⁸ Idem. p. 1165.

³⁷⁹ Ibidem. p. 1166.

A prática, na acepção do intelectual específico, firmou posição sobre a situação e reiterou a dificuldade de perceber essa reclusão: “*e, hoje em dia, se vê a mesma coisa se desenhar sob uma forma mais discreta, mais velada, de uma maneira aparentemente científica.*”³⁸⁰

A reclusão passa a ser novamente questionada como uma prática custosa, injustificável e arcaica: “*A grande reclusão foi geralmente praticada na sociedade capitalista. É alguma coisa de muito arcaica e que não se justifica, suas consequências são manifestamente custosas*”.³⁸¹ Não só no passado, mas também naquele momento, e nesse posicionamento não havia qualquer distinção entre o pensador e o militante, ele reafirma que: “*se me ocupo do GIP é justamente por preferir um trabalho efetivo à loquacidade universitária e aos rabiscos de livros. [...] uma ação política concreta em favor dos prisioneiros me parece carregada de sentido*”.³⁸² Ele estava pensando com a história sobre as formas de implementação do sistema prisional e em como esse sistema fora montado para que as massas populares não tivessem como se rebelar. O desconcerto das respostas de Foucault levou o entrevistador, N. Meienberg, a questionar se, comparando com outras entrevistas e mesmos seus livros, não haveria uma incongruência entre sua argumentação de agora e a do passado. A resposta de Foucault foi:

O que escrevi não me interessa. O que me interessa é o que eu poderei escrever e o que eu poderia fazer. [...] Com isto quero dizer que não me sinto atacado, criticado ou envergonhado pelo fato de não dizer a mesma coisa de antes. E isso me deixa feliz porque prova que não tenho uma relação narcísica com o meu discurso.³⁸³

Dois aspectos cabem ser percebidos na resposta. Primeiro uma postura que foi sendo assumida de ter sua prática como um intelectual específico para o qual o campo da experiência é central. E a segunda foi a publicização de uma postura diante do conhecimento que se entende pelo deslocamento. O final da entrevista foi enfático nisso, ele afirma que “*O problema é o seguinte: oferecer uma crítica do sistema que explique os processos pelos quais a sociedade atual está afastando uma parte da população.*”³⁸⁴ Seu trabalho, formulado a partir de uma investigação histórica, tem a pretensão de oferecer uma explicação crítica de porque as prisões ainda colocavam à margem da sociedade uma determinada parcela da população. Havia uma estratégia genealógica da história que se permitia, entre outras coisas, reconhecer sua questão no presente e uma autonomia reflexiva para lidar com as questões sem abrir mão de uma reflexão constante.

³⁸⁰ Ibidem. p. 1167.

³⁸¹ Ibidem. p. 1168.

³⁸² Ibidem. p. 1169.

³⁸³ Ibidem. p. 1172-1173.

³⁸⁴ Ibidem. p. 1174.

O terceiro momento, também em março de 1972, foi uma entrevista com Gilles Deleuze, *Les intellectuels et le pouvoir*, na qual eles trataram da militância e a sua relação com suas respectivas produções intelectuais. Foucault retoma sua participação em um debate que aconteceu em junho de 1971, *Sur la justice populaire: Débat avec les maos*, no qual encenou um Tribunal popular para julgar a polícia, tendo Benny Lévy, responsável por uma organização maoísta francesa, como um dos principais articuladores. A questão que os move inicialmente foi uma dúvida quanto ao interesse que teria Foucault e Deleuze nesse debate (Deleuze também participou do debate com os militantes maoístas), por que intelectuais se preocupariam com o poder? A pergunta não pode ser separada dos acontecimentos de maio de 68, quando os teóricos e intelectuais foram criticados, mas também não se explica só por isso, pois Foucault estava ligado a discussões sobre as prisões. Ele rememora como os intelectuais costumavam se posicionar:

Parece-me que a politização de um intelectual se fazia tradicionalmente a partir de duas coisas: sua posição intelectual na sociedade burguesa, no sistema da produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, “maldito”, acusado de subversão, de imortalidade); e seu próprio discurso, enquanto revelava certa verdade, enquanto descobria relações políticas ali onde não se as percebia.³⁸⁵

Ele coloca sua posição fora desse binômio – posição intelectual e discurso – propondo que o papel do intelectual seria “*lutar contra as formas de poder ali onde ele é o objeto e o instrumento: na ordem do ‘saber’, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do ‘discurso’*. *É nisso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática, ele é uma prática.*”³⁸⁶ O intelectual, nessa perspectiva, não seria uma posição social ou discursiva, mas uma prática, uma forma de existência associada à prática. O historiar nesse momento busca esse lugar outro de fala, associando-se às vivências, o intelectual foi se deslocando para questões diferentes das apresentadas no curso, nesse sentido ele passa a problematizar o poder.

O estudo do poder seria uma saída para pensar formas de lutas adequadas para se combater as formas de dominação, distanciando-se assim dos modelos propostos pelos marxistas. Ele argumentou que:

A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado não esgota, sem dúvida, o campo de exercício de funcionamento do poder. É o grande desconhecido atualmente: quem exerce o poder? E onde ele se exerce? Nos dias de hoje, sabe-se mais ou menos quem explora, aonde vai o lucro, entre as mãos de quem ele passa e onde ele se reinveste, enquanto o poder... Sabe-se

³⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Les intellectuels et le pouvoir*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1176.

³⁸⁶ Idem.

muito bem que não são os governos que detêm o poder. Mas a noção de “classe dirigente” não é nem muito clara nem muito elaborada.³⁸⁷

Estudar o poder era uma forma de direcionar as questões para um campo teórico no qual as análises tradicionais sobre o funcionamento do Estado não estavam dando conta, por não o levar em consideração. Mesmo quando o poder é mencionado, era ou dispersivo – não localizável; ou unidirecional – emanava do Estado em opressão ao povo.

“Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo de poder”, “aparelho de Estado” etc., há nisso um jogo de noções que demandam ser analisadas. Da mesma forma, seria preciso saber até onde se exerce o poder, por quais relés e até quais instâncias, com que frequências ínfimas, de hierarquia, de controle, de fiscalização, de interdição, de coação. Onde quer que haja poder, o poder se exerce.³⁸⁸

Foucault estava se referindo às análises althusserianas do aparelho estatal. Mas também estava separando um grupo de teses marxistas com as quais seria possível dialogar, de outras que ele prefere não tratar, como se verá aqui, mais adiante. Por outro lado, ele emprega uma noção de poder marcada por seus diálogos com Deleuze, com quem estava conversando na entrevista, e suas aproximações com Nietzsche. O poder para ser analisado teria que ser tratado num perspectivismo que fosse capaz de seu exercício e de suas nuances, onde não se sabe exatamente quem o tem, mas se reconhece quem não o tem. Foucault afirma que:

Se a leitura de seus livros (depois de Nietzsche até o que pressinto de *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*) foi para mim tão essencial, é porque eles me parecem ir muito longe na posição desse problema: sob esse velho tema do sentido, significado, significante etc., enfim a questão do poder, da desigualdade dos poderes, de suas lutas.³⁸⁹

A perspectiva adotada de uma analítica do poder que fosse capaz de formar outras de seu exercício e com base nas leituras nietzschianas, pode ser percebida como um tipo de genealogia, na qual a prática do intelectual específico estava diretamente associada ao questionamento que estava sendo desenvolvido.

Um exemplo dessa existência associada à prática e quarto momento significativo dessa reelaboração de Foucault, aconteceu em abril 1972 ao visitar a prisão de Attica³⁹⁰, no estado de

³⁸⁷ Ibidem. p. 1180-1181.

³⁸⁸ Ibidem. p. 1181.

³⁸⁹ Ibidem.

³⁹⁰ No presídio de Attica, que fica no estado de Nova York, nos Estados Unidos, aconteceu uma rebelião que começou no dia 9 de setembro de 1971 e duraram quatro dias, terminando com a morte de 39 pessoas, sendo 10 reféns.

Nova York, em que deu uma entrevista chamada, *À propôs de la prison d'Attica*, na qual comenta sobre a reordenação de suas pesquisas:

Seja como for, um problema veio à luz, que era assaz diferente daqueles sobre os quais eu havia refletido anteriormente: é possível que a mudança não tenha sido inteiramente determinada pela visita, mas esta certamente a precipitou. Até o momento presente, eu imaginei a exclusão da sociedade como uma espécie de função geral um pouco abstrata, e eu gostava de pensar esta função como um elemento, por assim dizer, constitutivo da sociedade – cada sociedade só podendo funcionar com a condição de que um certo número de seus membros seja dela excluída.³⁹¹

A exclusão, antes estudada nos hospitais e em outras instituições, agora é tomada como um elemento constitutivo da sociedade, que funciona como condição de manutenção da própria sociedade. Excluir era uma condição *sine-qua-non* da constituição do tecido social, sendo também um elemento formativo, houve uma inversão de polaridade, a exclusão não deveria ser vista como negativa, mas com componentes de funções positivas.

A sociologia tradicional, quer dizer, a sociologia de tipo durkheimiana, põe o problema da maneira seguinte: como a sociedade pode criar uma coesão entre os indivíduos? Qual é a forma de relacionamento, comunicação simbólica ou afetiva que se estabelece entre os indivíduos? Qual o sistema de organização que permite à sociedade constituir uma totalidade? De minha parte, eu me interessei, de algum modo, pelo problema inverso ou, se o senhor preferir, pela resposta inversa: através de qual sistema de exclusão, eliminando quem, criando qual divisão, através de que jogo de negação e rejeição a sociedade pode começar a trabalhar?³⁹²

A prisão, ao excluir, produz uma série de condutas a serem moralmente chanceladas e corrigidas quando necessário. Caberia, assim, tentar entender qual o papel esperado do sistema penal requerido pela sociedade capitalista.

O problema passa a ser agora qual o papel da sociedade capitalista faz seu sistema penal desempenhar, qual o objetivo buscado, quais os efeitos produzidos por todos esses procedimentos de castigo e exclusão. Qual lugar eles ocupam nos processos econômicos, qual importância eles podem exercer e manter no poder, qual papel eles representam no conflito de classes.³⁹³

O estudo do poder era também sobre o que esse poder produz de positivo, ou seja, o que ele em seu exercício constitui como prática e cotidiano, tanto nos objetos como nos investigadores. A visita, que antecipa as reflexões, desloca um sem números de questões para uma investigação sobre o poder punitivo, sobre como as prisões eram lugares de reunião de indivíduos excluídos.

³⁹¹ FOUCAULT, Michel. *À propôs de la prison d'Attica*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1395.

³⁹² Idem. p. 1395-1396.

³⁹³ Ibidem. p. 1396

O quinto momento é uma entrevista concedida em 27 de setembro de 1972 à S. Hasumi, com o título *De l'archéologie à la dynastique*. Na entrevista, Foucault retoma as críticas feitas ao *As palavras e as coisas*, principalmente a forma como ele foi lido entre alguns marxistas. Ele afirmou:

É, portanto, uma descrição, uma descrição da superfície, uma descrição que foi voluntariamente superficial; com uma má-fé absolutamente notável, certo número de críticos, em geral, esses marxistas empiristas e frágeis aos quais eu aceito de bom grado, recusaram-se a ler as frases explícitas em que eu dizia: “Eu não faço aqui senão descrever, se colocam certo número de problemas que tentarei resolver a seguir”, eles se recusaram a ler estas frases e objetaram que eu não tinha resolvido esses problemas.³⁹⁴

Foucault estava se referindo ao historiar praticado em *As palavras e as coisas*, onde entende ter feito uma descrição da superfície dos discursos, por ter uma premissa em que não se teria uma verdade a ser relevada, premissa que ele vê nas críticas elaboradas por certo grupo de marxistas. Ele, em seguida, passa a explicar uma outra ideia e fez um deslocamento em direção à genealogia, tal como tinha explicado em textos anteriores, em que ele estabeleceu seu historiar como interessado em como os discursos puderam se formar e em quais condições de possibilidades históricas puderam se articular. Pare ele, esse teria sido o deslocamento realizado de *As palavras e as coisas* para *A arqueologia do saber*, mas ele reforça seu descontentamento com as críticas: “*Devo dizer que estou extraordinariamente constrangido com a maneira como vários marxistas europeus praticam a análise histórica. Eu também estou muito constrangido pela maneira como eles se referem a Marx.*”³⁹⁵ Ele se utiliza desse entendimento para passar a tratar de um outro exemplo de marxismo, o que estudou o Estado, o marxismo de Althusser.

Li muito recentemente um artigo, aliás, muito belo, em *La pensée*. Este artigo foi escrito por um rapaz que conheço bem, que é colaborador de Althusser, que se chama Balibar; ele escreveu um artigo muito notável sobre o problema do Estado e a transformação do Estado em Marx*. Este artigo me interessa, mas não posso deixar de sorrir quando o leio, porque são vinte páginas para mostrar em uma ou duas frases de Marx, que Marx previu a transformação do aparelho estatal dentro do processo revolucionário e, de certo modo, desde o início do processo revolucionário.³⁹⁶

O mesmo Étienne Balibar, que foi citado anteriormente ao comentar o curso de 1971-1972 como sendo uma reconciliação de Foucault com o marxismo, fora mencionado nessa entrevista como ponte para retomar a discussão sobre o acontecimento no historiar. A questão que se

³⁹⁴ FOUCAULT, Michel. De l'archéologie à la dynastique. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. 2001. p. 1274.

³⁹⁵ Idem.

* BALIBAR. Étienne. “La rectification du *Manifeste communiste*”, **La Pensée**, nº 164, août 1972, pp. 38-64.

³⁹⁶ Ibidem. p. 1247-1275.

colocou foi se, segundo Balibar, Marx teria pensado nas transformações do aparelho de Estado, isso se daria através de um acontecimento da realidade histórica.

A partir de um acontecimento da realidade histórica que o próprio Marx permitiu pensar, do qual ele reiterou certo número de níveis, certo número de mecanismos, de modos de funcionamento. É a Marx que devemos a possibilidade de fazer todas essas análises. Isso é absolutamente verdade.³⁹⁷

O problema não era o pensamento de Marx, mas o que se fazia com ele, pois com esse seria possível repensar muitas práticas de investigação, inclusive uma que tivesse no acontecimento um princípio de realidade histórica. Foucault dirigiu a crítica ao que chamou de marxismo frágil³⁹⁸ em dois pontos específicos:

A primeira crítica, portanto, que faço a esse marxismo que chamo de “frágil” é a desconfiança do material histórico, da realidade histórica com a qual eles estão lidando e seu infinito respeito pelo texto, que os prende necessariamente à tradição acadêmica de explicação do texto. Eles se trancam no academicismo por causa do respeito pelo texto de Marx. Esta é a primeira crítica.

Minha segunda crítica está relacionada a isso. É sobre a história. Eu acredito que, lá também, certo número de marxistas, eu não digo absolutamente todos, mas certo número de marxistas está tão preso no cânon, nas regras que eles creem tirar dos textos de Marx, que eles não são capazes de fazer uma análise histórica efetiva.³⁹⁹

Principalmente na segunda crítica, a preocupação era em como realizar uma análise histórica, que para além de sua forma, fosse efetiva. Nas suas críticas à fragilidade, ao academicismo e à não inventividade desses marxistas, Foucault está respondendo aos muitos comentários que recebeu sobre *As Palavras e as coisas*, mas também assumindo uma visão de história alinhada com o que escreveu nos seus textos sobre Nietzsche. Com o mote da discussão sobre a noção de acontecimento, recuperada num texto de influência althusseriana, ele estabeleceu um entendimento outro da história, que nesse momento era mais um tipo de genealogia. Além disso, ele voltou a colocar em cena a relevância da investigação histórica para uma análise efetiva. Cabe mencionar que nesse momento ele ainda não nomeia de genealogia, mas de dinástica. Ainda assim, adotou uma estratégia teórica em relação à história muito próxima do que já havia nomeado por genealogia. Ele explica: “*Parece-me que, se quisermos fazer a história de certos tipos de discurso, portadores de saber, não se pode não levar em conta as relações de poder*

³⁹⁷ Ibidem. p. 1275.

³⁹⁸ No texto se utilizou a palavra “*mous*”, que numa tradução literal seria “macio”, se optou por traduzir como “frágil”, por se entender mais próximo do que Foucault estava argumentando e colocando-se em anteposição ao marxismo erudito e rigoroso, praticado por Étienne Balibar.

³⁹⁹ FOUCAULT, Michel. De l'archéologie à la dynastique. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Op. Cit. p. 1275-1276.

que existem na sociedade onde esse discurso funciona.”⁴⁰⁰ A história que interessa é aquela que pode levar em conta as relações de poder existentes na sociedade, que por sua vez, seria inventiva na medida em que não estaria presa a uma leitura teórica prévia, onde os acontecimentos teriam que ser encaixados. A análise das relações de poder se constituiria no desenrolar dos discursos que operam na sociedade, mas também seria uma história relacional, distante de um modelo causal. Ao mesmo tempo que um tipo de marxismo é posto à baila por fazer emergir um Marx com limitações, outro foi taxado de “frágil”, entre outras coisas, por se prender a uma leitura “academicista” que ele outrora criticou pelo hegelianismo.

Ainda em setembro de 1972, antes de começar as aulas do próximo curso – *La société punitive*, Foucault estava trabalhando no seu novo livro sobre “as penalidades”, ou seja, já havia um primeiro esboço de *Surveiller et punir*.⁴⁰¹ Daniel Defert, numa entrevista dada a Guillaume Bellon, em 2010, ao comentar sobre como Foucault escrevia seus livros, afirma que:

Em geral, havia três versões: um tipo de versão imediata, o que ele pensava sobre o assunto e que constituía exatamente o que não deveria mais ser pensado. Se você acha que um assunto não precisa de nenhuma pesquisa, então você deve se livrar dele. [...] O imperativo “pense diferente” era uma verdadeira forma de ascetismo e um método permanente. Primeiro, havia a versão do que não deveria ser dito, pensada um pouco espontaneamente. Em seguida, um período dedicado à pesquisa e uma vez que a pesquisa fosse feita, era hora de reescrever. [...] a terceira versão, que deveria ser vista mais como uma limpeza literária.⁴⁰²

O curso do biênio 1972-1973, começou em 3 janeiro de 1973 e se estendeu até 28 de março de 1973. Segundo Daniel Defert, em abril de 1973⁴⁰³ havia uma versão de *Surveiller et punir*. Por essa cronologia, desde o primeiro esboço em setembro de 1972 até a redação da primeira versão do texto, o processo de escrita foi transpassado pelas aulas no Collège de France. O imperativo de “pensar diferente” marcado por deslocamentos permite aventar a possibilidade de que, em alguma medida, o *La société punitive* tenha servido como balão de ensaio para o livro em redação. Para Bernard E. Harcourt, “*La société punitive representa, com toda evidência, um trabalho de fundo para a futura obra e deve ser lido como um texto completo.*”⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ Idem. p. 1277.

⁴⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I 1954-1975*. Op. Cit. p. 56.

⁴⁰² DEFERT, Daniel. “I Believe in Time...” In: *Recto/Verso* N°6 – Genèse de la pensée, II: *Cheminements et Procédures*, setembro de 2010. Disponível em <http://www.revuerectoverso.com/spip.php?article186> acessado em dezembro de 2017.

⁴⁰³ FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I 1954-1975*. Op. Cit. p. 58.

⁴⁰⁴ HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. *La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)*. 2013. p. 313.

No curso *La société punitive*, Foucault amplia suas investigações, que comparado com o curso anterior, passou a tratar da emergência de um poder punitivo, localizando-o como “disciplinar” e com o seu nascimento no início do século XIX. Para ele, similar à sociedade que se vivia à época, pois, a “*sociedade de poder disciplinar, ou seja, dotada de aparatos cuja forma é a sequestro, cuja finalidade é a constituição de uma força de trabalho e cujo instrumento é a aquisição de disciplinas ou hábitos.*”⁴⁰⁵ Foucault, nas suas aulas, fez aproximações entre economia política e uma genealogia da moral para problematizar a emergência do poder. Ele pôs em questão uma história da sociedade punitiva, ao longo de

treze aulas que vincula economia política e genealogia da moral para descrever a emergência, na sociedade inteira, de uma nova forma de poder – indissociavelmente a forma-salário e a forma-prisão – e a organização de uma sociedade panóptica que se submete integralmente o tempo da vida aos ciclos da produção capitalista.⁴⁰⁶

Essa proposta de investigação pode ser entendida como uma tentativa de fazer uma associação entre as formas jurídicas e políticas de reclusão com um regime de verdade, e o que o moveu nessa direção, pode ter sido, o entendimento de que nessa análise se trataria de uma questão contemporânea central. Naquele momento, inclinar-se para uma investigação sobre o regime de verdade que possibilitou a racionalidade punitiva, era também dialogar com as demandas de um intelectual específico.

Em outras palavras, o curso de 1973 elabora o modo como se impôs e se generalizou o aprisionamento como tática punitiva, e, nisso, nos oferece a possibilidade de uma releitura de *Surveiller et punir* não mais simplesmente em termos de poder, mas em continuidade com o problema da verdade.⁴⁰⁷

Teoricamente, o deslocamento de Foucault foi para pensar a repressão e os processos judiciais e os regimes de verdade que emergiriam dele. Nesse aspecto, uma noção foi central, a de guerra civil.

Durante o curso, Foucault, a partir da ideia de guerra civil⁴⁰⁸, estabelece pontos de inflexão em três frentes: primeiro, argumenta que a ideia de poder estatal, tal como aparece em

⁴⁰⁵ FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. 2013. p. 240.

⁴⁰⁶ HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 274.

⁴⁰⁷ Idem. p. 276.

⁴⁰⁸ O entendimento de guerra civil foi tratado em algumas aulas e de maneira sempre aglutinadora aos interesses argumentativos de Foucault. Na aula do dia 10 de janeiro de 1973 tem-se uma ideia de como isso acontece. Por nessa passagem: “*A guerra civil, ao contrário, é um processo cujos personagens são coletivos e cujos efeitos são, além do mais, o aparecimento de novos personagens coletivos. Além disso, ao contrário do que é habitualmente admitido pela teoria política, a guerra civil não é anterior à constituição do poder; tampouco é aquilo que marca necessariamente seu desaparecimento ou enfraquecimento. A guerra civil não é uma espécie de antítese do poder, aquilo que existia antes dele ou reapareceria depois dele. Ela não está numa relação de exclusão com o poder. A*

Hobbes, não daria conta do entendimento que ele estava propondo para guerra civil. Porém, mesmo citando Hobbes diretamente ao problematizar o *commonwealth*, ele volta a tratar em termos de “aparelhos de Estado”. Na aula do dia 28 de março de 1973, ele afirma:

Mas eu não acredito que o poder possa ser descrito de forma adequada como algo localizado em aparelhos estatais. Talvez nem seja suficiente dizer que os aparelhos estatais estejam em um jogo de luta, interna ou externa. Parece-me mais que o aparato estatal é uma forma concentrada, ou mesmo uma estrutura de apoio de um sistema de poder que vai muito além e bem mais fundo. O que significa que, praticamente, nem o controle nem a destruição do aparelho estatal podem ser suficientes para transformar ou remover um certo tipo de poder, aquele em que ele funcionou.⁴⁰⁹

Mesmo não tendo citado nominalmente Althusser, ao afirmar que o poder está além dos aparelhos estatais, Foucault estava se opondo diretamente às teses contidas em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*.

A segunda dimensão que a noção de guerra civil permitiu colocar em xeque foi a prerrogativa de Karl von Clausewitz, de que a guerra seria continuação da política por outros meios, presente no *Da guerra*, sendo posta da seguinte forma: “*se é verdade que a guerra externa é uma extensão da política, deve-se dizer, reciprocamente, que a política é a continuação da guerra civil.*”⁴¹⁰ Dessa noção passou-se a pensar, então, as instituições, principalmente as punitivas, como uma continuidade dessa guerra civil. O poder de punir que emanaria da política era consolidado. Portanto, a reclusão poderia ser pensada de forma mais ampla, a sociedade como um todo estaria galgada numa percepção de reclusão e as prisões seriam apenas mais uma destas, daí a concepção de sociedade punitiva.

A terceira dimensão foi uma distinção entre o que Foucault chamou de guerra civil e o que o marxismo entendia por luta de classes. Essa diferenciação foi importante por tentar fazer uma separação entre a repressão penal feita aos levantes populares e um poder punitivo generalizado. “*Sobre esta questão, as aulas de 1973 podem ser lidas como um diálogo silencioso com os historiadores marxistas ingleses, em particular com a famosa obra de Edward P. Thompson, A formação da classe operária inglesa, de 1963.*”⁴¹¹ A questão colocada por Thompson seria de que o sistema penitenciário seria produto de uma sociedade burguesa

guerra civil desenrola-se no teatro do poder. Não há guerra civil a não ser no elemento do poder político constituído; ela se desenrola para manter ou para conquistar o poder, para confiscá-lo ou transformá-lo. Ela não é o que ignora ou destrói pura e simplesmente o poder, mas sempre se apoia em elementos do poder.” Cf. FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 30-31.

⁴⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 233.

⁴¹⁰ Idem. p. 34.

⁴¹¹ HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 287.

repressiva, onde “a expansão comercial, o movimento de fechamento das terras comunais, os anos iniciais da Revolução Industrial – tudo ocorreu à sombra da força.”⁴¹² Na aula de 21 de fevereiro de 1973 Foucault vai de encontro a essa ideia e afirma que:

Acreditei durante certo tempo que ele poderia ser resolvido com duas palavras: naquele fim de século XVIII, quando o crescimento e a instalação do modo de produção capitalista provocaram algumas crises políticas, a vigilância política de uma plebe que se desejava proletarizar implicava a implementação de um novo aparato repressivo. [...] Com efeito, parece-me que o mecanismo que trouxe a formação desse sistema punitivo é, em certo sentido, mais profundo e mais amplo do que o mecanismo de simples controle da plebe sediciosa. Aquilo que foi preciso dominar, que o aparelho estatal precisou controlar por meio do sistema penitenciário a pedido da burguesia, foi algo que teve a sedição apenas como caso particular e constituiu um fenômeno mais profundo e mais constante: o *ilegalismo popular*.⁴¹³

A noção de ilegalismo popular⁴¹⁴ será importante nessa argumentação de Foucault por marcar a diferença teórica, nesse momento inconciliável, entre a ideia de resistência nele e em Thompson. Para Thompson teria sido a resistência da plebe sediciosa que teria levado à constituição de um sistema de repressão burguês. Para Foucault, a resistência implicaria em ilegalismos populares, que seriam fenômenos mais profundos e constantes.

Foucault desenvolve uma economia política, um histórico do capitalismo, com base numa luta que às vezes parece a uma luta de classes – o que torna esse texto tão marxizante –, mas que é *in fine* uma luta muito diferente: uma guerra civil generalizada contra o “criminoso-inimigo social”, produzindo poder disciplinar que permeia toda a sociedade e transforma o tempo da vida em força produtiva. O texto de 1973 deve ser lido como um desafio aos grandes textos sobre a história do capitalismo. [...] O curso de 1973 articula uma relação com Marx melhor que qualquer comentário e propõe uma análise das relações entre moral e economia que põe em causa *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber.⁴¹⁵

A noção de ilegalismo foi a mola propulsora para pensar essa relação entre moral e economia, a lei passaria a ter por função gerir as margens da legalidade se constituindo como um instrumento de gestão. A reclusão administrada pela burguesia permitiria que se controlasse a

⁴¹² THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 1987. p. 64.

⁴¹³ FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 144.

⁴¹⁴ Frédéric Gros, num artigo sobre o curso de 1972-1973, explica que: “A noção de ilegalismo abrange todas as práticas que transgridem deliberadamente, se ignoram, ou até mesmo desviam da lei. As leis certamente impõem certo número de interdições, de restrições, de limites. Mas o equilíbrio social é menos para Foucault o resultado do respeito pelas leis do que o modo como a cumplicidade é estabelecida para anular certa legalidade. A ideia geral seria dizer que o surgimento de novas formas de produção resultou em uma reconfiguração do jogo do ilegalismo popular.” Cf. GROS, Frédéric. Foucault et “la société punitive”, **Pouvoirs** 2010/4 (n° 135), p. 10. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-pouvoirs-2010-4-page-5.htm>, acessado em 10/05/2017.

⁴¹⁵ HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 289-290.

força de trabalho através da administração do que seriam os ilegalismos. O exercício do poder de punir constituído com o sistema judiciário garantiria o funcionamento dessa forma de sociabilidade. Por assim dizer, com o domínio da burguesia sobre os ilegalismos populares, constituem-se as condições de possibilidades que fizeram emergir outro sistema punitivo.

Propor uma leitura nesses moldes, na qual a articulação com o pensamento marxista é sensível, permitiu outros deslocamentos, como mencionado. A postura teórica, nesse momento, colocou o debate com o marxismo em outro patamar. Se antes houve um embate entre as ideias, nessa passagem, o posicionamento foi de ampliação dos objetos numa perspectiva em que não era alcançada pelos marxismos em voga. Alguns deslocamentos são significativos: primeiro, ao colocar a noção de guerra civil como centro, ele desloca a análise da luta ideológico-política para um estudo sobre os efeitos teóricos-políticos, o que pôs em questão as teorias althusserianas, principalmente. O segundo deslocamento foi romper com a ideia de que o trabalho seria a essência do homem, e propor que essa ideia implicaria em uma concepção de poder diferente. “*O tempo de vida do homem não são por natureza o trabalho; são prazer, descontinuidade, festa, repouso, necessidade, instantes, acaso, violência, etc. ora*”.⁴¹⁶ Quem demandaria por essa força de trabalho é que constantemente empurraria essas dimensões do homem para serem oferecidas ao mercado. O terceiro deslocamento foi o de pensar o poder como algo que produz, ou seja, mais do que garantir um modo de produção associado a uma suposta ideologia, o poder produziria comportamentos. E isso implicaria em três coisas: não haveria uma classe dominante que detivesse com exclusividade o poder; segundo, não haveria também uma verdade a ser desvelada, ou seja, tudo acontecia nas suas práticas; e terceiro, uma derivação da segunda, se o poder era exercido e percebido em suas práticas ele estava nos discursos.

Na aula de 21 de fevereiro de 1973, Foucault deixou evidente seu entendimento ao afirmar que:

a burguesia quis conseguir que, entre o operário e esse aparato de produção que ele tinha em mãos, se introduzisse algo que não fosse apenas a lei negativa “isto não é seu”. Era preciso que houvesse um suplemento de código que viesse completar e pôr em funcionamento essa lei: era preciso que o próprio operário fosse moralizado.⁴¹⁷

A lei, o discurso legal, incidia sobre as práticas para induzir a um comportamento, que produziria um exercício do poder positivo, constitutivo de moral, o poder sobre os corpos se

⁴¹⁶ FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 236.

⁴¹⁷ Idem. p. 152-153.

exercia no controle sobre o tempo de trabalho. A questão, a saber, seria: “*quais foram as relações de poder que possibilitaram a emergência histórica de algo como a prisão?*”⁴¹⁸ A estratégia metodológica genealógica tinha um perfil que, preocupada em dar conta das condições de possibilidade da emergência das prisões, interrogava os discursos produtores de ilegalidades e as práticas de repressão associadas a ele, mas também os comportamentos viabilizados a partir deles.

Foucault entende esse tipo de análise praticada no curso como um deslocamento: “*Após uma análise de tipo arqueológica, trata-se de fazer uma análise de tipo dinástico, genealógico, sobre as filiações a partir das relações de poder.*”⁴¹⁹

Em *La société punitive*, Foucault ainda está descobrindo a insuficiência da arqueologia sozinha. [...] Com *Surveiller et punir*, a abordagem genealógica está estabelecida, impõe-se e já não precisa se justificar. Estamos em plena genealogia: Foucault quase não precisa explicar seu procedimento pela diferença da derivação arqueológica.⁴²⁰

O curso *La société punitive* foi o espaço onde mais marcadamente se viu um diálogo com as teorias marxistas, principalmente com Althusser e Thompson. Mesmo sem nomeá-los, a discussão foi colocada sob um ponto de vista em que eles eram a referência. Nesse diálogo, Foucault tentou pensar os problemas comum aos marxistas, principalmente os concernentes às análises sobre o Estado e a luta de classes, mas numa perspectiva genealógica.

Fundamentalmente, diz Foucault, todo o trabalho de Marx tem sido pensar como o capitalismo toma como refém a força de trabalho, como ele a aliena, a explora, como ele a transforma, para seu maior lucro, em uma força produtiva. É essa alquimia de transformação cujo segredo é dado para ler no *O Capital*. Mas, segue o fluxo, é necessário descrever a maneira pela qual o tempo de vida, que compreende a festa, a preguiça, a fantasia e os caprichos do desejo, já poderia ser transformado em uma força de trabalho. Basicamente, instituições coercitivas não têm outro propósito senão essa transformação. O que eles perseguem, diz Foucault, são todas as formas de dissipação: imprevidência, irregularidade, desordem, tudo pelo qual o tempo de vida é inutilmente desperdiçado – “inutilmente” para o lucro capitalista. O coercivo permitiria, assim, manter o tempo de vida dos homens no ritmo das máquinas e nos ciclos da produção.⁴²¹

⁴¹⁸ Ibidem. p. 86.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Op. Cit. p. 311.

⁴²¹ GROS, Frédéric. Foucault et “la société punitive”, **Pouvoirs**. Op. Cit. p. 13.

O deslocamento foi pensar como as instituições coercitivas, mais do que serem fruto de um Estado opressor da delinquência, foram a prática de discursos que produziram um tipo de moralidade mais eficiente aos modos de produção daquela sociedade.

As aulas do biênio 1972-1973, além de estarem permeadas pelo diálogo com os marxistas e terem sido um espaço de deslocamento teórico de Foucault, da arqueologia à genealogia, produziram um tipo de genealogia que não era a que tinha sido mencionada antes e seria a empregada em outras passagens. Essa estratégia genealógica estava preocupada com a emergência da moral econômica que produziu ilegalismos dentro de uma sociedade punitiva. Porém, não havia, por exemplo, uma discussão específica sobre o acontecimento no âmbito da história. As referências a Nietzsche, por exemplo, não foram feitas de maneira direta como no curso anterior, e mesmo as modelos marxistas que antes foram localizados como no caso dos trabalhos de Boris Porchnev, não foram citados diretamente como Louis Althusser e Edward P. Thompson. O marxismo não foi problematizado em sua constituição teórica – sua noção de progresso, sua teleologia, sua causalidade, seu hegelianismo –, mas se teve uma tentativa de ampliação para tentar dar conta de questões que não seriam alcançadas pela abordagem levadas em consideração. Nesse sentido, não parece plausível falar em uma estratégia genealógica única, mas formas de genealogia que atenderiam as demandas específicas que Foucault estaria problematizando. Ele se manteve tentando “pensar diferente” e pensando com as abordagens nietzschianas.

Outra passagem em que Foucault falou em termos genealógicos foi no ciclo de cinco conferências realizadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que aconteceu entre 21 e 25 de maio de 1973. Essas conferências foram reunidas e publicadas no Brasil com o título de *A verdade e as formas jurídicas*. Na primeira, ele fez uma exposição de sua reflexão metodológica, mas retomando o posicionamento crítico, por exemplo, da entrevista *De l'archéologie à la dynastique*:

Existe uma tendência que poderíamos chamar, um tanto ironicamente, de marxismo acadêmico, que consiste em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o seu reflexo e expressão. Parece-me que essa forma de análise, tradicional no marxismo universitário da França e da Europa, apresenta um defeito muito grave: o de supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas de existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito dado⁴²²

⁴²² FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as formas jurídicas*. 2005. p.7-8.

O distanciamento tomado das práticas marxistas da história, nesse momento, pode ser relacionado às críticas anteriores, mas, sobretudo ao empreendimento de se aproximar da proposta nietzschiana em que os sujeitos históricos também foram constituídos como tal e em como isso possibilita pensar diferentemente a própria história.

Ele divide sua pesquisa em três eixos: no primeiro, ele afirma “*que a história dos domínios do saber em relação às práticas sociais, excluída a preeminência de um sujeito de conhecimento dado definitivamente*”⁴²³ é um deles. O segundo eixo é metodológico e anuncia que pretende realizar uma análise dos discursos. Segundo Foucault, “*o discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmico e estratégico em outro.*”⁴²⁴ O discurso foi tomado como um jogo estratégico e polêmico passível de uma análise e localizável historicamente. O terceiro eixo faz uma convergência entre os dois anteriores ao propor uma reelaboração da teoria do sujeito. Para isso, Foucault argumenta que:

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.⁴²⁵

As discussões apresentadas no texto *Nietzsche, la généalogie, l’histoire* foram, em certo sentido, revisadas, mas o cerne genealógico manteve-se presente. Para ele: “*só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certos ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade.*”⁴²⁶ A investigação sobre os regimes de verdade, não mencionada diretamente no curso do mesmo ano, passou a ser posta em questão, retomando-se o sujeito do conhecimento e lhe atribuindo uma historicidade associada às práticas de saber-poder e suas relações com a verdade.

O horizonte metodológico capaz de se desmembrar dessa questão do sujeito de conhecimento é o modelo nietzschiano, pois para Foucault “*só se desembaraçando destes grandes temas do sujeito do conhecimento, ao mesmo tempo originário e absoluto, utilizando eventualmente o modelo nietzschiano, poderemos fazer uma história da verdade.*”⁴²⁷ As conferências que se seguiram podem ser vistas como uma espécie de novo balão de ensaio para *Surveiller et punir*, assim como fora o curso no Collège de France, pois, algumas das questões

⁴²³ Idem. p. 8.

⁴²⁴ Ibidem. p. 9.

⁴²⁵ Ibidem. p. 10.

⁴²⁶ Ibidem. p. 27.

⁴²⁷ Ibidem.

tratadas estavam presentes nessas três passagens. Se por um lado o esboço do livro, que ficara pronto no mês anterior, pode ser visto como um fator de ligação entre estes momentos, por outro, os três momentos têm cada um, uma forma diferente de se constituir as argumentações sobre as estratégias genealógicas.

Um momento também ainda anterior ao lançamento de *Surveiller et punir* foi o do curso *Poder psiquiátrico*, de 1973-74, no qual também faz menção à genealogia. Na aula de 21 de novembro de 1973, Foucault dedica suas análises à genealogia do “poder disciplinar” e encerra com “*A emergência das ciências do homem.*” Ele retomou a argumentação da emergência do indivíduo na realidade política europeia como um duplo:

Se for verdade que podemos efetivamente ver certo pensamento do indivíduo no nível de que lhes falo, também devemos ver a constituição efetiva do indivíduo a partir de certa tecnologia, própria do poder que nasce e se desenvolve a partir da idade clássica, que isola e demarca, a partir do jogo dos corpos, esse elemento historicamente novo, creio que chamamos indivíduo.⁴²⁸

Essa tecnologia do poder em questão foi o que ele passou a chamar de disciplina, essa noção já havia sido mencionada antes, foi problematizada nas conferências na PUC-RJ, porém só nesse curso que assume um papel similar ao que teve, por exemplo, o debate sobre os ilegalismos no curso anterior. Ele retomou algumas considerações, afirmando que:

O que se chama de Homem, nos séculos XIX e XX, nada mais é que a espécie de imagem remanescente dessa oscilação entre o indivíduo jurídico, que foi o instrumento pelo qual em seu discurso a burguesia reivindicou o poder, e o indivíduo disciplinar, que é o resultado da tecnologia empregada por essa mesma burguesia para constituir o indivíduo no campo das forças produtivas e políticas.⁴²⁹

Se antes, na emergência da repressão na sociedade punitiva, a burguesia tinha se apropriado do tempo da força produtiva entendendo como ilegalismos os comportamentos desviantes dessa racionalidade, nessa passagem, Foucault pôs em questão o indivíduo como oscilante entre o discurso jurídico e o disciplinar. Ainda havia nessa análise um diálogo com o pensamento marxista, mas foi nas considerações sobre a disciplinarização dos corpos que se teve outro deslocamento.

Na aula seguinte de 28 de novembro, ao comentar sobre o discurso familiar, Foucault chamou a atenção para a emergência da “função-psi” como um dos elementos que comporiam a disciplina. Ele tomou como exemplo o caso de jovens delinquentes que, em sua maioria não

⁴²⁸ FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. 2006. p. 71.

⁴²⁹ Idem. p. 72.

tinham família, e quando postos em internamento eram submetidos a um tratamento disciplinar que buscava se espelhar na disciplina familiar.

Você tem aí, portanto uma espécie de trama disciplinar, que se precipita onde a família esta enfraquecida, que constitui, por conseguinte, a própria projeção de um poder estatalmente controlado, onde não há mais família; mas essa projeção dos sistemas disciplinares nunca se fez sem referência à família, sem funcionamento quase ou pseudo-familiar. Creio que temos aí um fenômeno que é muito característico da função necessária da soberania familiar em relação aos mecanismos disciplinares.⁴³⁰

O funcionamento da trama disciplinar se dava também fora das instituições, e quando dentro dela, era um tipo de caricatura do que deveria ser feito pela família, o poder disciplinar funcionava nas mais diversas frentes, não necessariamente no binômio opressor-oprimido. Havia um entendimento perspectivista, genealógico: a disciplina não só produziria corpos aptos à composição da mão de obra necessária ao modelo, mas os significava como outra sociabilidade.

No entanto, foi na aula de 23 de janeiro de 1974, que mais sistematicamente refletiu sobre a genealogia enquanto processo de historiar. Ao comentar como a verdade-conhecimento se sobrepôs a verdade-acontecimento, ele afirmou que:

Há outro movimento a fazer, que seria mostrar como, precisamente, no curso da nossa história, no curso da nossa civilização, e de maneira cada vez mais acelerada desde a Renascença, a verdade-conhecimento adquiriu as dimensões que conhecemos e que podemos constatar agora. Mostrar como ela colonizou, parasitou a verdade-acontecimento, como acabou exercendo sobre esta uma relação de poder que talvez seja irreversível, em todo caso que é por ora um poder dominante e tirânico; como essa tecnologia está ligada ao acontecimento, à estratégia, à caça. É por isso que poderíamos chamar de genealogia do conhecimento, reverso histórico indispensável da arqueologia do saber, a respeito da qual procurei mostrar a vocês, partindo de certo número de dossiês, muito esquematicamente, não em que ela poderia constituir, mas como poderíamos esboçá-la⁴³¹

O curso foi marcado pelas discussões, a despeito do seu título, por relações intensas com *Surveiller et punir*, sobretudo com a forma de lidar com a história e os tipos de questionamentos oriundos dessa manipulação, mas sobretudo, com um entendimento de um tipo de genealogia. A “genealogia do conhecimento” inseriu uma discussão sobre o acontecimento, associando-o a uma estratégia do poder e dos exercícios da disciplina, a verdade-conhecimento “parasitando” a verdade-acontecimento.

⁴³⁰ Idem. p. 105.

⁴³¹ Ibidem. p. 306.

A reflexão com Nietzsche vai perdurar durante toda a trajetória de Foucault, porém nos momentos relacionados aqui, o diálogo se intensificou e voltou-se, sobretudo para a história em suas variações genealógica, e que tem tiveram seu expoente no livro *Surveiller et punir*. As genealogias se apresentam como proposta para se praticar um tipo de história. Talvez seja pertinente entendê-las mais como táticas metodológicas, do que como um método propriamente dito. Tática no sentido de elas serem mais um indicativo do que um modelo a ser empregado, ser uma estratégia reflexiva mais que uma premissa, ser um “vir-a-ser” da prática do historiar mais que uma metodologia acabada.

Quando da argumentação de Jacques Léonard sobre *Surveiller et punir*, que percebeu uma dialética do saber-poder, o mais próximo que se poderia entender disso, seria o Foucault que estava escrevendo e ministrando as aulas em 1972-1973, não como necessariamente dialético, mas deslocando-se para um diálogo com alguns temas comuns ao marxismo e os abordando numa perspectiva diferente. Essa perspectiva não parece ter sido exatamente um espelhamento do marxismo, onde as propostas de Foucault seriam o reverso do que estava questionando, mas uma tática outra de investigação histórica que, pesando sobre questões similares, produziu respostas associáveis às condições de possibilidade do pesquisador.

Outro viés sobre esse assunto seria um debate significativo que coloca os entendimentos genealógicos sob um único arcabouço, e apresenta a genealogia foucaultiana como uma metodologia propriamente dita. Esse debate será retomado mais adiante. No entanto, frente ao que foi percebido nos textos do período 1970-1975 e da forma como Léonard foi respondido, as genealogias apresentadas como sendo uma única teoria parecem ser mais um entendimento de quem propõe do que um objetivo de Foucault. Por ora, cabe perceber como essas genealogias se relacionam com *Surveiller et punir* e como esse texto é um exercício de uma dessas práticas. Assim sendo, retomar-se-á ao texto de *Surveiller et punir*, pois este foi tomado como o começo do diálogo com Léonard e o debate na mesa-redonda de 1978.

2. A genealogia e o historiar em *Surveiller et punir*

O livro *Surveiller et punir* foi publicado no dia 9 de fevereiro de 1975⁴³², durante o curso do biênio 1974-1975 no Collège de France, entre a quinta e a sexta aula (respectivamente no dia 5 de fevereiro e 12 de fevereiro). Nesse curso, *Os anormais*, Foucault tratou pouco da temática do livro recém-publicado, e estudou a fundo a repressão em relação aos indivíduos constituídos como anormais, que depois seria chamada de “hipótese repressiva”. Ainda assim, sua abordagem foi marcada por uma tática genealógica amplamente citada. Esse foi o curso que ele mais mencionou diretamente o termo genealogia e suas variações (genealógico, genealógica, genealogista, etc.). Essa localização ajuda a compreender que mesmo o curso sendo realizado durante a publicação de *Surveiller et punir*, ele estava muito mais associado ao que seria visto no seu livro de 1976, *A vontade de saber*, primeiro volume da sua *História da sexualidade*. Por ser mais um dos deslocamentos de Foucault, se mantém aqui o foco no livro – *Surveiller et punir* – e sua construção argumentativa que seria questionada durante os debates em questão.

Tratando especificamente do livro, ele enfatiza que seu estudo tem seus alicerces no também no presente ao comentar que: “A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência a outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos. Ela está voltada a essa requalificação pelo saber.”⁴³³ Foucault estava propondo uma investigação onde a questão central seria pensar como o poder de punir se exercia e se validava como tal, mas também qual razão punitiva permitiu que esse modelo de repressão se estabelecesse.

O objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.⁴³⁴

Para realizar este estudo, ele estabeleceu quatro regras gerais: tomar a punição como uma função social complexa; adotar em relação aos castigos, a perspectiva da tática política; colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem; e verificar se a entrada na alma no palco da justiça penal não seria o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder.⁴³⁵ Em relação aos escritos anteriores mencionados, houve uma gama de deslocamentos,

⁴³² EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E.. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 279.

⁴³³ FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir: Naissance de la prison**. 2006. p. 30.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Ibidem. p. 31.

mas dentre eles, a inserção do corpo na equação para o entendimento da racionalidade punitiva, talvez seja a mais significativa. Sua investigação seria: “*em resumo, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto.*”⁴³⁶ Podem ser vistos, nessa perspectiva, os diálogos mencionados com as teses althusserianas do aparelho estatal, quando Foucault diz que seu trabalho trataria de uma microfísica do poder interessado nas funcionalidades deste sobre os corpos através do exercício da força.

Analisar o investimento político do corpo e a microfísica do poder supõe então que se renuncie – no que concerne ao poder – à oposição violência-ideologia, à metáfora da propriedade, ao modelo do contrato ou ao da conquista; no que se refere ao saber, que se renuncie à oposição do que é “interessado” e do que é desinteressado”, ao modelo do conhecimento e ao primado do sujeito.⁴³⁷

Além de Althusser, esse posicionamento também se distancia do marxismo de Thompson e suas teses sobre os cercamentos e a repressão judicial na formação da classe operária inglesa, mas de maneira mais geral, ao binômio opressor-oprimido e a um tratamento epistemológico hegeliano, onde se teria uma primazia do sujeito de conhecimento. “*A história dessa ‘microfísica’ do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para a genealogia da ‘alma’ moderna.*”⁴³⁸ Cabe enfatizar que se tratava de uma genealogia, não de “a” genealogia, pois ele, mais uma vez, evidencia que essa investigação também é uma história do presente.

É desta prisão, com todos os investimentos políticos do corpo que ela reúne em sua arquitetura fechada que eu gostaria de fazer a história. Por puro anacronismo? Não, se entendermos com isso fazer a história do passado nos termos do presente. Sim, se entendermos com isso fazer a história do presente.⁴³⁹

Para realizar essa história, ele dividiu o livro em quatro partes: *Suplício, Punição, Disciplina e Prisão*. Cabe agora passar a cada uma dessas partes para cartografar como ele constituiu suas argumentações e como, posteriormente, foram colocadas em debate.

2.1 – Suplício: o corpo como elemento

⁴³⁶ Ibidem.

⁴³⁷ Ibidem. p. 36.

⁴³⁸ Ibidem. p. 38.

⁴³⁹ Ibidem. p. 39-40.

Na primeira parte, Foucault tratou do corpo supliciado e das formas de poder com as quais ele se ligou; a hipótese era de que o suplício, para além de ser um teatro do poder do soberano, era também um duelo onde o corpo sujeitado era o caminho para a verdade; o duelo consistiria em o carrasco retirar daquele a verdade que esconde. Não é apenas a mão do soberano que se confunde com a do carrasco, mas a própria ideia de verdade que tem suas marcas forjadas na anatomia do corpo supliciado.

A tortura judiciária, no século XVIII, funciona nessa estranha economia em que o ritual que produz a verdade caminha a par com o ritual que impõe a punição. O corpo interrogado no suplício constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. E do mesmo modo que a presunção é solidariamente um elemento de inquérito e um fragmento da culpa, o sofrimento regulado da tortura é ao mesmo tempo uma medida para punir e um ato de instrução.⁴⁴⁰

Há, então, um deslocamento ao se perceber como o corpo, na concepção do suplício, era o lugar da verdade, mas também o suplício era a punição em ação, a presunção da culpa legitima o início da punição através da tortura que evidencia a verdade. Como num ciclo que ao mesmo tempo em que produz a verdade do crime também pune e, dessa forma, na punição se confirma a verdade do crime.

O ciclo está fechado: da tortura à execução, o corpo produziu e reproduziu a verdade do crime. Ou melhor, ele constitui o elemento que, através de todo um jogo de rituais e de provas, confessa que o crime aconteceu, que ele mesmo o cometeu, mostra que o leva inscrito em si e sobre si, suporta a operação do castigo e manifesta seus efeitos da maneira mais ostensiva. O corpo várias vezes supliciado garante a síntese da realidade dos fatos e a verdade da informação, dos atos de processo e do discurso do criminoso, do crime e da punição.⁴⁴¹

O suplício como forma de punição tem então uma função jurídico-política, funcionando como um tipo de cerimônia que reconstitui o poder do soberano, outrora lesado, através de um ritual público. Este tipo de execução está ligado a toda uma série de outros rituais públicos que também servem de restauração do poder soberano como, por exemplo, a coroação, a entrada do rei numa cidade conquistada, a supressão de súditos revoltados.⁴⁴² O crime que, de alguma forma, levantou-se contra o soberano, é punido aos olhos de todos com força, e sua finalidade é manter a dissimetria entre o súdito e o soberano através da força.

⁴⁴⁰ Ibidem. p. 53.

⁴⁴¹ Ibidem. p. 57-58.

⁴⁴² Ibidem. p. 59-60.

2.2 – Punição: uma contra-história do direito penal

Foucault defende que, diferentemente do que se imaginava na história do direito penal, a mudança dessa forma de punição para uma menos violenta não se dá por uma humanização das punições, ou menos ainda, por uma evolução do ordenamento jurídico. Mas estaria associada a uma série de disputas, de relações de poder que em um dado momento mudaram, pois, a própria criminalidade mudou por razões complexas.

De fato, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas.⁴⁴³

O poder de punição sem limites do soberano, que se confunde com o próprio, passa a ser visto como uma disfunção, um excesso centralizador monárquico, o que provoca uma má economia do poder. É entendida como má no sentido de ser custosa demais, pois provoca em seus interlocutores, os súditos, uma rejeição mais do que uma exemplificação.

A mudança ocorre na passagem de uma criminalidade de sangue para uma de fraude, o parricida é punido com o mesmo rigor dos delitos econômicos. Daí outro desdobramento, já que não se trata de humanizar as punições, mas de perceber que crimes diferentes passaram a ser tratados diferentemente. Essa “diferença” levou a um problema para a justiça da época, pois delega a esta um poder excessivo também.

Em vez de fraqueza ou crueldade, é uma má economia de poder que está na crítica dos reformadores. Poder excessivo nas jurisdições inferiores que podem – ajudadas pela pobreza e pela ignorância dos condenados – negligenciar as apelações de direito e mandar executar sem controle sentenças arbitrárias; poder excessivo do lado da acusação à qual são dados quase sem limites meios de prosseguir, enquanto que o acusado está desarmado diante dela, o que leva os juízes a ser, às vezes severos demais, às vezes, por reação, indulgentes demais; poder excessivo para os juízes que podem se contentar com provas fúteis se são “legais” e que dispõem de uma liberdade bastante grande na escolha da pena; poder excessivo dado à “gente do rei”, não só pela relação aos acusados, mas também aos outros magistrados; poder excessivo enfim exercido pelo rei, pois ele pode suspender o curso da justiça, modificar

⁴⁴³ Ibidem. p. 92-93.

suas decisões, cassar os magistrados, revogá-los ou exilá-los, substituí-los por juízes por comissões reais.⁴⁴⁴

Nessa passagem a preocupação em investigar um deslocamento do poder de punição e suas engrenagens desmonta uma linearidade humanista na história da punição, além disso, faz emergir as relações que tornaram possível uma dada mudança nas práticas punitivas. Diante desse quadro,

A reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhada em seus efeitos; enfim, que aumentem os efeitos diminuindo o custo econômico (ou seja, dissociando-o do sistema da propriedade, das compras e vendas, da venalidade tanto dos ofícios quanto das próprias decisões) e seu custo político (dissociando-o do arbitrário do poder monárquico).⁴⁴⁵

Essa forma de entender o poder como relacional, como algo que circula, que entrelaça, que se enreda, que funciona entre os relacionados, que não está localizado em um ou outro lugar, ou nos indivíduos, não é apropriado como uma riqueza ou um bem, possibilita uma outra leitura da reforma penal. A reforma do sistema penal francês tem suas condições de possibilidades em diversas disputas de poder, nas disputas entre os discursos efetivados em suas práticas. Ele afirma que:

A reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder, do soberano e a luta contra o infrapoder dos ilegalismos conquistados e tolerados. E se foi outra coisa que o resultado provisório de um encontro de pura circunstância, é porque entre esse superpoder e esse infrapoder se estendia uma rede de relações.⁴⁴⁶

Se interessar por essa rede de relações foi, em certo sentido, romper com uma noção de causa e efeito para admitir o acaso também como parte desse entendimento sobre o passado. As razões da reforma penal que ocorreram no século XVIII são muitas e não são frutos exclusivamente de um processo de humanização. O objetivo da punição, assim como sua escala mudam, e para isso foi necessário definir novas táticas para atingir um alvo mais tênue. Novas técnicas que ajustem as punições aos efeitos provocados por ela, que produzam princípios universais de regularização de castigo e com isso diminuam seu custo econômico e político aumentando sua eficácia, ou seja, constituam uma nova economia e tecnologia do poder de punir.⁴⁴⁷

⁴⁴⁴ Ibidem. p. 95.

⁴⁴⁵ Ibidem. p. 96.

⁴⁴⁶ Ibidem. p. 104.

⁴⁴⁷ Ibidem. p. 106.

A humanização que foi levantada como bandeira da reforma penal e defendida pelos reformadores baseia-se numa série de regras⁴⁴⁸ que “suavizam” as punições através de uma economia calculada do poder de punir.

Mas elas exigem também um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito, ou antes, um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente, mas com necessidade e evidência no espírito de todos.⁴⁴⁹

Um dos pontos cruciais da reforma penal foi encontrar para um determinado crime o castigo que melhor lhe convém, fazer da punição uma desvantagem que desestimule a ideia de um delito, sem utilizar o suplício tal qual o circense ato de execução no picadeiro ocupado pelo carrasco e o punido. O jogo de poderes agora requer “*constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculo que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder.*”⁴⁵⁰

Foucault comenta que três grandes modelos concorreram para dar resposta às prerrogativas da reforma, ou melhor, três maneiras de organizar o poder de punir: a primeira que ainda estava em funcionamento, assentada no direito monárquico; e outras duas que estão ligadas a uma concepção preventiva, utilitária, corretiva de um direito de punir que pertence à sociedade inteira. Porém elas são diferentes entre si, pois “*no projeto dos juristas reformadores, a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeito de direito; utiliza sinais, conjuntos codificados de representações...*”⁴⁵¹ No outro onde se tem as instituições carcerárias “*a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – com traços que deixa, sob forma de hábitos, no comportamento.*”⁴⁵² Estes modelos são formas de lidar com o exercício do poder de punir, tecnologias de poder.

Segundo o pensador, o modelo que vai prevalecer é o terceiro, substituindo o modelo “*representativo, cênico, significante, público, coletivo*”⁴⁵³ por um “*coercitivo, corporal, solitário, secreto*”.⁴⁵⁴ Ele se pergunta: “*Por que o exercício físico da punição (e que não é o*

⁴⁴⁸ Foucault descreve detalhadamente cada uma delas e suas implicações, ele cita ao menos 6: *regra da quantidade mínima; regra da idealidade suficiente; regra dos efeitos laterais; regra da certeza perfeita; regra da verdade comum; regra da especificação ideal.*

⁴⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir: Naissance de la prison.** 2006. p. 120.

⁴⁵⁰ Idem. p. 123.

⁴⁵¹ Ibidem. p. 154.

⁴⁵² Ibidem. p. 155.

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ Ibidem.

suplício) substituiu, com a prisão que é seu suporte institucional, o jogo social dos sinais de castigo, e da festa bastarda que os fazia circular?” A resposta é a disciplina, a mesma que tinha sido mencionada no curso de 1971-1972 *Théories et Institutions pénales* e apresentada mais intensamente no curso subsequente, *La société punitive*.

2.3 – Disciplina: a “docilização”

Foucault argumenta que houve durante o século XVIII uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder⁴⁵⁵, mesmo reconhecendo que não foi a primeira vez que isso aconteceu, chama atenção que muitas coisas tiveram que ser implementadas nessas técnicas de controle do corpo. Este passou a ser trabalhado detalhadamente, exercendo sobre ele uma coerção sem folga, mantendo-o no nível da mecânica dos movimentos.⁴⁵⁶ Tem-se novamente um olhar sobre deslocamentos ocorridos, ou seja, como num dado momento durante o século XVIII, o corpo antes espetacularizado no suplício passou a ser objetificado para ser redimido. O corpo nessa concepção deixa de ser um componente do passado para ser um documento a ser lido por suas marcas na compreensão das relações do poder de punir.

Esse reordenamento analítico sobre o corpo está associado ao outro lugar que ele passou a ocupar nas relações de poder e essa mudança implicou em uma coerção ininterrupta, constante e mais preocupada com os processos da atividade física do que com os resultados, e sendo exercido com uma codificação que esquadrinhou o tempo, o espaço e os movimentos.⁴⁵⁷ Foucault explica: “*Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem um relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplina’.*”⁴⁵⁸ A emergência da disciplina como um ponto dessa análise era investigar as inscrições feitas no corpo, era tentar ler os discursos do poder imputado a ele. O discurso disciplinar ao esquadrinhar o tempo, o espaço e os movimentos do corpo produz outros saberes sobre esse mesmo corpo, mas sobretudo ampliam as possibilidades de intersecção entre os discursos do poder. Para Foucault, “*a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’.*”⁴⁵⁹ Dentro dessa argumentação sobre o corpo, foi a disciplina que tornou possível a fabricação do exercício do poder, por

⁴⁵⁵ Ibidem. p. 160.

⁴⁵⁶ Ibidem. p. 161.

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem. p. 162

exemplo, a submissão. Esse corpo dócil é um tipo de racionalidade aplicada à prática do poder jurisdicional e penal, as relações de sujeição são evidenciadas num discurso de humanização do direito penal. Essa percepção desmonta a naturalização em torno dessa visão humanitária e faz vir à tona uma ortopedia social que se mostrou menos custosa (tanto no sentido financeiro como nas possíveis barreiras morais) e mais eficiente no seu funcionamento.

Foucault analisou como essa disciplina foi se tornando uma força diferentemente do que se imagina, já que não tolhe, cerceia, inibe, mas sim produz. Produz na acepção de que constrói individualidades, comportamentos e saberes a partir dos corpos que controla. Ao comentar sobre as mudanças disciplinares adotadas nos treinamentos militares do século XVIII, ressalta como “*as disciplinas, organizando ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturas, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelece ligações operatórias [...]*”⁴⁶⁰ E essa disciplina também deve ser compreendida como um tipo de aparelho que aprimora o exercício em relação ao tempo, transformando-o em mais uma maquinaria do corpo.

Essa maquinaria do corpo colocou duas questões, a primeira era: a que se deve esse sucesso da disciplina que fabrica indivíduos? A segunda era: por que essa técnica específica de poder que toma indivíduos como objeto e instrumento de exercício funciona?⁴⁶¹ Para Foucault, “*O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.*”⁴⁶² A simplicidade desses instrumentos se deu, dentre outras coisas, por sua implementação, o olhar hierarquizado poderia ser normativamente construído; as sanções que estabelecem a normalidade se consolidaram através das codificações; e o exame é uma prática procedimental que garante a aplicação das duas anteriores. Essas características foram percebidas em diversas instituições, desde as casas de correção, passando pelas instituições educacionais, até a organização dos regimentos militares. “*O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.*”⁴⁶³ Essas características vão estar presentes para fazer vir à tona um aparelho disciplinar que se distingue da disciplina atinente à punição supliciada, mas

⁴⁶⁰ Ibidem. p. 173.

⁴⁶¹ Ibidem. p. 200.

⁴⁶² Ibidem. p. 201

⁴⁶³ Ibidem.

também multiplicam os efeitos de poder sobre os corpos, tem-se uma amplificação do efeito disciplinar.

Foucault articulou as ideias que apresentou até então para pensar a marca nos corpos de sua reflexão, e o fez com uma descrição de um regime de quarentena numa cidade pestilenta do século XVII. A figura da quarentena é a aplicação da mecânica no poder disciplinar, incluindo seus aspectos de vigilância, sanção e exame, mas também é um mecanismo que obedece às demandas de sua época, mais do que isso, respondem a uma forma de aplicação do poder. Foucault buscou um filósofo utilitarista inglês para dar como referência desse discurso do poder afirmando que, “*O Panopticon de Bentham é arquitetura dessa composição.*”⁴⁶⁴ O plano arquitetural referido consiste em uma estrutura física de um prédio circular com uma torre central, de onde se pode observar as celas construídas a sua volta. Os ocupantes dessa torre de observação podem ver mas não são vistos pelos que estão fora dela. A visibilidade era produtora do efeito mais importante, que era o de criar uma sensação de observação contínua, que passa a ser introjetada.

Essa introjeção foi a marca da disciplina no corpo que produziu os efeitos do poder, o que numa hipótese humanista seria tratar da alma, seria evoluir ao humanizar a pena e quem a cumpre, por recuperar o indivíduo. Nessa leitura genealógica, era o dispositivo que produz um dos efeitos mais importantes, a sensação de observação continuada. Ao produzir essa interpretação do projeto de Bentham, Foucault está simultaneamente produzindo uma exemplificação para sua argumentação e abrindo espaço para tornar possível falar em panoptismo como uma marca de determinada época. Para ele “*O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.*”⁴⁶⁵ Essa ideia é basilar, pois o panóptico enquanto dispositivo, ao dissociar a relação ver-ser visto otimiza o exercício do poder disciplinar num patamar antes não alcançado. O dispositivo é importante,

...pois automatiza e desvincula o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concentrada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram os presos os indivíduos.⁴⁶⁶

Para Foucault, o panóptico, conjuntamente com a quarentena da cidade pestilenta, é a configuração duma transformação na disciplina entendida como uma tecnologia de poder. O

⁴⁶⁴ Ibidem. p. 233.

⁴⁶⁵ Ibidem. p. 235.

⁴⁶⁶ Ibidem.

panóptico é um modelo generalizável de funcionamento, mais, é uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens.⁴⁶⁷ Isso faz do panóptico um divisor, pois marcou o imaginário durante mais de dois séculos, porém não deve ser compreendido apenas como um edifício:

É o diagrama de um mecanismo de poder levado a sua forma ideal: seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico. [...] É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se trate de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.⁴⁶⁸

O argumento se amplia, muda a forma de pensar o panóptico, que deixa de ser um esquema apenas arquitetural para ser um intensificador de poder que serve a muitas finalidades. Ele assegura uma economia geral: em material, pessoal e tempo. Tem uma eficácia maior que outros projetos, pois é preventivo, seu funcionamento além de simples é mecânico. “*É uma maneira de obter poder.*”⁴⁶⁹ Não por acaso Foucault persiste na função “generalizadora”, essa propriedade de amplificação do panóptico vai ser uma das condições de possibilidade que permite falar em panoptismo. O poder exercido se desloca do poder emanado por um único indivíduo, o poder soberano, e passa a ser percebido como um poder de elevação moral pública, não quer segregar quem comete o delito, mas recuperar do comportamento delituoso. A masmorra lúgubre, que priva os desviantes é substituída pela visibilidade do comportamento a ser disciplinado, o plano arquitetural do panóptico possibilita levar essa *ratio* a qualquer lugar. O poder proporcionado dentro da ideação do panóptico longe de ser pesado, custoso, proibitivo, que tolhe, era eficaz. Aos olhos de Foucault, o panóptico de Bentham tem duas contribuições que o transformam em um princípio geral, uma de natureza teórica e outra de ordem prática:

Ao nível teórico, Bentham define outra maneira de analisar o corpo social e as relações de poder que o atravessam; em termos de prática, ele define um processo de subordinação dos corpos e das forças que a utilidade do poder deve majorar fazendo a economia do Príncipe. O panoptismo é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objetivo e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina.⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ Ibidem. p. 237.

⁴⁶⁸ Ibidem. p. 239-240.

⁴⁶⁹ Ibidem. p. 240.

⁴⁷⁰ Ibidem. p. 243.

Houve uma ruptura provocada por essa forma de fazer história, ela não lida com a ideia de progresso, não se tem a perspectiva linear de desenvolvimento de uma causa a uma consequência, não há uma determinada forma de disciplina que tivesse substituído outra.

Não que a modalidade de disciplina de poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-se às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-se entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder.⁴⁷¹

A genealogia do entre, dos deslocamentos, direciona o olhar para a disciplina que não rompe com o modelo praticado, mas que começa a se misturar, em relações determinadas, com outras práticas e muda conduzindo outros efeitos de poder. Esse entremeio permite ver na microfísica do exercício do poder como determinada modalidade disciplinar se constituiu. O panoptismo foi uma forma de historiar na qual o poder não localizado é visto numa mecânica corpuscular, generalizável e que permite entender uma dada temporalidade e, para, além disso, permite perceber o começo de uma determinada forma de sociedade.

O alargamento dos métodos disciplinares está relacionado a uma série de outros desenvolvimentos tecnológicos, mais ou menos da mesma época, segundo Foucault, pois agronomia, indústria e economia também estavam se ampliando de maneira geral. Porém, o panoptismo como tecnologia foi pouco celebrado, pois se tratava de uma tecnologia em *“que o poder que ela põe em funcionamento e que ela permite aumentar é um poder direto e físico que os homens exercem uns sobre os outros.”*⁴⁷² Essa invenção disciplinar teria como equivalente o que aconteceu nos séculos XII e XIII, a invenção do processo de inquérito, que era *“o poder do soberano que arrogava o direito de estabelecer a verdade através de certo número de técnicas regulamentadas”*.⁴⁷³ Mais adiante, esse processo de inquérito vai ser largamente utilizado na justiça acusatória como uma prática legitimadora na idade média. É o exame que muda essa percepção estando ligado aos procedimentos disciplinares, *“pois, se é verdade que o inquérito, ao se tornar uma técnica para as ciências empíricas, se destacou do processo inquisitorial em que tinha suas raízes históricas, o exame permaneceu mais próximo ao poder disciplinar que o formou.”*⁴⁷⁴ E essa relação ajuda a entender como foi se formando a penalidade moderna:

⁴⁷¹ Ibidem. p. 251-252.

⁴⁷² Ibidem. p. 261.

⁴⁷³ Ibidem. p. 262.

⁴⁷⁴ Ibidem. p. 263.

Todos os grandes movimentos de derivação que caracterizaram a penalidade moderna – a problematização do criminoso por trás de seu crime, a preocupação com a punição que seja correção, terapêutica, normalização, a divisão do ato de julgamento entre instâncias, que devem, segundo se espera, medir, avaliar, diagnóstica, curar, transformar os indivíduos – tudo isso trai a penetração do exame disciplinar na inquisição judiciária.⁴⁷⁵

Os atos de lesa-majestade averiguados através dos processos de inquisição judiciária, antes punidos no corpo supliciado, após a investigação do exame devem ser agora disciplinados com objetivos de correção, redenção e normalização. O olhar da justiça penal muda, pois seu ponto de aplicação deixa de ser o corpo, mas o indivíduo disciplinar. *“O que agora é imposto à justiça penal como seu ponto de aplicação, seu objeto “útil”, não será mais o corpo do culpado levantado contra o corpo do rei; não será mais tampouco o sujeito de direito de um contrato ideal; mas o indivíduo disciplinar.”*⁴⁷⁶ Com essa mudança *“O suplício completa logicamente um processo comandado pela Inquisição. A ‘observação’ prolonga naturalmente uma justiça invadida pelos métodos de disciplinares e pelos processos de exame.”*⁴⁷⁷ A prisão vai ser o local onde esse poder é praticado, o panóptico é entendido como uma anatomia política da sociedade e pensado a partir disso como panoptismo, por fazer emergir essas relações de poder. Por isso, também não se deve estranhar a proximidade entre as prisões e as fábricas, as escolas, os quartéis e os hospitais, todos ligados à vontade de saber que cronometra, vigia, induz e normaliza.

2.4 – Prisão: privação de liberdade e correção dos indivíduos

Na última parte do livro, Foucault refletiu sobre as prisões em sua emergência, associando um duplo fundamento: um jurídico-econômico e outro técnico-disciplinar, ambos proporcionando à prisão uma solidez institucional. Esse duplo relaciona-se com a imagem da prisão como saída mais humanizada para as penas, porém para que isso tenha sido possível, alicerça-se numa outra noção que foi deslocada: a de liberdade.

a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início

⁴⁷⁵ Ibidem. p. 263-264.

⁴⁷⁶ Ibidem. p. 264.

⁴⁷⁷ Ibidem.

do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.⁴⁷⁸

A noção de liberdade, longamente discutida na França desde o fim do século XVIII e durante todo o XIX, é mais um elemento da composição que torna possível uma dada razão instrumental das punições que é percebida numa prisão.

Nesse momento se coloca toda uma problematização sobre uma dada percepção em relação à prisão que teria sido, desde o seu começo, uma instituição inerte, ocasionalmente sendo movimentada por ideias reformistas.

A prisão fez sempre parte de um campo ativo onde abundaram os projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos. Em torno da instituição carcerária, toda uma prolixidade, todo um zelo. [...] Ao ser tornar uma punição legal, ela carregou a velha questão jurídico-política do direito de punir com todos os problemas, todas as agitações que surgiram em torno das tecnologias corretivas do indivíduo.⁴⁷⁹

A prisão é problematizada como um espaço de submissão do corpo para correção do indivíduo e necessita ser uma instituição completa, austera, de disciplina exaustiva, não podendo haver lacunas nos procedimentos correcionais.

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. Além disso, a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta; disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica. Leva à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina.⁴⁸⁰

Para se obter o máximo de eficiência dessa intensidade dos dispositivos disciplinares, a prisão seguiu práticas específicas, como por exemplo, o isolamento, a mudança de moralidade e o “direito” de retorno à sociedade.

A prisão, nesse funcionamento, permite coletar permanentemente informações sobre os indivíduos, que produzem um saber que possibilitará transformar a medida penal em uma operação de penitenciária, “*que fará da pena tornada necessária pela infração uma modificação do detento, útil para a sociedade.*”⁴⁸¹ Com isso o delinquente é o corpo a se

⁴⁷⁸ Ibidem. p. 269-271.

⁴⁷⁹ Ibidem. p. 272-273.

⁴⁸⁰ Ibidem. p. 273.

⁴⁸¹ Ibidem. p. 291.

conhecer. Essa visão desloca o papel do tratamento de reclusão para o de produtor de saberes a serem conhecidos com vistas à melhor adequação do modelo de punição. O personagem que passa a figurar agora é o do delinquente, que diferentemente do infrator, é produzido pelo aparelho penitenciário como condição necessária para produzir saberes.

O delinquente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto a sua vida o que mais o caracteriza. A operação penitenciária, para ser uma verdadeira reeducação, deve totalizar a existência do delinquente, tornar a prisão uma espécie de teatro artificial e coercitivo onde é preciso refazê-la totalmente.⁴⁸²

A figura do delinquente ainda tem outras distinções em relação à do infrator. O delinquente deve “*também estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento)*.”⁴⁸³ A técnica penitenciária possibilita, entre outras coisas, que se desmonte a relação de autoria criminal para passar a se pensar sobre a afinidade do criminoso com o seu crime, sendo possível se produzir discursos sobre o tipo criminoso, como os beccarianos.

Onde desapareceu o corpo, marcado, recortado, queimado, aniquilado do supliciado, apareceu o corpo do prisioneiro, acompanhado pela individualidade do “delinquente”, pela pequena alma do criminoso, que o próprio aparelho de castigo fabricou como ponto de aplicação do poder de punir e como objeto de que ainda hoje se chama a ciência penitenciária.⁴⁸⁴

Para Foucault, “*o tema de uma sociedade punitiva e de uma semiótica geral da punição que sustentou os códigos ‘ideológicos’ – beccarianos ou benthaminianos – não fazia apelo ao uso universal da prisão. Essa prisão vem de outro lugar – dos mecanismos próprios do poder disciplinar.*”⁴⁸⁵ Nessa passagem de sua proposta de historiar também pode-se perceber um outro componente, um tanto desconcertante para a maior parte dos historiadores da época, que é a escolha por uma reflexão filosófica sobre a genealogia da sociedade punitiva. Na sua visão:

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de subjetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscreve entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora, entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso.⁴⁸⁶

⁴⁸² Ibidem. p. 292.

⁴⁸³ Ibidem. p. 293.

⁴⁸⁴ Ibidem. p. 296.

⁴⁸⁵ Ibidem. p. 297.

⁴⁸⁶ Ibidem. p. 297-298

Foucault segue o seu texto fazendo uma análise da passagem dos suplícios como forma de punição à pena das prisões, “*a passagem de uma arte de punir a outra, não menos científica que ela.*”⁴⁸⁷ Um dos pontos que foi levantado é o fato da história do encarceramento não seguir “*uma cronologia ao longo da qual se sucedessem logicamente*”.⁴⁸⁸ Para ele “*houve na realidade uma superposição ou em todo caso outra distribuição desses elementos*”⁴⁸⁹ e, em seguida, aponta uma série de críticas à prisão e aos seus métodos. A primeira era que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade; a segunda era que a detenção provocaria a reincidência; a terceira era que a prisão não deixaria de fabricar delinquentes; a quarta era que a prisão tornou possível um meio de delinquentes solidários entre si, hierarquizados e dispostos a possíveis cumplicidades; a quinta as condições dadas aos detentos liberados os condenaria a reincidência; a sexta era que a prisão fabricaria indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento.⁴⁹⁰ Em resposta a todas essas críticas feitas à prisão se tem uma espécie de respostas em si mesmas, ou seja, “*há um século e meio que a prisão vem sempre sendo dada como o seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente.*”⁴⁹¹ E aí ele propõe inverter a questão, ao invés de interrogar por que a prisão fracassa, ele passa a perguntar por que e para que serve o fracasso da prisão.

A hipótese de que a prisão “fracassou” em reduzir crimes foi substituída por outra que entende que houve a produção de uma categoria chamada de delinquência com um tipo especificado. O que se teve foi uma produção dos delinquentes como sujeito patologizado. “*O sucesso da prisão: nas lutas em torno da lei e das ilegalidades, especificar uma ‘delinquência’.*”⁴⁹² Para Foucault, o sucesso é tamanho que a prisão continua a existir, produzindo os mesmos efeitos, mesmo após um século e meio de “fracasso”. E nisso não há uma relação de subordinação, onde a delinquência é um desdobramento direto da prisão, mas sim uma relação entre a penalidade, as práticas ilegais e o encarceramento.

O circuito da delinquência não seria subproduto de uma prisão que, ao punir, não conseguisse corrigir; seria o efeito direto de uma penalidade que, para gerir as práticas ilegais, investiria algumas delas num mecanismo de “punição-reprodução” de que o encarceramento seria uma das peças principais.⁴⁹³

⁴⁸⁷ Ibidem. p. 299.

⁴⁸⁸ Ibidem. p. 308.

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ Ibidem. p. 309-312.

⁴⁹¹ Ibidem. p. 313.

⁴⁹² Ibidem. p. 323.

⁴⁹³ Ibidem. p. 324.

Essa produção da delinquência e seu investimento pelo aparelho penal devem ser tomados como tática que se desloca na medida em que nunca atinge inteiramente seu objetivo, ela ocorre no jogo de poder disputado.⁴⁹⁴ Nesse ponto, Foucault passa a exemplificar esse jogo de poder entre a delinquência, o aparelho penal e a prisão, problematizando a visão que grupos distintos teriam dentro do sistema penal e do sistema penitenciário. Um dos exemplos é a condição de preso político, que é reconhecido em sua delinquência, mas que, se fizerem ouvir, assume uma postura de porta-vozes dos detentos com reivindicações críticas ao burguês.⁴⁹⁵ Outra figura importante nessa rede em formação é a do “contranoticiário policial”, um tipo de jornal sensacionalista de cunho popular, do qual Foucault elege como seu representante o *Gazette des tribunaux*, que se alimentariam de “sangue”, “prisão” e “melodrama”, produzindo um discurso de delinquência.⁴⁹⁶

Em contrapartida a esse posicionamento jornalístico, Foucault vai se debruçar sobre um jornal chamado *La Phalange*, que tem uma postura de entender “os grandes crimes não como monstruosidades, mas como a volta fatal e a revolta do que é reprimido, as pequenas ilegalidades não como as margens necessárias da sociedade, mas como o fulcro da batalha que aí se desenrola.”⁴⁹⁷ Mesmo não sendo o representante da maioria dos discursos produzidos em sua época, o jornal *La Phalange* ajudou a localizar como os demais jornais populares noticiavam os crimes e as penalidades nesse contexto. Para o pensador francês,

As lições de *La Phalange* não se perderam totalmente. Elas é que foram despertadas pela reação tão ampla de resposta aos anarquistas, quando, na segunda metade do século XIX, eles, tomando como ponto de ataque o aparelho penal, colocaram o problema político da delinquência: quando pensaram reconhecer nela a forma mais combativa de recusa da lei; quando tentaram tanto heroicizar a revolta dos delinquentes quanto desligar a delinquência em relação à legalidade e à ilegalidade burguesa que a haviam colonizado; quando quiseram restabelecer ou constituir a unidade política das ilegalidades populares.⁴⁹⁸

O posicionamento do *La Phalange* está no espaço entre os discursos, numa alegoria, seria o espaço necessário entre um ponto e outro do crochê que também constitui a sua forma. O deslocamento do interesse pelas relações de poder e entre elas, os espaços ocupados por esses discursos, permite pensar essa história.

⁴⁹⁴ Ibidem. p. 333.

⁴⁹⁵ Ibidem. p. 337.

⁴⁹⁶ Ibidem. p. 338.

⁴⁹⁷ Ibidem. p. 339.

⁴⁹⁸ Ibidem. p. 342.

O último grande exemplo de Foucault, é a colônia penal de Mettray, inaugurada em 22 de janeiro de 1840, pois ali se encontraria a forma do poder disciplinar em estado mais intenso, “o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento.”⁴⁹⁹ É o local onde “a modelagem do corpo dá lugar a um conhecimento do indivíduo, o aprendizado das técnicas induz a modos de comportamento e a aquisição de aptidões se mistura com a fixação de relações de poder.”⁵⁰⁰ Dessa intensificação do poder disciplinar se tem um “duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida sobre os corpos: uma ‘alma’ a conhecer e uma sujeição a manter.”⁵⁰¹ Essa instituição produz um efeito de normalização do poder de normalização, se tem um poder-saber sobre o indivíduos que, entre outras coisas, passa a ser reproduzido em outras instituições.

Foucault finaliza o livro lembrando que “a prisão não é filha das leis nem dos códigos, nem do aparelho judiciário;”⁵⁰² que na posição central que ela ocupa não está sozinha, mas relacionada a uma série de outros dispositivos “carcerários” aparentemente diversos, porém que têm a tendência a exercer um poder normalizador. O que preside todos esses mecanismos diferentes não é o funcionamento unitário de um aparelho ou uma instituição, mas a necessidade de um combate e as regras de uma estratégia. Foucault faz um convite ao seu leitor:

Nessa humanidade central e centralizadora, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objeto para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos de ouvir o ronco surdo da batalha.⁵⁰³

Esse convite para ouvir o “ronco surdo da batalha” refere-se ao “surdo” instrumento percussivo utilizado como orientação na marcha de tropas militares. Logo, ouvir o ronco do “surdo” de batalha é também perceber a relação disciplinar em disputa, com seus múltiplos dispositivos, mas, sobretudo seu campo de possibilidades. Também vale mencionar a nota final do livro que diz “Interrompo aqui este livro que deve servir como pano de fundo histórico para diversos estudos sobre o poder de normalização e sobre a formação do saber na sociedade moderna.”⁵⁰⁴ Reitera-se o convite, mas também se indica o uso do livro como pano de fundo histórico para pesquisas interessadas sobre o poder, a normalização e o saber na idade moderna.

O que se buscou aqui, foi tentar entender, a partir dos argumentos de Foucault, que genealogia foi estabelecida nesse estudo. Durante a década de 1970 ele produziu uma variada

⁴⁹⁹ Ibidem. p. 343.

⁵⁰⁰ Ibidem. p. 345.

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² Ibidem. p. 359.

⁵⁰³ Ibidem. p. 360.

⁵⁰⁴ Ibidem. Nota. 1.

gama de entendimentos sobre como a genealogia, assim como diversas formas de utilizá-las, porém essa cartografia dos argumentos do livro ajuda a entender os deslocamentos que ele realizou. Quando ladeado dos escritos e dos cursos anteriormente tratados, o livro vai se constituindo também do que foi deixado de fora ou transformado, por exemplo, a revolta de *Nu-pieds* estuda em 1971-1972, ou os *Quakers* estudados no curso de 1972-1973, ou ainda o termo “dinástico” outrora empregado como similar a “genealógico”. Tudo isso ficou de fora do livro. No campo teórico também existem silêncios quando comparados com os anos anteriores, como a noção de intelectual específico, as referências diretas a Nietzsche, o combate nominal ao marxismo, a noção de acontecimento histórico. Todos esses elementos são postos em prática, mas não tratados. Dessa diferença se faz perceber a emergência dos deslocamentos, sobretudo, das escolhas, de um pensador que assumiu como premissa pensar com e sobre o que escreve e sistematicamente diferenciar-se de si.

Após a publicação de *Surveiller et punir*, ele participou de uma série de debates com historiadores sendo, possivelmente, o mais célebre o com Jacques Léonard e a mesa-redonda em seguida. Cabe agora perceber por que o debate se desloca das críticas de um livro sobre história para considerações a respeito do historiar e, concomitantemente, entender qual panorama intelectual permitiu a emergência deste debate.

3. O deslocamento na *Table ronde du 20 mai 1978*.

Em 20 de maio de 1978, Foucault foi convidado a participar de discussões sobre *Surveiller et punir* e sua forma de fazer história, e debater também sobre sua discussão com Jacques Léonard numa mesa-redonda com a participação de vários historiadores. Estavam presentes nessa mesa-redonda: Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Ginzburg, Remi Goussez, Jacques Léonard, Pascal Pasquino, Michelle Perrot, Jacques Revel. O texto que se originou dessa mesa-redonda tem algumas especificidades da oralidade, a primeira e mais imediata é que todas as respostas de Foucault, além do rigor hodierno, estão permeadas por sua ironia também costumeira. A segunda especificidade é que os participantes que fizeram perguntas não foram identificados, sendo colocados como um questionador único, o que dificulta a percepção de outras camadas

que o discurso oral pode conter. A terceira, que é um desdobramento da segunda, é escamotear respostas dadas no calor do debate que depois poderiam ter provocado novas críticas a Foucault.

As perguntas dirigidas a Foucault, estão relacionadas à argumentação anterior construída por Jacques Léonard, entretanto é possível ver indícios do rumo teórico que a argumentação adquiriu. As questões podem ser divididas em quatro grandes blocos:

- 1) Por que estudar a prisão?;
- 2) A forma de Foucault lidar com o acontecimento histórico, sua forma de “Acontecimentalizar” a história;
- 3) O problema de se investigar uma racionalidade;
- 4) O efeito anestesiante que os escritos de Foucault teriam nos leitores.

Logo no início de sua resposta, Foucault constrói sua argumentação minimizando as divergências entre campos e diminui as polêmicas entre historiadores e filósofos, afirmando não querer que tomem o que disse como uma teoria da história. Para ele, o que se fez foi uma proposta, “ofertas de jogo”, para serem utilizadas por qualquer um que possa se interessar, não sendo suas afirmações dogmáticas. “*Meus livros não são tratados de filosofia nem estudos históricos; no máximo fragmentos filosóficos em canteiros históricos.*”⁵⁰⁵ Essa concepção de historiar, não se propondo como filosofia da história, teoria ou teleologia, propõe uma forma de lidar com o passado distinta e com leitura filosófica numa investigação histórica.

3.1 – Por que estudar a prisão? Uma história no presente.

Foucault começa respondendo ao primeiro bloco de perguntas – Por que a prisão? – dizendo que “*Em primeiro lugar, porque ela foi bastante negligenciada até então nas análises.*”⁵⁰⁶ Essa passagem que pode ser como uma pequena provocação, no sentido de perceber que o tema “prisão” foi negligenciado pelos ditos historiadores, e mais comumente estudada como problema sociológico ou do ponto de vista jurídico, mas também pode ser um pouco da historicidade dos escritos. Mesmo tendo se passado 7 anos desde a criação do GIP, e o período mais intenso da militância do “intelectual específico”, interessar-se pela prisão a transformando em uma problematização muito mais ampla, também implicou num historiar assumidamente do presente. Fosse partindo com questionamentos feitos no presente, fosse

⁵⁰⁵ FOUCAULT, Michel. Table ronde du 20 mai 1978. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. 1980. p. 41.

⁵⁰⁶ Idem.

tentando perceber as condições de possibilidade que viabilizaram determinadas configurações do presente.

Uma segunda motivação foi “*retomar o tema da genealogia da moral, mas segundo o fio das transformações do que se poderia chamar de ‘tecnologias morais’.*”⁵⁰⁷ Sua tributação ao pensamento de Nietzsche, mencionado no *Surveiller et punir*, mas sobretudo utilizado como uma saída teórica da causalidade é digna de nota, e a genealogia nesse momento passou elaborada de uma outra forma. O deslocamento foi no sentido de perceber como as “tecnologias morais” teriam transformado a punição num procedimento de readequação sobre os corpos. Essas “tecnologias morais” implicaram em como se pune, mas, sobretudo, como se dividiu o que era passível de punição do que não era e disso emergiriam as razões punitivas.

Uma terceira motivação foi uma série de levantes, na França, mas também em outros países nas prisões: alguns aspectos da prática penal estavam sendo postas em questão.⁵⁰⁸ Em países como França, Estados Unidos, Inglaterra e Itália as prisões foram alvo de contestação, por suas formas de encarceramento, sua função de “ressocialização” e sua forma de adestramento dos indivíduos. A vivência do pensador foi uma das motivações, e isso, pôde ser acompanhado desde os cursos e entrevistas correlatos ao momento da escrita. Mas também essa movimentação nas prisões não foi vista como novidade no período, Foucault comenta que esses questionamentos poderiam ser percebidos nos movimentos antipsiquiátricos, desde a década anterior, final dos anos 1950 e durante a década de 1960.

Ele afirma como uma quarta motivação o fato de estar interessado nas práticas: “*neste trabalho sobre as prisões, como em outros, a meta, o ponto de ataque da análise, não eram as ‘instituições’, nem as ‘teorias’ ou uma ‘ideologia’, mas as ‘práticas’.*”⁵⁰⁹ Sua preocupação era tentar apreender como, num dado momento, as práticas de aprisionamento se tornaram viáveis e como após se estabelecerem se mantiveram. Para isso, ele disse que propôs “*a hipótese a de que os tipos de práticas não são apenas ordenadas pela instituição, prescritas pela ideologia ou guiada pelas circunstâncias mas eles têm até certo ponto sua própria regularidade, sua lógica, sua estratégia, sua evidência, sua ‘razão’.*”⁵¹⁰ A sua forma de historiar as práticas, perquiria elementos de investigação para além das respostas sociológicas, assim como das jurídicas, que tentava lidar com a emergência da razão punitiva. Como ele diz:

Então, eu queria fazer a história não da instituição-prisão, mas da “prática de aprisionamento”. Ao mostrar a origem, ou mais exatamente para mostrar

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ Ibidem. p. 42.

⁵⁰⁹ Ibidem.

⁵¹⁰ Ibidem.

como essa maneira de fazer, muito antiga é claro, pôde ser aceita em um momento como peça principal do sistema penal. A ponto de aparecer como uma peça inteiramente natural, evidente, indispensável.⁵¹¹

Na resposta de Foucault, existe um tipo de demarcação de território que quer se distanciar de determinadas práticas de historiar mais próximas ao pensamento dialético e ao princípio de explicação causal do marxismo, onde para ele, causa e efeito são as chaves para explicação histórica. O argumento foi reiterado por seu posicionamento em favor de uma genealogia histórica que rompe com uma lógica de continuidade:

Eu parti dessa descontinuidade que era de alguma forma a mutação “fenomenal”, e eu tentei sem apagá-la, dar conta dela. Não se trata, portanto, de reencontrar uma continuidade escondida, mas de saber qual é a transformação que tornou possível essa passagem tão apressada.⁵¹²

Além de buscar na descontinuidade as transformações que tornaram possível a passagem de uma forma de punição a outra, ele também, ampliou a condição da explicação histórica. Pois ao produzir um historiar relacional sem uma teleologia, uma história que não teria na síntese sua função de aplicação, tentar dar descontinuidade foi também promover outra história. E nesse sentido, pode ser percebido nesse argumento como Foucault estava reelaborando suas formas de lidar com a genealogia e como os deslocamentos realizados por ele, eram desconcertantes.

3.2 – “Acontecimentalizar”: uma ruptura para emergir a singularidade

A segunda parte das perguntas se volta para o historiar de Foucault, para forma como ele lidou com o acontecimento histórico em suas análises, para como isso incomodou os historiadores, e como suas análises estariam oscilando entre um hiper-racionalismo e uma sub-racionalidade. Inicialmente, ele expõe qual é a sua ideia de “acontecimentalização”, que seria uma ruptura com as evidências naturalizadas por alguns historiadores, caberia fazer emergir uma singularidade histórica. Fazer emergir as singularidades servia para evitar um historiar: *“onde alguém pode ser tentado a se referir a uma constante histórica ou a um traço antropológico imediato, ou a uma óbvia obviedade a todos, é necessário trazer uma ‘singularidade’.”*⁵¹³ Para ele, a primeira função teórico-política da acontecimentalização seria

⁵¹¹ Ibidem. p. 42-43.

⁵¹² Ibidem. p. 43.

⁵¹³ Ibidem. p. 44.

uma “ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas.”⁵¹⁴ Nessa passagem duas questões ficam ainda mais evidentes, ele se coloca como historiador e entende que enquanto tal seria preciso desapegar-se de naturalização dos fatos comuns à prática de historiar.

Uma outra função da acontecimentalização seria “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que em seguida funcionará como evidência, universalidade, necessidade.”⁵¹⁵ Essa percepção que “reencontra conexões” se colocou como relacional, e assim se poderia multiplicar os objetos e os temas; “Ao tomar as coisas dessa maneira, se procede, na verdade, a uma espécie de multiplicação causal.”⁵¹⁶ Nessa passagem do argumento, o princípio de explicação “causal”, anteriormente combatido e associado a um historiar específico, se deslocou para uma multiplicidade, e com isso tentou se distanciar da universalidade da explicação histórica e de um traço epistemológico “antropologizante” com supremacia ontológica do sujeito. A forma como Foucault foi construindo seu argumento nesse momento, mesmo respondendo sobre o seu livro, foi colocando-o numa discussão sobre história mais do que sobre *Surveiller et punir*.

O efeito de “multiplicação” tem, ao menos, três contribuições significativas para se compreender a forma de historiar foucaultiana: a) “analisar o acontecimento segundo os processos múltiplos que o constituem.”⁵¹⁷; b) “construir, em torno do acontecimento singular analisado como processo, um ‘polígono’, ou melhor, ‘poliedro de inteligibilidade’, cujo número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado como legitimamente concluído.”⁵¹⁸; c) “implica, portanto, um polimorfismo crescente, à medida que a análise avança”⁵¹⁹ O “polimorfismo” na maneira de historiar por sua vez incluiria: polimorfismo dos elementos que são postos em relação; polimorfismo das relações descritas; e polimorfismo nos domínios de referência.⁵²⁰ Essa forma de análise rompe com a noção de um eixo central condutor de historicidade; o que se tem nesse processo são muitas relações diversas, muitas linhas de análise, uma pluralidade analítica.

Ele retoma a pergunta geradora dessa resposta, e diz que quem o vê como um historiador do “hiper” e/ou “hiporacionalismo” seria alguém que não leva em consideração o

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ Ibidem.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ Ibidem. p. 44-45.

⁵¹⁹ Ibidem. p. 45.

⁵²⁰ Ibidem.

acontecimento nessa acepção que ele apresentou. Esse entendimento sobre o acontecimento, sobre a necessidade de escrever uma história que “acontecimentalize” foi mais um dos deslocamentos de Foucault. Mesmo tendo praticado esse entendimento antes, nesse momento foi quando ele mais expressamente o evidenciou, e fez isso também no sentido de marcar uma diferença na sua prática. “*Há muito tempo que os historiadores não gostam muito dos acontecimentos, e fazem da “desacontecimentalização” o princípio da inteligibilidade histórica.*”⁵²¹ Para além de uma provocação aos historiadores presentes, principalmente por se tratar de um debate, esse posicionamento serviu para ele se colocar teórica e politicamente. “*Mas essa é a questão comum, para mim, na análise histórica e na crítica política. Nós não estamos e não temos que nos colocar sob o signo da necessidade única.*”⁵²² Esse posicionamento, desloca o historiador de uma possível imparcialidade, pois ao romper com uma “necessidade única”, Foucault estava lembrando que não haveria no historiar um único posicionamento correto em relação ao passado.

Cabe mencionar que as discussões sobre o acontecimento estavam na ordem do dia. François Dosse⁵²³, no livro *Renascimento do acontecimento*, comenta esse período como sendo a redescoberta do acontecimento do século XX. Ele dedicou um capítulo a Foucault que chamou de *Uma arqueologia do acontecimento*. Para além de julgar os méritos do trabalho de Dosse, parece que ele recai sobre um desacerto comum quando do trabalho de manuais, de classificar de maneira homogênea uma trajetória teórica definida pelo deslocamento. Ele afirma que: “*O objeto de estudo de Foucault é o acontecimento enquanto acontecimento discursivo, e sua relação com outros campos de formação social, com sua fixação, com sua função.*”⁵²⁴ Talvez esse entendimento seja correto se especificamente direcionado ao livro *A arqueologia do saber*, mas se pensado para *Surveiller et punir*, não faz sentido, pois não leva em consideração a “docilização” dos corpos, por exemplo. Quando ladeado a esse debate, essa consideração de Dosse parece ainda mais distante das argumentações de Foucault, toda a pluralidade do estudo sobre o acontecimento, não poderiam estar mais distantes do discurso funcional.

⁵²¹ Ibidem.

⁵²² Ibidem. p. 46.

⁵²³ Além do trabalho de François Dosse, também podem ser mencionados outros que trataram sobre o retorno do acontecimento, para mencionar apenas dois: NORA, Pierre. “Le retour de l’événement”, in LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (org.), **Faire de l’histoire, vol. I: Nouveaux problèmes**, Paris: Gallimard, 1974. e REVEL, Jacques. “Retornar ao acontecimento: um itinerário historiográfico”. In: **Proposições. Ensaio de história e de historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

⁵²⁴ DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. 2010. p.162.

O filósofo Slavoj Žižek, em um livro intitulado *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*, tenta também retomar o acontecimento, mas numa perspectiva comum a sua formação, neo-hegeliano e psicólogo de linha lacaniana, como acontecimental.

O procedimento óbvio seria classificar os acontecimentos em espécies e subespécies – estabelecer uma distinção entre acontecimento materiais e imateriais etc. Entretanto essa abordagem ignora a característica básica de um acontecimento: o surgimento surpreendente de algo novo que solapa qualquer esquema estável. A única solução adequada é, assim, abordar os acontecimentos de maneira acontecimental.⁵²⁵

Porém, a maneira acontecimental dele pressupõe uma “universalidade concreta”, assim como Hegel o pensara, ou seja, além de ser uma perspectiva diferente da proposta de Foucault, ainda aparece eivada daquilo que tinha sido criticado por ele, uma antropologização cognoscente. O sujeito mantendo todas as suas premissas transcendentais do saber como ponto de origem e retorno em si mesmo, essa perspectiva parece ser a mais comum em muitos contemporâneos, como o próprio Žižek defende.⁵²⁶

Existem pesquisadores que defendem que o historiar de Foucault seria uma história do presente com uma composição acontecimental como, por exemplo, pode ser percebido na boa dissertação da pesquisadora Gabriela Menezes Jaquet, intitulada *A condução de si e dos outros através de uma acontecimentalização da história em Michel Foucault*. O trabalho deu conta de analisar o acontecimento como elemento de modificação da construção teórica de Foucault e se deteve no diagnóstico realizado por ela sobre a Insurreição Iraniana de 1979. Essa leitura parece muito pertinente quanto ao que se propôs na construção argumentativa realizada por Foucault, especificamente nesse debate, mas também existem pesquisadores que poderiam contestar se ampliada para toda a produção de Foucault.

3.3 – Investigar uma racionalidade: uma questão para historiadores

Em relação à terceira parte, que trata dos problemas de se investigar a racionalidade na história, as questões giram em torno de como Foucault resolve as mudanças das práticas, das tecnologias, dos regimes de produção do verdadeiro e do falso. Os questionamentos tomam as proposições de Foucault como meta-antropológico e meta-histórico para se investigar as

⁵²⁵ ŽIŽEK, Slavoj. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. 2017. p. 11.

⁵²⁶ Idem. p. 127-139.

racionalidades envolvidas na noção de “acontecimentalização”. A resposta é uma nova provocação:

Se são chamados de “weberianos” aqueles que queriam reler a análise marxista das contradições do capital, pela da racionalidade irracional da sociedade capitalista, eu não acredito que sou weberiano, pois o meu problema não é, finalmente, o da racionalidade, como um invariante antropológico.⁵²⁷

Foucault problematiza que ser historiador e não ser marxista não implica que se será um historiador weberiano, ou seja, investigar a racionalidade que tornou possível uma sociedade capitalista mudar sua forma de punição não é uma pesquisa necessariamente antropológica. A pergunta subsequente a essas repostas talvez seja uma das mais interessantes por colocar em cena a multiplicidade das camadas discursivas presentes numa transcrição da oralidade presente em uma mesa-redonda. A pergunta feita foi a seguinte:

Você fala sobre Max Weber. Não é um acaso. Existe em suas formulações, num sentido que você provavelmente não aceitaria, algo como um “tipo ideal”, que paralisa e deixa mudo quando se quer dar conta da realidade. Não foi isso que o constrangeu a resolver não fazer comentários sobre a publicação de Pierre Rivière?⁵²⁸

Pela ausência de identificação, não é possível afirmar quem fez pergunta, porém num exercício controlado de especulação é possível supor que essa questão tenha sido levantada por Carlo Ginzburg.

Carlo Ginzburg dedica duas páginas do prefácio à edição italiana do livro *O Queijo e os vermes* de 1976 para fazer críticas contundentes aos livros de Foucault e mais especificamente ao dossiê de um parricida coordenado por ele, intitulado *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, em 1973. “*O que interessa sobretudo a Foucault são os gestos e os critérios de exclusão; os excluídos, um pouco menos.*”⁵²⁹, para Ginzburg “*o ambicioso projeto foucaultiano de uma ‘arqueologia do silêncio’ transformou-se em silêncio puro e simples – por vezes acompanhado de uma muda contemplação estetizante.*”⁵³⁰ E, para ele, isso se agrava nas escolhas feitas na coordenação do dossiê em deliberadamente não interpretar os textos de Pierre Rivière. Para Ginzburg:

A possibilidade de interpretar esse texto foi excluída de forma explícita, porque equivaleria a alterá-lo, reduzindo-o a uma “razão” estranha a ele. Não

⁵²⁷ FOUCAULT, Michel. Table ronde du 20 mai 1978. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Op. Cit. p. 46-47.

⁵²⁸ Idem. p. 48

⁵²⁹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 1987. p. 22.

⁵³⁰ Idem. p. 23.

sobraría mais nada, além de “estupor” e “silêncio” – únicas reações legítimas. É no irracionalismo estetizante, portanto, que vai desembocar esta linha de pesquisa.⁵³¹

Por essas afirmações, é possível intuir que a questão, na qual se utiliza as expressões “silêncio”, “deixa mudo”, e a não realização de comentários sobre o dossiê de Pierre Rivière, tenha sido feita por Carlo Ginzburg.⁵³²

Essa associação entre a pergunta feita e seu provável realizador se dá também pela forma com a qual a resposta foi feita e das réplicas de Foucault. Esta foi uma das mais irônicas, enfáticas e ríspidas. Destoando inclusive do tom que o debate vinha tendo até então. A resposta se inicia desqualificando o questionador por este não saber exatamente o que a categoria “tipo ideal” de Max Weber seja. O “tipo ideal” para Foucault “*é uma categoria de interpretação historiadora; é uma estrutura de compreensão para o historiador que se esforça, a posteriori, em ligar entre si um certo número de dados: ela permite retomar uma essência (do calvinismo, ou do Estado, ou da empreitada capitalista)*”.⁵³³ Esse entendimento de Foucault, pode ser próximo ao do trabalho realizado por Ginzburg em *O Queijo e os vermes*, e a partir disso Foucault faz questão de diferenciar seu trabalho dessa categoria. Ele reitera que analisa a racionalidade ao longo de toda sua trajetória intelectual, seja no aprisionamento penal, na psiquiatrização da loucura ou na normalização da sexualidade. Sua análise levaria em consideração o funcionamento real das instituições e suas implicações nos domínios da constituição da racionalidade que a torna possível, logo não poderia ser aproximada do “tipo ideal” weberiano.

Foucault lista três grandes razões que o distanciam da noção de “tipo ideal”: primeiro o esquema racional da prisão não é um princípio geral, mas um programa explícito de prescrições calculadas e pensadas; segundo, a disciplina que se constitui a partir dessa tecnologia de adestramento humano não é um “tipo ideal” é uma generalização de diferentes técnicas que devem responder a diferentes objetivos e públicos de disciplinarização; terceiro, os dispositivos disciplinares produzem efeitos permanentes e sólidos que permitem perceber a própria racionalidade em que ele foi produzido. “*Programas, tecnologias, dispositivos: nada de tudo*

⁵³¹ Ibidem.

⁵³² Para um aprofundamento das relações entre os estudos de Michel Foucault e as proposições de Carlo Ginzburg no livro *O queijo e os vermes*, cabe a leitura do texto *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio*, do professor Durval Muniz de Albuquerque Jr. no livro *História: a arte de inventar o passado*.

⁵³³ FOUCAULT, Michel. Table ronde du 20 mai 1978. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Op. Cit. p.48.

isso é o 'tipo ideal'. Tento ver o jogo e o desenvolvimento de realidades diversas que se articulam umas com as outras.”⁵³⁴

A partir dessa parte da discussão, a resposta passa a ter um tom mais propositivo sobre uma forma de pensar a história, mas também explicativa da própria proposta realizada em *Surveiller et punir*. Foucault escolhe como exemplo o plano arquitetural da prisão idealizado pelo filósofo Jeremy Bentham que nunca foi construído, mas pôde ser tomado como fonte para se investigar a racionalidade de uma determinada época. Ele diz:

Por um lado, sua elaboração responde a toda uma série de práticas ou de estratégias diversas: assim, a pesquisa de mecanismos eficazes, contínuos, bem avaliados que é, com toda certeza, uma resposta à inadequação entre as instituições do Poder Judiciário e as novas formas da economia, da urbanização etc.; ou ainda a tentativa, muito sensível em um país como a França, de reduzir o que havia de autonomia e de insalubridade na prática judiciária e no pessoal de justiça, em relação ao conjunto do funcionamento do Estado; ou ainda a vontade de responder ao aparecimento de novas formas de delinquência etc.⁵³⁵

Essa perspectiva de abordagem histórica além de propositiva evidencia os limites que propostas diferentes tem, sobretudo a de Carlo Ginzburg. Longe de se perceber como “estetizante” e “niilista”, ele abandona formas acabadas de entendimento do passado como verdadeiro e falso, e passa a problematizá-las como historicamente localizadas. O excluído interessa tanto quanto os dispositivos que tornam possível a exclusão, “*É absolutamente exato que os delinquentes foram desobedientes a toda mecânica disciplinar das prisões.*”⁵³⁶ Exatamente por isso, que essa proposta de investigação é ainda mais verossimilhante, pois tentava dar conta das possibilidades do que poderia ter sido, daquilo que foi abandonado nas racionalidades em disputa.

O historiar nesses termos se interessa em entender como se constituíram certas racionalidades de uma dada época, no exemplo em questão, a punitiva. Diferentemente das críticas do historiador italiano, não se buscava a realidade do objeto investigado, mas os seus fragmentos. Foucault foi enfático nesse trecho de sua argumentação:

A questão que não cheguei a responder, mas que é a que eu me perguntei no começo, é basicamente esta: “O que é a história, do momento em que nela se produz sem cessar a divisão do verdadeiro e do falso?” E com isso eu quero dizer quatro coisas: 1) Em que a produção e a transformação da divisão do verdadeiro/falso são elas características e determinantes de nossa historicidade? 2) De quais maneiras específicas essa relação atuou nas sociedades “ocidentais” produtoras de um saber científico de forma perpetuamente cambiante e de valor universal? 3) O que pode ser o saber

⁵³⁴ Ibidem. p. 49.

⁵³⁵ Ibidem. p. 49-50.

⁵³⁶ Ibidem. p. 50.

histórico de uma história que produz a divisão verdadeiro/falso da qual decorre esse saber? 4) O problema político mais geral não é o da verdade? Como ligar uma à outra, a maneira de dividir o verdadeiro e o falso e a maneira de governar-se a si mesmo e os outros?⁵³⁷

Nessa passagem, não ficam muitas dúvidas sobre os posicionamentos de Foucault, que se percebia, nesse momento, desenvolvendo uma investigação sobre a produção da verdade no saber punitivo. Bem como, o tipo de história que ele estava criticando era o que tomava essa distinção entre verdadeiro/falso como entendimentos dados. Talvez um questionamento ao próprio trabalho que fez Carlo Ginzburg com o moleiro Menocchio em *O queijo e os vermes*. Poder-se-ia questionar se Carlo Ginzburg não tentou estabelecer uma narrativa verdadeira para seu personagem sem se interessar pelos regimes de produção dela? Uma segunda questão ainda mais específica se poderia destinar a um tipo de saber histórico que produz a divisão entre verdadeiro/falso para legitimar-se através de uma cientificidade igualmente galgada nessa divisão.

O final da resposta pode ser associado às reflexões para as quais Foucault estava se direcionando, pois se se acompanhar a temática dos cursos, o referente ao biênio 1977-1978 – *Segurança, Território, População* – que as aulas foram ministradas entre 11 de janeiro à 5 de abril de 1978, se voltou para estudo do “biopoder”. Ele nesse período tinha se deslocado para investigar os mecanismos de poder e estava construindo argumentativamente a noção de “disposto”. Esse estudo vai continuar nos cursos seguintes: *O nascimento da Biopolítica* (1978-1979) e *Do governo dos vivos* (1979-1980). Ele encerra essa questão enfatizando a necessidade de se estudar a simultaneidade das coisas e não só os indivíduos e se tentar “*descobrir uma divisão completamente diferente, por outra maneira de se governar e para se governar de modo inteiramente diferente a partir de outra divisão.*”⁵³⁸

3.4 – O efeito anestésico: para quem?

Na última parte da mesa-redonda, relativa ao efeito anestésico que o livro teria sobre os seus leitores, Foucault é questionado se sua forma de lidar com as rupturas das evidências e como acontecem, não teria, por exemplo, um efeito anestésico sobre educadores penitenciários. E, nessa parte do debate, é possível perceber que a situação de produção também

⁵³⁷ Ibidem. p. 50-51.

⁵³⁸ Ibidem. p. 51.

tem relevância nos desdobramentos da argumentação e como os ânimos ainda estavam alterados pela pergunta anterior. A postura de Foucault é provocativa e debochada em relação ao tipo de historiadores que foram criticados anteriormente. Ele reconhece que talvez o que tenha dito no livro tenha tido o efeito anestésico. Entretanto, seria preciso identificar para quem.

Se julgo pelo que disseram as autoridades psiquiátricas francesas, se julgo pela corte de direita que me acusava de me opor a qualquer poder, e a esquerda que me designava como “última muralha da burguesia”, se julgo pelo bravo psicanalista que me aproximava de Hitler de *Mein Kampf*, se julgo pelo número de vezes em que, há 15 anos, fui “autopsiado”, “enterrado” etc., pois bem tenho a impressão de ter tido sobre muita gente um efeito mais irritador que anestésico.⁵³⁹

Quando ele fala de pelo menos “15 anos”, implica em um retorno ao ano de 1963, o ano de publicação do livro *O Nascimento da Clínica*, ou seja, ele percebe seus críticos como anteriores, por exemplo, aos seus debates suscitados após a publicação de *As palavras e as coisas*. *O Nascimento da Clínica*, que ele, numa entrevista de 1973, o colocou como um estudo sobre a repressão concernente ao saber médico. O efeito irritante poderia ser dirigido a muitos dos seus críticos, inclusive alguns que estavam presentes, mas também todos aqueles que sistematicamente tentaram enquadrar o seu trabalho em determinadas correntes teóricas ou suas práticas históricas como associadas, por exemplo, ao pensamento weberiano.

Para Foucault esse efeito irritante é motivação para especular sobre seu historiar em *Surveiller et punir*: “Talvez porque meu problema não é construir algo novo ou validar o já feito. Talvez porque meu problema não é propor um princípio de análise global da sociedade. E é nisto que meu projeto era, de partida, diferente daqueles dos historiadores.”⁵⁴⁰ Ele novamente provoca os historiadores das grandes teorias explicativas, os que apenas repetem formas de pensar o próprio ofício e os que tentam inovar sistematicamente, além de se colocar a parte de uma suposta classe de historiadores que levam essas questões em consideração.

Cabe aqui uma nova digressão controlada. O filósofo alemão Martin Saar, num artigo publicado em 2002, no *European Journal of Philosophy*, intitulado *Genealogy and Subjectivity*, propôs uma leitura em que as genealogias teriam sim um princípio de análise geral. Mas, de antemão, ele reconhece que em Foucault a genealogia aparece várias vezes e distintamente:

Para Foucault se, ao que parece, a genealogia compreende vários elementos conceituais e inclui vários gestos teóricos e práticos, ele não aparentou se envergonhar com este fato. Assim, qualquer que seja a genealogia, acaba por

⁵³⁹ Ibidem. p. 52.

⁵⁴⁰ Ibidem. p. 55.

“realmente” parecer ser um conceito múltiplo e diferenciado ou um modelo conceitual e prático de multicamadas.⁵⁴¹

Ainda assim, ele propõe que identificar um núcleo conceitual que concentre traços mais visíveis da sistemática genealógica tanto em Foucault como em Nietzsche, para em seguida argumentar que seria possível haver método histórico genealógico. Num primeiro momento ele vai afirmar que a genealogia:

é uma forma de escrita da história. É uma escrita específica da história de certos objetos. Esta historiografia é responsável por “nossa” história, ou seja, os processos de constituição e construção da moralidade e mentalidade do presente, ou a “alma”, em todas as suas descontinuidades, transformações funcionais e contingências. Para dar conta dessas histórias é tarefa de uma “outra” escrita da história chamada genealogia. Assim, no primeiro nível, é um historicismo diferente e radicalizado do sujeito.⁵⁴²

O que as genealogias da história em Foucault teriam em comum era o fato de serem uma escrita específica e também com objetos específicos, mas era concomitantemente uma escrita outra da história, uma guiada pelos processos da moralidade e da mentalidade do presente. Além disso:

Todas as genealogias têm em comum uma reflexão estrutural e uma auto implicação no fato de que todo aquele que decreta uma crítica genealógica faz isso por criticar aspectos e elementos, talvez até “imagens”, metáforas, padrões de interpretação ou “ideologias” da sua própria cultura ou base.⁵⁴³

Nesse ponto, Saar coloca em questão como um dos elementos comuns às genealogias, as críticas feitas aos marxistas: “*esta parece ser uma das acusações implícitas de Foucault à ideologia crítica no sentido neomarxista, em que a base onde os modos mais clássicos de crítica social perdem este ponto e tentam ter uma visão de fora ou a partir de uma alegada base antropológica neutra.*”⁵⁴⁴ As genealogias, além de uma escrita da história guiadas pelo presente, também eram distintas por partir de uma base antropológica diferente, principalmente da dos marxistas.

Entretanto, para Saar o objetivo crítico da genealogia não consistiria em criar uma nova imparcialidade, mas uma deslegitimação do vocabulário consagrado aos valores existentes. “*No fundo desta, encontra-se o pressuposto de que as subjetividades afetadas por normas se constituem apenas em uma teia de práticas e processos materiais e discursivos e que não há nenhum terreno neutro de partida para avaliar e medir essas normas incorporadas.*”⁵⁴⁵ Disso

⁵⁴¹ SAAR, Martin. “Genealogy and Subjectivity”. In: **European Journal of Philosophy**. 2002. p. 231.

⁵⁴² Idem. p. 234.

⁵⁴³ Ibidem. p. 236.

⁵⁴⁴ Ibidem.

⁵⁴⁵ Ibidem. p. 237.

emerge um potencial crítico das genealogias, pois “*deslegitimam projetos, desnaturalizam perspectivas sobre os processos de constituição e construção do sujeito.*”⁵⁴⁶

Se quanto ao objeto, as genealogias seriam uma escrita da história, quanto ao conteúdo seriam uma crítica às ontologias do sujeito. Elas teriam também em comum um terceiro elemento: a sua forma, que estaria baseada em um estilo de escrita. Elas seriam “*cálculos e narrativas de custo e perda, não necessariamente histórias da decadência. Seus elementos teóricos são a teoria da constituição do sujeito discutido acima e o concreto, descrição altamente local dos casos específicos de “potente” construção do sujeito.*”⁵⁴⁷ As ferramentas que elas teriam para isso seriam:

hipérbole e exagerando o gesto, o efeito teatral; a descrição densa sobre o nível de material, quase processos tecnológicos e sistêmicos; a construção de grandes linhas e os desenvolvimentos históricos (o surgimento e queda de instituições, práticas, normas etc. durante um período de tempo); finalmente, a periodização contrasta e muitas vezes surpreendente, a construção de “cenas primárias” e momentos paradigmáticos que podem tomar a forma de uma distinção cronológica e bastante artificial de certas datas e momentos ou mesmo biografias individuais. [...] as genealogias são choques textuais e momentos reveladores do mundo negativo. Elas expõem configurações simples do social à luz ofuscante da análise, onde a artificialidade da violência supostamente natural e oculta por trás das normas, ganha um perfil agudo.⁵⁴⁸

O artigo de Saar demonstra como as genealogias de Foucault podem ser colocadas sob um guarda-chuva metodológico ao reunir três pontos centrais – objetos, conteúdos e forma – sendo possível propor uma metodologia genealógica. Ao relacionar os pontos em comum entre as genealogias, seria então plausível admitir que há uma metodologia histórica genealógica.

Porém, talvez fosse necessário ressaltar, ainda mais, que se trataria então de metodologias genealógicas, não só por conta dos elementos apresentados como pelas muitas possibilidades de ação. Ainda assim, algumas especificidades que não foram mencionadas, por exemplo, o entendimento da acontecimentalização, precisariam ser pensadas e postas em prática dentro dessa generalização. Seria necessário também, até por ser uma metodologia histórica, uma localização temporal das diferentes abordagens genealógicas em Foucault. Por exemplo, se tomada a proposta de Saar em relação às considerações apresentadas na mesa-redonda de 20 de maio de 1978, essa aceção metodológica universalizável não parece aplicável. O artigo de Saar, nesse aspecto, parece dar conta muito bem das questões propostas nos livros, por exemplo, em *Surveiller et punir*, mas limitado para pensar sobre os cursos,

⁵⁴⁶ Ibidem.

⁵⁴⁷ Ibidem. p. 238.

⁵⁴⁸ Ibidem. p. 239.

conferências, mesas-redondas e entrevistas. Ainda assim, é uma proposta analítica vigorosa para pensar as genealogias no que elas teriam em comum.

Num outro artigo, este de 2008, chamado *Understanding Genealogy: History, Power, and the Self*, Saar propõe esclarecer a relação entre a genealogia e a história e sugerir uma leitura metodológica para o livro *Genealogia da Moral* de Nietzsche. Diferentemente do que fez no texto anterior, ele direcionou suas análises para apenas um texto e tratou dentro de suas condições de possibilidades de produção histórica, tendo realizado uma importante contribuição aos estudos sobre Nietzsche e elaborado com maior acuidade as relações entre poder e formas de subjetividade. Segundo ele: “A *Genealogia* vai muito além de um mero historicismo metodológico na medida em que emprega um aparelho filosófico bastante sofisticado que emoldura e informa as narrativas genealógicas.”⁵⁴⁹ Essa tese pode ser muito bem aplicada ao texto em questão – *Genealogia da Moral* – como os textos produzidos por Foucault, mas no caso de pensador francês é necessário em conjunto, localizar em qual parte dos seus escritos isso se relaciona. Marca essa distinção é uma tentativa de perceber como a especificidade de escolher pensar por deslocamentos, implicou numa cartografia teórica melindrosa e anti-generalizadora. O pensador dos desconcertos também poder desconcertar aqueles que não o localizarem minimamente em alguns aspectos, o Foucault cartografado pelo qual se interessou foi o dos deslocamentos. Os debates sobre *Surveiller et punir* constituíram um momento em que as preocupações estavam em tentar entender quais os efeitos de realidade eram produzidos pelos discursos.

Após se negar a enfileirar-se nas grandes teorias explicativas, Foucault reiterou que:

Meu tema geral não é a sociedade, é o discurso verdadeiro / falso: quero dizer, é a formação correlativa de domínios, objetos e discursos verificáveis e falsificáveis relacionados a eles; e não é simplesmente essa formação que me interessa, mas os efeitos de realidade que estão ligados a ele.⁵⁵⁰

O discurso que produz a razão punitiva do encarceramento é quem estabelece os regimes de verdadeiro/falso e produz efeitos de realidade. Mesmo após todas as críticas, Foucault enfatiza que sua pesquisa pode ser entendida como histórica desde que não seja tomado como baliza um determinado tipo de historiador que outrora ele criticava. Foucault põe uma questão para os historiadores muito interessante,

⁵⁴⁹ SAAR, Martin. *Understanding Genealogy: History, Power, and the Self*. In: **Journal of the Philosophy of History** 2. 2008. p. 298.

⁵⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *Table ronde du 20 mai 1978*. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Op. Cit. p. 55.

Fazer a história da “objetivação” daqueles elementos que os historiadores consideram ser objetivamente dados (a objetivação das objetividades, se ousar dizer), é este tipo de círculo pelo qual gostaria de percorrer. Um “embrolho”, em resumo, do qual não é cômodo sair: é sem dúvida o que incomoda e irrita, muito mais do que um esquema que seria fácil de reproduzir.⁵⁵¹

A história da “objetivação” é um historiar genealógico no sentido de como mencionou Saar, seu conteúdo é crítico a uma ontologia do sujeito que não problematizam suas objetivações, tomando-as como elementos dados sem historicidade. Posicionamento que poderia incomodar e irritar, por colocar sobre os historiadores uma prerrogativa de reflexão sistemática para construção de suas análises. Os historiadores, muito além de narrar o passado tal como teria acontecido, deveriam estar imbuídos de uma autonomia filosófica-teórica para historiar, refletindo a partir e com o presente.

Foucault, ao fim do debate, tem ciência de que suas questões, aos olhos de alguns historiadores, poderiam parecer questionamentos de filosofia, mas como tinha mencionado anteriormente essa distinção não fora feita por ele nem ele a defendia. Para ele, uma ausência de distinção entre os saberes da filosofia e de história, poderia proporcionar, entre outras coisas, uma melhor localização do saber histórico.

Problema de filosofia, sem dúvida, ao qual todo historiador tem o direito de permanecer indiferente. Mas se esse problema, eu o coloco na análise histórica, não é porque eu demande à história que me forneça uma resposta; eu gostaria tão somente de localizar quais efeitos essa questão produz no saber histórico.⁵⁵²

Fazer uma história das “objetivações das objetividades” seria uma forma de localizar quais efeitos a dessa objetivação teria na produção do saber histórico, mas também uma um entendimento que recusa quaisquer possíveis neutralidades no saber histórico. Essa recusa, diferentemente de uma negação da história, pode ser entendida como uma maior autorreflexão sobre o seu próprio saber. Não haveria nenhum espaço neutro de saída para a história, todos eles precisariam ser entendidos entre as relações de suas práticas discursivas e problematizadas em seus efeitos, como lembrou Saar.

As questões postas são interessantes para fazer refletir sobre o fazer histórico de Foucault, já que em *Surveiller et punir* ele se propôs estudar de que maneira foi possível se constituir uma racionalização do exercício de poder no século XVIII, que fez emergir uma nova “economia” das relações de poder. Ou seja, ele investigou um problema histórico, e não um objeto histórico. Essa constatação, aparentemente explícita, entende que investigar um

⁵⁵¹ Ibidem.

⁵⁵² Ibidem. p. 56.

problema histórico é deslocar a pergunta epistemológica do historiador, postura plausível ao pensador que elegeu o deslocamento como condição de suas reflexões. A questão deixa de ser o objeto histórico e passa a ser como foi possível este objeto histórico constituir-se como tal. Assim, através dos debates surgidos a partir de *Surveiller et punir*, é possível perceber as propostas sobre o fazer historiográfico em questão no momento e a perspectiva adotada pelo próprio Foucault e seus debatedores.

As transversalidades do pensamento dele podem ser percebidas nas minúcias das suas respostas, nas sutilezas de suas argumentações e na combatividade de seus posicionamentos. Tentar investigar essa passagem é historiar uma das múltiplas contribuições que as reflexões de Foucault sugeriram para a história. O debate entre Jacques Léonard e Michel Foucault foi tratado como um instantâneo do que estava sendo discutido como historiar no período em que aconteceu. Isso ficou ainda mais intenso durante a *Mesa-redonda*, pois o historiar desconcertante de Foucault e os seus múltiplos deslocamentos ajudam a localizar uma disputa sobre que tipo de história se poderia escrever naquele período.

O deslocamento, tal como visto ao cartografar as genealogias de Foucault, permite falar, não só de “genealogia”, mas no seu plural – genealogias –, assim como sua forma de pensar com a história foi mudando e se constituindo como desconcertante. As múltiplas genealogias, para além de uma tática metodológica de historiar, reforçam a noção de como o debate que aconteceu foi sobre as condições de dizibilidades dos historiadores naquele momento. Os cursos ministrados no Collège de France, principalmente, *Théories et institutions pénales* e *La société punitive*, serviram como “ensaio geral” para as investigações que Foucault estava realizando e reverberaram, tanto nos seus artigos e entrevistas, quanto em seus livros. *Surveiller et punir*, não deve ser lido como uma investigação do período da militância, embora essa tenha que ser levada em consideração em alguma medida.

O problema que aqui se tentou tratar foi: por que o debate que se iniciou após a publicação do livro *Surveiller et punir*, iniciado por uma crítica ao texto, passou a ser sobre o historiar. Concomitantemente, também se buscou entender qual panorama intelectual permitiu a emergência deste debate. Em como essa discussão foi inserida numa argumentação mais ampla sobre a história, pois o convite à reflexão histórica partindo de um pensador, até então identificado com a filosofia, provocou os historiadores. Apesar da extensa produção sobre Michel Foucault e suas contribuições para as mais diversas áreas do saber, havia uma lacuna sobre essa questão. Jacques Léonard quando mencionado era sempre posto do ponto de vista de Foucault, ou seja, pelos argumentos que ele escolheu responder. O debate na mesa-redonda, muitas vezes estudado ao se problematizar o historiar de Foucault de maneira mais ampla, não

era tratado em conexões com os cursos do Collège de France, até por esses cursos terem sido publicados, relativamente, há pouco tempo. Essa querela ainda não parece resolvida, pois muitas outras abordagens podem ser propostas, mas permitiu tentar por em prática a premissa de pensar diferentemente do que se pensava, mesmo que isso tenha implicado, em algumas vezes, provavelmente, ir de encontro a quem propôs isso.

As questões levantadas por Foucault não eram novidades no debate historiográfico e se historicizadas podem ser entendidas dentro de discussões que respondem aos problemas de sua época e têm como interlocução seus contemporâneos. As relações entre ele e os marxistas, comumente entendida como de conflito ou, na melhor das hipóteses, como de contestação, à luz dessa investigação parece de deslocamento. O combate foi dando espaço a uma proposta diferente, preocupada com os limítrofes que essa teoria teria e como poderia proporcionar uma série outra de possibilidades de entendimento da história. As relações substituem a causa-efeito, a teleologia foi colocada de lado por uma multiplicação de possibilidades, a síntese histórica deixa de ser premissa para se alavancar a obrigatoriedade da suspeita sobre quais objetificações estão ancoradas as premissas naturalizadas das investigações históricas.

As suas propostas para o fazer histórico podem ser aprofundadas pelos historiadores que ainda têm posturas de rejeição ou encantamento aos seus trabalhos, principalmente para fazer vir à tona outra história possível. A forma de fazer história reflexiva com componentes de filosofia pode mostrar que nem na poeira dos fatos concretos, nem na nuvem dos acontecimentos vagos, estão as questões do historiador, mas na reflexão sobre o próprio historiar. Como Foucault sugeriu no fim de sua resposta a Léonard, caberia tentar pensar para além da distinção entre os saberes da filosofia e da história.

Simultaneamente, foi importante investigar como alguns historiadores pensavam sobre o próprio ofício, e num dado momento a reflexão sobre em que constituiria historiar, assumiu papel de destaque. Papel este que, desde o século XIX, foi sendo deixado a cargo dos filósofos, principalmente após as teses hegelianas, cabendo aos historiadores serem operadores da história, não produtores de uma reflexão com/sobre ela. Retomar o debate teórico sobre a história naquele momento específico, não foi estabelecer uma disputa por delimitação de área, mas apresentar como possibilidade indissociável ao historiar a reflexão como exercício constante.

Algumas considerações

Na abertura do texto *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*, Foucault inicia afirmando que a genealogia era cinza, como já mencionado aqui, fazendo uma relação com uma passagem de *Genealogia da Moral*, de Nietzsche, e propõe uma série de táticas de investigação histórica que foi apresentada relacionada aos debates entre ele e alguns historiadores. Talvez seja possível pensar em mais uma acepção de porque a genealogia é cinza. Ainda no tempo da fotografia analógica era comum os fotógrafos terem consigo um instrumento chamado cartão cinza, que servia como uma baliza para calibrar o balanço de branco das máquinas fotográficas. O cartão cinza é literalmente um cartão de papelão que tem sua cor controlada na impressão em cinza para se representar o tom médio de cinza, ou seja, a metade (50%) da escala de tonalidades do cinza. É necessário ser exato para alcançar esse tom de cinza, pois implicará na fotometria, dando a referência de luminosidade numa foto, ou seja, tanto as cores mais escuras quanto as mais claras terão como referência esse cinza para reproduzirem nos negativos o branco ou preto, por exemplo. O objetivo é balancear as cores para que o branco seja representado como branco, mesmo que a pessoa fotografada esteja sendo iluminada por uma luz halógena (de tom amarelado). No momento de fotografar nem sempre era possível fazer esse tipo de ajuste sem ter o cartão cinza, pois sem o cartão era necessário um tom neutro no qual o balanço de branco personalizado pudesse ser executado. Por isso, era importante que o cartão fosse iluminado pela mesma luz que seria utilizada no ensaio, e com isso se tinha um balanço de branco ajustado à luz da cena fotografada e uma maior proximidade entre aquilo que o fotógrafo estava vendo e o instante registrado no negativo. Com a modernização e aperfeiçoamento das máquinas digitais, boa parte desse ajuste do balanço de branco das fotografias foi automatizado, e a função do cartão cinza foi sendo reduzida pela manipulação realizada diretamente no arquivo produzido digitalmente. Como exemplo disso, temos os filtros digitais disponíveis em qualquer aparelho celular mais recente.

Em mais uma digressão controlada, talvez sejam possíveis analogias entre o cinza da genealogia com esse entendimento de cinza do cartão que servia de referência para o balanço de branco nas máquinas fotográficas. A genealogia, tal como foi apresentada em *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*, seria um tipo de cartão cinza, onde as outras genealogias ou estratégias genealógicas poderiam ser referenciadas. O tom de cinza teria tido seu ajuste mais fino para uma fotografia específica. A genealogia cartão de cinza estaria sempre fazendo seu balanço de

branco para conseguir captar com maior acuidade o tipo de luz necessária ao momento fotografado. Assim como na fotografia, a cada variação de iluminação, foi necessária uma calibração das referências utilizadas e por mais que o quadro fotografado pudesse ser confundido com o mesmo, sempre houve um novo ajuste das cores representadas.

As reflexões de Michel Foucault foram tomadas num esforço sistemático de sempre se deslocarem em relação ao que já havia sido dito antes e ao que se esperava dele, os sistemáticos deslocamentos, também produziram desconcertos. O problema que se investigou, como um debate que se inicia a respeito do livro mudou e passou a ser sobre o historiar, foi conduzido por uma premissa de história do pensamento. Tentou-se dar conta dos problemas criados para o pensamento e as estratégias para respondê-los, e se fez necessário entender qual panorama intelectual permitiu a emergência desse debate. As reflexões nas genealogias e o historiar em Foucault podem ser vistos em toda a sua escrita como múltiplas e não-lineares e entendidas como ligadas ao seu fazer-se.

Ao serem retomadas as argumentações de Léonard que analisaram uma forma de historiar própria e com componentes de filosofia, deslocamentos teóricos e estranhamentos, foi possível também ter uma noção do que se estava em questão no saber histórico. Historiar a argumentação permitiu diagnosticar uma dada temporalidade sem necessariamente perceber nela uma relação direta de causa e consequência. Naquele momento muitas coisas estavam em debate, mas sobretudo um arcabouço moderno de pensamento que se constitui desde a tradição hegeliana na França até a forma como Foucault trabalhou com um tipo de história diferente. O que pode ter feito dele um *outsider* foi o corte transversal, que privilegiou problematizar simultaneamente espaços teóricos, institucionais e políticos. Depois de Foucault os historiadores teriam que lidar com a poeira dos fatos e com a nuvem dos acontecimentos, mas ainda com a obrigatoriedade de refletir sobre o passado ao mesmo tempo em que se deveria escrevê-lo.

Os desconcertos, em suas variações, não foram uma evolução ou um desenvolvimento das reflexões, mas uma atitude de deslocamento teórico. O debate entre Léonard e Foucault não se reproduziu em uma sistemática analítica, muito do que foi abordado e como foi tratado, não foi retomado. As argumentações estavam inseridas em uma rede de possibilidades que emergiram em uma articulação da trama teórica na qual estavam inseridas, sendo assim possível ver o movimento de deslocamento em ação. Fazendo emergir um tipo de historicidade que se estava tratando e uma história que estava sendo praticada, tratou-se de uma disputa que respondeu às demandas de quais caminhos seriam possíveis para se recuperar uma autonomia reflexiva. Essa autonomia, diminuída a partir de Hegel e do hegelianismo, também estava inserida nos locais de fala ocupados pelos contemporâneos a sua escrita.

Apesar da extensa produção sobre Michel Foucault e suas contribuições para as mais diversas áreas do saber, havia uma lacuna sobre essa questão. Jacques Léonard quando mencionado era sempre posto do ponto de vista de Foucault, ou seja, pelos argumentos que ele escolheu responder. O debate na mesa-redonda, muitas vezes estudado ao se problematizar o historiar de Foucault de maneira mais ampla, não era relacionado aos seus cursos do Collège de France. As questões levantadas por Foucault não eram novidades no debate historiográfico, pois, ao serem historicizadas, foram percebidas em relações que respondem aos problemas de sua época e têm como interlocução seus contemporâneos. As relações entre ele e os marxistas, comumente entendida como de conflito, foram investigadas à luz do deslocamento, pois a postura combativa cedeu lugar a uma investigação preocupada com uma série de outras possibilidades de entendimento da história. As análises relacionais substituíram as de causa-efeito, a teleologia foi colocada de lado por uma multiplicação de possibilidades, a síntese histórica deixou de ser premissa para se ter uma suspeição de crença à priori. Os historiadores foram convidados a pensar sobre o próprio ofício, e a reflexão sobre em que consistiria a historiar se tornou o cerne. O que desde o século XIX foi sendo deixado a cargo dos filósofos, no debate teórico sobre a história, naquele momento foi estabelecido como um convite para por fim a delimitação de áreas e com isso apresentar como obrigatoriedade ao historiar, a reflexão como exercício constante.

Após ter apresentado estas questões, cabe agora fazer algumas considerações possíveis a partir da investigação. Muito frequentemente, é comum serem feitas associações das reflexões de Michel Foucault com a pós-modernidade e com isso se tomar os pensamentos dele em blocos. O primeiro Foucault o da arqueologia, o segundo da genealogia, e o terceiro da ética/estética da existência; e com isso produzir uma simplificação teórica que além de apagar a riqueza da pluralidade das propostas dele, levou à constituição de problemas que não eram dele. Desde os debates sobre a modernidade até as constituições éticas para uma vida não fascista, as reflexões de Foucault devem, sob pena de se criarem miríades interpretativas, ser tomadas a partir do aspecto de deslocamento.

No Brasil, por exemplo, foi comum durante um tempo ser feita uma associação entre *Surveiller et punir* e os trabalhos de Edward P. Thompson, tendo por ponto em comum a ideia de resistência. A mesma que foi problematizada e questionada por Foucault em seus cursos buscando um distanciamento em relação a Thompson, em alguns espaços acadêmicos brasileiros foram recebidas simultaneamente. O que levou a uma produção teórica que realizou a difícil, ou ingrata, tarefa de conciliar e convergir o pensamento dos dois pesquisadores. A esse

respeito, a tese doutoral de Igor Guedes Ramos⁵⁵³, *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*, fez um minucioso levantamento mostrando os impactos nos historiadores brasileiros da singular experimentação teórico-metodológica no uso simultâneo destes intelectuais, desconsiderando suas diferenças epistemológicas. Além dessa tese, outra recentemente defendida por Wagner Geminiano dos Santos⁵⁵⁴, chamada *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. (1980-2012)*, põs em questão como os espaços acadêmicos brasileiros são constituídos por disputas políticas intra-departamentais e como essas disputas se desdobraram em desentendimentos teóricos que reverberaram nos espaços de produção e divulgação acadêmica, como conselhos editoriais de revistas, editoras e entidades representantes da categoria.

Vale lembrar do célebre texto de Ciro Flamarion Cardoso⁵⁵⁵, no *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, em que Foucault fora apresentado como representante maior da pós-modernidade, do irracionalismo, do relativismo e contra a história. Temístocles Cezar⁵⁵⁶ num artigo chamado *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)*, chama atenção de como no Brasil teria se produzido um grande outro chamado de pós-modernidade associando o “giro linguístico” a essa ideia. Estariam de um lado os historiadores e de outro os relativistas pós-modernos e a produção acadêmica estariam dividida assim entre os que escreveriam história de “verdade” e os que produziam literatura com fundamentação histórica. Não há muito espaço para dúvidas, os escritos de Michel Foucault podem ser muitas coisas, mas apenas se visto no âmbito das disputas que não eram teóricas, é que podem ser colocados como anti-históricos ou literários.

⁵⁵³ RAMOS, Igor Guedes. **GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. 2014. 541 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

⁵⁵⁴ SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. (1980-2012)**. 2018. 435 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

⁵⁵⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁵⁵⁶ CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980) In: **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Nº 17, 2015. p. 440-461. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741>

Toda a discussão relativa aos debates aqui estudados leva para uma constatação inversa. Foucault na década de 1970 é profundamente histórico e seu debate com Léonard e depois na mesa-redonda, com outros historiadores, não está minimamente próximo de negar a história. É exatamente o contrário, estava requerendo uma pluralidade de investigação que também possibilitasse outras formas de historiar. Mesmo quando seus estudos foram acusados de serem anti-políticos, letárgicos, niilistas ou relativistas, ele vivenciava uma experiência teórica profundamente engajada, como intelectual específico, mas também alguns de seus estudos colocaram questionamentos sociais que tiveram impacto imediato. Para ficar só no exemplo das prisões, basta lembrar do G.I.P. e como se desdobrou em uma reordenação do sistema carcerário francês.

Uma das formas mais habituais de se falar do tipo de história praticada por Foucault é chamá-la de história do presente, como lembra André Queiroz⁵⁵⁷ no *O presente, o intolerável...* (*Foucault e a História do Presente*). Os escritos de Foucault talvez sejam muito mais históricos que o de alguns, os quais o questionaram na mesa-redonda. O texto já mencionado, de Claude-Olivier Doron⁵⁵⁸, *Foucault et les historiens: Les débats sur les “soulèvements populaires”*, se argumenta como Foucault estudou e debateu com os historiadores russos sobre os levantes populares e como ele, argumentativamente, se colocou como um historiador entre outros historiadores. Logo, bradar que os escritos de Foucault, especificamente nesse momento, seriam anti-históricos é desconhecer um longo esforço intelectual empreendido também para recolocar a história na condição de um saber com competência analítica.

No começo dos escritos sobre as genealogias, havia um Foucault combativo à prática histórica exercida por alguns marxistas, em pontos teóricos específicos: o sujeito transcendental, o desenvolvimentismo do progresso, a teleologia, a dialética como condição única, a causalidade como única forma de explicação histórica, a naturalização da emergência dos problemas históricos, a explicação sintética, todos questionamentos associados a um modelo de história. Curiosamente, negar esse modelo, para alguns historiadores e pensadores brasileiros, foi negar toda a história. Talvez não aventassem que outros tipos de história seriam possíveis e exequíveis. A difícil tarefa, como lembra Judith Revel⁵⁵⁹, acontece quando tomamos esta aparente descontinuidade de temas, abordagens e instrumentos e tentamos uma investigação exigente e constantemente renovada. O que não quer dizer que os textos de

⁵⁵⁷ QUEIROZ, André. *O presente, o intolerável... (Foucault e a História do Presente)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

⁵⁵⁸ DORON, Claude-Olivier. Foucault et les historiens: Les débats sur les “soulèvements populaires”. In: FOUCAULT, Michel. *Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)*. 2015.

⁵⁵⁹ REVEL Judith, *Foucault, une pensée du discontinu*. Paris: Mille et une nuits, 2010.

Foucault sejam apenas para iniciados, provavelmente o contrário disso. Mas, por serem textos potencialmente localizáveis devem ser tomados em seus aspectos específicos.

No verso dessa moeda, ou seja, o outro lado dos historiadores que tomaram os escritos de Foucault e passaram a professá-lo como palavra quase divinatória, existe o entendimento de Foucault como um relativista pós-moderno. É possível localizar uma leitura, recorrentemente citada e repetida, no texto de Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow chamado, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, onde é apresentado como uma anti-sistematização do pensamento e como relativista. Para eles: “*Não podemos mais elaborar teorias. Não estamos mais buscando o sentido profundo e escondido. Porém, visto que ainda consideramos os problemas de nossa cultura rigorosamente, somos inelutavelmente conduzidos a uma posição como a de Foucault.*”⁵⁶⁰ Se é verdade que Foucault em algumas genealogias conjura o sentido profundo e escondido das coisas, em outro momento isso não era mais uma questão para ele, assim como não havia uma negação peremptória de qualquer teoria possível. Do ponto de vista da história, talvez não fosse mais possível propor uma filosofia da história como a de Hegel, mas daí a afirmar que não haveria mais teorias, existe um distanciamento. Cabe não cair na armadilha imediatista de condenar o estudo consagrado na área. As proposições de Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow estão entre as melhores existentes nos trabalhos sobre o pensamento de Foucault, mas podem ser questionados. No aspecto específico mencionado, é importante lembrar o quanto Foucault estava sempre se deslocando teoricamente e como esses deslocamentos poderiam permitir teorizações diversas, como permitiu entendimentos múltiplos sobre as genealogias, distintos entre si e complexos quando vistos isoladamente.

André Berten em um livro chamado *Modernidade e desencantos – Nietzsche, Weber e Foucault*, comenta como Foucault, assim como Weber e Nietzsche, teriam em seus escritos algo em comum: uma racionalização das práticas, dos comportamentos e das atitudes. Pois em Nietzsche haveria as teses sobre ascese, em Weber a ética protestante e em Foucault o “cuidado de si”. O Foucault com o qual ele se pôs a dialogar com Nietzsche e com Weber foi principalmente o que estava pesquisando e produzindo os textos dos dois últimos volumes da *História da Sexualidade*, um que após muitos deslocamentos, inclusive na própria empreitada da *História da Sexualidade*, tinha optado agora por elaborar teorias sobre uma ética/estética da existência. Para Berten:

⁵⁶⁰ DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Op. Cit. p. 166.

Ao que me parece, existe aqui uma série de teses que acordam certa autonomia à racionalização das práticas, dos comportamentos e das atitudes. Em todo caso é possível dizer que a sistematização das condutas não é pensada como uma sequência de uma racionalização de tipo científico. O que não significa que não haja uma relação entre certo tipo de discurso e sua racionalidade específica de um lado, e as práticas de outro, mas significa que o modelo de uma racionalização unívoca de tipo lógico ou científico, de tipo metafísico ou especulativo, é insuficiente para compreender os movimentos internos de racionalização das práticas.⁵⁶¹

Havia nessa passagem dos tropos foucaultiano espaço para uma investigação das teses que se relacionam com certo tipo de discursos e uma racionalidade específica e com isso não tratava de reinserir toda lógica do pensamento científico tão problematizado por Foucault anteriormente, mas deslocar-se para pôr em prática uma estratégia investigativa que responderia às demandas em questão. Mesmo tendo problematizado as condições do objeto a ser estudado, ainda sim, se elaborava com ele uma tática argumentativa constitutiva de teorizações e teses sobre o tema investigado. Em outro texto de André Berten, escrito para uma palestra por ocasião da comemoração de 30 anos da morte de Foucault, chamado *Michel Foucault, modernidade, filosofia da história e pragmática*, ele comenta que haveria em Foucault uma “filosofia da história”, constituída como inversa à tradição ocidental que questionava a partir de Nietzsche a modernidade.

Apesar dos deslocamentos e das variações no percurso que vai da História da loucura à arqueologia de As palavras e as coisas, à genealogia de Vigiar e punir e da Vontade de saber, e finalmente aos dois últimos volumes da história da sexualidade, há sem dúvida algumas teses centrais que dão a sua obra não “uma” unidade, mas a possibilidade de diversas leituras interligadas que revelam finalmente a coerência de um projeto várias vezes reformulado e modificado. Uma dessas teses prolonga a grande tradição nietzschiana e heideggeriana de questionamento radical do sentido da modernidade, assumindo às vezes o pessimismo desse fim da história que parece uma réplica do Melhor dos mundos de Huxley ou de 1984 de Orwell. Essa visão não deixa de ser uma “filosofia da história”, a figura inversa das filosofias racionalistas, da Aufklärung até Hegel, Marx e de boa parte do ideário progressista ocidental. Sem dúvida, essas afirmações brutais merecem ser não somente anunciadas, mas também lidas “entre as linhas”, já que Foucault sempre recusou toda tentativa de construir uma história orientada, num sentido ou outro, e insistiu nas rupturas, nos cortes, nas mudanças quase estruturais, seja das formações discursivas, seja dos jogos de saber/poder. Não obstante, o ambiente da questão da modernidade não deixou de ser nietzschiano-heideggeriano até os anos 70, mesmo se as respostas procedem mais de uma desconstrução continuada que de uma construção alternativa.⁵⁶²

⁵⁶¹ BERTEN, André. **Modernidade e desencantos – Nietzsche, Weber e Foucault**. 2011. p. 30.

⁵⁶² BERTEN, André. Michel Foucault, modernidade, filosofia da história e pragmática. In: JULIÃO, José Nicolao; CHEVITARESE, Leandro Pinheiro (orgs.). **30 anos sem Foucault: História & Filosofia**. 2015. p. 7.

As teses foucaultianas, longe de qualquer filosofia racionalista, também não se constituíam como “filosofia da história” irracionalista, mas como uma sistemática dos deslocamentos, das variações de percurso, das possibilidades relacionais entre os objetos.

A atualidade dessa proposta pode ser percebida das mais diversas formas, assim como as tentativas de deslegitimá-la. O tipo de história que é praticada continua a estabelecer grandes interpretações sobre o passado, sendo possível relacioná-las num neo-estruturalismo. Seja na investigação sobre os regimes de verdade de François Hartog⁵⁶³, na ideia de presente amplo de Hans Ulrich Gumbrecht⁵⁶⁴, nos estratos do tempo de Reinhart Koselleck⁵⁶⁵, ou mesmo na noção de sentido histórico empregada por Jörn Rüsen,⁵⁶⁶ é possível perceber, ainda que distintas entre si, uma tentativa em comum de dar conta dos fenômenos das vidas humanas através das análises de acontecimentos que se manteriam ao longo do tempo.

Ainda assim, os questionamentos que Foucault realizou sob signo da genealogia, se mantêm atuais, mas mais especificamente quando se volta para pesquisas sobre a história da justiça que ainda é realizada e como ela é pouco problematizada.

O método proposto por Foucault permanece muito atual: a privatização dos atos de justiça é um dos grandes fenômenos contemporâneos (arbitragem, atratividade dos Estados para os tribunais civis); aos olhos daqueles que conhecem as apostas e as regras dos processos, a proximidade da guerra é evidente (e muitas vezes expressa pelas próprias partes); o que é isso senão os “direitos sociais” senão as formas apropriadas de propriedade resultantes de atos de justiça?⁵⁶⁷

O historiador foucaultiano ainda mantém relevância e vigor, uma vez que as perguntas levantadas por ele estão longe de serem respondidas, embora se tenha tido projetos localizados como o de Giorgio Agamben, que afirma ter empreendido os questionamentos de Foucault para uma investigação das religiões e suas práticas.⁵⁶⁸

As genealogias utilizadas por Foucault podem constituir uma prática eficaz de investigação histórica, haja visto, novamente, o exemplo brasileiro que durante muitos anos

⁵⁶³ HARTOG, François. **Régimes d’historicité: Présentisme et expérience du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

⁵⁶⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

⁵⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto PUC-RJ, 2014.

⁵⁶⁶ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

⁵⁶⁷ EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E.. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Op. Cit. p. 275. Nota 74.

⁵⁶⁸ AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II**. São Paulo: Boitempo, 2011.

adotou majoritariamente a síntese como explicação viável ao saber histórico e tem sido questionada sistematicamente em sua relevância social e tem tido seu alcance pulverizado por diversos fatores. Enquanto uma série de movimentos civis, com demandas sobre igualdade de gênero, fim da discriminação racializante, aceitação da diversidade sexual e laicização do corpo de maneira geral, têm se apropriado de algumas das questões colocadas por Foucault ou retomada por ele sob novos aspectos. Trabalho como os de Judith Butler, Luce Irigaray, Gayatri Chakravorty Spivak, Eve Kosofsky Sedgwick, Avital Ronell, para mencionar apenas algumas, tiveram em algumas das teses foucaultianas ponto de aproximação.

As possibilidades teóricas dos escritos de Foucault, especificamente nos que foram abordados aqui, podem fazer fluir uma diversidade ainda maior de práticas de escrita histórica libertárias. Longe de qualquer relativismo desmotivador, as estratégias metodológicas tais como foram apresentados por Foucault, inserem a participação do pensamento no acontecimento e a análise do pensamento no e com o presente. As respostas dessa prática não são as causas, mas as possibilidades, e estas tem sido uma saída encontrada para in- verificabilidade da verdade. A ligação não necessariamente causal desse modelo pode gerar o desconforto do não-universal, da certeza probabilística, da conjectura, mas amplia e problematiza os questionamentos contribuindo para outros tipos de sociabilidade. A busca não é mais pela verdade a ser revelada, mas como uma época respondeu às suas inquietações e em como essas inquietações emergiram como problema. As respostas não são simples, fáceis, objetivas, ou imutáveis, elas são possíveis e datadas, tem historicidades que podem ser contadas, pesquisadas e questionadas por todos que se interessem.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore da cultura popular – nordeste 1920-1950**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.
- _____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Cortez, 2012.
- _____. **História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. **O morto vestido para um ato inaugural**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.
- _____. **Nordestino - invenção do “falo” uma história do gênero masculino – 1920-1940**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.
- _____. VEIGA-NETO, Alfredo. SOUZA FILHO, Alípio (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. In: **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGULHON, Maurice. Postface. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, 1980. p. 313-316.
- ALTAMIRANO, Carlos. Idéias para um programa de História intelectual. In: **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP v. 19, n.1. 2007.
- ALVAREZ, Marcos César. Michel Foucault e a ordem do discurso. In: CATANI, Afrânio Mendes. & MARTINEZ, Paulo Henrique. (orgs.). **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ALVES, Alexandre. **A constituição da genealogia no pensamento histórico de Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2000. 182p.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985
- _____. **Pour Marx**, Maspero, coll. «Théorie», 1965; réédition augmentée (avant-propos d'Étienne Balibar, postface de Louis Althusser), La Découverte, coll. «La Découverte/Poche», 1996.

_____. **Lire le Capital** (en collaboration avec Étienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherey et Jacques Rancière), Maspero, coll. «Théorie», 2 volumes, 1965; rééditions coll. «PCM», 4 volumes, 1968 et 1973; puis PUF, coll. «Quadrige», 1 volume, 1996.

_____. **Lénine et la philosophie**, Maspero, coll. «Théorie» 1969; réédition augmentée sous le titre *Lénine et la philosophie* (suivi de *Marx et Lénine devant Hegel*), coll. « PCM », 1972.

ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Frédéric (Org.). **Foucault. A coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

AZEREDO, Vânia Dutra de. A metodologia de Foucault no trato dos textos nietzschianos. In: **Cadernos Nietzsche**, v. I n.35, 2014.

BALIBAR, Étienne. Lettre d'Étienne Balibar à l'éditeur du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2015.

BALIBAR, Étienne. “La rectification du *Manifeste communiste*”, **La Pensée**, n° 164, août 1972, p. 38-64.

BARROS, José D'Assunção. Os *Annales* e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos *Annales*. In: **História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Panóptico – Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 7, n° 14, março/agosto de 1987. p. 199-229.

_____. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

BERTEN, André. **Modernidade e desencantos – Nietzsche, Weber e Foucault**. 2011. p. 30.

BERTEN, André. Michel Foucault, modernidade, filosofia da história e pragmática. In: JULIÃO, José Nicolao; CHEVITARESE, Leandro Pinheiro (orgs.). **30 anos sem Foucault: História & Filosofia**. 2015. p. 7

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BOULLANT, François. **Michel Foucault et les prisons**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CARVALHO, A. F. de. Foucault: atualizador da genealogia nietzschiana. In: **Cadernos Nietzsche** 30, 2012. p. 221-249.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980) In: **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Nº 17, 2015. p. 440-461. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741>
- CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COHEN-SOLAL, Annie. **Sartre: uma Biografia**. 2.ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martín Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- DEAN, Mitchell. **Critical and effective: Histories Foucault's methods and historical sociology**. London: Routledge, 1994.
- DEFERT, Daniel. Situações do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. 2014
- _____. "I Believe in Time..." In: **Recto/Verso** Nº6 – Genèse de la pensée, II: *Cheminements et Procédures*, setembro de 2010. Disponível em <http://www.revuerectoverso.com/spip.php?article186> acessado em dezembro de 2017.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. O que é um dispositivo? Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.pdf>.
- _____. & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013.
- DRIES, Manuel (ed.). **Nietzsche on Time and History**. Berlin: Walter de Gruyter, 2008.
- DORON, Claude-Olivier. Foucault et les historiens: Les débats sur les “soulèvements populaires”. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2015.
- DOSSE, François. **A história do estruturalismo**. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. Da História das ideias à História intelectual. In: DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fenix**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. Lisboa: Livros do Brasil, 1990.
- _____. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- EWALD, François. & HARCOURT, Bernard E.. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2015.
- FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FIGUEREDO, Ícaro Meirelles. **Nietzsche e o diagnóstico da moralidade. Um estudo estrutural da Genealogia da Moral**. 2017. 118p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.
- FONSECA, T. M. G. & KIRST, P.G. **Cartografia e devires: a construção do presente**. Porto alegre: UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. “Alexandre Koyré: *La Révolution astronomique, Copernic, Kepler, Borelli*”. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 198-199.
- _____. **A ordem do discurso**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. *À propôs de la prison d’Attica*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1393-1404.

- _____. *Ariane s'est pendue*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 795-799.
- _____. A sociedade punitiva (1972-1973), In: **Resumos dos Cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. Aula sobre Nietzsche: *Como pensar a história da verdade com Nietzsche sem basear-se na verdade* In: **Aulas sobre a vontade de saber: curso no collège de France (1970/1971); seguido de O saber de Édipo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. p. 183-200.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- _____. *De la nature humaine : justice contre pouvoir*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1339-1380.
- _____. *De l'archéologie à la dynastique*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1273-1284.
- _____. **Doença Mental e Psicologia**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. **Em Defesa da Sociedade curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Entrevistas Roger Pol-Droit**. São Paulo: Graal, 2006.
- _____. *Entretien avec Michel Foucault*. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 860-914.
- _____. (Apres.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- _____. **Gênese e estrutura da Antropologia de Kant**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. **História da Loucura na idade clássica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva 2004.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. **História da sexualidade II: o cuidado de si**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **História da sexualidade III: o uso dos prazeres**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. *Introduction générale*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 589-592.

- _____. *Jean Hyppolite. 1907-1968*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 807-813.
- _____. La poussière et le nuage. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, 1980. p.29-39.
- _____. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2013.
- _____. *Le grand enfermement*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1164-1174.
- _____. *Les intellectuels et le pouvoir*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1174-1184.
- _____. *Le retour de la morale*. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1515-1526.
- _____. (*Manifeste du G.I.P.*). In: **Dits et Écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1042-1043.
- _____. *Méthodologie pour la connaissance du monde : comment se débarrasser du marxisme*. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 595-618.
- _____. **Microfísica do poder**. 19^a ed. São Paulo: Edições Graal, 2004.
- _____. *Michel Foucault explique son dernier livre*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 799-807.
- _____. *Michel Foucault et Gilles Deleuze veulent à Nietzsche son vrai visage*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 577-580.
- _____. *Michel Foucault, l'illégalisme et l'art de punir*. In: **Dits et écrits II 1976-1988**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 86-89.
- _____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1004-1024.
- _____. *Nietzsche, Freud, Marx*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 592-608.
- _____. Nietzsche, Freud e Marx. In: **Um dialogo sobre os Prazeres do Sexo – Nietzsche, Freud e Marx – Theatrum Philosophicum**. 2005.
- _____. **O nascimento da clínica**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- _____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Préface*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 187-195.
- _____. *Qu'est-ce qu'un philosophe?* In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 580-581
- _____. *Réponse à Derrida*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1149-1164.
- _____. *Réponse à une question*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 701-723.
- _____. *Revenir à l'histoire*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1136-1149.
- _____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Sur la justice populaire Débat avec les maos*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1208-1236.
- _____. *Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 724-759.
- _____. *Sur les façons d'écrire l'histoire*. In: **Dits et écrits I 1954-1975**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 613-628.
- _____. **Surveiller et punir: Naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. Table ronde du 20 mai 1978. In: PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle**. Paris: SEUIL, 1980. p.40-56.
- _____. **Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France (1971-1972)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2015.
- _____. **Um dialogo sobre os Prazeres do Sexo – Nietzsche, Freud e Marx – Theatrum Philosophicum**. 2^a ed. São Paulo: Landy, 2005.
- GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEUSS, Raymond. Nietzsche and Genealogy. In: **European Journal of Philosophy** 2. N^o. 3 (1994): 274–92. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0378.1994.tb00015.x>
- GIACOIA Jr., Oswaldo. **Filosofia da cultura e escrita da história: Notas sobre as relações entre os projetos de uma genealogia da cultura em Foucault e Nietzsche**. Estudos Nietzsche,

Curitiba, v. 5, n. 1, p. 3-34, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/estudosnietzsche.05.001.AO02>.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOBLOT, Edmond. **La Barrière et le niveau: étude sociologique sur la bourgeoisie française**. Paris: Félix Alcan, nouvelle édition, [1925] 1930.

GOMES, Tiago de Melo. **A força da tradição: a persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch**. *Varia hist.* [online]. 2006, vol.22, n.36, pp.443-459. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200011&script=sci_abstract&tlng=pt

GROS, Frédéric. Foucault et “la société punitive”, **Pouvoirs** 2010/4 (n° 135), p. 10. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-pouvoirs-2010-4-page-5.htm>, acessado em 10/05/2017.

GROS, Frédéric. Introdução: A coragem da verdade. In: **Foucault. A coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GUTTING, Rary (Org.). **Foucault**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto PUC-RJ, 2014.

KOHAN, Walter Omar. (org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

HARCOURT, Bernard E. Situation du cours. In: FOUCAULT, Michel. **La société punitive: Cours au Collège de France (1972-1973)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2013.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité: Présentisme et expérience du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HEGEL. Georg Wilhelm Friedrich **Filosofia da História**. Trad. Maria Rodrigues. 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1999.

HULAK, Florence. Michel Foucault, la philosophie et les sciences humaines: jusqu'où l'histoire peut-elle être foucauldienne? In: **Tracés. Revue de Sciences humaines**. #13/2013, Hors-série 2013. Philosophie et sciences sociales. p. 103-120. Disponível em <http://journals.openedition.org/traces/5718> Acessado em 10/10/2017. HYPOLITE, Jean.

Introdução à filosofia da história de Hegel. Lisboa: Edições 70, 1998

HYPOLITE, Jean. **Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel**. São Paulo: Discursos, 1999.

JARCZYK, G. & LABARRIÈRE, P-J. **De Kojève à Hegel: 150 ans de pensée hégélienne en France**. Paris: Albin Michel, 1996.

JENSEN, Anthony K. **Nietzsche's Philosophy of History**. New York: Cambridge University Press, 2013.

JULIÃO, José Nicolao. Michel Foucault intérprete de Nietzsche In: JULIÃO, José Nicolao; CHEVITARESE, Leandro Pinheiro (orgs.). **30 anos sem Foucault: História & Filosofia**. Seropédica: PPGFIL-UFRRJ, 2015.

LEBRUN, François. “Jacques Léonard, Archives du corps. La santé au XIXe siècle”. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 43e année, N. 5, 1988. pp. 1169-1171. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_5_283547_t1_1169_0000_002 Acessado em 13 mar 2016.

LEFORT, Claude. **As formas da história: ensaios de antropologia política**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LÉONARD, Jacques. **Archives du corps. La santé au XIXe siècle**. Rennes: Ouest France Éditions, De mémoire d’homme: l’histoire, 1986.

_____. **La France médicale au XIXe siècle**. Paris: Gallimard-Julliard, Collection Archives, 1978.

_____. **La Médecine entre les savoirs et les pouvoirs: histoire intellectuelle et politique de la médecine française au XIXe siècle**.: Paris : Editions Aubier Montaigne, 1981.

_____. **La vie quotidienne de médecin de province au XIXe siècle**. Paris: Hachette, 1977.

_____. **Les médecins de l’Ouest au XIXe siècle**. Thèse de doctorat d’État : Université de Paris IV, 1976, 1124 p.

_____. **Les Médecins de l’Ouest au XIX siècle**. 3 vols Paris : Librairie Honoré Champion, 1978.

_____. L’Historien et le philosophe : a propos de Surveiller et punir: naissance de la prison. In: **Annales historiques de la Révolution Française**, no. 228, Julho-Setembro. 1977, p. 163-81.

_____. **Médecins, malades et sociétés dans la France du XIXe siècle**. Paris: Science en situation, 1992.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à leitura de Hegel** Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

_____. **Introduction à la lecture de Hegel. Leçons sur la Phénoménologie de l’esprit**. Paris: Gallimard, 2000.

- KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento filosófico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- _____. Rapport sur l'état des études hégéliennes en France. In: **Études d'histoire de la pensée philosophique**. Paris: Gallimard, 1971
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2011.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2006.
- _____. **Nietzsche e a verdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2ª ed. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2001.
- MALABOU, C. Negativos de la dialéctica. Entre Hegel y Heidegger: Hyppolite, Koyré, Kojève. Tradução: Javier Pavez. In: **Revista pensamiento político**, n. 5, p.158-174, julho 2014.
- MARÇAL, Alexandre Cherulli. Notas sobre a recepção de Hegel na França. In: **AnaLógos**. Rio de Janeiro, v. 1, 2016.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MERLEAU-PONTY, M. **Sens et non-sens**. Paris: Gallimard, 1995.
- _____. **Signes**. Paris: Gallimard, 1995.
- _____. **Les aventures de la dialectique**. Paris: Gallimard, 2000.
- MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou nihilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MILLER, Jacques-Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MILLER, James. **The passion of Michel Foucault**. New York: Simon and Schuster, 1993.
- MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente – textos reunidos**. São Paulo: Ed Loyola, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **Além do bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- _____. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.
- _____. Considerações Extemporâneas. In: Col. **Os Pensadores.** São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.
- _____. **Crepúsculo dos Ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. **Ecce Homo: como alguém se torna o que é.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **Fragmentos póstumos: 1987-1989: volume VI.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. **Genealogia da moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres volume II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **O Anticristo: maldição ao cristianismo: Ditirambos de Dionísio.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.
- _____. **O caso Wagner: um problema para músicos: Nietzsche contra Wagner: dossiê de um psicólogo.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.
- _____. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. Obras incompletas. Trad. Bras. In: Col. **Os Pensadores.** São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.
- NORA, Pierre. Le retour de l'“événement”, in LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (org.), **Faire de l'histoire, vol. I: Nouveaux problèmes,** Paris: Gallimard, 1974.
- O'BRIEN, Patricia. A História da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 33-62.
- PERROT, Michelle. **L'impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle.** Paris: SEUIL, 1980.
- PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil.** São Paulo: Cosac Naify, 2001.
- QUÉNIART, Jean. “Jacques Léonard, Médecins, malades et société dans la France du XIX^e siècle”. In: **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest.** Tome 99, número 3, 1992. pp. 302-303. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/abpo_0399-0826_1992_num_99_3_3436_t1_0302_0000_2 Acessado em 22 mai 2016.

- QUEIROZ, André. **O presente, o intolerável... (Foucault e a História do Presente)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- RAMOS, Igor Guedes. **GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. 2014. 541 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- RAGO, Margareth. Libertar a História. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: Ressonâncias Nietzscheanas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- _____. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. In: **Revista Resgate**. São Paulo: Papyrus, nº05, 1993.
- _____. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil: 1890-1930**. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RAJCHMAN, John. Foucault. **A liberdade da filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- RAMSEY, Matthew. **Professional and popular medicine in France, 1770-1830: the social world of medical practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- REVEL, Judith. Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu? **Le Portique**. 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/leportique/635> Acessado em: 09/2017.
- _____. **Foucault, une pensée du discontinu**. Paris: Mille et une nuits, 2010
- _____. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- REVEL, Jacques. Retornar ao acontecimento: um itinerário historiográfico. In: **Proposições. Ensaios de história e de historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- SAAR, Martin. Understanding Genealogy: History, Power, and the Self. **Journal of the Philosophy of History** 2. 2008. p. 295–314.
- _____. Genealogy and Subjectivity. **European Journal of Philosophy**. 2002. p. 231–245.
- SAAR, Martin. Understanding Genealogy: History, Power, and the Self. In: **Journal of the Philosophy of History** 2. 2008. p. 298

- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALOMON, Marlon J. (org.) **Alexandre Koyré: historiador do pensamento**. Goiânia: Almeida & Clement Edições, 2010.
- SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. (1980-2012)**. 2018. 435f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, C. A. F., **Merleau-Ponty e a herança hegeliana da dialética**. Veritas. Porto Alegre, v. 59, n. 2, maio-ago. 2014
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 1987.
- TOURAINÉ, Alain, **The Post-Industrial Society: Classes, Conflicts and Culture in the Programmed Society**. New York: London Random House, 1971.
- TUCHMAN, Bárbara W. **A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso. 2012.
- _____. **A prática da história**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1989.
- VIEIRA, Priscila Piazzentini. **Pensar diferentemente a História: o olhar genealógico de Michel Foucault em “Vigiar e punir”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2008. 201p.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 239-285.
- _____. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.
- _____. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- YAZBEK, André Constantino. **Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010. p. 114.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito**. 2017.